



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FERNANDO UHLMANN SOARES

**MÃOS QUE ESCREVEM O TERRITÓRIO, ESCREVEM A VIDA:
o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás**

**JATAÍ
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Fernando Uhlmann Soares

3. Título do trabalho

MÃOS QUE ESCREVEM O TERRITÓRIO, ESCREVEM A VIDA: O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO EM RIO VERDE, GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 16/11/2020, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO UHLMANN SOARES, Discente**, em 16/11/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1682045** e o código CRC **D095E47A**.

FERNANDO UHLMANN SOARES

**MÃOS QUE ESCREVEM O TERRITÓRIO, ESCREVEM A VIDA:
o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Geografia.
Orientador: Prof. PhD Eguimar Felício Chaveiro.

**JATAÍ
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Uhlmann Soares, Fernando

Mãos que escrevem o território, escrevem a vida: o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás [manuscrito] / Fernando Uhlmann Soares. - 2020.

CCXXXIII, 233 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Programa de Pós Graduação em Geografia, Jataí, 2020.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Cartas de Vida. 2. Migração. 3. População. 4. Rede Socioafetiva. 5. Representação Social. I. Felício Chaveiro, Eguimar, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - REGIONAL JATAÍ

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 13 da sessão de Defesa de Tese de **Fernando Uhlmann Soares** que confere o título de Doutor em **Geografia**. Aos **vinte dias de agosto de 2020**, a partir das **19 horas**, por meio de **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“MÃOS QUE ESCREVEM O TERRITÓRIO, ESCREVEM A VIDA: O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO EM RIO VERDE, GOIÁS”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro (UFG/IESA)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Jose Gilberto de Souza (UNESP/Rio Claro)**, membro titular externo; Professor Doutor **Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (UEG/Iporá)**, membro titular externo, Professor Doutor **Francisco Fransualdo de Azevedo (UFRN)**, Professor Doutor **William Ferreira da Silva (UFG/REJ)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não sugeriram alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte dias de agosto de 2020**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2020, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Usuário Externo**, em 25/08/2020, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Gilberto de Souza, Usuário Externo**, em 25/08/2020, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ferreira Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 25/08/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO, Usuário Externo**, em 25/08/2020, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1502034** e o código CRC **E9245BCD**.



**Dedico a todos aqueles que migram com as mãos,
escrevendo os territórios e suas vidas.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Irene Uhlmann Soares e Waldiomar Soares, em memória, por terem se dedicado à construção da minha educação e do conhecimento.

Aos meus irmãos, Mariangela e Leonardo Uhlmann Soares, e respectivos pares William e Juliana, por manterem o afeto que traz união mesmo na distância.

Às joias lindas e inteligentes, sobrinhas e afilhadas, Alice e Helena Soares Chaves e Maria Antônia Moraes Martins, por me mimarem com sorrisos e alegria.

Ao orientador Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro que, com a inteligência do afeto e a alegria do diálogo, abraçou a mim e a cada etapa deste trabalho.

Ao Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, por cultivar na amizade intelectual um jardim de leituras para a vida, algumas presentes nesta tese.

À renomada banca examinadora de doutores e doutoras: Eguimar Felício Chaveiro; Jose Gilberto de Souza; Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves; Francisco Fransualdo de Azevedo; William Ferreira da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes; Márcia Cristina da Cunha, pela dedicação ao estudo.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia e, em especial, ao coordenador Prof. Dr. Alécio Perini Martins, pela seriedade e presteza no atendimento das demandas. Igual gratidão, à secretária Micaeli Prado Soares.

À reitoria do Instituto Federal Goiano e aos diretores do campus Rio Verde, por entenderem a importância da licença de capacitação para o pessoal e coletivo.

Ao grupo de amigos e de estudos Espaço Sujeito e Existência, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG/CAPES), pela dedicação na organização das atividades e pela riqueza de conhecimento teórico e humano que me trouxeram.

Aos profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Hugo Oliveira e Levindo Medeiros pela atenção em repassar técnica e dispor dados.

À Associação de Geógrafos Brasileiros – seção Goiânia, ao Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado e ao Instituto Histórico e Geográfico pela acolhida e pelo esforço em promoverem acesso à educação.

Aos amigos: Ana Carolina Marques, Cassiano Vicente, Célsio Assane, Diôgo da Silva, Eguimar Chaveiro, Fernanda Martins, Mariza Silva, Ricardo Gonçalves, Roberto Pizarro, Thiago Rocha e Valdir Specian por trilharem momentos nesta.

Em especial, a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste que migraram só ou com suas famílias e me oportunizaram acolher suas vozes.

CARTILHA DO POVO

Ninguém nasceu neste mundo
Pra sofrer e virar Santo
Deus nos fez para gozar
Mais do que derramar pranto
Mas na panela do povo
Só tem farofa de ovo
Quando almoço não janto.

E todo trabalhador
Ao teto vai ter direito
Um salário compatível
Pelo que faz ou foi feito
Quem lavrar terra é dono
Não haverá abandono
Para quem tiver defeito.

Contestação não é crime
Onde há Democracia
Só ao cidadão pertence
A Sua soberania.
No poder coercitivo
Jesus foi subversivo
Na versão da tirania.

Eu sou dono do meu passe
Faço arte sem patrão
Só quem tem capacidade
Deve ser Oposição
Porque lutar pelos fracos
É tatear nos buracos
Na densa escuridão.



RESUMO

Uma das principais características da formação demográfica do estado de Goiás é a migração de trabalhadores de todo o Brasil que chegam após a década de 1930 a partir das diretrizes da “Marcha para o Oeste”. Em direção ao município de Rio Verde, a migração aconteceu principalmente após a expansão da fronteira agrícola, dos anos de 1970, com a vinda dos sulistas do país. Vinte anos depois, em fins de 1980, inicia a chegada dos nordestinos atraídos pelas oportunidades de emprego surgidas com o crescimento do setor agroindustrial na cidade e na região. Esta pesquisa chama para uma compreensão materialista histórico-dialética, atenta e sensível sobre o sujeito invisibilizado que está na base da estrutura socioterritorial que sustenta o crescimento econômico da dita “capital do agronegócio”, o Trabalhador(a) Migrante Nordestino(a). Da vivência sobre o modelo político-econômico da cidade de Rio Verde unida à agudeza em se analisar o sujeito mais aflito e merecedor de atenção, nasce o objeto de estudo desta tese. Ela versa sobre a contraditória Representação Social que o Trabalhador Migrante Nordestino possui sobre a cidade da agricultura capitalista monopolista de Rio Verde, Goiás. Para acolher a voz do trabalhador migrante nordestino invisibilizado e desnublá-la a representação social que este possui, a pesquisa foi tecida por meio de um itinerário metodológico qualiquantitativo ao longo de quatro capítulos. Primeiro, discute-se a formação de Goiás e de Rio Verde em relação à migração em busca de emprego e salário em um território entendido como “cidade do agrotóxico” devido a agressão socioambiental. No segundo capítulo, apresenta-se a Rio Verde nordestina formada pelas mãos que migram para o trabalho e que tecem a importante Rede Socioafetiva de Migração. Nos dois últimos capítulos, eleva-se o tom da discussão e com o uso das Cartas de Vida e das Geofotografias direciona-se o estudo sobre as Representações Sociais. Por meio dessas narrativas, foi possível compreender as faces nubladas e contraditórias do pensamento do trabalhador migrante nordestino sobre a cidade de Rio Verde. Por fim, ao acolher a voz destes trabalhadores e trabalhadoras espera-se ampliar a visibilidade do grupo e auxiliar na emancipação do sujeito na medida em que este consiga questionar seu passado no Nordeste, o presente em Rio Verde e vislumbrar um futuro digno e de justiça social para os seus junto da sociedade em que vive.

Palavras-chave: Cartas de Vida, Migração, População, Rede Socioafetiva, Representação Social.

ABSTRACT

One of the main characteristics of the demographic formation in the state of Goiás is the migration of workers from all over Brazil who arrive after the 1930s based on the guidelines of the "March to the West". Towards the municipality of Rio Verde, the migration took place mainly after the expansion of the agricultural frontier, in the 1970s, with the arrival of southerners in the country. Twenty years later, starting in the late 1980s, the arrival of the Northeasterners began to be attracted by the job opportunities that arose with the growth of the agro-industrial sector in the city and region. This research calls for a materialistic historical-dialectical understanding, attentive and sensitive about the invisible subject that is at the base of the socio-territorial structure that sustains the economic growth of the so-called "agribusiness capital", the Worker of the Northeast. From the experience of the political and economic model of the city of Rio Verde, combined with the sharpness in analyzing the most afflicted and deserving of attention, the object of study of this thesis is born. It deals with the contradictory Social Representation that the Northeastern Migrant Worker has over the city of monopoly capitalist agriculture in Rio Verde, Goiás. In order to welcome the voice of the invisible northeastern migrant worker and unclog the social representation that he has, the research was woven with a qualitative and quantitative methodological itinerary throughout the four chapters. First, the formation of Goiás and Rio Verde is discussed in relation to migration in search of jobs and income in a territory understood as a "pesticide city" due to socio-environmental aggression. In the second chapter, there is the northeastern Rio Verde formed by the hands that migrate to work and that weave the important Social-Affective Migration Network. In the last two chapters, the tone of the discussion is raised and with the use of Life Charts and Geophotographs, the study of Social Representations is directed. Through these narratives, it was possible to understand the cloudy and contradictory faces of the northeastern migrant worker thinking about the city of Rio Verde. Finally, by welcoming the voice of these men and women workers, it is hoped to increase the visibility of the group and assist in the emancipation of the subject to the extent that he can question his past in the Northeast, the present in Rio Verde and envision a dignified and fair future for their people in the society in which they live.

Keywords: Life Charts, Migration, Population, Social-Affective Network, Social Representation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAM – Centro de Atendimento ao Migrante
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIGEO-DR – Congresso Internacional de Geografia e Desenvolvimento Regional
CTN – Centro de Tradições Nordestinas
CUBRA – Colóquio Internacional Cuba-Brasil
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
DRT – Divisão Regional do Trabalho
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
EPABA – Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FOMENTAR – Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás
ICEBE – Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado
IES – Instituição de Ensino Superior
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais
IFGoiano – Instituto Federal Goiano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEACO – Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste
IPEAO – Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste
LABIG – Laboratório de Inteligência Geográfica
LEAT – Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território

MADREPLAC – Seminário Internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e Cerrado

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PED – Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social

PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento

PoEMAS – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER – Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEGRAN – Programa Especial da Região de Grande Dourados

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMN – Trabalhadores Migrantes Nordestinos

TRS – Teoria da Representação Social

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNIRV – Universidade de Rio Verde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde.....	27
Figura 2 - Pátio da BRF em Rio Verde, Goiás.....	75
Figura 3 - Rio Verde das Abóboras.	77
Figura 4 - Monocultura da soja em Rio Verde	80
Figura 5 - Enclaves fortificados na cidade de Rio Verde, Goiás.....	83
Figura 6 - Empresas monopolistas mundiais instaladas em Rio Verde.....	84
Figura 7 - Rio Verde: a cidade do agrotóxico em Goiás.....	89
Figura 8 - Centro de Atendimento ao Migrante	111
Figura 9 - Rede Socioafetiva de Migração Nordestina em Rio Verde, Goiás, em 2020.	116
Figura 10 - Guichês de vendas de passagens para o Nordeste.....	120
Figura 11 - Destinos para as cidades nordestinas	121
Figura 12 - Relação socioterritorial e estereótipo social	184
Figura 13 - Memórias do desenraizamento	185
Figura 14 - A congregação ritmada pela dinâmica do capital.....	188
Figura 15 - As diferentes identidades do migrante.	190
Figura 16 - Entre o profano e o sagrado.	193
Figura 17 - O caráter estrutural da fragmentação social do trabalho	195
Figura 18 - A segregação e o direito à cidade.....	197
Figura 19 - Trabalho e vida sob o viés da teologia da prosperidade	200
Figura 20 – Campesinato urbano	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual da população brasileira indigente em 1990.	36
Gráfico 2 - Evolução da área colhida, em hectares, de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo no município de Rio Verde, 1975 a 2018.	81
Gráfico 3 - Evolução do efetivo de galináceo, suíno e bovino no município de Rio Verde, 1975 a 2018.	82
Gráfico 4 - Evolução da população residente em Rio Verde, 1950 a 2020.	93
Gráfico 5 - Evolução da população rural e urbana de Rio Verde, 1950 a 2010.	94
Gráfico 6 - População residente não nascida em Goiás, por região de nascimento, 2010.	101
Gráfico 7 - População nordestina residente na mesorregião sul de Goiás, 2010.	107
Gráfico 8 - Crescimento populacional em Goiás, 1980-2018.	108
Gráfico 9 - Distribuição da população de Rio Verde por naturalidade, em 2010.	109
Gráfico 10 - População Nordestina de 1991, 2000 e 2010 em Rio Verde, Goiás.	117
Gráfico 11 - Distribuição, por sexo, da população nordestina de Rio Verde, em 2010.	123
Gráfico 12 - Naturalidade, por origem, do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.	131
Gráfico 13 - Tempo de residência do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.	132
Gráfico 14 - Faixa etária do migrante residente em Rio Verde, 2010.	132
Gráfico 15 - Grau de instrução do migrante nordestino em Rio Verde, em 2010.	133
Gráfico 16 - Rendimento principal do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.	134
Gráfico 17 - Saldo de vagas formais entre janeiro e fevereiro de 2019.	175
Gráfico 18 – Percentual de oferta de empregos formais, janeiro e fevereiro de 2019.	176

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mesorregiões, Microrregiões e Regiões de Planejamento de Goiás.....	31
Mapa 2 - Área de estudo, Rio Verde, município e cidade	32
Mapa 3 - Agrotóxicos na água dos municípios de Goiás, 2014-2017	91
Mapa 4 - Distribuição dos migrantes nordestinos em Goiás, 2010.	106
Mapa 5 - Cidades de origem do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.....	124
Mapa 6 - Distribuição dos nordestinos por naturalidade em Rio Verde, Goiás, 2010.	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação de Rio Verde no ranking das exportações goianas	86
Quadro 2 - Agrotóxicos identificados na água de Rio Verde.....	90
Quadro 3 - Destino das passagens de Rio Verde para o Nordeste.....	122
Quadro 4 - Quadro-síntese das Representações Sociais dos Trabalhadores Migrantes Nordestinos em Rio Verde, 2020.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma de atividade desenvolvidas	17
Tabela 2 - IDHM entre as Unidades Federativas nos anos de 2010 e 2017.	99
Tabela 3 - População residente em Goiás, por naturalidade, 2010.....	102
Tabela 4 - População residente não nascida em Goiás, por Mesorregião, 2010. ...	103
Tabela 5 - Crescimento populacional em Goiás, 1980-2018.....	107
Tabela 6 - Bairros de Rio Verde e áreas de ponderação, 2020	128

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: COMO, COM QUEM E POR ONDE GEOGRAFEI	16
INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO A PALAVRAMUNDO	25
CAPÍTULO I - RIO VERDE: FORMAÇÃO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO MUNDIALIZADA	52
1.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE RIO VERDE	56
1.1.1 Rio Verde sob a escala geopolítica de modernização do território do Cerrado.....	59
1.1.2 Implicações territoriais no Sudoeste Goiano: o caso de Rio Verde	72
1.2 RIO VERDE: CAPITAL DO AGRONEGÓCIO	76
1.2.1 A cidade do agrotóxico	87
1.3 IMPLICAÇÕES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA RIO-VERDENSE.....	92
CAPÍTULO II - A RIO VERDE NORDESTINA: MÃOS QUE MIGRAM	96
2.1 O GOIÁS NORDESTINO	100
2.2 A RIO VERDE NORDESTINA.....	109
2.2.1 A Rede Socioafetiva de Migração	113
2.2.2 Rodoviária de Rio Verde: a porta de entrada do trabalhador migrante nordestino	119
2.2.3 A Rio Verde Nordestina: a nova morada do migrante.	125
CAPÍTULO III - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE NORDESTINO: CARTAS DE VIDA.....	135
3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM SERGE MOSCOVICI	140
3.2 O QUE FALA O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO	143
3.3 QUADRO SÍNTESE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	172
CAPÍTULO IV - GEOFOTOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS SOCIOTERRITORIAIS .	179
4.1 GEOFOTOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA	182
4.2. DA TOTALIDADE ÀS PARTICULARIDADES: NARRATIVAS DE VIDA.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS.....	220
APÊNDICE.....	231
APÊNDICE A – ROTEIRO DA CARTA DE VIDA.....	232
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	233

APRESENTAÇÃO: COMO, COM QUEM E POR ONDE GEOGRAFEI

Esta pesquisa de doutorado é resultado dos aprendizados construídos ao longo das indissociáveis vidas pessoal, acadêmica e profissional. Mais especialmente, foram pouco mais de quatro anos de atividades científicas andarilhas compartilhadas com o Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência, Dona Alzira. Ao orientador e professor titular lotado no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG), PhD. Eguimar Felício Chaveiro, coube liderar com maestria. Fui apresentado à Geografia da alegria e da coletividade.

No Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí (PPGGEO/UFG-Jataí), a tese está atrelada à área de concentração “Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro” e à linha de pesquisa “Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do Cerrado Brasileiro”. Nas profícuas discussões sobre método, em contraponto com as fundamentais e fundamentadas argumentações do orientador, banca de qualificação e demais professores do programa, surge esta tese. Andei entre gigantes.

Já no início da trajetória de doutoramento, em 2016, ao ser acolhido no grupo Dona Alzira, me deparei com um jeito novo e diferenciado de fazer e ler a Geografia. Um grupo que trabalha, pesquisa e discute vários temas num misto de engajamento e movimento. Entre gestos solidários e ações de proativas, me vi ali na Geografia do Afeto.

Os estudos versam sobre a eterna dialética de apropriação capitalista sobre o(s) território(s) nos seus diversos aspectos: político, econômico, ambiental, urbano e rural, mas, sobretudo, humano. Uma Geografia discutida aos sábados na sala da Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Goiânia (AGB) ou a qualquer momento pelas salas e auditório do IESA, no escritório do orientador, nos bares ou restaurantes, nas casas dos amigos ou, especialmente, no apartamento do PhD. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves. Andei com o afeto da sapiência amiga que acolhe.

Para o grande grupo que produz e pratica essa Geografia do Afeto, o diferencial é, sobretudo, estudar pessoas com o rigor do olhar científico, mas sem esquecer do amor e da dor. Estudamos: migrantes, trabalhadores(as), povos originários, camponeses(as), meninos(as) de ruas, adolescentes e estudantes, mulheres, negros(as), deficientes, ... estudamos gentes, sujeitos e pessoas. Estudamos existências.

Assim, o itinerário da tese e alguns desses alegres movimentos geográficos que permitiram pensar o trabalho, aparecem descritos no cronograma da tabela 1.

Tabela 1 - Cronograma de atividade desenvolvidas

ATIVIDADES	2016				2017				2018				2019				2020			
	TRIMESTRE																			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Levantamento bibliográfico	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Identificação da área de estudo			x																	
Delimitação do objeto de estudo										x										
Pesquisa documental, estatística e iconográfica			x	x						x	x	x	x							
Elaboração de questionários													x	x						
Realização das entrevistas										x	x		x	x					X	X
Tabulação e organização de dados											x	x	x	x	x	x				
Análise e discussão dos dados												x	x	x	x	x				
Redação da tese												x	x	x	x	x	x			
Produção de artigos científicos				x		X				x	x			x	x					
Qualificação da tese														x						
Defesa da tese																		x	x	
Correção e publicação de artigos																			x	x
Encontros do grupo Dona Alzira		x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Missão científica em Moçambique				x	x															
Missão científica Reg. Agroecol. do Cerrado						x														
Organizador Evento Sertão Serrado						x														
Palestrante II Fórum Águas UEG-Iporá.							X													
Evento fenomenologia Unesp Rio Claro/SP								x												
Missão científica em Cuba										x										
Palestrante Reunião SBPC Rio Verde										x										
Missão científica Reserva Serra Dourada										x										
Evento FioCruz no Rio de Janeiro											x									
Curso Banco Multidimens. Estatíst. IBGE											x									
Participação no ENGA em Dourados												x								
Organização e lançamento livro CUBRA												x								
Semin. Internacional Agrotóxicos em Goiás												x								
Evento Sociobiodiversidade Goiás e Aruanã														x						
Colóquio Internacional Brasil-Bolívia															x					
Congresso Internacional Brasil-Cuba															x					
3ª Jornada Goiana de Direitos Humanos																x				

Fonte: autor (2020).

Entre as inúmeras atividades realizadas, o doutoramento em Geografia começou com um grande desafio: um intercâmbio de três meses para desenvolver pesquisa em Moçambique. O convênio entre o Instituto de Estudos Socioambientais

da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane (ESHTI/UEM), oportunizou conhecer a “terra da boa gente”, Inhambane, sob os auspícios do projeto “Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências da economia criativa do cerrado brasileiro e savana em Moçambique”.

Cheia de encantos e desencantos, como todo país do sul subdesenvolvido, a marca da cultura e da alegria são tão vibrantes quanto o descaso governamental e a corrupção. Os caminhos da cidade, das machambas e do ciclone Díneo foram percorridos com o atual Diretor, Dr. Helsio Azevedo, e com o amigo-monitor Célsio Assane. Esse foi o primeiro de vários projetos que brotaram e que segue sendo jardinado no solo fértil do companheirismo, amizade e aprendizado com o Dona Alzira.

As viagens internacionais foram folheadas sob meus olhos. Surgiu Cuba com seus desafios diante do embargo. Nos transformamos em CuBranos e percorri de oeste a leste, de Havana a Santiago de Cuba, a história socialista que os amigos Che, Fidel e Raúl e Camilo atravessaram pela Sierra Maestra. Com o companheiro Dr. Ibrahim Amhed León Tellez, sentimos viva a chama da revolução e aprendemos que a “Felicidade anda de Sandálias”, como diz o nome do livro coletivo produzido pelo grupo de pesquisadores peregrinos.

Durante as viagens ao exterior, houveram ainda rápidas incursões científicas pelos guetos da África do Sul de Nelson Mandela; pelo canal do Panamá, nos solos pampianos, fortalezas e o litoral do Uruguai; um bate-volta até Pedro Juan Caballero no Paraguai. Em 2020, tive a experiência marcante de embarcar à China e Tailândia em tempos de Covid-19. A Praça da Paz Celestial, em Pequim, estava vazia, mas não silenciada. Suas ruas desertas apresentavam o cuidado do governo em preservar vidas. Cuidado este que no Brasil não existe, pois é um dos 3 países que mais matou pela doença e pelo descaso. Outras missões científicas como Argentina e Alemanha ficaram nos planos. Não de acontecer.

Três encontros nacionais foram especiais. O primeiro, inicia na viagem solo à UNESP de Rio Claro, São Paulo. Era 2016 e o golpe estava armado. O deslocamento se deu junto ao início da paralisação dos caminhoneiros. Aqui, o pensar dialético geográfico caminhava lado a lado ao interesse pela fenomenologia. No evento, a comemoração pelos 90 anos de vida e de estudos da geógrafa Livia de Oliveira que jaz este ano.

O segundo momento aconteceu em Dourados, Mato Grosso do Sul, durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Foi marcado pelas diversas falas dos companheiros de viagem e com a abertura e o jantar na companhia do teólogo da libertação, Leonardo Boff. Em meio aos povos originários, a contradição capitalista foi (re)apresentada, pelo nobre geógrafo e livre-docente, PhD. José Gilberto de Souza.

O terceiro encontro refere-se à 3ª Jornada Goiana de Direitos Humanos acontecida em Goiânia e na qual fui gentilmente agraciado com a relatoria da explanação do filósofo e teólogo Frei Bretto. Organizada pelo Comitê Goiano de Direitos Humano Dom Tomás Balduino, os agradecimentos são para a Ana Carolina Marques de Oliveira, atual presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e à Fernanda Silva Martins, elo e membro do Comitê e do Dona Alzira. Esta reunião foi como encontrar a mosca azul na busca pela justiça social.



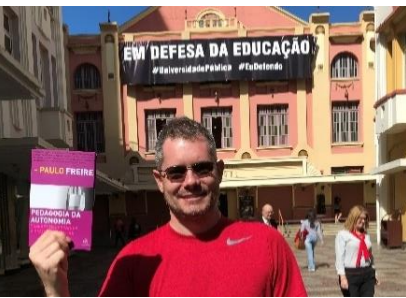
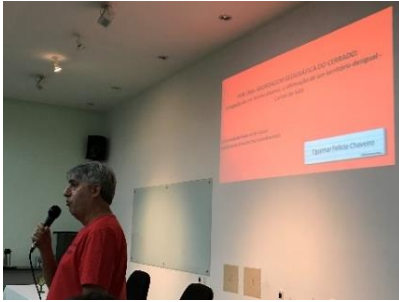
Com as viagens nacionais pude conhecer um pouco de todas as regiões e as singularidades desse gigante adormecido em berço esplêndido. Como um bandeirante às avessas, desvendei o Brasil acompanhado dos amigos pesquisadores para entender as riquezas e as mazelas de cada povo ou comunidade. Com a Rede de Pesquisa em Geografia, Turismo e Literatura andamos com o ENTREMEIO pela cidade de Cora Coralina, antiga capital de Goiás, com os amigos do Rio de Janeiro.

No mesmo lugar e com a parceria constante dos professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG), produzimos ainda dois Seminários: o Trabalho, Território e Saúde, realizado com Larissa Di Oliveira Santhomé e Danniela Davidson Castro pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST-Goiás) e; o de Mineração, Pesquisa e Extensão com o Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Sempre com apoio da equipe da Revista Sapiência da UEG.

Levamos o CUBRA, o CIGEO-DR e o MADREPLAC à Manaus e nos rendemos a toada dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso. Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, saltamos para além dos muros da academia e ocupamos espaços com Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido. O Rio de Janeiro fica mais lindo com a formação em Vigilância em Saúde do Trabalhador produzida nas reuniões do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com Luiz Carlos Fadel, Luciene de Aguiar Dias e Isabella Maio.

Mesmo em meio a pandemia do Covid-19, surgiram novos parceiros, técnicas e projetos. Entre eles, o convite para ocupar a cadeira de número 40 do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE). Entre os projetos virtuais, com o ICEBE nasce os Colóquios Primordiais Bernardo Élis 2020. Com o Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território (LEAT/UEG-Iporá) e o Grupo Dona Alzira desenvolve-se o projeto Narratividades Geográficas. Ainda, empossado como Tesoureiro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB-Seção Goiânia) participei com o projeto no qual são apresentados os clássicos da Geografia, tais como: Humboldt, Saint Hilaire, Max Sorre e outros.

Outras andanças enriquecedoras e que merecem destaque são as do Circuito Multitemático de Expedição Geográfica (MultiGeo). Com Valdir Specian, lançamo-nos nas palafitas do Amazonas, Amapá e Pará. No Sudeste, encarei, na companhia de Ricardo Assis e Fernanda Martins, a dor de famílias soterradas pelo necrocapital escorrido das Minas Gerais. Com o ítalo-moçambicano-brasileiro Roberto Vico, foi desvendada a cultura, a alegria, as dificuldades e os aspectos físicos do Nordeste.





Toda essa trajetória e mais algumas que não foram contadas, trouxeram o conhecimento e a sensibilidade necessária para esta tese. Aos poucos, trouxe a Geografia do Afeto para a cidade de Rio Verde, Goiás, e pude pensar o campo e o sujeito de estudo. Poucas coisas me são tão fortes quanto o sujeito que não ganha ouvidos, que não tem sua fala acolhida e, portanto, é invisibilizado, vulnerabilizado.

Não somente esta tese é sobre isso, mas o caminhar que fui convidado e me propus a fazer pelo Brasil e pelo mundo me mostrou o quanto as pessoas ainda estão esquecidas. Como não poderia ser diferente, começo contando a história dos migrantes nordestinos pela minha própria trajetória de andanças e mudanças pelo Brasil. Por força das circunstâncias de vida, de trabalho e das andanças pelo mundo em busca do conhecimento inerente à mente e ao corpo do geógrafo.

Aprendi que essa é a história de muitos brasileiros migrantes. Algumas mais difíceis que outras, mas quase todas com uma semelhança. A migração atrás do capital que migrou, em busca do emprego e melhores condições de vida. Assim, em 2008, aponto em Rio Verde para o efetivo trabalho docente no Instituto Federal Goiano.

Apesar de não ser nordestino, sou igualmente migrante e me reconheço assim desde pequeno quando realizava um deslocamento pendular diário até a capital de São Paulo. Por isso me sinto à vontade para descrever os desejos e angústias de quem tenta a vida longe de suas origens e de sua família. Também sei da importância em registrar a dor e o andor relatados por cada migrante nordestino que aparece neste

trabalho. Mantidas as diferenças, mas tal qual o nordestino que aqui chega, ser migrante trabalhador faz parte do meu lugar de fala.

Nasci na cidade de Taboão da Serra, cidade-dormitório que integra a Região Metropolitana da cidade de São Paulo. Lá, desde pequenino, acordava as 5:30 da manhã e me deitava no banco de trás do fusca para ir à escola com meu pai Waldiomar Soares ao volante e meu irmão Leonardo Uhlmann Soares, mais velho 10 meses, no banco da frente com o qual revezava de lugar esporadicamente. Lembro-me de ir coberto com minha manta azul ao som do KISS, uma das minhas bandas preferidas até hoje. Quando íamos com o ônibus que fazia a linha Taboão da Serra-Pinheiros, esse trajeto acontecia no colo de alguma generosa passageira. Minha irmã Mariangela Uhlmann Soares, nascida quatro anos depois de mim, logo entraria no mesmo movimento.

Meu pai, natural de Arroio Grande, cidade sul-rio-grandense, sempre contou que saiu de casa aos oito anos de idade para trabalhar nas estâncias da pampa gaúcha. Quando terminou o serviço militar obrigatório, migrou aos 19 anos para trabalhar em Campinas, interior de São Paulo. Logo em seguida, foi para a capital como cavalição, ofício que aprendeu na lida do campo e no quartel. Após capacitação, tornou-se técnico em veterinária e trabalhou durante quase 40 anos no Jockey Clube de São Paulo. Foram 78 anos ensinando dedicação e compromisso.

Minha mãe, Irene Uhlmann Soares, também migrante, contava que quando seus pais resolveram abandonar a zona rural de Santa Gertrudes, interior de São Paulo, ela e sua irmã pequena seriam deixadas para trabalharem na casa de outra família em troca de abrigo e comida. No caminho para essa nova família, a irmã se rebelou, se recusa a seguir e vão junto para a capital. Filha mais velha de sete irmãos, sempre foi o esteio da casa. Com o apoio dela, as outras irmãs aprenderam a estudar, pois segundo seu pai isso era importante apenas para os homens. Sempre muito trabalhadeira, ensinou proatividade, cuidado com as pessoas e zelo nas atividades.

Quando migrei para o Rio Grande do Sul, o bar do Pedro, próximo a faculdade de Geografia em que me formei, e o posto de combustível, próximo a faculdade de Direito, onde também estudei, serviram de reduto de aprendizado. Uma das entrevistas desta tese aconteceu em um posto. Nele, já sabia como interagir, me senti confortável e, sobretudo, pronto para o trabalho. Me fez recordar das boas discussões políticas e humanas traçadas tanto no bar, quanto no pátio do posto em que meu amigo de faculdade, Vanderlei Eickhoff, e eu trabalhamos. Ele gerente, eu frentista.

Antes havíamos trabalhado no IBGE, na Contagem da População de 1996. Ele supervisor, eu recenseador. Ele descansa em paz, eu estou aqui para contar.

Ali já se ensaiava a preocupação com a Geografia Social, Humana e do Afeto. Assim, não poderia ser diferente que o objeto de estudo desta pesquisa envolve a sina dos nordestinos que chegam ao estado de Goiás e, mais precisamente, ao município de Rio Verde. À medida em que se busca compreender como eles se sentem tendo que abandonar sua terra natal, espera-se encontrar algo mais. Ao demonstrar interesse com a representação social que o nordestino tem sobre a cidade atual, que ele possa se sentir abraçado, ao invés de excluído, para que se sinta acolhido na terra para a qual precisou vir trabalhar e sobreviver.



INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO A PALAVRAMUNDO

“O RETIRANTE EXPLICA AO LEITOR QUEM É E A QUE VAI”

“— O meu nome é Severino,/não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,/que é santo de romaria,
deram então de me chamar/Severino de Maria;
como há muitos Severinos/com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria/do finado Zacarias.
Mas isso ainda diz pouco:/há muitos na freguesia,
por causa de um coronel/que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo/senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala/ora a Vossas Senhorias?
Vejam: é o Severino/da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,/limites da Paraíba.
Mas isso ainda diz pouco:/se ao menos mais cinco havia
com nome de Severino/filhos de tantas Marias
mulheres de outros tantos,/já finados, Zacarias,
vivendo na mesma serra/magra e ossuda em que eu vivia.
Somos muitos Severinos/iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande/que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido/sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue/que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos/iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,/mesma morte severina:
que é a morte de que se morre/de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,/de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença/é que a morte severina
ataca em qualquer idade,/e até gente não nascida).
Somos muitos Severinos/iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras/suando-se muito em cima,
a de tentar despertar/terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar/algum roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam/melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir/a história de minha vida,
passo a ser o Severino/que em vossa presença emigra.”
(MELO NETO, João Cabral de, 2018, p. 91)

Foi na semana de 15 a 19 de maio de 2018, durante a 70ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e em meio ao pouco de Cerrado que resta, que enfim brotou o projeto de tese desta pesquisa que é defendida nas próximas linhas.

Entre palestras e oficinas de renomados pesquisadores e pesquisadoras de Goiás e do Brasil, apresentei no dia 15/05/2018 o minicurso intitulado “A construção do agronegócio na Região de Planejamento Sudoeste Goiano”. Um dos principais momentos foi o trabalho de campo no qual foram percorridos o perímetro urbano de Rio Verde e um pequeno trecho da rodovia BR-060 que liga o município às capitais do estado e do país, respectivamente, Goiânia e Brasília.

Durante o trajeto, os participantes puderam (re)conhecer não somente o modelo de espacialização territorial das agroindústrias ao longo da rodovia, mas também os fundos de aporte financeiro para instalação das plantas agroindustriais e das granjas criadoras de aves e suínos. Entre os financiadores indicados nas placas na frente das empresas, destacam-se: o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR).

No deslocamento pelo perímetro urbano foram analisados os componentes iconográficos das principais avenidas da cidade de Rio Verde. Como relatam Soares & Marques (2018), a leitura dessas vozes revela as contradições socioterritoriais da cidade. Entre pichações, propagandas e monumentos, um dos componentes principais é o “Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde” identificado na figura 1.

Ele retrata o que Pizarro (2017, p. 256) entende como a representação das três fases da construção do agronegócio no Sudoeste Goiano: a primeira fase na década de 1970 com a modernização e mecanização da agricultura que inclui a substituição da pecuária bovina pela produção de arroz, soja e milho; a segunda fase, de 1980 a 1990, acontece a industrialização da agricultura com a instalação das unidades processadoras de grãos e; a terceira fase, no início do século XXI, com a implantação das unidades agroindustriais e intensificação das atividades agropecuárias de aves e suínos com a indústria.

Figura 1 - Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde



Fonte: Trabalho de campo realizado em 15/05/2018.

O mosaico em forma de árvore do Cerrado, busca retratar a dinâmica econômica agropecuária tecnificada de Rio Verde e aponta para uma relação cultural bucólica de outros tempos. Entretanto, não é apresentado no monumento o viés humano do trabalho realizado no campo ou na cidade. Prova disso, é que o poema cravado no sopé do monumento não faz sequer menção aos trabalhadores nativos rio-verdenses ou a massa de nordestinos que vivem aqui e representam o maior número de migrantes.

Cidades são como pessoas, existem as que já nascem predestinadas ao sucesso. O desenvolvimento de Rio Verde se deve ao solo, ao clima, e aos pioneiros que aqui chegaram: mineiros, paulistas, paranaenses, gaúchos, catarinenses e outros imigrantes que formam um amálgama progresso. Este monumento simboliza o trabalho, a inteligência e a vontade do nosso povo na grandeza da agropecuária, indústria, comércio e turismo sem esquecer as nossas origens, valores e cultura (COELHO, Ana Carolina Rodrigues. Colégio Estadual Abel Pereira de Castro, janeiro de 2003).

Pelo contrário, o poema faz referência apenas aos proprietários de terras que introduziram o modelo de agricultura capitalista monopolista graneleira. No que pese, à época, ser uma estudante de colégio público que elaborou a redação do texto, é possível perceber já de saída o tom do discurso classista e hegemônico em representar uma classe social que não seja a própria. Na passagem é translúcida, a representação social que paira sobre a população. Resta aqui, desnublá-la, pois vale salientar que o texto foi escrito por uma estudante natural de Rio Verde e que à época estava com dezoito anos e frequentava o projeto educacional de aceleração dos estudos que era parte do programa “Acelera Goiás” do governo Marconi Perillo.

Retornando à reunião da SBPC, no dia 17/05, foi a vez do pesquisador-orientador Eguimar Felício Chaveiro participar da mesa-redonda “Sociobiodiversidade, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável”. Durante a fala, tratou de pontuar: “Sociobiodiversidade é um campo de defesa das populações tradicionais, dos quilombolas, das mais de 200 comunidades indígenas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, entre outras, que são responsáveis pela produção, proteção e fortalecimento dos nossos biomas.” (SBPC, 2018).

Conforme o pesquisador, a cidade de Rio Verde é exemplo importante para uma guinada na direção e no tipo de modelo de produção insustentável ao vincular-se apenas para o lucro financeiro. Urge avançar nas discussões socioambientais uma vez que o modelo de lucro e uso intensivo de agrotóxicos na “capital do agronegócio” não demonstra preocupação com a sociedade ou com o meio ambiente ou quiça com a sociobiodiversidade.

Na confluência dessas atividades de campo, palestras e discussões, vem à luz, em uma conversa como outras tantas despreziosas, mas atentas, durante o café da manhã, que o sujeito de estudo dessa tese não seriam os sulistas ou sudestinos, produtores ou agroindustriais. Entre os debates sobre agronegócio e sociobiodiversidade, eis que surge quem está presente sustentando o crescimento econômico da “capital do agronegócio”, o Trabalhador(a) Migrante Nordestino(a).

Chamado para uma percepção mais atenta e sensível, salta aos olhos e aos ouvidos o sujeito invisibilizado que está atendendo no balcão da padaria. Ao longo do dia, identifica-se que esse mesmo sujeito também está nos balcões das lanchonetes, na recepção ou na faxina do hotel, nos serviços terceirizados da instituição pública de ensino, nas ruas e nas calçadas exibindo seu sotaque, e também, nas feiras-livres.

Essas observações auferiram às pesquisas exploratórias uma comprovação inicial. A primeira comprovação diz respeito às inúmeras conversas informais pelo comércio local. Elas confirmam que trabalhador migrante nordestino é uma das principais forças de mão de obra braçal na cidade de Rio Verde. A segunda, parte do levantamento bibliográfico científico que certifica que a população nordestina representa o maior contingente de migrantes que desembarcam todos os dias na rodoviária de Rio Verde.

De posse desses dados, a discussão caminhou no sentido da necessária preocupação sociogeográfica em dialogar com os trabalhadores migrantes nordestinos que são diariamente invisibilizados ou negados pelo Outro migrante ou mesmo pelo nativo de Rio Verde. Ao generalizar o que escreve Silva (2011) sobre as reconfigurações e as relações de trabalho nos canaviais, pode-se aprofundar que os agentes hegemônicos do capital encapuzam de invisibilidade os trabalhadores e trabalhadoras braçais do rural e do urbano. Eles são diminuídos, ocultados e negados por conta da segregação da força de trabalho que trazem para as cidades da agricultura capitalista monopolista como acontece em Rio Verde, Goiás.

Na teoria social de Honneth (2003), o filósofo e sociólogo alemão destrincha um quadro no qual apresenta a estrutura das relações sociais de reconhecimento sob um viés histórico-materialista. Entre os modos de reconhecimentos, existem as formas de reconhecimento e as de desrespeito. No caso das primeiras, estão as formas de reconhecimento baseadas em dedicação emotiva, respeito cognitivo e estima social. No outro extremo, alega existirem três formas de desrespeito ou desprezo que protagonizam a luta por reconhecimento do sujeito. São elas: os maus-tratos ou a violência física; a privação de direitos ou exclusão social e; a ofensa ou degradação cultural do sujeito. Sobre elas, a socióloga Tomás (2012) categoriza:

A violência física representa a forma extrema de desprezo e provoca um desmoronamento psicológico dramático para a vítima resultando na confiança em si e no seu mundo afetivo. O segundo tipo de desprezo é a exclusão jurídica que provoca uma experiência de humilhação moral como, por exemplo, quando os direitos fundamentais são recusados à vítima. Honneth considera estes direitos como “as exigências que uma pessoa pode legitimamente pedir à sociedade na medida em que ela faz parte de uma comunidade e participa à ordem constitucional”. A terceira forma de desprezo é a desconsideração cultural de um modo de vida. Esta forma de desdém é avaliativa pois a vítima é julgada pelos seus valores sociais (TOMÁS, 2012, p.06).

Essa luta por reconhecimento, diante da recusa em olhar a realidade social do Outro, é a mesma que sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2018) chama de invisibilização social. O autor entende que os sujeitos recusados pelo centro devem ser analisados com uma visão microscópica e isso cabe a ciência social. É necessária uma análise que tornem observáveis as realidades novas que foram ignoradas ou invisibilizadas pela tradição epistêmica eurocêntrica e norte-americana do capital que adotamos na cidade de Rio Verde a partir da Revolução Verde.

Por outro caminho, mas com a mesma intenção de apresentar o intencionalmente invisível, Gomes (2013) propõe utilizar-se da geografia do olhar. Nos seus regimes de visibilidade, ela nos informa sobre o quê ou quem pode ser considerado importante e qual a legitimidade. Assim, o “que” ver e “como” ver são tributários de “onde” ver para que se tenha a compreensão da importância e do sentido do que ou de quem está se estudando.

Ao somar a confluência entre as atividades do processo de doutoramento e o conhecimento local do pesquisador com a sensibilidade de percepção do orientador, surge o objeto principal de estudo desta tese. Assim, a vivência sobre a cidade de Rio Verde e o modelo de agronegócio instalado unida à agudeza em se perceber o sujeito mais aflito e merecedor de atenção, nasce então o tema “A Representação Social do Trabalhador Migrante Nordestino sobre a cidade da agricultura capitalista monopolista de Rio Verde, Goiás”. A forma como tal objeto de estudo brota em meio a um Cerrado devastado e intoxicado, faz perceber ainda mais a importância de se quebrar a dormência científica prostrada no Brasil neoliberal e ultra neoliberal dos últimos tempos, bem como de quem temos que acolher e fazer coro à voz de quem é ocultado.

Para acolher a voz do trabalhador migrante nordestino invisibilizado e desnublar a Representação Social que o mesmo possui sobre a cidade de Rio Verde, a pesquisa foi tecida sobre um itinerário metodológico quali-quantitativo de escala geográfica diversa, mesmo que centrada no estudo da cidade de Rio Verde, Goiás. Além desta introdução e das considerações finais da tese, foram desenvolvidos quatro capítulos com estudos imprescindíveis ao entendimento da totalidade.

Os dois primeiros capítulos situam os estudos sobre formação territorial de Goiás e Rio Verde vinculados ao processo de migração nacional para que se possa identificar as características daqueles territórios em relação aos migrantes nordestinos em busca de emprego e salário. Os dois últimos abrangem, respectivamente, as cartas de vida e as geofotografias, que trazem à tona o quadro-síntese do estudo

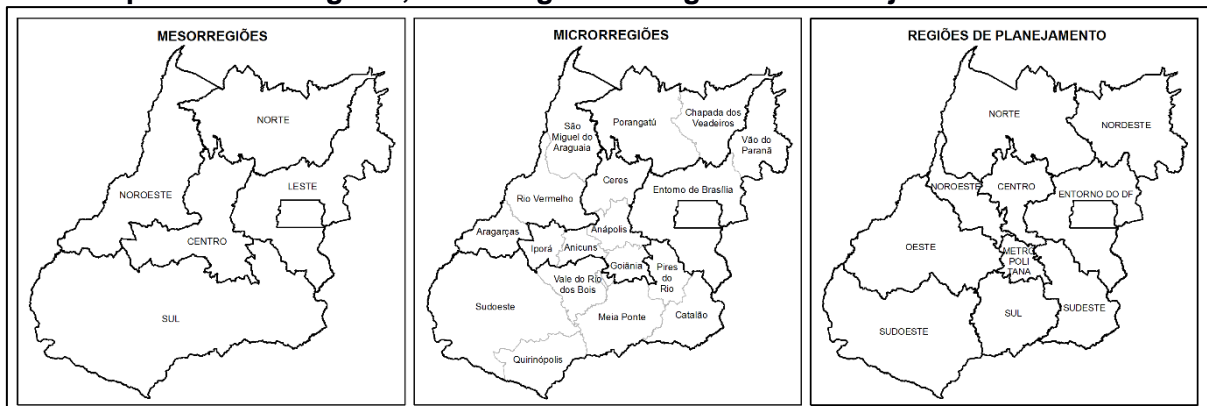
sobre as Representações Sociais. Com eles, é possível entender as faces nubladas e contraditórias da formação do pensamento do trabalhador migrante nordestino no que se refere ao seu entendimento sobre a cidade de Rio Verde.

Uma vez que existe um imbricado processo de escalas geográficas na formação da estrutura política, econômica e social na produção capitalista das cidades do agro(negócio)tóxico, isso significa que se fez necessária as diversas análises por diversas unidades territoriais. Entretanto, tendo em mente que a análise principal esmiúça o território de Rio Verde, Goiás, debruçou-se intensamente sobre a cidade e os migrantes nordestinos que nela residem.

Não obstante, por vezes, a regionalização serve para nos apresentar as produções sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e culturais ocorridas. Uma vez que as tecnologias suplantam os limites naturais e uniformizam os processos econômicos, se torna necessário também avaliar as especificidades regionais.

Assim, no mapa 1, estão identificados e diferenciados os três traçados regionais propostos ao longo do tempo para o estado de Goiás.

Mapa 1 - Mesorregiões, Microrregiões e Regiões de Planejamento de Goiás

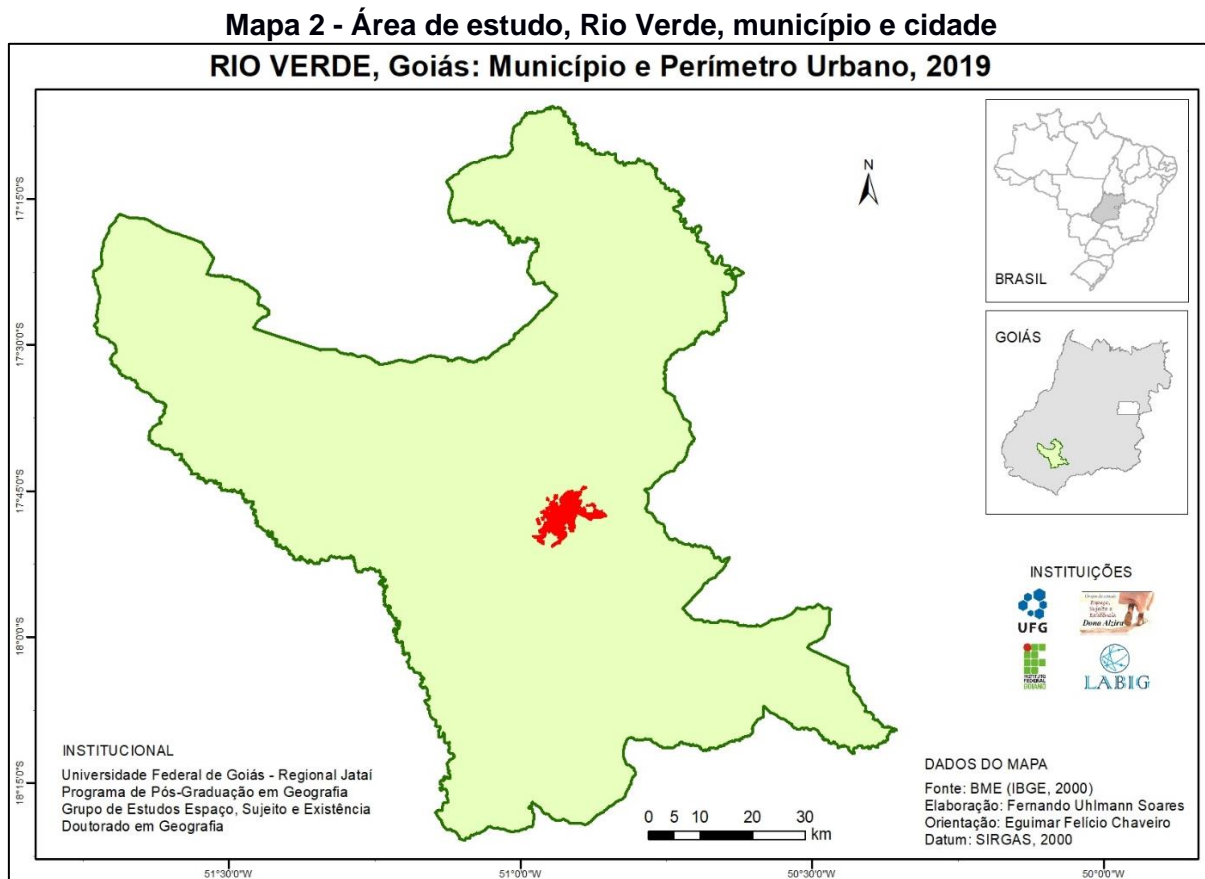


Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Com a consolidação do processo industrial metropolitano e de um processo agroindustrial conservador no município de Rio Verde e no Sudoeste Goiano, atualmente os nordestinos representam a mais importante massa trabalhadora de migrantes em Goiás. Isso acontece, especialmente, na capital Goiânia, na Região Metropolitana e nas cidades do agro(negócio)tóxico como é o caso de Rio Verde que ao uniformizar os processos econômicos, se torna necessário avaliar suas especificidades sociais.

Assim, embora seja necessária a análise do estado de Goiás como um todo, a área de estudo desta tese refere-se ao município de Rio Verde e, mais especificamente, à cidade de Rio Verde. Isso em virtude da elevada concentração de população no perímetro urbano em decorrência da elevada migração do tipo rural-urbana e das migrações oriundas dos outros municípios de Goiás e também dos demais estados da federação.

No mapa 2 estão identificadas as diferentes escalas geográficas de estudo com identificação principal do município e da cidade de Rio Verde, Goiás, que se vincula ao objetivo principal do estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Diante do delineamento da área de estudo principal, que está imbricada nos demais componentes territoriais, e a partir da tessitura de cada capítulo, foi sendo construído o objeto principal do estudo que versa sobre a Representação Social que o Trabalhador Migrante Nordestino possui sobre a cidade de Rio Verde, Goiás.

O primeiro capítulo intitulado “Rio Verde: formação territorial e integração mundializadas” aborda a formação socioeconômica da nova matriz territorial goiana

com vista à acumulação capitalista. Para tanto, num primeiro momento, Rio Verde foi analisado como parte do Sudoeste Goiano e a partir dos dados governamentais, tais como: indicadores econômicos, dinâmica da população, crescimento das cidades e índices de escolarização. Também, gênero, expectativa de vida, crescimento e distribuição rural e urbana da população.

Nesse contexto, desde o processo de construção da nova capital Goiânia, a partir de 1933, e após a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) durante o governo federal de Getúlio Vargas, na década de 1940, o Estado começou a receber um elevado contingente de mão de obra migrante. Sob as diretrizes da “Marcha para o Oeste”, nos anos de 1950 e 1960, é consolidada a migração em massa dos candangos para a construção de Brasília.

Para entender a migração populacional rumo à Goiás, Chaveiro et. al. (2009) analisa que o estado de Goiás passou por uma reestruturação desigual no seu quadro demográfico a partir dos projetos desenvolvimentistas e integradores associados à uma modernização conservadora do campo e à intensificação da urbanização, da estrutura industrial, do emprego e do salário.

A partir de 1970 o espaço goiano sofreu reestruturação no seu quadro demográfico. A disseminação da modernização (agrícola), a intensificação da urbanização, da estrutura industrial, da renda, do emprego produziu um crescimento populacional, que ainda se intensifica desigualmente em todo território em decorrência da funcionalidade e do poder de atração dos polos em desenvolvimento. Observa-se áreas com alto crescimento e concentração populacional na região metropolitana de Goiânia, Entorno de Brasília, outros municípios no Sudoeste Goiano, como Rio Verde e no Sudeste Goiano, Itumbiara, Catalão, Caldas Novas, e também microrregiões com taxa de crescimento negativo (CHAVEIRO et. al., 2009, p.28).

No cerne interiorano dessas mudanças, o município de Rio Verde engata um elevado crescimento econômico e demográfico com alta concentração urbana vinculada à migração rural-urbana e à migração de outras regiões do país. Assim, o município se torna um polo econômico regional, bem como da agricultura monopolista e da agroindústria no estado. Se tornou um dos principais destinos dos nordestinos que buscam emprego e melhores condições de vida.

Em Rio Verde, na década de 1970, a expansão da fronteira agrícola trouxe o pioneirismo migratório com a vinda dos sulistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Vinte anos depois, a partir do final da década de 1980, inicia a chegada de

um grande contingente de nordestinos atraídos pelas oportunidades de emprego surgidas com o crescimento do setor agroindustrial na cidade e região. O compasso do crescimento econômico do município é acompanhado, sobretudo, pela migração laboral em direção à cidade. Neste tipo de deslocamento, as pessoas são condicionadas única ou preferencialmente pela busca ou exercício do trabalho.

Sobre a migração da força de trabalho rural/urbana, Souza et. al. (2001) adverte sobre imposição promovida pelos processos excludentes de modernização da agricultura e crescimento urbano/industrial daqueles últimos anos do século XX. No que tange à movimentação dos trabalhadores urbanos, observa-se que o indivíduo se obriga a migrar no mesmo ritmo do descolamento das forças produtivas urbano-industriais, inclusive das plantas agroindustriais.

A negação [da desterritorialização] se estabelece como sentido de cercear um processo que obriga mulheres e homens a conduzirem-se sobre territórios sem a possibilidade de construir algo mais do que as representações espacializadas do desenvolvimento capitalista: expressas nas monoculturas que tombam pelos esforços de seus braços no corte da cana, ou pelos plantios e colheitas de laranjas, do amendoim e do algodão, e também expressas na construção civil como “reduto urbano” da força de trabalho que migra (SOUZA, et. al., 2001 p. 05).

Em muitos casos, a questão da fome ensejada pela dificuldade estrutural em se produzir alimentos, está imbricada entre os motivos para a necessária migração laboral urbana. Acerca da miséria no Nordeste brasileiro, Castro (1991) já relatava as dificuldades de erradicar a fome e os motivos da situação de inanição quando categorizou o Sertão como uma área de epidemias de fome e a Zona do Nordeste Açucareiro como área de fome endêmica.

O pesquisador dividiu à época o Brasil em três categorias de deficiência alimentar: área de fome endêmica, área de epidemias de fome e área de subnutrição. A primeira refere-se a Área Amazônica e a da Zona da Mata Nordestina, enquanto a segunda abrange quase a totalidade da população do Sertão Nordestino. Entretanto, vale a clarear que no caso do Sertão e, de quase todo Brasil, persiste um outro tipo de fome que ocorre em períodos de secas intercalados por outros de chuvas no qual o domínio político dos coronéis não permite a modificação da estrutura de (re)produção de grãos e de vida.

Face a esse cenário, milhares de nordestinos são subjugados não só a uma situação de deficiência alimentar e nutricional, mas também a uma exclusão e consequente invisibilidade social pelos brasileiros de outras regiões. A visibilidade programada do nordestino vem acompanhada do período político quando o apertar das teclas das urnas eletrônicas os transformam em cidadãos por força do voto no momento das eleições.

Quase 50 anos depois que Josué de Castro publicou a primeira edição da obra *Geografia da Fome*, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1993) apresenta no seu mapa o Nordeste também como sendo uma área na qual mais de 60% da população era acometida de fome severa no ano de 1990. Sobretudo, a população das áreas rurais sofria com os índices mais elevados de desnutrição que estavam vinculados não somente a dificuldade de acesso a comida, já que o consumo de alimentos na zona rural é maior do que na cidade, mas também aos problemas estruturais de acesso aos serviços de saúde e saneamento.

Não diferente, mesmo que transcorridos 60 anos, é apresentado nesta tese que os principais municípios de origem dos trabalhadores migrantes nordestinos pouco se alteraram até o ano de 2010. Dentro deste contexto e para iniciar um trabalho de reconhecimento, avaliação e identificação dos dados, foram geradas informações gráficas e espaciais na forma de mapas.

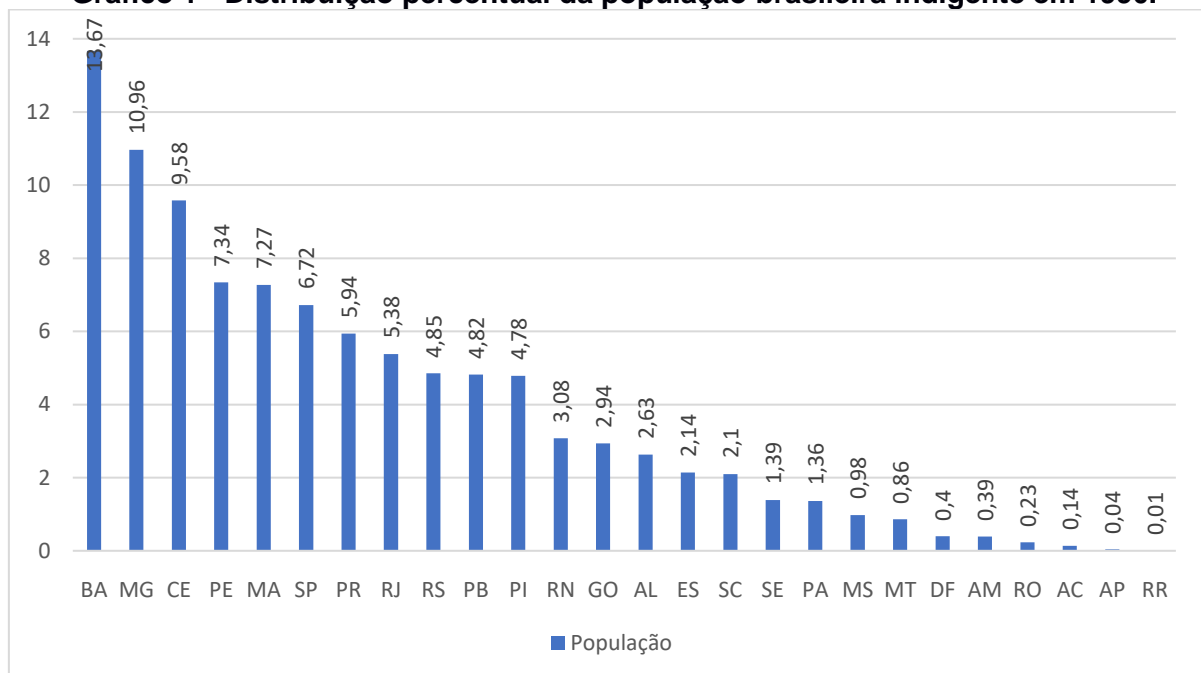
De acordo com os mapas e gráficos do IPEA (1993), à época eram nove milhões de famílias brasileiras em situação de indigência, ou seja, cujo salário mensal garantia apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos para satisfação de suas necessidades nutricionais. Mesmo a fome estando disseminada por todo território nacional e, principalmente, nas zonas urbanas, a população mais sofrida era notoriamente a nordestina.

Trinta e dois milhões de brasileiros - uma população equivalente à da Argentina - defronta-se, diariamente, com o problema da fome. [...] A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes - cerca de 7,2 milhões de indigentes - está no Nordeste. [...] Se observarmos apenas a indigência na área rural, o predomínio da região Nordeste é absoluto. Ali concentram-se mais de 60% das pessoas cuja renda não lhes permite sustentar um padrão aceitável de alimentação (IPEA, 1993, p. 05).

Esse número de 7,2 milhões de nordestinos que viviam em condições de indigência no ano de 1990, mostra um dos motivos de migrarem à época para o Centro-Oeste e outras regiões brasileiras. Assim, no gráfico 01, é possível verificar a distribuição percentual desses milhões de brasileiros que sobreviviam com apenas uma cesta básica de alimentos em 1990.

A leitura do gráfico em questão, permite identificar a elevada manifestação de pobreza em todo o Nordeste brasileiro evidenciando uma propensão a ocorrência de uma forçosa migração laborais-urbanas, intermunicipais ou interestaduais em busca de emprego e salário. Assim, na medida em que trabalhadores rurais promovem a migração, são impelidos nas cidades a se moldarem às outras estratégias de vida e aprenderem novos tipos de ofícios para garantir condições de sobrevivência.

Gráfico 1 - Distribuição percentual da população brasileira indigente em 1990.



Fonte: IPEA, 1993. Elaborado pelo autor.

Desse ponto em diante e atento às distintas perspectivas de análise geográfica de Goiás, mas principalmente de Rio Verde, chama-se a atenção para a relevância de tomar como ponto de partida a modernização do território e a modernização da agricultura enquanto processos que promoveram e acentuaram os processos de integração de Goiás e de Rio Verde na economia mundializada enquanto exportadores de comódites agropecuárias e minerais.

No segundo capítulo, “A Rio Verde Nordestina: mãos que migram”, é apresentada uma Rio Verde até então desconhecida para muitos. Com certeza, a maior parte dos moradores de Rio Verde, inclusive os próprios nordestinos, se surpreenderiam ao saber que para o ano de 2021 existam bem mais que os mais de 23 mil habitantes nordestinos identificados em 2010 pelo IBGE (2019). Haja vista que o crescimento populacional da cidade estava vinculado, em um primeiro momento, à migração interna do campo para a cidade, já faz pelo menos 50 anos que trabalhadores migram com intensidade de outras cidades do estado ou do país para Rio Verde. É significativa a representatividade de 44% de migrantes morando no município, enquanto os outros 56% são rio-verdenses nativos.

A priori, para chegar a essas informações, foi realizada uma análise diagnóstica, por meio dos microdados do IBGE, identificando de onde vem o sujeito da pesquisa que chega ao município de Rio Verde, em qual bairro ou setor da cidade reside, qual seu nível de instrução e outros dados socioeconômicos importantes inclusive para as próximas etapas da pesquisa. Para transformar esses dados obtidos em informação, foram utilizadas a produção e análise espacial de mapas, bem como diversas relações e representações gráficas para que os eventos fossem compreendidos.

Dentre a gama de motivos que fazem os nordestinos migrarem para Rio Verde e outras várias cidades do país, pode-se confirmar que o principal deles é recorrente e antigo: a necessidade de emprego que gere salário para sanar a fome sua e da família e quiçá sair da miséria numa pretensa tentativa de mobilidade social.

Assim, as teorias do fenômeno migratório nos ensinam que existem várias formas de classificá-lo. Quanto à área podem ser deslocamentos nacionais ou internacionais; quanto à forma: migrações voluntárias ou forçadas; quanto à legalidade: legais ou clandestinas e; quanto à duração da mudança: temporárias ou definitivas.

Para o caso desta pesquisa, assume-se que as migrações em busca de emprego na cidade de Rio Verde, são obviamente nacionais ou internas e legítimas por direito do indivíduo, sendo que podem ser temporárias ou definitivas. No que tange à forma, se voluntárias ou forçadas, por mais que tenhamos o fator sobrevivência e pobreza como vetores da migração, o que realmente acontece é a migração do capital produtivo e sua diferente territorialização no país, regiões ou estados.

Desse modo, o que existe antes da migração do indivíduo é a migração do trabalho ou do capital enviesado de modelo produtivo o que amplia inclusive a precarização do trabalho. Não diferente, este é o motivo da procura por uma cidade como Rio Verde, ou seja, o processo agroindustrial que está por trás desse rápido crescimento econômico que serve de atrativo para milhares de migrantes, nordestinos ou não, gerado a partir das contradições estruturais inerentes à essa dinâmica territorial.

Embora o objeto principal de estudo desta pesquisa não seja o de entender a dinâmica territorial do trabalhador migrante nordestino, essa preocupação aparece de modo natural durante a elaboração da mesma. Isso porque, desde a cidade de origem, os trabalhadores sofrem desmedida pressão para optar pelo deslocamento. Diante da territorialização do capital que acontece em outros municípios do país, a própria pressão familiar e de amigos o fará abandonar o município de origem.

Desse modo, vale lembrar que o Sudoeste Goiano e, mais precisamente para este estudo, o município de Rio Verde, Goiás, vem sendo nos últimos 50 anos objeto da territorialização e do reordenamento territorial produzido primeiro pela modernização conservadora na agricultura e depois pelo capital agroindustrial graneleiro da soja, do milho e do sorgo associado à instalação de inúmeras granjas de aves e suínos. Segundo Pizarro (2017), é justamente com a instalação das unidades agroindustriais a partir de 1997 em Rio Verde que o modelo denominado agronegócio se consolida no Sudoeste Goiano.

A unidade agroindustrial de Rio Verde foi planejada para ser a maior planta industrial da empresa e com ela foram introduzidas novas atividades econômicas no campo como a produção de aves e suínos em escala industrial, relações comerciais entre produtores rurais e a agroindústria, uso cada vez maior de incentivos fiscais e de financiamentos públicos, exigências legais sanitárias e ambientais na produção agropecuária, criação de novas associações de produtores rurais, fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio especificamente da cadeia grãos-proteína animal de aves e suínos, construção de novas vias de circulação, articulação de modais ferroviário e aeroviário etc. Segundo a empresa o Sudoeste Goiano foi “escolhido” por apresentar as seguintes características: 1. a região do Cerrado apresentou o maior crescimento agrícola e possui uma área agricultável de aproximadamente 8 milhões de hectares e solos favoráveis para mecanização; 2. terras planas, ou baixas declividades de textura argilosa com boa drenagem e fertilidade natural de médios e altos níveis; 3. regime de chuvas definido entre outubro e abril, além de prodigiosa disponibilidade de água (rios e do lençol freático); 4. temperaturas médias de 22°C e amplitudes térmicas anuais de 2°C a

6°C; 5. mão de obra disponível e adaptável às atividades que serão desenvolvidas; 6. disponibilidade de energia elétrica e incentivos fiscais para instalação (Pizarro, 2017, p. 257-258).

Atento ainda ao que assinala o pesquisador sobre o discurso da empresa, esse modelo se adequa ao que Thomaz Junior (2010) entende como território do agrohidronegócio. Nele, considera a ampla disponibilidade de terras férteis cultiváveis e mecanizáveis associadas a disponibilidade hídrica e de mão de obra. Entretanto, na fala da empresa, não se observa menção quanto à necessidade de se trazer trabalhadores de outros lugares. Isso significa que as mãos que migram estão vindo por conta própria ou de suas relações sociais face o imaginário de opulência e oportunidade que o modelo opera no país como um todo.

Diante disso, uma das teses que se apresenta preliminarmente aqui é a de que existe a formação de rede migratória baseada na socioafetividade e não mais na contratação intermediada pelo gato como em outros tempos. Há uma mudança no padrão das migrações que se confirma com análise das cartas de vida no capítulo III.

Essa migração assistida por uma rede, estabelece que o migrante é convidado, recebido, abrigado e amparado por uma rede socioafetiva, seja de parentes ou de amigos próximos e parece não estar sozinho. Estabelece-se assim uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde, que é a formação de uma rede socioafetiva de migração.

Essa rede é de suma importância, pois representa uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde. Assim, foi construído um modelo irradiado com base nas conversas exploratórias e na análise das cartas de vida. Para identificar padrões e o modelo do movimento migratório, após rastrear o primeiro migrante da rede e demais parentes e amigos trazidos por aquele, foi utilizado um aplicativo de análise exploratória de dados Gephi junto ao Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG) do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde.

Assim, foi possível testar vários tipos e níveis de gráficos e de redes até que fosse possível isolar as singularidades e descobrir intuitivamente os padrões existentes na formação da rede socioafetiva de migração nordestina. Com a rede, é possível dizer que o emprego é o vetor migracional. As pessoas, social e afetivamente mais próximas, são as responsáveis pelo convite e muitas vezes pela mobilidade do trabalhador que, muitas vezes, sequer possui recursos para se deslocar e muito menos alugar ou manter uma casa na cidade.

Se a territorialização da agricultura capitalista monopolista também expõe o conteúdo e os significados do processo expansionista do modelo grãos-proteína do agronegócio como propõe Thomaz Junior & Bento (2015), na mesma medida as migrações revelam o lado visível de fenômenos invisíveis. No entanto, mesmo não reconhecendo aqui nesta tese a migração como forçada, o fato é que as trajetórias sociais dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes passam a ser tão aviltadas quanto os próprios territórios onde sua apropriação pelo capital está sendo realizada.

Nesse compasso, foi realizada a espacialização territorial do migrante nordestino em Rio Verde. O perfil traçado perfaz um sujeito homem de baixa escolaridade e em busca de trabalho braçal, ou seja, é possível reconhecer suas dificuldades e limitações, bem como as condições de submissão a que é exposto.

Também, entra em questão a precarização do trabalho e os baixos salários em relação ao custo de vida local que leva o trabalhador nordestino a se espalhar pela cidade, mas principalmente, se dirigir aos bairros mais segregados. Essa precarização da atividade laboral e periferização da moradia, mostra que a rede socioafetiva nordestina está intrinsecamente ligada à produção e ocupação territorial da cidade de Rio Verde.

Em relação aos municípios de origem dos migrantes trabalhadores nordestinos, com alguma variação, eles continuam sendo aqueles mesmos apontados há décadas por Josué de Castro. Assim, será apresentada uma Rio Verde Nordestina que é ampla e diversa nas suas origens embora exista a superioridade do migrante baiano e maranhense. Nessa multiplicidade foi possível levantar através do Banco Multidimensional Estatístico do IBGE (2019) várias características socioeconômicas em comum do grupo. Entre elas: sexo, grau de instrução, rendimento, tempo de moradia em Rio Verde e outras. Assim, a todo momento e em qualquer lugar é possível encontrar um nordestino sempre entusiasmado em contar sua história de ontem e de hoje tal qual será relatada no capítulo seguinte a partir das cartas de vida.

O terceiro capítulo, “A Representação Social do Trabalhador Migrante Nordestino em Rio Verde, Goiás”, é o objeto de estudo principal desta tese. Visa desnublur o que existe na atmosfera do pensar quando o trabalhador migrante nordestino descreve a cidade de Rio Verde como de oportunidades. Através do gênero literário narrativas, utilizou-se do instrumento metodológico “Cartas de Vida” conforme decisão coletiva durante a banca de qualificação. Este instrumento que está presente em alguns trabalhos científicos, é também tema de livros paradidáticos.

Por exemplo, Brander et al (2015, pp. 152-153) utilizaram cartas de vida em “Un manual de Educación en los Derechos Humanos con jóvenes”. Nesse manual, os adolescentes “deberían centrarse en los detalles expuestos en las cartas de vida y utilizar su propio conocimiento general y sus conocimientos sobre historia, economía y sociología”. Isso posto, a ideia é de que grupos possam oferecer apoio ou criar oportunidades e desenvolver projetos para indivíduos vulnerabilizados da comunidade local.

Da mesma forma, a artista Carolina Clemente (2016, p. 339) também optou por esse tipo de instrumento qualitativo ao invés de usar questionários quantitativos para estudar adolescentes de Madri, Espanha. Em sua tese, mostrou que “por esto en este proceso de cambio, pasamos de lo general a lo particular, en este sentido mudamos de los cuestionarios a las cartas de vida viendo que los estudiantes se sentían más libres en este marco”.

Mais recentemente, Silva et. al. (2020) discorreram sobre adolescentes de uma escola pública de Goiânia, “a sua voz ecoou de maneira a produzir o que, metodologicamente, denominamos ‘cartas de vida’”. Como resultado, sintetizaram alguns indicadores das representações juvenis sobre temas de suas vidas. Isso “permitiu sistematizar a qualidade e a natureza dos desafios pedagógicos da escola pública da periferia de Goiânia”.

Embora nenhum dos estudos tenha se dedicado a conceituar tal instrumento metodológico, todos resguardam a possibilidade de acolher a voz dos adolescentes vulnerabilizados. Não diferentemente, nesta tese, as cartas de vida aparecem como relato essencial para entender a vida pregressa e atual do migrante nordestino e de sua família. Ainda, a partir do seu relato de vida, buscar entender a representação social que este trabalhador possui sobre a cidade para a qual migrou, no caso Rio Verde, Goiás.

Estes instrumentos foram obtidos através do emprego da metodologia da pesquisa participante. Nela, buscou-se acessar os Trabalhadores Migrantes Nordestinos (TMN) para que, de acordo com Brandão (2006, p. 54), fosse possível partir “da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais ou coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”.

Assim, entende-se as “Cartas de Vida” como um instrumento metodológico de relatos reflexivos sobre as condições de vida do antes e do hoje na medida em que se oportuniza viver, pensar e relatar. Em se tratando de um gênero textual narrativo

serviu para acolher a voz do TMN e (re)colocá-la na cena do próprio tempo e território. Assim, a importância que está contida no dizer da pessoa deve ser a mesma do cuidado em se acolher esse dizer. Sobre isso, Barthes (2002) é categórico ao afirmar:

[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo opostas: a narrativa zomba da boa e da má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está sempre presente, como a vida. (BARTHES, 2002, p.103-104).

Como intensamente debatido nos diálogos virtuais do projeto “Narratividades Geográficas” do grupo Dona Alzira e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território (LEAT) da UEG, o uso das narrativas dos nordestinos é inédito no que tange à interpretação da representação social do trabalhador. Uma vez que os nordestinos não são ouvidos e não se observa interesse nessa escuta por parte do poder público ou sequer da população, ao contarem suas histórias no papel tem a oportunidade de (re)examinar sua identidade e evocam sua consciência. Outrossim, a oralidade tão bem presente no discurso de vida do nordestino, ganha um reforço ao se encontrar com a anotação das suas narrativas de vida possibilitando a assimilação e entendimento do vivido.

No que tange às narrativas desta tese, houve provavelmente uma dificuldade maior em se obter as cartas de vida dos trabalhadores do que nas pesquisas sobre estudantes adolescentes. Isso porque, apesar dos entrevistados serem exímios contadores de suas trajetórias de vida, antes e depois da chegada à Rio Verde, quando convidados a relatar os casos no papel, muitos diziam não gostar muito de escrever. Aos poucos e conforme a confiança no projeto e no pesquisador crescia, apresentavam uma ou duas situações: a vergonha de escrever errado para um professor e, mais preocupante, a confissão de que não sabia ler ou escrever.

Assim, em uma das situações iniciais, para acolher a voz de todos sem fugir do itinerário metodológico houve a necessidade de adaptações metodológicas durante o transcorrer da pesquisa. Optou-se por transcrever o discurso de um dos migrantes que está em processo de alfabetização. Como a busca era por desvendar a palavramundo proferida pelos trabalhadores e sendo a carta de vida o método

escolhido para alçar a representação social deste sobre a cidade de Rio Verde, a carta foi transcrita pelo pesquisador diante da oralidade e iletramento do entrevistado buscando preservar o sotaque e as formas de expressão do migrante.

Para isso, foi necessário um exercício semelhante ao da atriz Fernanda Montenegro, em um clássico do cinema brasileiro, no filme *Central do Brasil* (1998) dirigido por Walter Salles. Nele, a personagem Dora, uma professora aposentada, ganha a vida escrevendo cartas para os iletrados, especialmente nordestinos e nortistas, na promessa de que as enviaria para seus entes queridos. Duas décadas depois do filme, depara-se na pesquisa desta tese com a mesma dificuldade de escrita por parte dos migrantes adultos. Curiosamente, em uma cidade que é polo educacional em Goiás e tida como de oportunidades.

Também, além da falta de domínio da escrita, a falta de tempo para o lazer ou o ócio do trabalhador entrevistado se apresentaram como obstáculos a serem transponíveis quando da coleta das cartas. Por mais elástico que fosse o prazo para a escrita, as mesmas dificilmente eram devolvidas e, desse modo, reelaborou-se o modo como a solicitação era feita.

As cartas de vida somente começaram a ser entregues quando foram solicitadas junto de um kit com pasta própria, roteiro impresso, folhas pautadas e ofício e caneta para o nordestino escrever. A partir de então, como se em uma mistura de gratidão por ser ouvido e obrigação em devolver o material – que posteriormente foi deixado de presente propositalmente para o entrevistado – as cartas de vida começaram a ser entregues.

Esta metodologia qualitativa de pesquisa possui um viés inovador na medida em que foram analisadas cartas de vida com depoimentos pessoais de trabalhadores migrantes nordestinos aos seus entes queridos que ainda residem no Nordeste brasileiro. Embora tenha havido o assentimento dos entrevistados em utilizar seus nomes verdadeiros, optou-se por arrogar siglas aos nomes dos entrevistados para salvaguardar suas histórias no anonimato e preservar a idoneidade ética dos participantes. Para tanto, houve a aprovação prévia pelo Sistema CEP-CONEP do projeto de pesquisa que originou este estudo sob o número CAAE 29105419.7.0000.8155.

De maneira bem próxima, os geógrafos Gonçalves e Mendonça (2013), a partir de pesquisa realizada nos garimpos de diamante em Coromandel/MG, versam sobre a importância da pesquisa qualitativa na Geografia. Nela, asseveram:

Na pesquisa qualitativa, a imersão do pesquisador na realidade pesquisada, a fim de interpretá-la e interagir com os sujeitos e os territórios, constitui uma característica fundamental. Essa inserção é municiada de significados e elementos que exigem daquele que pesquisa uma postura teórico-metodológica adequada para que os fenômenos possam ser decifrados. A pesquisa qualitativa abre espaço para que o pesquisador possa se aproximar do conhecimento que está inscrito na vida de cada dia, nos fazeres e saberes do cotidiano, nas múltiplas racionalidades e cosmologias, muitas delas permanecidas por séculos nos subterrâneos do modelo de pesquisa científica eurocêntrico. [...] A escolha de categorias, técnicas e métodos expressa intencionalidades que perpassam a trajetória subjetiva e política do pesquisador, pois pesquisar também é uma opção política. Priorizar determinada concepção teórica e metodológica pode contribuir para o desvendamento ou a ocultação de contradições e conflitos que se chocam ou hibridizam na apropriação dos espaços e na produção dos territórios. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa em geografia permite maior aproximação com a realidade, com o mundo do trabalho, demonstrando significados e expressões que dão sustentação à atividade garimpeira de diamantes e aos diferentes sujeitos que compõem a trama de relações nos territórios em Coromandel (GONÇALVES E MENDONÇA, 2013, pp. 434-435).

Além da preocupação em acolher a voz do Outro na relação sujeito-sujeito, existe a preocupação quanto a amostragem, ou seja, qual parte da população (universo) seria selecionada para que os resultados possam ter acurácia. Ao aliar, então, os procedimentos usados na coleta de dados com o tipo de amostragem e com o modo amostral escolhida, tem-se validade nos resultados.

Entre os tipos de amostragem probabilística e não probabilística, optou-se por esta última mais afeita a parte qualitativa da pesquisa. Por não apresentar fundamentação estatística, os procedimentos são mais críticos em relação à validade de seus resultados e apresenta vantagens em relação ao contato do sujeito com o pesquisado. Assim, foi utilizada o tipo de amostragem por tipicidade ou intencional que, conforme definiu Gil (1999), consiste em selecionar um subgrupo da população considerado representativo de toda ela. Sua seleção além de representar baixo custo, requereu considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado. Uma vez que a população nordestina é ampla e está distribuída por toda a cidade, delimitou-se como subgrupos os trabalhadores nordestinos.

No que tange ao modo amostral, considerou-se a independência frente à teoria estatística e relação entre o pesquisador-entrevistado mais fundamental do que as regras técnicas de amostragem. Tão logo, optou-se por utilizar a amostragem por

variedade de tipos que se trata, basicamente, de uma mescla da amostragem por saturação e por bola de neve. Isso significa, segundo Turato (2003), que os sujeitos são incluídos e reunidos pelo critério da homogeneidade ampla e; existe uma amostra fechada em relação ao número e tipos de informante onde o sujeito indica um próximo. Ainda, finda-se a coleta quando as respostas de novos informantes se tornam repetitivas, tanto na avaliação do pesquisador quanto na de seus pares.

Atento as singularidades de cada metodologia, a escolha dos indivíduos se deu de forma estratégica e coerente aos condicionantes estruturais do grupo e da evolução da própria pesquisa. Isso significa que, primeiramente, foram escolhidos trabalhadores migrantes nordestinos bem informados e com ampla rede de contatos e envolvimento na comunidade nordestina moradora em Rio Verde. Como forma de referenciar os sujeitos, os convites iniciais foram feitos a alguns acadêmicos-trabalhadores do Instituto Federal Goiano – campus Rio Verde dada a aproximação pesquisador-entrevistado. Depois, ao percorrer a cidade, foram convidados mais de três dezenas de migrantes de diferentes origens nordestinas, situações financeiras, atividades e moradores das diferentes áreas de ponderação (grupos de bairros) da cidade. Ao final, o universo de treze nordestinos que escreveram suas cartas de vida foi suficiente para formar a ponte de acesso na caracterização da representação social que os mesmos possuem da cidade e que reflete sua situação de vida.

Para que as cartas pudessem ser redigidas e, ao mesmo, tempo cobrissem o conteúdo investigado, foi elaborado um roteiro sistematizado com os elementos essenciais para o trabalhador relatar, completar ou até suprimir de acordo com o próprio conhecimento especializado das situações que vive ou que entende como importante. Foi necessária, também, uma reestruturação progressiva da escolha de informantes adicionais e do conteúdo das entrevistas como resultado das informações anteriormente coletadas. Isso significa que os instrumentos de pesquisa foram sendo aprimorados para melhorar a concepção e operação metodológica.

Ao longo do processo, as treze cartas de vida recolhidas se mostraram suficientes, pois a repetição das ideias centrais e de ancoragem extraídas das narrativas mostraram que o principal estava informado. Também nesta fase, foram de suma importância as idas à campo em diferentes momentos e situações para capturar o objeto de estudo sob a ótica das pessoas nele envolvidas e a partir de pontos de vista relevantes, convergentes e divergentes entre os sujeitos.

As abordagens aconteceram, na maior parte dos casos, durante os horários de expediente dos nordestinos uma vez que se buscava também entender e vivenciar essas realidades. Assim, foram percorridos diversos bairros, ruas, avenidas e esquinas; universidades e escolas; feiras-livres, bares, lanchonetes e panificadoras; rodoviária, hotéis, shopping, camelódromo e restaurantes; lojas de vestuário, supermercados e postos de combustíveis; barbearias, construções, agroindústria e uma gama de locais que fazem o operador da vida tornar-se submisso ao emprego.

Nesses ambientes, foi possível evidenciar a marcante Divisão Social do Trabalho descrita por Marx (1983) lá no século XIX. Nesse sentido, são trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste em atividades autônomas formais ou informais que marcam e acentuam a diferença social e econômica do país. São empregos de gari, vendedor(a) ambulante ou de loja, recepcionista, garçom, garçonete, manicure, cabelereiro(a), pedreiro, mestre-de-obras, caminhoneiro, carregador, estoquista, caixa, repositor, produtor-posseiro, faxineiro(a), diarista, ...

Em raríssimos casos o nordestino se torna proprietário de empresa ou de terra, gerente, chefe ou responsável sozinho por algum setor da empresa ou indústria. Longe de alguma projeção ser entendida meramente como meritocrata, tem-se o exemplo do proprietário de um supermercado que se tornou vice-prefeito e, dois anos depois, deputado estadual. O caso do proprietário de supermercado é emblemático, pois devido a sua atuação assistencialista local foi “convidado” a se candidatar e, posteriormente, eleito vice-prefeito na chapa de um médico produtor rural. Logo, diante do seu carisma e apelo social com a população nordestina, passou a deputado estadual distanciando-se dos pleitos para prefeito.

Aqui, translúcida o que Marx e Engels (2008) no célebre “Manifesto do Partido Comunista” consideram como alinhamento da burguesia com o proletariado quando este mostra sua força e aquele passa a se utilizar da demagogia social como discurso em prol das classes vulnerabilizadas. Outro desses exíguos exemplos, o de um gerente nordestino de um restaurante central da cidade. Vale lembrar também que as projeções são raríssimas e não se encontram aos montes. Inclusive nas Instituições de Ensino Superior (IES) da cidade são ínfimos os casos de discentes ou docentes nordestinos.

Assim, através desse itinerário metodológico foi possível compreender a verve da representação social nordestina a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) baseado no que denominamos cartas de vida. Diante desse entendimento, as cartas

de vida de diferentes sujeitos foram utilizadas como instrumentos na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefèvre & Lefèvre, 2012) para construir e desanuiar a Representação Social (RS) que o trabalhador migrante nordestino tem em relação à cidade de Rio Verde.

Esta metodologia fundamenta-se na Teoria da Representação Social (TRS) de Serge Moscovici na medida em que se presta à aplicação em pesquisas sociais de enfoque quali-quantitativo ao mesmo tempo em que mantém forte articulação com a vertente sócio-histórica em busca da totalidade. Segundo Moscovici (2017), o fenômeno da representação social possibilita enxergar o óbvio que está encoberto em relação a um grupo de sujeitos invisibilizados diante de uma fragmentação preestabelecida da realidade. Assim, sobre a natureza convencional e prescritiva das representações observa-se que existe um cerco subliminar, individual e coletivo, na transmissão de palavras, ideias e imagens aos sujeitos.

Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* objetos, pessoas ou acontecimentos [...], nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido, nem decodificado. [...] Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós como uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2017, p. 34-36).

Diante das narrativas apresentadas pelas cartas de vidas, a tese deste trabalho aponta inicialmente que a Representação Social que o trabalhador migrante nordestino tem sobre Rio Verde é de uma cidade de oportunidades no que tange à empregabilidade. Não obstante, a construção da antítese parte-se da leitura da totalidade ao evidenciar o modo como efetivamente se apresenta a Representação Social que possuem sobre a cidade.

Conforme Lefèvre & Lefèvre (2014), ao afastar a opinião do pesquisador e promover a distinção necessária entre descrição e interpretação das representações, a construção do DSC acontece por meio de um movimento dialético no qual os conteúdos e argumentos com sentidos semelhantes entre os indivíduos são garimpados daqueles depoimentos individuais e abstraídos na categoria que os unifica e os transforma em conteúdos e argumentos. Assim o método do DSC

apresenta-se como um resgate da RS por “buscar reconstituir tais representações preservando a sua dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva”.

Entendido o DSC como um recurso de intervenção social para além do científico, é possível desenvolver projetos e balizar ações que vão ao encontro dos apontamentos essenciais de exclusão vividos pelos nordestinos e que poderão trazer alguma luz a invisibilidade existente até então. Para tanto, a técnica do DSC atua personalizando os princípios da RS ao atribuir um “sujeito discursivo que ao mesmo tempo é capaz de falá-las e ser por elas falado. Tal ‘falando/falado’ permite descrever e apresentar as representações de um modo que ao mesmo tempo respeite os cânones da produção científica e torne úteis os resultados, fazendo com que possam funcionar eficazmente como recursos de intervenção social”. (Lefèvre & Lefèvre, 2014, p.506).

No quarto e último capítulo intitulado “Geofotografias e histórias: trajetórias territoriais de trabalhadores migrantes nordestinos”, são retratadas a partir das geofotografias as histórias de alguns trabalhadores que ao exercerem a atividade laboral, produzem a sua vida na cidade.

Somam-se à Teoria das Representações Sociais, uma série de registros informais de trabalhadores nordestinos radicados em Rio Verde cuja base para a interpretação das suas histórias é campo fértil jardinado pelo grupo de pesquisa e de estudo Dona Alzira e irrigado pela rede ENTREMEIO.

Acolher a voz do trabalhador migrante nordestino é, como propõe Arroyo (2018), possibilitar uma crítica real e legítima diante das angústias, medos e desejos, isto é, da “precarização do viver” daqueles. Com esse intuito e uma vez que as falas dos migrantes sejam simples e reproduzam as ideologias dominantes, elas evidenciam os problemas das pessoas ligadas ao território.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em seus estudos especiais, demonstra existir no Brasil cerca de 305 etnias indígenas falando em torno de 200 línguas. Quando o mesmo instituto fala da existência de várias comunidades tradicionais ou de territórios tradicionais, a diversidade social brasileira responde por modos de vida, cultura, hábitos diferenciados. Isto demonstra, também, o dever de considerar todos os povos, com a sua memória, com os seus saberes, seus modos de ver e falar. O apagamento da memória de povos indígenas exterminados, de escravos, de quilombolas, de camponeses e pessoas exiladas e de migrantes, é uma

forma de perpetuar o poder. Por isso, que a narrativa é uma maneira de considerar a experiência de vida.

Tanto Freire (2016), como Arroyo (2018), argumentam que o colonizador ou o opressor gera meios para o trabalhador sentir-se envergonhado de narrar a própria história de vida. Ao fazer isso naturaliza o sofrimento. Ouvir a história memória pessoal, social ou de um grupo, é uma maneira de os trabalhadores tomarem conta de sua vida, afirmarem a sua importância, verem o sentido de classe em suas dores.

Por isso, Barthes (2002) salienta a importância dos diversos tipos de narrativas de acordo com os grupos e as identidades que possuem. Se, no capítulo anterior, as histórias de vida foram narradas perante cartas de vida, neste capítulo foram contadas a partir das geofotografias dos trabalhadores migrantes nordestinos. O procedimento iconográfico da fotografia possibilitou conhecer as trajetórias territoriais desses sujeitos na cidade de Rio Verde.

Reconhecer as dimensões territoriais e as territorialidades do TMN na cidade é, próximo do que propõe Vale (2007), entender a gênese da migração interna em uma cidade do agronegócio e analisar a territorialização do nordestino no espaço urbano da cidade de Rio Verde. Em um primeiro momento, isso significa identificar “as dinâmicas sociais diversas e manifestas decorrentes do fluxo migratório após os anos de 1980” no município de Rio Verde. Da mesma forma, este processo de territorialização “evidencia-se por meio de dimensões econômicas, políticas e culturais, expressões do engendramento do sujeito social” em um território até então completamente árido de sua identidade.

Para tanto, além de considerar como Vale (2007) “que os nordestinos migram com os ‘pés’ e não com a ‘alma’”, entende-se, sobretudo, que os migrantes nordestinos em Rio Verde migram com as mãos. Embora seja apenas um jogo semântico, a ideia aqui é reforçar o apelo sobre o estudo do migrante trabalhador e não de todos os sujeitos migrantes como muito bem explicitou a autora na sua tese.

Nesse contexto, buscou-se as expressões e territorialidades econômicas, políticas e culturais representadas a partir do que Pidner (2019) cunhou de eventos, narrativas, projetos ou atos geofotográficos, ou simplesmente, geo-foto-grafias. Em seu trabalho a autora não delimita um conceito de modo que também não limita o diálogo possível entre geografia e a arte fotográfica. A geo-foto-grafia que propõe Pidner (2019) é explicada tendo um fotógrafo como referência, Sebastião Salgado, mas deixa outras vias dialógicas abertas no caminho.

Sendo o nordestino responsável pelo surgimento e, portanto, pela territorialidade inicial de vários bairros periféricos na cidade de Rio Verde, para esta tese foram obtidas e utilizadas fotografias desses próprios sujeitos, bem como outras do autor da pesquisa. Na medida em que as representações iconográficas iam sendo registradas nas andanças e nas entrevistas, e ao usar aqui uma dessas vias dialógicas possíveis, propôs-se utilizar as geofotografias obtidas pelo próprio pesquisador e fotógrafo amador como, da mesma forma, de vários trabalhadores nordestinos. Assim, definiu-se como geofotografias, todas as descrições imagéticas existenciais que podem apresentar ou não narrativas mais ou menos complexas que possibilitam identificar as representações territoriais e sociais da vida do sujeito ou de um grupo.

Sendo a fotografia um instrumento de representação territorial e, portanto, também de representação social já que manifesta parte de uma dada realidade, cabe ao pesquisador extrair informações que o leve das territorialidades mais simples às mais complexas. Por conseguinte, um álbum ou até mesmo algumas fotografias sequenciais levam a construir ou desnublar a narrativa de uma parte da vida.

Tal qual Rosseto (2014) que identifica na fotografia um instrumento possível de se produzir críticas sociais, Pidner (2019, p. 57) observa que a “representação é uma substituição do que não está presente e pode ser feita imageticamente, por palavras ou por outros símbolos que podem construir desenhos, gravuras, estátuas, frases, ideias, conceitos, teorias, equações numéricas, etc”.

As narrativas geofotográficas expostas ao longo deste capítulo, serviram para continuar desnublado as representações sociais e caracterizar as territorialidades do trabalhador migrante nordestino na cidade de Rio Verde, Goiás.

Sobre os riscos e benefícios desta pesquisa, atentou-se ao item 3.4.1.12 da Norma Operacional CNS 001/2003. Os riscos foram minimizados, tanto para pesquisador quanto para pesquisados(as), uma vez que todos os dados coletados foram tratados de modo sigiloso. Ainda, tendo em vista o disposto no Art. 2º, XXV e Art. 18 a 21 da Resolução CNS510/2016, buscou-se preservar as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural do ser humano. Para tanto, a qualquer momento a pesquisa poderia ser interrompida a pedido do pesquisado(a) ou em qualquer etapa pelo pesquisador caso fosse notado desconforto.

Por fim: foram garantidos o respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes do entrevistado(a); assegurou-se a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da

pesquisa; garantiu-se que os dados obtidos na pesquisa foram utilizados exclusivamente para a finalidade acordada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Entre os benefícios desta tese, o primeiro é de cunho científico, pois abre-se um leque de possibilidades para outras pesquisas já que, até então, não haviam estudos aprofundados sobre o migrante nordestino na cidade de Rio Verde. Ainda, a pesquisa gera uma curiosidade científica sobre outras temáticas afetas à população local e não somente sobre a questão da produção/produtividade do modelo de agricultura monopolista como de costume nos trabalhos científicos. Desse modo, espera servir de fio condutor para outros estudos sobre as demandas e anseios da população nativa ou migrante de Rio Verde, Goiás.

Na mesma via, pretendeu-se aproximar e promover uma interação mais próxima e eficaz da comunidade acadêmica com a administração pública municipal uma vez que estar-se-á pesquisando e produzindo conhecimento científico sobre uma parte considerável da população rio-verdense, no caso o migrante nordestino. Assim, seus resultados contribuem para balizar processos decisórios da gestão pública quanto, se for o caso, à melhoria das condições de vida desta importante população na medida em que a mesma já contribui com a cidade enquanto mão de obra e mercado consumidor.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, espera-se que acolher a voz do trabalhador migrante nordestino seja um dos mais importantes benefícios sociais e éticos desta pesquisa para ampliar a visibilidade do grupo. Por se tratar de uma pesquisa em ciências humanas, leva-se até o grupo informações sobre o seu coletivo para que adquiram um sentido identitário e uma ampla visão de mundo. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que poderão resgatar sua memória e histórias, espera-se contemplar para a emancipação do sujeito na medida em que consiga quest seu passado no Nordeste, o presente em Rio Verde e vislumbrar um futuro digno justiça social para os seus junto da sociedade em que vive.

Enquanto benefício individual do pesquisador, representa a continuidade na qualificação da carreira profissional haja vista o exercício da docência em Instituição de Ensino Superior. Ao mesmo tempo, os acadêmicos do próprio pesquisador irão se beneficiar dos resultados dessa qualificação na medida em que tenham contato com o ensino, pesquisa e extensão direcionado pelo docente ou seu grupo.

**CAPÍTULO I - RIO VERDE: FORMAÇÃO TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO
MUNDIALIZADA**

Quem nunca sentiu os respingos da chuva fina do Cerrado jamais saberá do que se trata. Nunca irá sorver o cheiro molhado da terra quente, inebriando o espaço. Tampouco o barulho compassado das folhas, açoitadas docemente pelos pingos d'água. No Cerrado, a natureza não se altera nem mesmo com a chuva. A torrente gelada bate forte nas costas do tropeiro, mas o sol continua a brilhar, aquecendo o seu dorso molhado. Tudo parece silenciar-se com a iminência da chuva. Pássaros, grilos, borboletas e animais perdem-se na paisagem e somente voltam a notar-se com a rapidez da estiagem. Em instantes, tudo volta ao normal. Resta somente o cheiro morno da terra molhada e os respingos escorrendo devagar pelas folhas grandes do pequizeiro ou cajueiro e pela aba do chapéu boiadeiro. Chuva é música no Cerrado. O céu rega a natureza com a chuva e, de quebra, lava os animais. Lava a seca. Quanto mais chove, mais o sol arde, quente, no couro da bicharada. (ESTEVAM, 2008, p.478).

O dinamismo desse território desigual possui marcas essenciais: a financeirização da pobreza; o financiamento da oligopolização da economia; a promoção de grandes eventos; a construção de usinas hidrelétricas; de aeroportos; a duplicação de vias; a edificação de ferrovias. Assentado nessas características o território do Cerrado pode ser lido no aspecto urbano, demográfico, regional. Em Goiás vê-se o crescimento vertiginoso da região metropolitana de Goiânia; o crescimento do entorno de Brasília; os novos arranjos espaciais dos municípios do agronegócio; um processo migratório com efeito sanfona, ou seja, alguns lugares, especificamente o norte e o nordeste goianos perdem população; a região metropolitana de Goiânia e as cidades do agronegócio recebem migrantes inter-regionais; saem migrantes da região metropolitana de Goiânia em direção aos países ricos. Convém ilustrar que as terras indígenas são pressionadas; a juventude camponesa é obrigada a migrar para os grandes centros; a agricultura camponesa se vê cercada e ameaçada pelo crescimento dos latifúndios do agronegócio. Isso tudo faz resultar numa profunda fragmentação territorial, como na violência urbana, em problemas ambientais graves e no desequilíbrio do conteúdo emotivo do sujeito. O dinamismo concentrador do Cerrado expande a pobreza, produz a violência, sangra o Bioma. (CHAVEIRO, 2019, p. 292).

As duas epígrafes iniciais representam tempos e territórios distintos da formação econômica e social de Goiás e da ocupação do Cerrado. A primeira, do economista Luiz Estevam, no texto *O Cerrado das tropas e boiadas*, sintetiza o tempo das tropas e boiadas, também descritas pelo escritor Hugo de Carvalho Ramos. Tempo das travessias dos boiadeiros nos chapadões planos, nas estradas salpicadas por rodas de carros de bois, nos vales de rios e córregos. Um tempo lento e de cotidiano integrado com o Cerrado, suas estações secas e chuvosas, suas faunas e floras diversas, suas planuras e chapadões abundantes, suas cidades e vilas separadas por grandes lonjuras.

A segunda epígrafe, escrita pelo geógrafo Eguimar Chaveiro, extraída da tese de livre docência *“Por uma abordagem geográfica do Cerrado”*, sublinha o Cerrado integrado ao capitalismo mundializado, controlado pelas corporações mundiais, apropriado e cindido pelas empresas de produção de comódites. Um território urbanizado, equipado de infraestruturas como aeroportos, ferrovias, hidrelétricas e rodovias; territórios dos fluxos rápidos de pessoas e mercadorias, das segregações e desigualdades sociais. Evidencia, portanto, o modo como os territórios do Cerrado em Goiás foram transformados e integrados à uma nova fase da Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Com efeito, revela-se a partir da formação econômica de Rio Verde o processo histórico e geográfico que, em diferentes escalas, transformou os territórios do Cerrado em Goiás. Há vários trabalhos de pesquisas, referenciadas em distintas perspectivas analíticas e teóricas, no campo da investigação geográfica sobre Rio Verde (LACERDA JUNIOR, 2005; BORGES, 2006; PEIXINHO, 2006; FREDERICO, 2011; MACEDO, 2013; XAVIER, 2013; SANTANA, 2017; PIZARRO, 2017).

Neste sentido, há um viés que estuda a cidade a partir do que Santos (2003) chamou de cidade do campo e foi atualizado em Elias (2007) como cidades do agronegócio e suas implicações nas dinâmicas espaciais das regiões. Há, também, a análise que toma Rio Verde como protagonista de um processo de polaridade da Região do Sudoeste Goiano exemplificada na incorporação do Cerrado na rota da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

O viés da agricultura capitalista monopolista explorado por Oliveira (2016), desnuda a relação entre mecanização e os tabuleiros planos do Cerrado, a efetivação da infraestrutura e da logística modernas, a formação de um território modernizado a partir do modelo agroexportador e sob o controle da agricultura mundializada. Esse campo analisa as disputas territoriais, as contradições ocasionadas pelo modelo de ocupação, uso e apropriação do território. Algumas dessas vias de análises são feitas pela via da geografia agrária (BORGES, 2006), e outras pela geografia urbana (XAVIER, 2013).

Assim, neste capítulo, se realça o estudo sobre o conjunto da formação econômica e social do território goiano a partir da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, analisa-se Rio Verde a partir do Sudoeste Goiano, na Divisão Regional do Trabalho (DRT), em Goiás. Portanto, sublinha-se a diferenciação entre as várias regiões, os indicadores econômicos, a dinâmica da população, o crescimento das

idades, os índices de escolarização, expectativa de vida, bem como o crescimento e a distribuição da população entre rural e urbana.

Desse modo, atento às distintas perspectivas de análise geográfica de Rio Verde e, por extensão, de Goiás, descobre-se que uma das entradas centrais deste trabalho investigativo se baseia na tese que Gomes (2008) chamou de nova matriz espacial do território goiano. Além disso, chama-se a atenção para a relevância de tomar como ponto de partida a modernização do território e a modernização da agricultura enquanto processos que promoveram e acentuaram os processos de integração de Goiás e de Rio Verde na economia mundializada enquanto exportadores de comódites agropecuárias, de grãos e de proteínas, e minerais.

Essa perspectiva, a nosso ver, foi fortalecida com pesquisas que consideram a geopolítica, como observaram os estudos de Inocêncio (2010), Calaça (2010), Gonçalves (2016) e Chaveiro (2019). Essas pesquisas permitem sublinhar que a análise territorial de Rio Verde e de outros territórios goianos, cujas características são semelhantes, especialmente no quesito da incorporação do Cerrado na economia do capital internacional, inclui a perspectiva geopolítica. O olhar geopolítico vê a intercedência de ciência e de tecnologia na “correção de solos”, na quimificação da agricultura e também na organização das redes, da logística e da produção agroexportadora.

Ademais, Teixeira e Barreira (2017) ao desenvolver suas pesquisas sobre a geografia regional dos municípios em Goiás, chamou a atenção para o fato de que a geografia regional dos municípios reside em analisar tal município na relação com a totalidade da sua região. Assim, pontua-se o papel de Rio Verde no sudoeste goiano e na totalidade do território goiano. Essa via analisa também o plano da chamada geografia de informações básicas, tais como os dados demográficos, econômicos, a formação histórica ligada à periodização e formação espacial utilizados para compreender a formação do território.

Sendo assim, a relação de Rio Verde com as dinâmicas regionais do Sudoeste Goiano e, por extensão, de Goiás, não exime a leitura atenta deste território e suas escalas com a internacionalização do Cerrado enquanto território da expansão das fronteiras extrativas mundiais. Algumas análises, como as feitas por Deus (2004), veem a cidade média e a estudam para demonstrar que numa economia mundializada, elas se tornaram importantes centros da economia brasileira. Conforme apontado pelo autor, esses núcleos se transformaram em polos econômicos regionais,

exercendo influência em determinada região, atraindo mobilidade de trabalhadores e mantendo conexão com as redes mundiais da economia.

Finalmente, rente ao propósito central deste capítulo, considera-se que as transformações ocorridas no território goiano nas últimas décadas estão conectadas com a formação de Rio Verde e sua inserção na economia nacional e mundial. Destarte, foram motivadas pela modernização conservadora do território e pelas mudanças e sentidos dos usos e apropriações do Cerrado.

Como consequência, impactou na organização e nos usos do território, na dinâmica demográfica, na economia local e suas escalas. Ainda, na mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, no conteúdo e na forma do trabalho, na expansão urbana e na desigualdade social no município de Rio Verde. Logo, na análise proposta, procuramos primeiro entender alguns elementos da estrutura territorial de Rio Verde que sirvam para embasar a investigação sobre a representação social que o trabalhador migrante nordestino possui sobre esta cidade de Goiás.

1.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE RIO VERDE

Para Estevam (2004), o processo de ocupação econômica da região do Sudoeste Goiano ocorreu nas décadas iniciais do século XIX, concomitante com o desmembramento do território do Triângulo Mineiro, nas Minas Gerais, da jurisdição de Goiás. Neste sentido, o autor explica que:

O arraial de Rio Verde consistiu no primeiro povoamento da região e esteve isento, por longo tempo, da obrigação de pagamento de impostos sobre a criação de gado. Desde o início, o regime de apossamento de terras na região Sudoeste foi livre e permitiu a delimitação de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos. Em função do regime de apossamento puro e simples – de caráter latifundiário – no Sudoeste Goiano não restaram, desde o início do século, grandes parcelas de terras devolutas. Na verdade, a terra ocupada na região teve dois tipos de uso: serviu como reserva de valor para capitais que ali eram investidos, mesmo sem caráter produtivo, e à exploração da pecuária extensiva (ESTEVAM, 2004, p.202).

A pesquisa de Estevam (2004), mostra que a região do Sudoeste Goiano foi se constituindo com a presença de novos municípios a partir da desagregação do antigo arraial de Rio Verde. Consequentemente, essa região transformou-se em um importante território da produção de alimentos no decurso do século XX. No

desenrolar das décadas a agricultura e a pecuária se expandiram territorialmente na região Sudoeste, incluindo Rio Verde em novas redes da economia regional goiana e brasileira. A pecuária e a produção de arroz prevaleceram na região até por volta dos anos de 1960. No caso da agricultura, a qualidade dos solos e a planura dos chapadões contribuíram com as fronteiras de expansão agrícola. Contudo, após os anos 1970, essa estrutura produtiva foi transformada diante da consolidação da modernização do território e da agricultura em Goiás.

Dessa maneira, compreende-se que a formação territorial de Rio Verde tem sua origem no século XIX, momento em que o território goiano atravessava o aprofundamento da crise da exploração de ouro e experimentava a estruturação espacial voltada para a agropecuária como principal atividade produtiva em Goiás.

Conforme apontado nos estudos de Estevam (2004), Peixinho (2006) e Teixeira Neto (2012), a pequena aglomeração que constituía Rio Verde no século XIX emergiu em uma região cujas paisagens gerais do Cerrado eram ocupadas pela pecuária extensiva. No século XX, passa a participar da DRT enquanto supridora das demandas dos mercados paulista e mineiro por alimentos, principalmente arroz, até que a partir dos anos de 1970 transforma-se a realidade das economias goiana, brasileira e internacional. (ESTEVAM, 2004; PEIXINHO, 2006; SANTANA, 2017).

À vista disso, Estevam (2004) chama atenção para o fato de que nas distintas fases da economia do Sudoeste Goiano, e pode-se enfatizar, do município de Rio Verde, houve certo dinamismo econômico:

Primeiro explorou a pecuária extensiva em suas férteis e bem localizadas terras. Posteriormente ingressou na agricultura comercial do arroz e feijão atendendo a demanda dos cerealistas do Triângulo Mineiro. Hoje constitui um dos polos mais avançados do estado no setor agropecuário e agroindustrial (ESTEVAM, 2004, p.202).

Com efeito, a análise do surgimento e da formação econômica de Rio Verde aproxima a relação escalar entre o município e as transformações territoriais na região do Sudoeste Goiano. Assim, constata-se que Rio Verde desempenha centralidade nos distintos momentos constitutivos da formação econômica daquela região, com base na pecuária extensiva, o da produção de arroz, milho e feijão. Finalmente, com o período marcado pela modernização dos latifúndios, vem a incorporação técnica e tecnológica aplicada na agroindústria exportadora e na integração desse território no

capitalismo mundializado (ESTEVAM, 2004; BORGES, 2006; PEIXINHO, 2006; SANTANA, 2017).

Diante das análises apresentadas por Estevam (2004) e presentes em demais pesquisadores como Borges (2006), Peixinho (2006), Xavier (2013) e Santana (2017), aprofunda-se a compreensão da origem e formação econômica de Rio Verde a partir do que Teixeira Neto (2008) denominou de “cidades filhas da agricultura”, tal qual emergiram as “cidades filhas do ouro” e as “cidades filhas das estradas”. Com ênfase nas “cidades filhas da agricultura”, Teixeira Neto (2008) afirma que:

Após o esgotamento das minas, a retomada da agricultura como forma permanente de atividade iria recolocar as pedras certas no tabuleiro da economia desse território. Doravante, são as cidades surgidas em meio rural que vão desempenhar o papel de principal agente mobilizador de populações, recrutando habitantes, atraindo e desenvolvendo o tráfego e com ele as estradas, ampliando as trocas e os intercâmbios comerciais, expandido fronteiras agrícolas, incorporando à economia de mercado novas áreas de produção, enfim, introduzindo movimento em uma região até então marcada pela pouca ou quase nenhuma mobilidade e articulação especiais (NETO, 2008, p. 261).

A cidade de Rio Verde e outras do Sudoeste Goiano, como Jataí, Mineiros, Chapadão do Céu, Montividiu e Santa Helena de Goiás, tiveram na atividade agropastoril o principal fator de surgimento, de urbanização e de dinamização econômica. Com a atividade agrícola promoveu-se a movimentação de comércio, novos usos da terra e desenvolvimento, a partir dos anos 1970, da agroindústria. Com isso, os fluxos de pessoas e de mercadorias foram aprofundados. Isso também contribuiu com a intensificação das articulações territoriais no Sudoeste Goiano e desta com Goiás, Brasil e o mundo. Contraditoriamente, esse processo intensificou a mobilidade de trabalhadores que passaram a ser expostos a situações de trabalho precário, à segregação espacial urbana e, no campo, agudizou a concentração fundiária e a expropriação compulsória de famílias camponesas.

Com a preocupação em evitar comprometer o texto e as análises com digressões históricas desnecessárias, a menção ao surgimento de Rio Verde no contexto de uma região ocupada pela agropecuária e que se expande como tal, revela que desde sua origem, tem-se um território estruturado e especializado na produção primária de mercadorias. Ao mesmo tempo, essa constatação revela que Rio Verde integra a totalidade das transformações experimentadas pelo Cerrado brasileiro e

goiano a partir dos anos de 1960/70, diante do processo aprofundamento da modernização conservadora do território e da agricultura.

Sendo assim, interessa compreender como a nova estrutura territorial resultante da integração do Cerrado goiano aos projetos de políticas públicas desenvolvimentistas, que fizeram do Cerrado o território privilegiado de reprodução do capital, impactou Rio Verde. As infraestruturas técnicas como ferrovias, rodovias, redes elétricas, armazéns e a urbanização de ambientes, fizeram de vastas áreas do Cerrado o plano de representações desse território como *“sinônimo de alta produção; lugar da ação de mercadorias; da reprodução e da circulação de capital”* (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 45).

Logo, compreende-se que a transformação de Rio Verde em um importante polo agroindustrial do país (XAVIER, 2013; SANTANA, 2017), e em um polo de atração de trabalhadores migrantes nas últimas décadas, requer uma análise geopolítica de Goiás e do território do Cerrado.

1.1.1 Rio Verde sob a escala geopolítica de modernização do território do Cerrado

A modernização do território goiano e, por extensão, do território do Cerrado, foi aprofunda a partir dos anos 1930-1940 diante de novos elementos da estrutura de ocupação e uso do espaço, e as políticas da chamada “Marcha para o Oeste”, como a construção de Goiânia e criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs). A construção de Goiânia, como projeto da nova capital goiana (a anterior era a Cidade de Goiás), e a fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANGs) são exemplos de projetos que marcaram a presença ativa do capital estatal presente em Goiás desde 1930, com a política getulista da Marcha para o Oeste (ESTEVAM, 2004; INOCÊNCIO, 2010).

Esse processo se deu com a implantação do Estado Novo (1930) no Brasil, cujas políticas tiveram um impacto econômico direto.

O Estado Novo marca o rompimento do modelo agrário exportador de base oligárquica e a inserção do Brasil em uma nova ordem econômico-social e territorial. É a partir desse ponto que se alicerça o processo de industrialização brasileira; o Norte e Centro-Oeste passam a figurar nos planos de desenvolvimento territorial, através da Marcha para o Oeste e criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA (1953), em 1966,

transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, extinta em 2001 e reaberta em 2003 (INOCÊNCIO, 2010, p.23-24).

Neste sentido, as ações do Estado Novo consideraram que o centro geográfico do país se constituía como uma fronteira aberta para a expansão capitalista. Conforme era irradiado pela ideologia getulista, o planalto central representava um vasto território que deveria ser incorporado ao progresso e a construção de Goiânia era símbolo de um “tempo de transformação” (ESTEVAM, 2004) e modernidade para quem estava alinhado às políticas do Estado Novo em Goiás. Isso é enfatizado pelo autor ao comentar que a implantação de uma nova cidade no planalto significava atender aos anseios de Getúlio Vargas ao mesmo tempo em que promoveria a abertura de novas fronteiras para atuação do capitalismo. Contudo, afirma Estevam (2004):

O implante de Goiânia, mesmo contando com firme disposição dos governos estadual e federal, deu-se demoradamente e por etapas. Em 1933 aconteceu a tomada de decisão: escolheu-se o lugar e lançou-se uma pedra fundamental. Em 1935 consumou-se a mudança provisória de órgãos do governo para Goiânia. Finalmente, em 1942, com o “batismo cultural”, a cidade foi oficialmente inaugurada e seu índice progressista dado como vertiginoso (ESTEVAM, 2004, p.102).

Com a inauguração da nova cidade e capital do estado de Goiás, acreditou-se também que se cumpria a política do Estado Novo no propósito de maior inserção de Goiás nas redes da economia nacional e internacional. Ademais, ao fazê-lo, contribuiria com a dinamização econômica das regiões Sul e Sudoeste goianas (CHAUL, 1988; ESTEVAM, 2004). Por consequência, Estevam (2004) defende que desde o princípio da fundação de Goiânia houve a sua articulação com o centro dinâmico do país. “A campanha deflagrada a nível nacional para atração de capitais para Goiânia expandiu as relações mercantis inter-regionais e as finanças estaduais receberam certo alívio em função da recuperação das exportações no período do Estado Novo” (ESTEVAM, 2004, p.103).

Fica evidente que esse processo acelerou a modernização territorial em Goiás e das áreas de Cerrado, com crescente valorização de terras e atração de investimentos em infraestruturas técnicas e produtivas.

Goiânia contribuiu com a criação de “uma nova configuração do território, com novas cores, sabores e saberes, transformando não somente a paisagem, mas

também a maneira de se fazer a produção” (INOCÊNCIO, 2010, p. 27). Na mesma medida, o grande contingente de trabalhadores mobilizados para a edificação da cidade representou a atração de migrantes, implantação de relações assalariadas tipicamente capitalistas e acirramento do conflito entre capital e trabalho (ESTEVAM, 2004).

O segundo elemento de interesse na relação entre as políticas do Estado Novo e as transformações no território goiano refere-se às Colônias Agrícolas Nacionais (CANs). Durante a política de expansão econômica “Marcha para o Oeste” como a nova política de ocupação planejada dos territórios centrais do Brasil, no início da década de 1940, por intermédio do Decreto-Lei n 3.059 de 14/02/1941, o presidente Getúlio Vargas criou oito Colônias Agrícolas Nacionais (CANs). De acordo com Dayrell (1974, p.88) essa política foi criada com o propósito de “receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Por conseguinte, em Goiás, a territorialização da política das colônias agrícolas se deu com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), fundada em 19 de fevereiro de 1941, através do Decreto-Lei Federal nº 6.882. De acordo com Castilho (2012, p. 120), nas propagandas divulgadas na época, além dos lotes, cuja área variava entre 26 e 32 hectares, “era enfatizada a doação, aos colonos, de ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico. O Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão foi o pioneiro desse projeto e também o primeiro administrador da Colônia”.

Ademais, Dayrell (1974) aponta que a propaganda do regime político do Estado Novo, bem como as notícias sobre o solo fértil e apoio do governo para moradia, fizeram com que a população migrasse em ritmo acelerado à CANG. Sobretudo, ocorreu a mobilidade de trabalhadores de estados como Minas Gerais e São Paulo, das regiões Norte e Sul do país e até do exterior. Contudo, nesse primeiro momento não se observa a vinda significativa de pessoas do Nordeste do Brasil.

Assim, Castilho (2012) explica em detalhes a relação entre a CANG e o processo de migração ocorrido a partir de sua fundação nos 1940:

A colonização atraiu uma forte migração, principalmente pelas ‘notícias de solo fértil e de apoio do Governo’. Aliás, havia uma propaganda proveniente de um ideário forjado pela Revolução de 1930 e, mais tarde, do Estado Novo. Em 1943 já havia 900 ocupantes,

todavia em condições míseras de moradia. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente gaúchos) e de outros países (20%) (CASTILHO, 2012, p. 121).

Percebe-se, conforme as análises e os dados apresentados por Dayrell (1974) e Castilho (2012), que a CANG contribuiu com o avanço da modernização do território goiano e com as transformações em suas estruturas econômica, fundiária, social e demográfica. Os desdobramentos da CANG também representaram novos investimentos em infraestrutura; novas dinâmicas de ocupação da região central goiana (outroza denominada de Mato Grosso Goiano); inovações técnicas e tecnológicas nos usos da terra e conflitos agrários envolvendo a posse da terra.

Com a CANG, a política de irradiação do projeto territorial da Marcha para o Oeste aprofundou o processo de modernização do território em Goiás. Modernização do território, neste caso, compreendido como,

[...] a reorganização do território em função das necessidades do capital em se expandir e as transformações e persistências diante desse processo, gerado através de estratégias geopolíticas de ordenamento territorial, comandado pelo Estado e executado por diferentes atores, com repercussões tanto no campo quanto na cidade (INOCÊNCIO, 2010, p.27).

Conseqüentemente, o avanço da modernização territorial em Goiás e nos territórios do Cerrado foi fortalecido diante de novos projetos de infraestrutura e urbanização nos anos 1950/60. Entre eles, o mais significativo e que se configura numa nova fase da “urbanização do Cerrado” (CHAVEIRO, 2010; PELÁ, 2014), foi a construção de Brasília e transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Brasília fazia parte do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), somada a outros empreendimentos centrais, como a expansão da malha rodoviária brasileira e, no plano regional, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959.

Conforme apontado por Inocêncio (2010), o desenvolvimento do Plano de Metas motivou o alargamento das fronteiras econômicas nacionais e transformou o

planalto central em um território cindido e apropriado pelo capital econômico. Com efeito, agudizaram-se a expropriação no campo, a mobilidade de trabalhadores, a segregação urbana e o conseqüente aprofundamento da modernização desigual e conservadora. A construção de Brasília, o principal projeto executado pelo Plano de Metas, exemplifica isso ao servir como um grande polo atrativo de contingente de trabalhadores de outras regiões brasileiras, especialmente do Nordeste, para o interior do país.

Contudo, a despeito do ideário de desenvolvimento e modernidade da nova capital nacional, reproduziu profundas desigualdades, segregação da população pobre trabalhadora e opressão de classe, como demonstrado no documentário “Brasília, contradições de uma cidade nova”, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, e lançado em 1967.

Isto posto, concorda-se com Inocêncio (2010), ao afirmar que a Marcha para o Oeste, somada ao Plano de Metas de JK, colocou em prática o projeto geopolítico de apropriação do sertão, explicitado com a construção de duas capitais, Goiânia (GO), capital estadual e, Brasília, capital federal. “JK, com a transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, realiza o sonho de completar os “vazios do território” e preencher as lacunas da nacionalidade” (INOCÊNCIO, 2010, p. 69).

Por conseguinte, isso promoveu uma nova estrutura urbana e o rápido deslocamento de populações de distintas partes do Brasil em direção ao Planalto Central. E, para completar, “levou o poder central para o interior e serviu para iniciar um processo de deslocamento da fronteira agrícola brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste” (INOCÊNCIO, 2010, p. 69).

Assim, até o momento, demonstra-se que a partir de 1930 a construção de Goiânia, a criação da CANG e a construção de Brasília constituem três empreendimentos centrais para se compreender o avanço da modernização territorial em Goiás e, por extensão, no território do Cerrado. Três empreendimentos que representam uma nova configuração geopolítica de Goiás na economia nacional e internacional.

Chaveiro e Barreira (2010) chamam a atenção para isso ao afirmarem que esses projetos, somados a outros como a construção Palmas, da BR-153 e mais recentemente, da Ferrovia Norte-Sul, favoreceram a integração do país de norte a sul e de leste a oeste. Isso “colocou o Cerrado como célula estratégica da expansão do capitalismo brasileiro e sua consolidação” (CHAVEIRO e BARREIRA, 2010, p. 25).

A continuidade e o aprofundamento da modernização do território em Goiás e nos territórios cerradeiros do Planalto Central se deram a partir das décadas de 1960 e 1970, momento histórico em que a sociedade, a política e a economia nacional estavam sob a tutela de uma Ditadura Militar (1964-1985). Com os governos militares a política de interiorização avançou no Planalto Central munida pela ação geopolítica de planos estratégicos de planejamento econômico, sobretudo os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) (PIRES, 2000; INOCÊNCIO, 2010; CHAVEIRO e BARREIRA, 2010).

O planejamento governamental no contexto da Ditadura Militar promoveu a criação de planos cujo foco econômico reordenou a ação do Estado para preparar um terreno de alto intervencionismo governamental na economia (INOCÊNCIO, 2010). Diante disso, foram criados planos como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no governo de Castelo Branco; o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PED), no governo de Costa e Silva (1966-69), que em 1967 também criou a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), com o propósito de organizar e planejar o processo de desenvolvimento na região Centro-Oeste, promovendo estudos acerca do potencial econômico e áreas estratégicas e; com Médici (1969-74) foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (PESSÔA, 1988; PIRES, 2000; INOCÊNCIO, 2010).

Além disso, os diferentes planos foram acompanhados por uma estrutura de novos órgãos, institutos, secretarias e estatutos que mudaram o campo de ação do Estado no território nacional, com forte centralização de poder. Logo, destaca-se o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, criado em 1964 e posteriormente denominado de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), focado no acompanhamento das medidas do governo; criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado à Secretaria Nacional de Habitação (SNH). No campo agrário, pontua-se o Estatuto da Terra, sancionado em 1964 por Castello Branco; com fins de difusão tecnológica, com foco agropecuário, destaca-se a criação, em 1973, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

O modo como se articulam as diferentes políticas dos governos militares nas ações planejadas nos territórios do Cerrado e em particular no território goiano, expõe a estratégia geopolítica do capital e seu padrão de acumulação capitalista mundializada. Como defende Chaveiro e Barreira (2010),

[...] a conquista do Cerrado pelo capital teria que se fundar por um golpe geopolítico. A imensidão de suas terras e sua eterna promessa de riqueza, a localização como uma ponte entre o sul-sudeste e o imenso território amazônico teriam que receber uma atenção dos atores hegemônicos em nível mundial ou das nações que, no contexto do uso capitalista do solo cerradoeiro, tratariam de incorporá-lo ao padrão de acumulação capitalista (CHAVEIRO e BARREIRA, 2010, p.27).

Sendo assim, a continuidade dos projetos de ocupação, planejamento regional e transformação territorial que impactaram o Cerrado na região Centro-Oeste e de forma direta o Estado de Goiás, foi aprofundada nos anos 1970 e 1980. Isso ocorreu mediante um papel central das ações no âmbito dos PNDs, que foram projetados em três distintas etapas estratégicas. Não obstante, apenas as duas primeiras foram desenvolvidas de maneira plena (PIRES, 2000; INOCÊNCIO, 2010). Esses programas fomentaram a política de modernização do território e da agricultura empresarial no Cerrado (PIRES, 2000).

O I PND foi implementado em um momento sublinhado pelo que se denominava de milagre econômico, ligado ao chamado “Brasil Grande Potência”. Nesse período, o crescimento do Produto Nacional Bruto, a expansão das indústrias de bens duráveis, as novas escalas de exportação e inserção internacional, somaram-se ao papel estratégico que se atribuía ao desenvolvimento da agricultura. Ademais, os investimentos e execução de obras de infraestrutura como a abertura de estradas, ferrovias, corredores de exportação, telecomunicações, extração mineral, siderurgia e construção de usinas hidrelétricas expandiam a fronteira capitalista, reorganizando o território nacional para o capital e não para os pobres do campo e da cidade.

Com o propósito de prover os territórios do Cerrado de infraestruturas técnicas e tecnológicas e investimentos empresariais, programas como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) tiveram um forte enfoque regional na agricultura. O enfoque territorial dos programas na escala regional do Cerrado fez deste imenso território uma plataforma de ações aglutinadas na relação entre o desenvolvimento de planos como o I PND e aparatos institucionais focados na modernização capitalista do campo. Com foco no aparato institucional no âmbito daquele I PND, destacam-se: Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO); Universidade Nacional de Brasília (UNB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (PESSÔA, 1988; PIRES, 2000, INOCÊNCIO, 2010).

O interesse em transformar o Cerrado em território da alta produtividade e acumulação capitalista colocou em práticas programas restritos às suas regiões. Assim, destaca-se o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), iniciado em 1973 em áreas do Cerrado localizadas no Alto Paranaíba, Minas Gerais.

O Padap, iniciado em 1973, comprovou a viabilidade técnica e econômica da ocupação agrícola do Cerrado. Contando com amplos subsídios e infra-estrutura fornecidos pelo governo mineiro, teve à sua frente a Cooperativa Agrícola de Cotia (Cotia). Esse programa consistiu na instalação de quatro núcleos de colonização em municípios da região do Alto Paranaíba. As áreas escolhidas localizavam-se estrategicamente próximas do corredor de exportação. Foram gastos cerca de 200 milhões de dólares em estradas, linhas de transmissão de energia elétrica, centros rurais e habitações (PIRES, 2000, p.118-119).

Embora as ações do Padap tenham sido reduzidas aos territórios do Cerrado mineiro, Pires (2000) demonstra que o programa foi fundamental para se atestar a viabilidade técnica e econômica desse território e inseri-lo nas redes de produção e exportação de produtos agrícolas. Foi um programa que ao fomentar a organização cooperativa, construção de estradas, de redes elétricas e de habitações rurais, operou uma política territorial amparada pela estratégia geopolítica de inserção do Cerrado na economia nacional e internacional. Como pontuado por Gomes (2008), a inclusão do Cerrado na nova DIT que se configurou no período pós Segunda Guerra Mundial.

Pires (2000) defende que no campo do desenvolvimento tecnológico nos territórios do Cerrado, a criação da Embrapa em 1973 representa uma posição de destaque, pois:

O objetivo dessa empresa estatal era criar e difundir tecnologia, visando ao aumento de produtividade no setor agrícola, aumentando os excedentes exportáveis e nivelando as microrregiões no processo de desenvolvimento agrícola no país. A Embrapa procurou contribuir tanto para o aumento da produtividade quanto para a expansão da fronteira agrícola, por meio da incorporação de novas áreas ao processo produtivo (PIRES, 2000, p. 121).

A criação da Embrapa ainda irradiou sua política e seu propósito para os estados, que criaram suas próprias “empresas agropecuárias”, como o caso da Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

(EMGOPA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA), o que favoreceu a cooperação da Embrapa e suas ações com os estados (PESSÔA, 1988; PIRES, 2000).

Esse aparato institucional e político voltado para o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo brasileiro também foi acompanhado pela viabilização de crédito. O crédito agrícola teve um papel relevante no interior das ações dos planos de desenvolvimento. De acordo com Pires (2000), as linhas de créditos implementadas pelos governos militares fomentavam a compra de insumos agrícolas como adubos químicos, agrotóxicos, sementes e maquinários. Isso ampliou a relação de dependência entre o setor produtivo agrícola e o setor produtor de insumo, ou seja, uma aproximação entre agricultura e indústria, como preconizado pela Revolução Verde. “O Estado fornecia incentivos e subsídios e, assim, criava demanda aos produtos do complexo agroindustrial, impulsionando os setores dinâmicos da economia, notadamente o da indústria” (PIRES, 2000, p.116).

Desse modo, percebe-se o papel protagonista da ação do Estado sobre a agricultura por intermédio de distintas políticas públicas. Isso é explicado por Inocêncio (2010) quando propõe que:

A ação do Estado sobre a agricultura, através de políticas públicas, em especial no Brasil, tornou-se mais frequente a partir do momento em que o governo, representante legal do povo, viu a necessidade de encontrar saídas para que o capital pudesse circular de forma plena pelo território nacional. Nesse contexto, o campo assume papel de destaque, posto como lugar a ser desenvolvido, razão do atraso econômico do país e, portanto, *locus* da modernização para a inserção no mercado econômico mundial (INOCÊNCIO, 2010, p. 68)

A implementação do II PND (1974-1979) pelo governo Geisel aprofundou o projeto de modernização da agricultura no Brasil, particularmente no Cerrado, e sua transformação em “*cinturão produtivo nacional*”. No âmbito das ações do II PND criaram-se programas de desenvolvimento territorial que priorizaram a região amazônica e o Centro-Oeste.

Com foco na primeira, foi criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Para o Centro-Oeste, destacam-se: o Programa Especial da Região de Grande Dourados (PRODEGRAN); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. O território do Cerrado, além do POLOCENTRO, teve a

atenção estratégica do Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Para Pires (2000, p. 115) “a visão predominante indicava que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria reforçado com a ocupação das extensas áreas agricultáveis nessas regiões”.

Desses programas, o POLOCENTRO e PRODECER se destacam enquanto projetos que intensificaram o processo de territorialização do capital nas áreas do Cerrado na região Centro-Oeste e particularmente no estado de Goiás. Criado em 1975 com base nas diretrizes desenvolvimentistas do II PND, o POLOCENTRO, com foco territorial nas regiões Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais, destinava-se “à construção de armazéns; apoio à pesquisa; assistência técnica; ampliação do sistema de transporte e rede de energia e exploração de calcário” (SHIKI, 1997, p. 145).

Pires (2000) inclusive afirma que um dos propósitos do POLOCENTRO era incorporar mais de 3 milhões de hectares (ha) aos usos empresariais das terras do Cerrado (sendo 1,2 milhão/ha com a pecuária; 1,8 milhão/ha em lavouras; e 0,7 milhão/ha em reflorestamento). Ademais, os recursos gastos pelo Programa “somaram cerca de 860 milhões de dólares, distribuídos para os setores de transporte, pesquisa e agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural” (PIRES, 2000, p.120).

Nesse sentido, Xavier (2013) afirma que:

Polocentro tinha como objetivo propiciar a ocupação racional e ordenada dos Cerrados, difundindo a tecnologia agropecuária, permitindo elevados níveis de produtividade, e ao mesmo tempo, aumentando e preservando a fertilidade do solo, coisa que dependia muito de investimentos já que as terras do cerrado até o final da década de 1960 era tida imprópria para a plantação de lavouras, pois possuía apenas 5% de fertilidade (XAVIER, 2013, p. 68).

Com efeito, conforme demonstrado por Xavier (2013), a territorialização do POLOCENTRO no Cerrado substanciou a intervenção de atores hegemônicos para promover a agricultura empresarial na medida em que modernizou tecnicamente e tecnologicamente o latifúndio com o uso de práticas agrícolas modernas, ampla assistência técnica, apoio financeiro e de infraestruturas. Logo, a efetivação do POLOCENTRO demonstrou a viabilidade econômica dos territórios do Cerrado “para agropecuária, revelando que a ocupação indiscriminada dessas terras, sem a utilização de tecnologia adequada, envolvia altos riscos, com prejuízos para a economia do País e para empresários agrícolas” (XAVIER, 2013, p. 69).

De acordo com Pires (2012) e Inocêncio (2010) o POLOCENTRO foi executado em 12 “polos de desenvolvimento” distribuídos estrategicamente em áreas do Cerrado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Em Goiás, destaca-se a atuação das ações do programa nos municípios de Paranã, Pirineus, Piranhas e Rio Verde.

No caso específico de Rio Verde, a presença da intervenção territorial representada pelas ações planejadas pelo PRODECER beneficiou o processo de apropriação e usos das terras do Cerrado. A presença de vastas áreas planas e abertas à expansão agrícola diante da efetivação do POLOCENTRO contribuiu para valorizar as terras e transformá-las em espaços privilegiados do “controle corporativo do território” (SILVEIRA, 2008) pelos empresários rurais.

Assim, foi no contexto de criação do POLOCENTRO, dinamização dos usos da terra e do território no Sudoeste goiano e em Rio Verde como caso específico da região, que em 1975 foi fundada no município a COMIGO – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Quando foi criada, o objetivo da cooperativa era atender a demanda por armazenamento de arroz e milho, além de fornecer insumos básicos para a região, como sacaria, fertilizantes, sementes e óleo lubrificante (XAVIER, 2013; COMIGO, 2020).

No decorrer dos anos e décadas seguintes, a COMIGO passou a diversificar seus investimentos em infraestruturas e atividades de produção e movimentação financeira. Diante da expansão da soja em Rio Verde e no Sudoeste Goiano, a Cooperativa instalou, em 1983, uma indústria de esmagamento de soja para produção de óleo e farelo (XAVIER, 2013).

A efetivação do POLOCENTRO, os investimentos no setor agroindustrial e a expansão da apropriação e usos da terra em Rio Verde também implicaram em novas dinâmicas no espaço urbano. No decorrer dos anos 1970, o capital especulativo imobiliário passou a atuar no sentido de locação novos loteamentos. Para Xavier (2013, p.90), os financiamentos voltados para os empreendimentos agrícolas no município “interferiram decisivamente na parte urbana a partir da década de 1970, dando à cidade novo dinamismo, exigindo dos gestores municipais ações para acomodar o grande fluxo imigratório”.

A desativação do POLOCENTRO ocorreu no início da década de 1980, “por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos” (INOCÊNCIO, 2010, p. 73). De toda maneira, ao favorecer o

padrão de acumulação monopolista presente no setor urbano-industrial da economia brasileira, o POLOCENTRO contribuiu para acelerar a expansão do modo de produção capitalista na agricultura e transformar a estrutura produtiva nas áreas do Cerrado goiano, inclusive na região Sudoeste e em particular no município de Rio Verde (INOCÊNCIO, 2010; XAVIER, 2013).

Todavia, esse processo não ocorreu de maneira homogênea no território, pois, acirrou conflitos e contradições no campo, como a expropriação compulsória, a modernização do latifúndio, a manutenção e ampliação da concentração fundiária.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, ocorreu redução das pequenas propriedades, levando à aceleração da decadência do pequeno produtor rural. A introdução de culturas como soja, café e trigo e a implementação da infraestrutura elevaram o preço das terras. Nesse sentido, o Polocentro transformou-se em reforço às condições estruturais de desigual distribuição de terras e de renda nas regiões onde atuou, não oferecendo alternativas para atingir, na origem, o problema da ocupação e da migração rural (PIRES, 2000, p. 121).

Percebe-se, então, que a territorialização dos programas dos PNDs no Cerrado promoveu o avanço da modernização do território e da agricultura na mesma medida em que aprofundou contradições e conflitos. Além disso, Chaveiro e Barreira (2010) chamam a atenção para o fato de que para efetivar as mudanças no território cerradeiro, o estado nacional teve que convencer e pactuar com as oligarquias nacionais. Todavia, os autores destacam que essas mudanças além de dinamizarem economicamente esse território, deram sobrevida política às oligarquias locais. Com efeito, irradiou-se a seguinte ideia: “o sertão é o Brasil profundo e original, diferente do litoral que é contaminado pelas forças exteriores. Mas esse Brasil profundo precisa ser mudado pelo exemplo externo, de maneira que o que é original não serve e o que é externo é espúrio, mas necessário” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 26).

Assim, além do pacto entre as oligarquias locais e o Estado nacional, a investida geopolítica sobre os territórios do Cerrado colocou em cena os atores hegemônicos exteriores com a criação do PRODECER (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010). Resultado de negociações entre os governos brasileiro e japonês, esse programa destaca-se como o mais estratégico no campo da geopolítica de inserção do Cerrado no mercado internacional, especialmente de grãos.

Para Inocêncio (2010), o PRODECER cumpriu três papéis centrais no processo de territorialização do capital no Cerrado.

Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial (INOCÊNCIO, 2010, p.86).

A primeira fase de execução do PRODECER iniciou-se em 1980, apesar de as negociações do programa terem iniciado por volta de 1975. As primeiras ações foram executadas no estado de Minas Gerais, nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu. Na segunda fase do programa, PRODECER II, subdivida em duas etapas, piloto e expansão, a partir de 1985 novas áreas foram incorporadas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em 1995 iniciou-se a terceira fase do PRODECER com a inserção de áreas em Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA).

Assim, compreende-se que a territorialização dos programas desenvolvimentistas nos territórios do Cerrado, em especial o POLOCENTRO e o PRODECER, transformaram o modelo produtivo e a rota da ocupação territorial pela expansão da fronteira agrícola. Isso deixa claro que ao viabilizar progressos técnicos, científicos e informacionais, o Estado brasileiro atuou de maneira estratégica no Cerrado, viabilizando os interesses do capital internacional. No caso do PRODECER, Chaveiro e Barreira (2010, p. 27) afirmam que a disputa pelo comércio de grãos entre Estados Unidos e Japão lançou o governo japonês para interferir no sistema produtivo do Cerrado.

Consequentemente, Chaveiro e Barreira (2010) argumentam que esse sentido geopolítico explica duas configurações do modelo produtivo territorializado no Cerrado:

Os atores hegemônicos do local, mesmo com pendor tradicional no campo da ação política ligado ao coronelismo, ao patrimonialismo e ao populismo mantiveram-se no controle econômico e político de todo o processo que dinamizou o Cerrado. Embora o processo tenha transformado o Cerrado num cinturão produtivo importantíssimo, principalmente para a balança comercial do país, ao gerar bens de exportação, houve uma concentração de terras, um aumento da desigualdade social e uma concentração espacial, especialmente fundada na urbanização desigual que espelha um território urbanizado

e cheio de problemas. Segue, junto, um campo produtivo, mas vazio de gente e da cultura do local (CHAVEIRO e BARREIRA, 2010, p.27).

Percebe-se, dessa maneira, que a política territorial e desenvolvimentista territorializada no Cerrado foi desigual e contraditória. Na mesma medida em que inseriu territórios e mercadorias nos circuitos mundiais do capital, internamente as contradições, conflitos, desigualdades sociais e fundiárias foram aprofundados.

No caso de Goiás, Chaveiro e Calaça (2008, pp. 288-289) defendem que se a modernização do território goiano é a força motriz de sua inserção mundial, por outro lado deixou marcas de Goiás do tempo rápido e território dilapidado no qual alguns homens enriqueceram pela acumulação de capital, enquanto os trabalhadores foram empobrecidos pelo processo de migração que enriqueceu àqueles.

Ademais, esse processo se territorializou e se expandiu de maneira diferenciada e desigual no território do Cerrado goiano. Resultou disso, a produção de um território com diferentes especializações produtivas e reveladoras da DRT do trabalho em Goiás. Destacam-se, então, as regiões Sudeste e Sudoeste goiano como territórios que foram transformados pelas ações das políticas de modernização do território e da agricultura a partir dos anos 1970. Com isso, vastas áreas do Cerrado foram equipadas com rodovias, redes elétricas, pontes e estruturas de armazenamento de grãos; ademais, os usos das terras por monoculturas de soja e milho contribuíram com a especulação fundiária, a concentração de terras, o crescimento de cidades e a conseqüente segregação urbana.

1.1.2 Implicações territoriais no Sudoeste Goiano: o caso de Rio Verde

O município de Rio Verde, no Sudoeste Goiano, exemplifica essas análises apresentadas até o momento ao ser transformado em um território da expansão da produção de grãos - especialmente de cultivo de soja - pesquisa agropecuária, territorialização de agroindústrias, mobilidade de trabalhadores e crescimento da área urbana. Nas décadas de 1970 e 1980, no contexto das políticas desenvolvimentistas no Cerrado, a agricultura se expandiu no município com os incentivos governamentais. Incentivos que também motivaram o apoio a imigrantes norte-americanos e migrantes paulistas e sulistas ligados ao controle de terras e monopolização da produção agroindustrial.

Assim, a territorialização da fronteira da soja no Sudoeste Goiano a partir de meados dos anos 1970 representou distintas mudanças, conforme apontado por Borges (2006):

Após 1975, o cultivo da soja se expandiu rapidamente, como consequência de uma política de incentivos ao seu cultivo, visando à exportação. A expansão da soja intensificou/dinamizou o processo de modernização na microrregião, uma vez que este já estava ocorrendo, de forma lenta. O cultivo da soja incrementou o uso de implementos, insumos agrícolas, tecnologia, conhecimento e práticas/técnicas inovadoras, destinadas ao aumento da produção e da produtividade. Também, funcionou como um agente articulador entre a produção moderna e a agroindústria, fazendo surgir a primeira onda de agroindustrialização na região (BORGES, 2006, p. 85).

Diante da expansão da monocultura de soja amparada em processos de tecnificação e agroindustrialização, Rio Verde passou a ser um polo dinamizador da economia no Sudoeste goiano. Com ênfase na mecanização, Borges (2006) demonstra que o aumento da utilização de maquinários foi essencial para expandir as lavouras de soja no Sudoeste goiano nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, “a utilização de tratores e arados mecânicos aumentou cerca de 200%”, o que demonstra, somada aos usos de colheitadeiras, fertilizantes químicos e agrotóxicos, o intenso processo de modernização do território e da agricultura na região. Ademais, os padrões tecnificados aplicados à produção de soja influenciou a expansão de demais monoculturas como o milho e algodão, ampliando a dinâmica de modernização e transformações espaciais do campo.

Diante disso, além da criação da COMIGO (anos 1970) e instalação de uma indústria de esmagamento e processamento de soja (nos anos 1980), as transformações no Sudeste Goiano e no município de Rio Verde passaram a atrair novos empreendimentos. Logo, no decorrer dos anos, especialmente após o final dos anos 1980, investimentos em vendas de maquinários, veículos, sementes, agrotóxicos foram expandidos. Da mesma maneira, a instalação de agroindústrias como a Perdigão, em fins dos anos 1990.

Segundo Borges (2006), a instalação da Perdigão em Rio Verde ocorreu devido a incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelos governos federal, estadual e municipal, somados às vantagens territoriais ligadas aos usos do solo para produção de grãos. Por conseguinte, a instalação da Perdigão no município implicou em distintos impactos econômicos, sociais e territoriais urbanos e rurais.

A implantação do complexo da Perdigão desencadeou impactos sociais (fortalecimento da cultura do trabalho industrial, surgimento de associações de produtores, etc), e transformações/efeitos no espaço urbano de Rio Verde e no espaço agrário regional (novos bairros, novas indústrias, incremento do comércio e dos serviços locais, geração de milhares de postos de trabalho, aumento do rebanho de aves e suínos, um novo sistema de integração, consolidação do CAI de carnes, etc). A instalação da Perdigão trouxe uma nova "onda" de agroindustrialização, através da consolidação do CAI de carnes, transformando as realidades espaciais local e regional (BORGES, 2006, p. 12).

Nesse contexto de modernização da agricultura e do território do Cerrado, o Sudoeste Goiano passou a ser reconhecido como uma das principais regiões produtivas de Goiás. Como demonstrado por Borges (2006), a modernização, inserção e expansão do cultivo de soja na região Sudoeste goiano e particularmente no município de Rio Verde foi essencial nesse processo. Isso colaborou com a territorialização de várias agroindústrias em Rio Verde, implantando unidades de armazenagem e/ou processamento de grãos, escritórios de compra e venda de produtos. Logo, o município passou a contar com a atuação de três grandes agroindústrias de inserções nacional e internacional: Caramuru, Cargil e Coinbra. Somadas à COMIGO, elas estimularam as transformações territoriais (BORGES, 2006; PEIXINHO, 2006; OLIVEIRA, 2016).

Percebe-se, então, que houve um novo arranjo técnico e territorial no Sudoeste Goiano e município de Rio Verde. Para Oliveira (2016), o arranjo territorial se consolidou no município basicamente em dois períodos. No primeiro, entre 1980/2000, ocorreu especializado na produção de grãos, especificamente no processamento de soja (esmagamento, refino de óleo, ração); o outro período, após 2000, especializado no setor de carnes. “Em nossa pesquisa, 30% das agroindústrias especializadas no processamento de grãos, foram implantadas no primeiro período, e mais outras 20% implantadas após o ano de 2000” (OLIVEIRA, 2016, p. 182).

Oliveira (2016) enfatiza ainda que após as décadas de 1990 e 2000 a diversificação na atividade industrial foi acentuada, com a chegada de setores de embalagens plásticas, grãos, carnes e lácteos, ampliando o setor agroindustrial. Com isso, empresas como BRF (antiga Perdigão; especializada na produção de carnes), Videplast (setor de embalagens plásticas), Siol (ramo do agronegócio de atomatados)

e Heringer (fertilizantes) expandiram negócios com amplo apoio fiscal, investimentos e diversificação dos setores de agroindústria e de serviços.

Figura 2 - Pátio da BRF em Rio Verde, Goiás.



Fonte: Imagem publicada pela BRF em comemoração aos 17 anos da instalação da unidade. Disponível em: https://twitter.com/brf_brasil/status/897136040720433152

Santana (2017) argumenta que os atores territoriais como a BRF, COMIGO, empresas nacionais e multinacionais do agronegócio como a Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e Caramuru, representam um papel estratégico na ação de controle corporativo do território e por isso, são responsáveis pela estruturação do complexo agroindustrial da região. A atuação dessas empresas aprofundou a reestruturação do território, a dinamização produtiva e econômica, as novas escalas de inserções regional, nacional e internacional de Rio Verde e, por extensão, do Sudoeste Goiano.

Com efeito, distintas representações passaram a positivar Rio Verde como “cidade” ou até mesmo “capital do agronegócio”. Ademais, essas representações dialogam com teses que propõem interpretações geográficas do município. Entre elas, a de que o município é comandado pelo agronegócio e por isso, se configura como uma cidade do agronegócio.

1.2 RIO VERDE: CAPITAL DO AGRONEGÓCIO

Antes de se tornar conhecida nacional e mundialmente como “capital do agronegócio”, Rio Verde contava com outra denominação local: “cidade das abóboras”. Segundo Cunha Neto (1988), a história mais divulgada sobre o apodo “Rio Verde das abóboras” conta que tal apelido foi cunhado pejorativamente por soldados que acamparam no então Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, durante a Guerra do Paraguai, por volta dos anos de 1840. À época, a abóbora era um fruto abundante consumido principalmente por porcos e raramente destinado à alimentação da população. Sendo a tropa composta por mais de 3.000 homens e como ficou acampada por pelo menos quatro dias no Arraial, a única alternativa que restou aos militares foi se alimentar com esse fruto em Rio Verde.

De um termo vulgar, os apelidos “Rio Verde das abóboras” ou “abobrense” passaram a ser usados como adjetivos afetivos para designar, respectivamente, a cidade e o rio-verdense de nascimento. Mais que uma referência de lugar, os elementos iconográficos que materializam o apelido nas praças, prédios e paredes das ruas parecem mostrar que a população nutre um carinho por carregar esse apelido, uma vez que ele une elementos que a caracterizam regionalmente: as abóboras e o verde do nome que representa o Rio Verdão da qual se origina a toponímia.

A representação de Rio Verde como “cidade das abóboras”, busca manter a relação afetiva com a história local. Ao mesmo tempo, parece querer amenizar os impactos socioterritoriais do agro(tóxico)negócio ao apresentar uma produção alimentar doméstica inexistente e que perdeu hegemonia diante da expansão da monocultura de grãos e das agroindústrias no município.

Essa mudança nas estruturas produtivas locais, nos usos dos solos e nas integrações econômicas regional, nacional e internacional provocou também uma mudança na representação social do município e de sua gente. Decorre disso a denominação do município como “capital do agronegócio”.

Na figura 3, a imagem à esquerda está em um muro grafitado na avenida central da cidade, a Presidente Vargas. Na mesma avenida, na foto à direita, a decoração com abóboras gigantes na rotatória do Cristo em frente à rodoviária, divulga a festa junina do município, o “Arraiá das Abóboras”, que acontece no mês de junho.

Figura 3 - Rio Verde das Abóboras.

Fonte: Pesquisa de campo, Rio Verde, junho de 2018.

Como já discutido nos itens anteriores deste capítulo, a partir do início do século XX, a região Centro-Oeste do Brasil foi alvo de políticas governamentais consubstanciadas em discursos desenvolvimentistas de integração ao território nacional. Esse modelo desenvolvimentista serviu para que o Sudeste do país tivesse o próprio celeiro agropecuário para abastecimento alimentício enquanto se tornava um moderno parque industrial.

Passada a metade do século XX, a Revolução Verde indicou o caminho do que se convencionou chamar de “vocação agropecuária”, bem como a ditar as novas regras de crescimento econômico do Centro-Oeste e até mesmo do Brasil. A partir da introdu o de pacotes tecnológicos para aumento de produtividade de grãos sob o argumento discursivo da “erradica o da fome mundial”, essa fórmula conservadora das contradi es e desigualdades no campo ecoou a denomina o do Cerrado de “celeiro agrícola”.

Nesse sentido, a acep o da palavra “celeiro agrícola” expõe a necessidade de uma problematiza o. Por um lado, o uso da antonom sia procura enaltecer alguns territórios como sendo aqueles modernos e “luminosos” (SANTOS, 1999), portanto, equipado de infraestruturas e de alta produtividade de gr os, como no caso do Brasil, Goiás e Rio Verde. Por outro lado, uma analogia mais crítica pode interpretar o “celeiro” como uma estrutura predial rural que fica, por vezes, mais afastada da sede da fazenda para evitar que o cheiro dos produtos armazenados e possíveis insetos e roedores infestem a propriedade principal. Assim, o celeiro   aquele local relegado na medida em que nem sempre   mantido em boas condi es e que, também, pode servir para guardar tratores, equipamentos ou até insumos agrícolas.

Desse modo, enquanto celeiro agrícola os territórios do Cerrado goiano e especificamente de Rio Verde também fundamentam a denominação convencionalizada como “capital do agronegócio”. Contudo, esse discurso geralmente vela as contradições, conflitos e ideologias que povoam as noções de “celeiro”, “capital do agronegócio” ou “modernização agrícola”. Porto e Milanez (2009) apresentam uma série de impactos relacionados à agricultura capitalista monopolista.

O aumento da produtividade agrícola nas últimas décadas tem evoluído significativamente, inclusive no Brasil, justificando para muitos nossa vocação como "celeiro" do mundo. A "eficiência" desse novo modelo de agricultura baseado em novas tecnologias pode ser vista no número de pessoas que um agricultor, além de si mesmo, seria capaz de alimentar. [...] Apesar do aumento da capacidade de geração de oferta de alimentos sem precedentes, é importante salientar que o aumento da produtividade agrícola é responsável por vários efeitos negativos como, por exemplo, a concentração de terras, renda e poder político dos grandes produtores através da ampliação das monoculturas; o desemprego e a migração campo-cidade com impactos no caos urbano das metrópoles dos países periféricos; o não atendimento às demandas de segurança alimentar dos países mais pobres, quando estes produzem mercadorias agrícolas que não são alimentos (caso dos biocombustíveis) ou são exportados como commodities para os países mais ricos e, ainda, o uso intensivo de agrotóxicos e agroquímicos, uma das marcas da "modernização agrícola" no Brasil (PORTO e MILANEZ, 2009, p. 1989).

Diante disso e conectado à lógica da DIT, um território chamado de “celeiro” ou “cidade do agronegócio” é atravessado por contradições e conflitos em qualquer país, estado ou município. Primeiro porque este território fica encarregado de produzir matéria prima de baixo valor agregado quando comparada aos pacotes tecnológicos vindos dos países capitalistas centrais, inclusive os insumos utilizados no campo como os químicos, biológicos e mecânicos. Segundo, assim como o celeiro é longe da sede da fazenda, este é um território distante dos principais centros econômicos e políticos. Terceiro, conforme a oscilação do mercado de commodities ou das relações internacionais entre países, o território-celeiro pode ser abandonado ou entrar em crise. Assim, a situação de celeiro não se mostra vantajosa ao longo prazo.

Dessa maneira, compreender Rio Verde como “cidade do agronegócio”, o que para Elias (2007, p. 120) são aquelas cidades “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”, requer não olvidar contradições e conflitos. Atento a isso, destaca-se a definição que Pizarro (2017) apresenta de agronegócio:

O agronegócio é a etapa mais agressiva da modernização da agricultura, impõe regras biológicas, legais, comportamentais tanto para a sociedade, como para os próprios elementos da natureza que reproduz. As viabilidades econômicas e técnicas do agronegócio são concretizadas pelas ações do Estado que legitima via leis, financiamentos e planejamento dos espaços para a reprodução dessa atividade econômica (PIZARRO, p. 226, 2017).

Rio Verde e a Região do Sudoeste Goiano, que possuem o agronegócio no centro da dinamização econômica local e regional, são exemplos das contradições que atravessam esse modelo. O Sudoeste Goiano se mostra como um dos polos econômicos de Goiás e do país ao direcionar seus esforços na manutenção de uma estrutura oligárquica latifundiária capitalista monopolista produtora de grãos e cana-de-açúcar e criadora de gado, aves e suínos.

Dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, do Estado de Goiás, (IMB, 2019), mostram Rio Verde na quarta colocação quanto ao PIB dos 246 municípios do Estado de Goiás para o ano de 2017. O município fica atrás apenas de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia que fazem parte da Região Metropolitana e representa o maior PIB do interior do estado. Assim, por ser o maior PIB agropecuário do Estado de Goiás, Rio Verde é considerado a “capital do agronegócio” no estado. Conforme o IMB (2019),

O município de Rio Verde manteve-se com a maior participação no total da produção Agropecuária do estado (7,0%), destacou-se em 2017 como o maior produtor de soja, maior cultivo de cereais, maior criador de suínos e aves do estado de Goiás. Ademais, também se destaca na cana-de-açúcar, lavoura temporária, silvicultura e extração vegetal e bovina. Esse município também se destacou no cenário nacional como segundo maior VA (valor agregado) da Agropecuária do país (IMB, 2019, p. 15).

Mesmo com toda essa opulência produtiva e econômica, Rio Verde possui apenas o sexto maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Goiás conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: 2010 (PNUD, 2013). Ainda, conforme a ferramenta de eficiência municipal do jornal Folha de São Paulo e do Datafolha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), Rio Verde ficou na posição 4.636 entre 5.281 municípios no Ranking de Eficiência dos Municípios (REM-F). Esta ferramenta afere quais as prefeituras do Brasil entregam mais serviços básicos à

população usando menos recursos financeiros. Considera o atendimento na saúde, educação e saneamento e verifica qual a eficácia na gestão da receita per capita disponível de cada cidade. Ademais, a produção de territórios especializados em produtos primários revela uma relação subordinada entre estados e municípios aos setores produtivos como mineração e agronegócio.

Percebe-se, então, que o município de Rio Verde é um território síntese do estado de Goiás em virtude da destacada situação econômica no interior goiano com atividades focadas nos setores agrícolas, industriais e agropecuárias. No setor primário conta com uma forte agricultura de grãos como soja, milho e sorgo assentada sobre o modelo de mundialização da agricultura capitalista: latifundiária, mecanizada, tóxica e agroexportadora em constante conflito com o Cerrado e sua população. Ainda, transformou as terras do Cerrado em vastas monoculturas de grãos como soja, figura 4, e que contam com capital técnico e tecnológico desde o preparo do solo, plantio, colheita, armazenamento, processamento ou transporte.

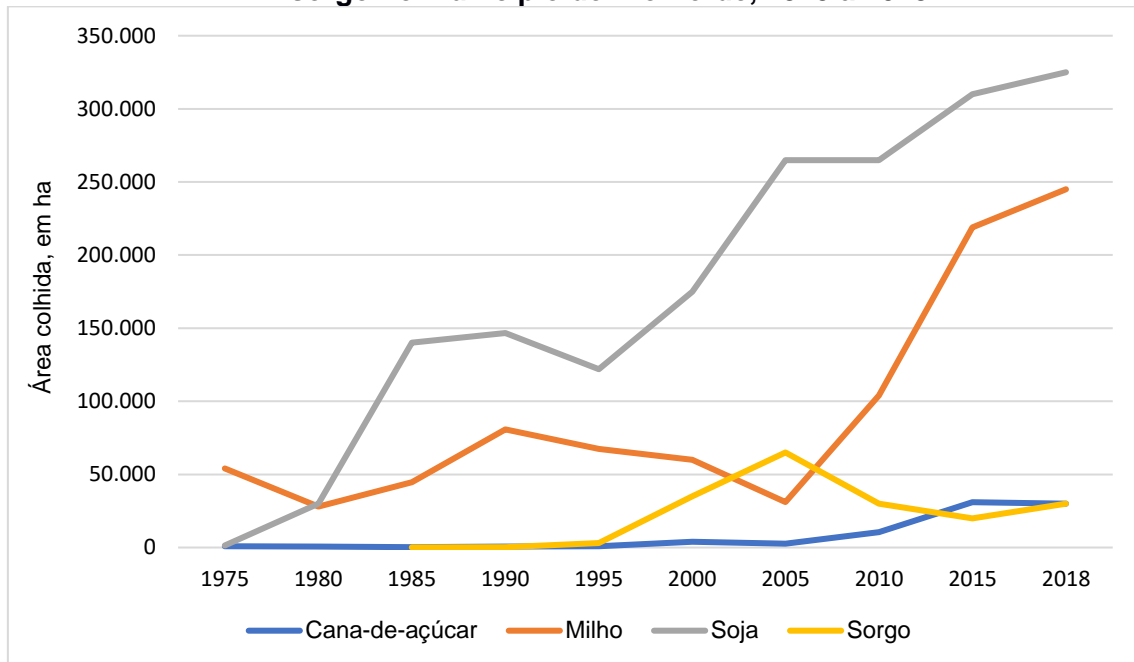
Figura 4 - Monocultura da soja em Rio Verde



Fonte: Weber Dias Ferreira Júnior (2019). Fazenda Barcelos, Município de Rio Verde, 32 alqueires de soja plantado, sentido Jataí, próximo aos americanos.

O gráfico 2 contribui com as análises que revelam a expansão das monoculturas de soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar no município de Rio Verde a partir da inserção de seus territórios nas políticas desenvolvimentistas implementadas no Cerrado a partir dos anos 1970.

Gráfico 2 - Evolução da área colhida, em hectares, de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo no município de Rio Verde, 1975 a 2018.



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

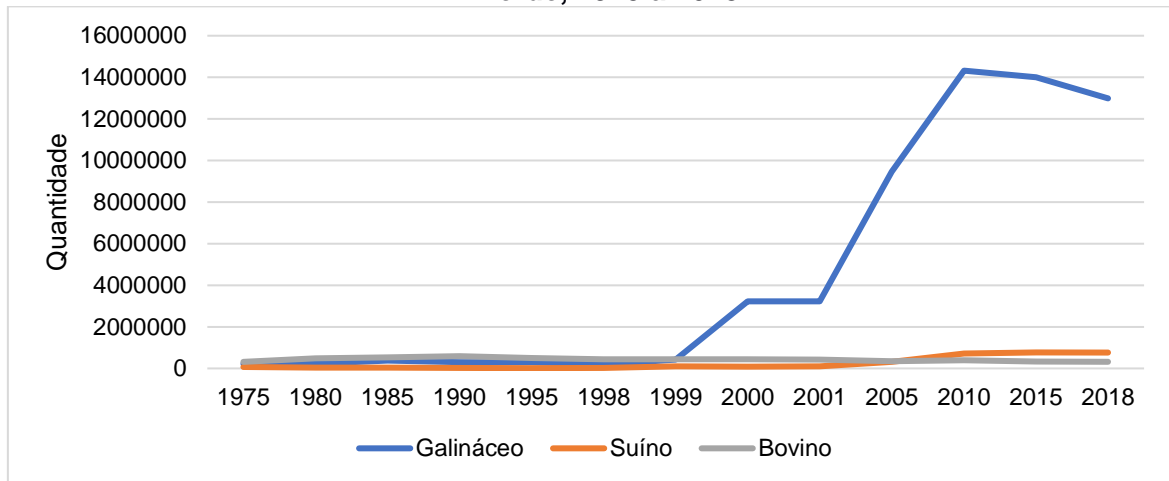
A expansão da fronteira da soja no município de Rio Verde foi expressiva em dois momentos, o primeiro entre 1975 e 1990, período em que os programas agrícolas no contexto dos PNDs foram decisivos; e o segundo entre 1995 e 2018, caracterizado por nova fase de agroindustrialização e internacionalização da produção devido as demandas dos mercados de comódites agrícolas.

No primeiro, entre 1975 a 1990, a área colhida de soja arrancou de 1.400ha para mais de 146.000ha, um aumento de 10.376%; no período entre 1995 a 2018 cresceu de 122.000ha para 320.000ha, um aumento de 166,3%. No caso da evolução da área colhida de milho, o aumento significativo ocorreu entre 2000 e 2018, de 60.000ha para 245.000ha, uma ampliação de 308,3%.

O sorgo, por sua vez, teve elevação da área colhida de maneira aguda no período entre 1995 a 2005, saindo de 3.000ha para 65.000ha, um salto de 2.066%. Após 2005, a área colhida cai e mantém a média por volta de 25.000ha. Por fim, a área colhida de cana-de-açúcar se expande após 2005 quando da instalação de usinas nos municípios limítrofes de Jataí e Santa Helena. A área passa então de 2.626ha para 30.000ha em 2018, aumento de 1.042%.

No setor secundário a indústria transforma parte desses grãos em alimentos para aves e suínos que são criados, abatidos e desossados no município. No gráfico 3 está a evolução para cada uma das comódites pecuárias no período de 1975 a 2018.

Gráfico 3 - Evolução do efetivo de galináceo, suíno e bovino no município de Rio Verde, 1975 a 2018.



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

No primeiro período, entre 1975 e 2000, o crescimento do efetivo de galináceo foi 1.300%. Contudo, o salto de crescimento ocorreu apenas com a chegada da antiga agroindústria Perdigão. De 1999 para 2000, o número pulou de 424 mil para 3,2 milhões de galináceos, um aumento de 600%. No segundo período, entre o ano 2000 e o 2018, o efetivo de galináceo aumentou de 3,2 milhões em 2000 para 12,9 milhões em 2018, um crescimento de 303,4%. Houve um pico de produção em 2010, ano em que o efetivo de galináceo alcançou 14,3 milhões, depois estabilização e queda.

A evolução do efetivo de suínos é apresentada um significativo aumento em dois períodos, o primeiro é de 1975 a 1999, e o segundo de 1999 a 2018. No primeiro, o aumento foi de 35 mil para 104,6 mil, crescimento de 63,9%. No segundo, observa-se o aumento de 104,6 mil para 765 mil, crescimento de 630%. Por fim, a evolução do efetivo de bovinos houve uma queda de 538 mil em 1975 para 319 mil em 2018, uma queda de 40%.

Há ainda, os investimentos na construção civil, figura 5, que arranha os céus para as classes ricas e avança horizontalmente em novas áreas para especular o bolso de rio-verdenses migrantes seja por meio do aluguel de quarto e sala, seja pela venda de terrenos em bairros populares ou elitizados, no caso dos condomínios fechados.

No setor terciário, serviços e comércios variados transformaram a cidade em polo de venda de produtos e máquinas para produção agropecuária, bem como polo de serviços médico-hospitalares com diversas especialidades, internações e cirurgias. É também um polo educacional, mas não necessariamente cultural, que abriga

inúmeras escolas e faculdades públicas e privadas. Ainda, a cidade oferece aos moradores e população vizinha uma rede de bares, restaurantes, macroatacados e shoppings semelhantes àqueles das cidades metropolitanas de Goiás.

Figura 5 - Enclaves fortificados na cidade de Rio Verde, Goiás.



Fonte: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

Contudo, é no setor primário que se verifica a atuação dos vetores que irradiam a representação de Rio Verde como “capital do agronegócio”. O setor primário é identificado quando Oliveira (2016) afirma que o capitalismo monopolista mundializado está estruturado sobre uma tríade: a produção de comódites, a formação das empresas monopolistas mundiais e as bolsas de mercadorias e de futuro.

Nela, observa-se que a região Centro-Oeste, o estado de Goiás e o município de Rio Verde atendem as três partes: a produção de comódites de grãos, criação de animais e exploração mineral, bem como a instalação de grupos de empresas mundiais. Ainda, as mercadorias podem ser negociadas pela Brasil, Bolsa e Balcão (B3) surgida em 2017 a partir da fusão da Central de Custódia e de Liquidação

Financeira de Títulos (Cetip) com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa).

O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de commodities (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. [...] O segundo termo da tríade, são as bolsas de mercadorias e futuro que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das commodities. [...] O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), que permitiu o controle monopolista da produção das commodities do campo (OLIVEIRA, 2016, p. 123-125).

Assim, a territorialização dos monopólios em Rio Verde ocorre mediante o controle de territórios e da produção.

Na figura 6 é possível observar algumas das empresas monopolistas mundiais responsáveis pela dinâmica e dinamismo capitalista em Rio Verde que oferta ao mercado mundial grãos, aves, suínos e seus derivados processados.

Figura 6 - Empresas monopolistas mundiais instaladas em Rio Verde.



Fonte: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

O município possui, por exemplo, unidades industriais ou escritórios comerciais da Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Mosaic, Nidera e as brasileiras BRF e COMIGO. A atuação dessas empresas em Rio Verde intensificou o controle corporativo do território e, ao mesmo tempo, aprofundou a inserção do município nas redes globais de grãos e carne.

Nos últimos anos, Rio Verde tornou-se o principal polo econômico no *ranking* das exportações goianas. Da quarta posição em 2007, Rio Verde se tornou, em Goiás, o principal município no ranking das exportações nos últimos anos, conforme detalhado no quadro 1.

É possível identificar que a inserção de Rio Verde na rota mundializada do capital se dá via exportações de carne, grãos e seus derivados. Assim, é um quadro revelador de uma estrutura produtiva e econômica baseada na exportação de produtos primários, o que não se diferencia do regime das exportações feitas pelo estado de Goiás, subserviente à Divisão Internacional do Trabalho e baseado no predomínio de carnes, grãos e minérios.

Ademais, além de o quadro sublinhar a evolução da posição de Rio Verde de quarto para o primeiro no ranking dos municípios exportadores de Goiás, percebe-se que o valor (nominal) das vendas subiu de US\$ 110,1 milhões em 2007, para US\$ 977,4 milhões em 2017, um aumento de 787,7%. Contudo, esse processo se territorializa nos lugares e aprofunda contradições e desigualdades sociais.

As contradições e conflitos também são expressivos ao se considerar as implicações ambientais do modelo econômico baseado no agronegócio e sua relação com os solos, as águas e os trabalhadores. É indissociável do agronegócio em Rio Verde e da região do Sudoeste Goiano o avanço do desmatamento das áreas nativas de Cerrado, concentração fundiária, segregação urbana, uso excessivo de agrotóxicos e riscos de contaminação dos solos, das águas, do ar e dos trabalhadores. Assim, da mesma forma que propalada “cidade do agronegócio”, Rio Verde também pode ser considerada uma “cidade do agrotóxico”.

Quadro 1 - Participação de Rio Verde no ranking das exportações goianas

Ano	Ranking	Valor US\$ FOB*	Principais produtos exportados
2007	4	110.152.772	1-carnes desossadas de bovino, congeladas; 2-bagaços e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja; 3-carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas; 4-milho em grão, exceto para sementeira; 5-bexigas e estômagos, de animais, exceto. peixes, frescas etc.; 6-farinha de milho; 7-outras miudezas comestíveis de bovino, congeladas; 8-óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade >5 l; 9-algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado; 10-línguas de bovino, congeladas
2011	4	319.393.204	1- outros grãos de soja, mesmo triturados; 2- bagaços e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja; 3- milho em grão, exceto para sementeira; 4- algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado; 5- óleo de soja, em bruto, mesmo degomado; 6- óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade>5l; 7- farinha de milho; 8- degrass e resíduos do tratamento das matérias graxas etc.; 9- milho para sementeira; 10- outras sementes forrageiras, para sementeira
2015	1	469.017.604	1- soja, mesmo triturada; 2- milho; 3- óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados; 4- tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; 5- algodão, não cardado nem penteado; 6- farinhas de cereais, exceto de trigo ou de mistura de trigo com centeio ; 7- carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas; 8- sementes, frutos e esporos, para sementeira; 9- carnes de animais da espécie bovina, congeladas ; 10- dégras; resíduos provenientes do tratamento das substâncias gordas ou das ceras animais ou vegetais
2017	1	977.417.785	1 - soja, mesmo triturada; 2 – milho; 3 - óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados; 4 -tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; 5 - farinhas de cereais, exceto de trigo ou de mistura de trigo com centeio; 6 - carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas; 7 - dégras; resíduos provenientes do tratamento das substâncias gordas ou das ceras animais ou vegetais; 8 - grãos de cereais trabalhados de outro modo (por exemplo: descascados, pelados, esmagados, em flocos, em pérolas, cortados ou partidos), com exclusão do arroz da posição 1006; germes de cereais, inteiros, esmagados, em flocos ou moídos; 9 - outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue; 10 - sorgo de grão

Fonte: IMB (2007, 2011, 2015, 2017). *FOB (Free On Board: toda a responsabilidade pelo transporte da mercadoria é do cliente). Elaborado pelo autor (2020).

1.2.1 A cidade do agrotóxico

Na narrativa de Eduardo Galeno Miguel López Rocha, um menino de oito anos, não é somente um personagem quando se trata dos riscos de envenenamento em que as populações do campo e da cidade no mundo estão expostas.

No ano de 2008, Miguel López Rocha, que estava brincando nos arredores da cidade mexicana de Guadalajara, escorregou e caiu no rio Santiago. Miguel tinha oito anos de idade. Não morreu afogado. Morreu envenenado. O rio contém arsênio, ácido sulfúrico, mercúrio, cromo, chumbo e funaro, jogados em suas águas pela Aventis, Bayer, Nestlé, IBM, Dupont, Xerox, United Plastics, Celanese e outras empresas, que em seus países estão proibidas de fazer esse tipo de doação (GALEANO, 2020).

Para o Brasil é um exemplo indubitável, pois anualmente milhares de trabalhadoras e trabalhadores são intoxicados por agrotóxicos no país (BOMBARDI, 2019). Não só trabalhadoras e trabalhadores, mas, também crianças que brincam e brincavam como Miguel López Rocha, o personagem de Galeano.

Em 2013, foi exatamente no momento de recreio das crianças da Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada no Assentamento Pontal dos Buritis, no município de Rio Verde, que um avião com agrotóxicos pulverizou o pátio da escola. Intoxicou mais de 100 pessoas incluindo, principalmente, crianças que estavam livres entre os lanches e brincadeiras. Essa tragédia foi tema do documentário “Pontal do Buriti – brincando na chuva de veneno”, produzido por Dagmar Talga (ESSÁ Filmes, 2013). Segundo entrevista dada pelo diretor da escola, que também foi intoxicado à época, ele afirmara que os casos de intoxicação são contínuos:

Sim, é diário. As crianças reclamam de dor de cabeça, dor no estômago. Tem uma professora que teve de deixar o ensino rural. Ela foi [transferida] para a cidade porque, toda vez que tinha contato com o veneno, tinha problemas na pele. Hoje, eu estou [como professor de educação física] em 5 escolas diferentes, todas têm plantação em volta. Em todas os alunos são intoxicados com frequência, mas não podem falar que é dos agrotóxicos porque os pais trabalham nas fazendas. Os alunos só falam com a gente, professores. Mas, quando a gente procura os pais, eles dizem que não é por causa dos agrotóxicos. Eu falo muito sobre isso na escola, mas sei que em casa não pode. Se o pai falar, perde o sustento dos filhos. É uma situação difícil de mudar. (REPÓRTER BRASIL, 2018)

Na Região do Sudoeste Goiano, comandada pelos interesses do agronegócio, o uso de agrotóxicos é objeto de pesquisas e preocupações da vigilância sanitária do ambiente e do trabalho, devido os riscos de contaminação do ar, da água, do solo e dos trabalhadores. Assim, considerando a distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil, os resultados obtidos por Pignati et.al. (2017) confirmam que tanto o município em Rio Verde, quanto os tipos de cultivos praticados nele são líderes em uso de agrotóxicos no país e no estado.

A soja foi a cultura que mais utilizou agrotóxicos no Brasil, representando 63% do total, seguido do milho (13%) e cana-de-açúcar (5%). [...] Os dez municípios que mais consumiram agrotóxicos em litros no Brasil foram: Sorriso-MT (14,6 milhões), Sapezal-MT (11,1 milhões), São Desidério-BA (10,2 milhões), Campo Novo do Parecis-MT (9,1 milhões), Nova Mutum-MT (9,0 milhões), Formosa do Rio Preto-BA (8,1 milhões), Nova Ubiratã-MT (8,0 milhões), Diamantino-MT (7,6 milhões), Rio Verde-GO (7,3 milhões), Campo Verde-MT (6,7 milhões) (PIGNATI, et. al, 2017, p. 3284).

Se apenas o quantitativo de produção serve aos produtores rurais para intitular o município de Rio Verde de capital ou “cidade do agronegócio”, fica estabelecida aqui a correlação. Como o município é um dos principais utilizadores de agrotóxicos do país, fica claro que está igualmente apta a receber o título de “cidade do agrotóxico” de Goiás e do Brasil.

Em nome desse modelo é que a população que vive e trabalha nos territórios do Cerrado, formada por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores, camponeses, sertanejos e comunidades tradicionais vem sendo intoxicada ou exposta aos riscos de intoxicação no campo e na cidade. Um dos casos relatados pela Human Rights Watch (2018) sobre contaminação de comunidades rurais por agrotóxicos, aparece ligado a uma companhia de aviação agrícola que pulverizou mais de uma centena de alunos e profissionais que estavam no recreio de uma escola de assentamento na zona rural do município de Rio Verde.

A figura 7 exemplifica os dois títulos adequados ao município na medida em que o uso dos agrotóxicos garante elevadas produções ao mesmo tempo em que intoxica à população e ao meio ambiente além de beneficiar apenas alguns grupos políticos e sociais específicos.

Figura 7 - Rio Verde: a cidade do agrotóxico em Goiás.



Fonte fotografia: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

Fonte da imagem da reportagem: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/aviao-agricola-sobrevoa-escola-e-intoxica-dezenas-de-criancas-em-go.html>> com acesso em 19/01/2019.

Na imagem da esquerda, o painel da prefeitura municipal de Rio Verde, no aeroporto General Leite de Castro, autointitula e promove a cidade a todos os que chegam, sejam brasileiros ou estrangeiros, como capital do agronegócio. No que pese isso, o aeroporto é muito utilizado pelas grandes corporações no deslocamento de funcionários de médio e alto escalão em direção, principalmente, à São Paulo onde se localizam as sedes. Por outro lado, o terminal rodoviário municipal é utilizado pelos trabalhadores nordestinos e de outras regiões que migram cotidianamente em busca de emprego nas linhas de produção dessas mesmas empresas.

Na imagem da direita, uma manchete veiculada (inter)nacionalmente sobre a pulverização sofrida por alunos e funcionários de uma escola rural no município de Rio Verde. A relação entre intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos de usos agrícolas e os territórios apropriados pelo agronegócio em Goiás é apresentada na pesquisa de Neves et.al. (2018), na qual revela que entre 2007 e 2015 houve 2.987 notificações de intoxicações no Estado.

Logo, percebe-se que entre as cidades que se destacaram no número de intoxicações, algumas delas são consideradas “cidades do agronegócio”; ou conforme defendido nesta tese: “cidades do agrotóxico”. São elas: Jataí (304 intoxicações), Goiânia (249), Rio Verde (157), Anápolis (155), Formosa (114), Acreúna (106), Goiatuba (104), Aparecida de Goiânia (64), Mineiros (56) e Montividiu (46) (NEVES et.al., 2018). Os exemplos de Jataí e Rio Verde, no Sudoeste goiano, as revelam como emblemáticas “cidades do agrotóxico”.

Conforme destacado, o modelo de agricultura moderna e conservadora territorializado em Rio Verde, além de promover a intoxicação de trabalhadores, crianças e profissionais, inaugura o que é passível denominar de cidade do agrotóxico.

A presença de agrotóxicos na água é ameaça à saúde pública e expressa a “dinâmica necroeconômica do capital” (ARÁOZ, 2016; GONÇALVES, 2019).

Conforme o “Portal por trás do alimento” (2018), dados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) do Ministério da Saúde revelam a detecção e concentração de agrotóxicos, de 2014 a 2017, para os municípios de todo Brasil. No quadro 1 é possível verificar quais os químicos presentes na água em Rio Verde:

Quadro 2 - Agrotóxicos identificados na água de Rio Verde.

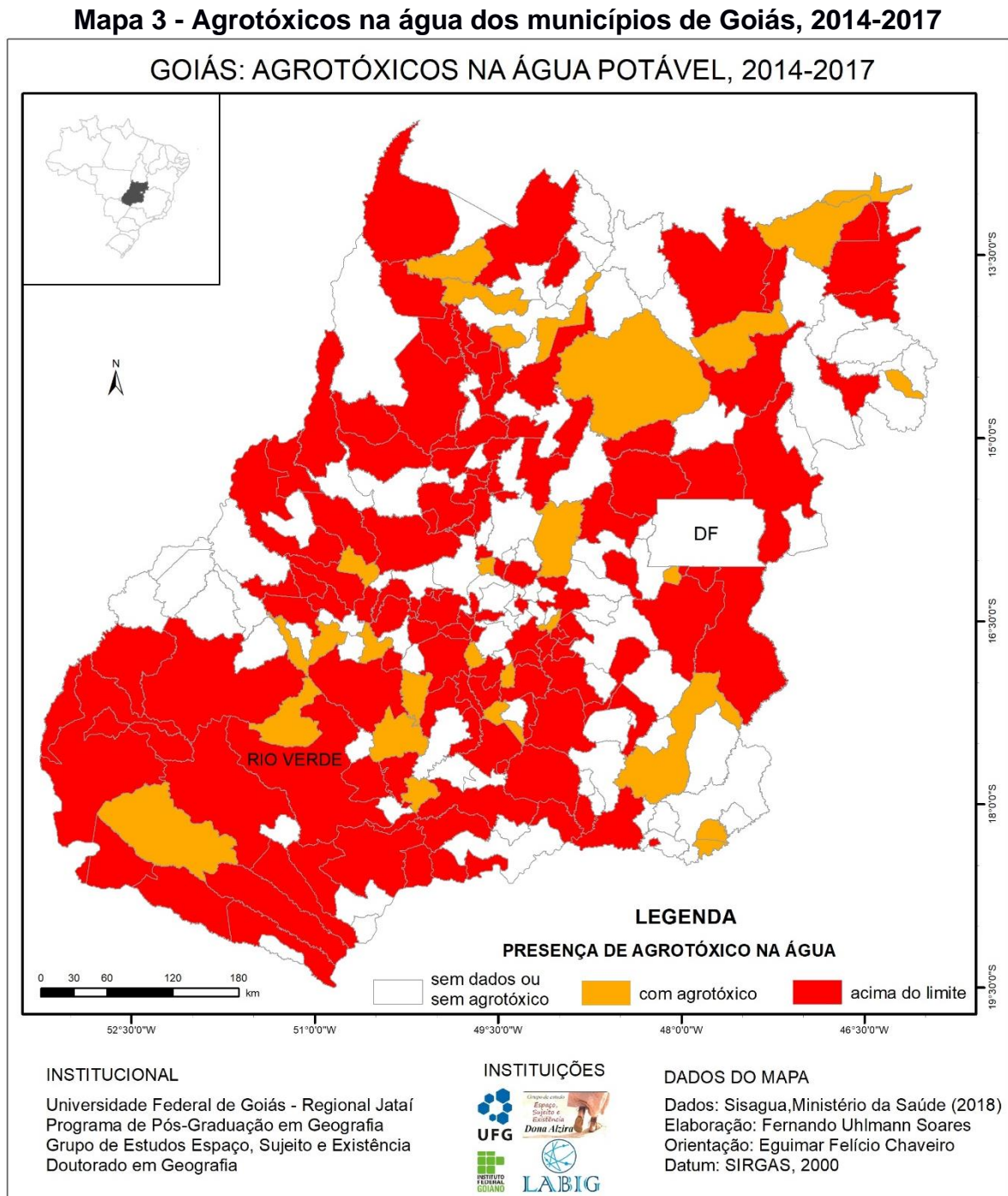
Agrotóxico	Número de testes	Quantidade de detecções
Alaclor	69	35
Atrazina	69	40
Clordano	69	22
DDT + DDD + DDE	69	35
Glifosato	51	22
Lindano	65	35
Permetrina	60	30
Trifluralina	68	34
Adrin	69	22
Endossulfan	69	35
Endrin	69	23
Metolacloro	69	38
Molinato	42	28
Parationa Metílica	56	22
Pendimentalina	60	28
Simazina	68	33

Fonte: Por trás dos Alimentos (2018).

No resultado de investigações conjuntas da Repórter Brasil, Public Eye e Agência Pública, foram identificados 16 diferentes tipos de agrotóxicos na água consumida pela população de Rio Verde. Segundo o site, dos 16 agrotóxicos identificados na água de Rio Verde entre 2014 e 2017, os 8 primeiros são associados a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos. Entre eles, o tipo Endrin foi detectado acima do limite considerado seguro no Brasil. Já os tipos Atrazina e Metolacloro foram identificados na água entre 2014 e 2017, e estavam acima do limite considerado seguro na União Europeia.

Esses dados revelam que não só os trabalhadores são impactados pelos agrotóxicos de usos agrícolas, mas toda a população rio-verdense está exposta aos riscos de intoxicações e deterioração da saúde. Isso requisita a realização de novas pesquisas e atuação efetiva da vigilância sanitária no município.

No mapa 3, é possível identificar que, a despeito da “pilhagem territorial” (PERPETUA, 2016), em Goiás a quase totalidade dos municípios possuem água potável contaminada com agrotóxicos. Como se não bastasse, é significativa a espacialização de municípios que possuem concentração desses poluentes acima dos limites estabelecidos pelo Brasil e/ou pela União Europeia.



Fonte: Por trás dos Alimentos (2018). Elaborado pelo autor (2019).

Se é conveniente ao modelo de mundialização da agricultura capitalista intitular o município como capital do agronegócio em virtude da grande produção e do PIB elevado, por outro lado é importante denominar o mesmo município como capital do agrotóxico em virtude do quantitativo do uso de agrotóxicos em relação aos outros municípios do estado e que afeta diretamente a qualidade de vida da população.

Assim, diante das análises da transformação do atual modelo produtivo agrícola em Rio Verde e suas implicações ambientais, demonstra-se que na disputa de narrativas, a noção de capital ou cidade do agronegócio pode velar problemas, contradições e conflitos. Ainda, a atentar para o fato de que Rio Verde se constitui como cidade do agrotóxico, se almeja mostrar a necessidade de fiscalizar, avaliar e substituir o uso os agrotóxicos por práticas alternativas de produção de alimentos para que seja eliminada a contaminação e a mortandade do bioma-território Cerrado e de sua população.

Finalmente, percebe-se que no processo de formação econômica e social de Rio Verde, as transformações na organização do território promovidas pela territorialização do agronegócio implicaram nos usos do solo, na estrutura fundiária e não menos importante, na dinâmica demográfica local. Diante disso, se destaca a mobilidade de trabalhadores migrantes nordestinos. Trabalhadores que se transformaram em uma das principais forças de trabalho exposta aos ambientes e situações precárias como o manejo de agrotóxicos nas monoculturas de soja. Isso significa dizer que na “cidade do agrotóxico” os trabalhadores migrantes nordestinos são vulnerabilizados no campo e na cidade.

1.3 IMPLICAÇÕES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA RIO-VERDENSE

Dentre as implicações territoriais da consolidação da produção agrícola e do complexo agroindustrial no Sudoeste Goiano e em Rio Verde como caso específico, a dinâmica demográfica da região e do município passaram por alterações significativas. Diante disso, a relação entre a estruturação do complexo agroindustrial de grãos e carnes contribui para se compreender as alterações no setor urbano, no aumento da população e na presença de migrantes nordestinos desde o início dos anos 1990. Para Oliveira (2016):

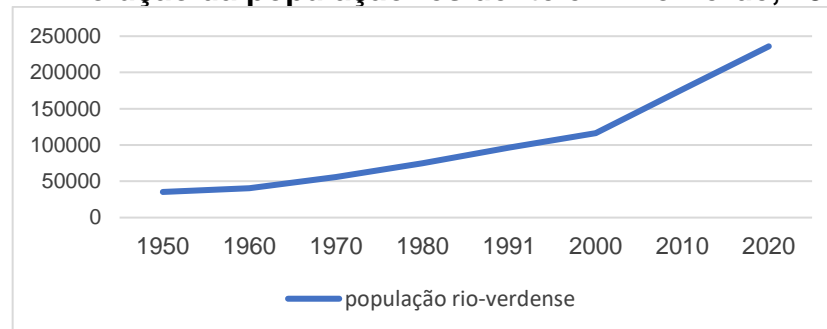
No Sudoeste goiano, especialmente no município de Rio Verde, a reestruturação produtiva agrícola fortaleceu a economia vinculada ao campo e desencadeou uma mudança no setor urbano, por meio da formação de um Complexo Agroindustrial de grãos e de carnes, e de um setor terciário que favoreceu à consolidação de um agronegócio regional (OLIVEIRA, 2016, p. 19).

Conforme os argumentos de Oliveira (2016), a reestruturação produtiva agrícola e um setor terciário dinâmico e conectado ao agronegócio regional, contribuíram com as mudanças na dinâmica urbana. De forma complementar, constata-se nas análises Chaveiro et al. (2009) que apontam que no Sudoeste Goiano, o município de Rio Verde exemplifica mudanças demográficas influenciadas pelos incentivos governamentais na instalação de unidades agroindustriais.

A infraestrutura agrícola e agroindustrial moderna, competitiva, excludente e seletiva, consolidada a partir dos anos de 1970/1980, motivou a mobilidade de trabalhadores de várias partes do Brasil em busca de emprego e salário. Isso, somado a outros fatores como a expropriação da população do campo na região Sudoeste, contribuiu com o crescimento da população de Rio Verde, que se tornou acentuado a partir dos anos 1970.

A partir do gráfico 4 é possível perceber dois intervalos de acentuado aumento de crescimento populacional em Rio Verde diante da consolidação das transformações territoriais vinculados, sobretudo, à presença do Estado nacional.

Gráfico 4 - Evolução da população residente em Rio Verde, 1950 a 2020.



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

O primeiro período dura 40 anos. Ocorre de 1960 e vai até 2000 e resulta das políticas desenvolvimentistas e de expansão da fronteira agrícola. Durante o primeiro vintênio deste, ou seja, de 1960 a 1980, a população aumentou em 85%. Passou de 40,4 mil para 74,7 mil habitantes. Para o segundo vintênio, de 1980 a 2000, ocorre

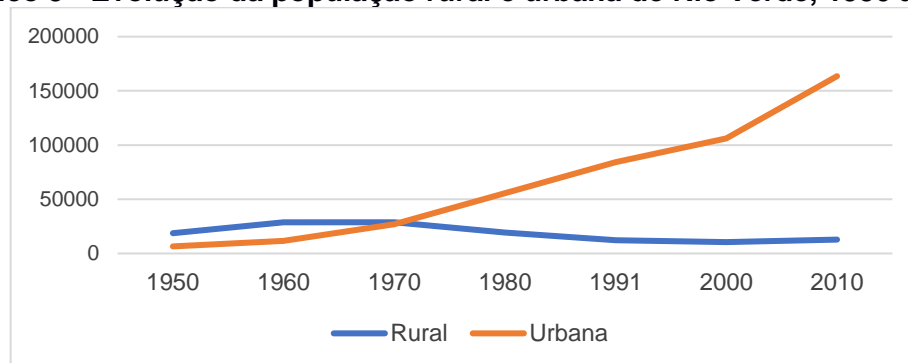
uma diminuição no ritmo que ainda era elevado. Com um acréscimo de 56%, a população passa daqueles 74,7 mil para 116,5 mil habitantes.

O segundo intervalo de acentuado crescimento da população rio-verdense, inicia com a instalação do complexo agroindustrial na virada para o século XXI. Nesse vintênio, que vai do ano 2000 até 2020, o crescimento da população residente em Rio Verde passa de 116,5 mil para estimados 236 mil habitantes. Ocorre um aumento significativo de 102,5% de habitantes decorrente da instalação de capital produtivo financiado pelo governo federal. Como resultado, um elevado contingente populacional migra e segue migrando de outras regiões atrás de emprego e salário.

Nesse contexto, vê-se refletida a instalação da agroindústria Perdigão, hoje BRF, bem como do complexo agroindustrial adjacente. Vale ressaltar que a taxa média geométrica de crescimento anual de Rio Verde está na faixa dos 4%, enquanto a estadual é de 1,84% e a taxa brasileira fica em pouco mais de 1,0%.

Esse aumento da população residente em Rio Verde está vinculado não somente a migração, mas também ao deslocamento rural-urbano como pode ser analisado a partir do gráfico 5.

Gráfico 5 - Evolução da população rural e urbana de Rio Verde, 1950 a 2010.



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

Pelo gráfico, observa-se que no período entre 1950 e 1970 a população rural de Rio Verde era maior do que a urbana. Confirmando o analisado no gráfico 4 anterior, verifica-se que a década de 1960 é o marco temporal para início da redução da população rural e crescimento acelerado da população urbana.

Diante da consolidação das políticas públicas voltadas para a produção agrícola que impactaram organização territorial de Rio Verde, de 1960 até o ano 2000

a população rural foi reduzida de 28,7 mil pessoas para em torno de 10,5 mil, decréscimo de quase 63,5%.

Com o adensado de técnicas, tecnologias e monoculturas, o campo começa a ser esvaziado de pessoas e, sobretudo, trabalhadores. Por outro lado, observa-se, como já foi apresentado, o crescimento acelerado da população urbana, irá aprofundar as desigualdades e segregações espaciais.

Ao contrário e para o mesmo período, o número de pessoas no urbano aumentou de 26,9 mil para 163,5 mil, um acréscimo de 813,8%. Vale salientar que a partir do ano 2000, ocorre a instalação da BRF e do complexo agroindustrial orbitante. Com isso, o impacto causa uma ascendência ainda maior na curva de população urbana, enquanto a da população rural se torna estável. Isso revela que em Rio Verde têm-se um campo ocupado por monoculturas intensivas em capital e tecnologia para atender o modelo agroexportador. Enquanto isso, é recorrente na literatura científica o intenso desmatamento do Cerrado e substituição de culturas tradicionais ou praticadas por agricultores familiares. Percebe-se, então, a produção de um território desigual, concentrador de terras e de capital.

Ademais, o esforço de periodização das leituras sobre as mudanças na dinâmica demográfica de Rio Verde revela que a partir do início da década de 1990, o aumento da população residente passa a contar com o crescimento do número de migrantes das diversas regiões brasileiras. Sobretudo, a entrada massiva do migrante nordestino é solidificada com a instalação das cadeias agroindustriais de frangos e de suínos a partir de fins do século XX e início do XXI.

Não obstante, a eficaz propaganda sobre o dinâmico modelo do “agronegócio” e seu conseqüente apelo econômico também fazem de Rio Verde o principal território de atração migracional do interior de Goiás e um dos principais do Centro-Oeste brasileiro. A presença dos migrantes nordestinos como força de trabalho explorada requer análises que serão aprofundadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A RIO VERDE NORDESTINA: MÃOS QUE MIGRAM

Dentre a gama de motivos que fazem os nordestinos migrarem para Rio Verde e outras várias cidades do país, um deles é recorrente e antigo: a necessidade de trabalho. É no descer do ônibus na rodoviária de Rio Verde que tem efetivamente início uma nova história de vida para cada trabalhador que chega sozinho, acompanhado da família ou de amigos próximos.

Sob principalmente a influência da política “Marcha para o Oeste”, em 1930, do governo Getúlio Vargas, o estado de Goiás começa a receber um elevado contingente de mão de obra migrante para a construção da capital Goiânia. Soma-se a essa marcha de interiorização para o oeste, as construções de Brasília, na década de 1950, e da malha de estradas de rodagem no centro-oeste que favoreceram a integração de Goiás ao restante do Brasil. Conforme Correia (2006), sob o aspecto da infraestrutura, o projeto desenvolvimentista de construção do estado se concretizou com êxito.

Portanto, no período de 1930 a 1960 o projeto de nação originado no governo do presidente Getúlio Vargas e concluído no governo JK trouxe reflexos de grande importância para o desenvolvimento regional de Goiás. Nesse sentido, a (i)migração, a construção de Goiânia e de Brasília aliada à abertura de novas rodovias consolidou a ideia de progresso dos vitoriosos da Revolução de 1930, qual seja: a do Estado como promotor do desenvolvimento focado na infraestrutura (CORREIA, 2006, p. 50). (*Tachado nesse*).

No trabalho do autor sobre esse modelo desenvolvimentista, a formação de núcleos urbanos periféricos e precarizados e sem infraestrutura já deixava evidente a deficiência em atender às necessidades da população local e da migrante. Uma vez que o estado não foi criado para atender à sua população, mas sim ao crescimento econômico, significa que já havia uma maior preocupação com o econômico do que com o social. Diferentemente destes tempos anteriormente citados nos quais os trabalhadores eram recrutados pelo ‘gato’, hoje o trabalhador migrante se desloca com o custeio próprio ou auxiliado por algum parente ou amigo. Inclusive, muitos dos jovens trabalhadores migrantes de hoje desconhecem a alcunha gato como referência ao agenciador de mão de obra.

Como exemplo da atividade do “atravessador de trabalhador”, Bernardes (2009) conta, por exemplo, que durante a construção de Goiânia o estado-patrão arregimentou mais de quatro mil trabalhadores. Como Goiás era um estado periférico e rural no qual a pecuária ocupava quase toda mão de obra, o governo recorreu aos

escritórios instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo para contratação de trabalhadores por meio dos gatos. Assim que a notícia da nova capital se espalhou pelo país, levas de trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso foram trazidos. Nesse período, já é possível então identificar a presença do trabalhador migrante nordestino entre o principal grupo de mão de obra trazido.

Chaveiro et. al. (2009) revelam no processo de ocupação e povoamento desigual e heterogêneo de Goiás um crescimento populacional ‘induzido’ a partir dos projetos de colonização e das políticas públicas territoriais. Assim, evidenciam a necessidade de entender suas transformações a partir de dois períodos distintos dentro do século XX. O primeiro de 1930 até 1970 e o segundo de 1970 até 2000 ou, complementarmente, até os dias atuais.

O primeiro período se refere ao Goiás das políticas expansionistas (Construção de Goiânia, Marcha para o Oeste, CANG, PNDs, os Planos Rodoviários, etc.) que se delineia dos anos 30 até final de sessenta, do século XX. Esse período pode ser alcunhado de antecipação da modernização conservadora. Já o segundo período, principalmente após setenta, representa um outro Goiás, amparado por uma infraestrutura consolidada (rodovias, energia elétrica, comunicação) mas cindido (separação de Tocantins); um Goiás que sofre influência da construção de Brasília; um território com uma modernização conservadora que se articula à economia nacional e se prepara para, posteriormente, se aglutinar à economia internacional (CHAVEIRO et. al., 2009, pp. 18-19).

Tendo em mente os períodos relatados, é importante destrinchar a dinâmica da mobilidade e do crescimento populacional de Goiás não somente para a compreensão das transformações econômicas produzidas no território, mas, sobretudo, das sociais. Nesse contexto é que se insere o migrante nordestino que chega ao estado de Goiás e ao município de Rio Verde em busca de emprego, salário e, também, outros desejos e necessidades. Se de um lado este sujeito não tem como fugir do invólucro capitalista que provê seu sustento e de sua família a partir da exploração do seu trabalho, por outro lado o mesmo deve ser respeitado como qualquer outro cidadão rio-verdense como contrapartida à sua contribuição aos projetos públicos e privados de crescimento econômico do estado e município.

Conforme publicou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), tabela 2, os nove estados da Região Nordeste do país estão entre as últimas posições no IDHM para o ano de 2017. Complementa, ainda, que “em doze Regiões

Metropolitanas (RM), todas elas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste, o IDHM era inferior ao do país” (IPEA, 2019, p. 09).

Tabela 2 - IDHM entre as Unidades Federativas nos anos de 2010 e 2017.

IDHM					
UNIDADE FEDERATIVA	POSIÇÃO	2010	2017	POSIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)
Distrito Federal	1º	0,824	0,850	1º	3,1
São Paulo	2º	0,783	0,826	2º	5,5
Santa Catarina	3º	0,774	0,808	3º	4,4
Rio de Janeiro	4º	0,761	0,796	4º	4,6
Paraná	5º	0,749	0,792	5º	5,7
Rio Grande do Sul	6º	0,746	0,787	6º	5,5
Minas Gerais	9º	0,731	0,787	7º	7,6
Mato Grosso	11º	0,725	0,774	8º	6,7
Espírito Santo	7º	0,740	0,772	9º	4,3
Goiás	8º	0,735	0,769	10º	4,6
Mato Grosso do Sul	10º	0,729	0,766	11º	5,1
Roraima	13º	0,707	0,752	12º	6,4
Tocantins	14º	0,699	0,743	13º	6,3
Amapá	12º	0,708	0,740	14º	4,5
Ceará	17º	0,682	0,735	15º	7,8
Amazonas	18º	0,674	0,733	16º	8,7
Rio Grande do Norte	16º	0,684	0,731	17º	6,9
Pernambuco	19º	0,673	0,727	18º	8,0
Rondônia	15º	0,690	0,725	19º	5,1
Paraíba	23º	0,658	0,722	20º	9,7
Acre	21º	0,663	0,719	21º	8,4
Bahia	22º	0,660	0,714	22º	8,2
Sergipe	20º	0,665	0,702	23º	5,6
Pará	25º	0,646	0,698	24º	8,0
Piauí	24º	0,646	0,697	25º	7,9
Maranhão	26º	0,639	0,687	26º	7,5
Alagoas	27º	0,631	0,683	27º	8,2
Média	---	---	---	---	6,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Vale atentar que mesmo os estados do Nordeste figurando nas últimas colocações do IDHM, verifica-se que houve uma elevação média substancial do IDHM para seus estados, em comparação com os demais entes federativos, durante a vigência das políticas públicas efetivadas nos governos progressistas da época.

O estado do Sergipe ficou abaixo da média nacional, sendo que mesmo assim foi superior à média obtida por exemplo pelo estado de Goiás que ficou com 4,6% abaixo também daquela média. Isso também leva a considerar que mesmo que a situação do Nordeste e do seu povo fosse deveras precária, os programas sociais fizeram com que a população tivesse acesso a renda e pudesse dispensar o gato como agenciador e partir por sua própria conta em busca de melhores oportunidades.

No mais, a tabela também serve a identificação da disparidade na situação de vida dos migrantes que chegam a Goiás e em Rio Verde. Sendo as Regiões Sudeste e Sul do país aquelas com melhores índices, isso se reflete também na análise proposta da divisão social do trabalho.

Mesmo após anos de projetos de cunho social executados durante o período dos governos federais progressistas, a miséria criada a partir de séculos de exclusão e empobrecimento regional se faz presente ainda hoje fortalecido pelo retorno do modelo neoliberal ao poder político federal em meados de 2016.

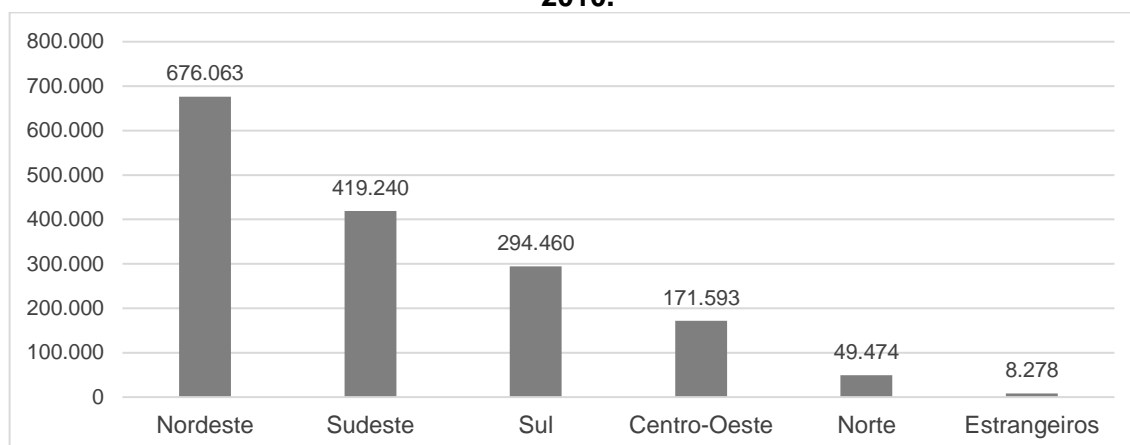
Diante desse cenário, atenta-se inclusive para uma possível elevação na migração nordestina já que sua população sofre com o corte ou eliminação de políticas públicas sociais até então vigentes. Uma vez que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dessas cidades e dos respectivos estados são os menores do país, é provável um aumento na peregrinação da população nordestina em busca emprego e salário.

2.1 O GOIÁS NORDESTINO

A partir dos números de migração disponibilizados a partir dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é possível identificar que Goiás é um dos estados mais atrativos quanto a entrada de migrantes ou, mais visivelmente, de mão de obra vinda de outros territórios do Brasil. Pelos dados do último recenseamento geral, realizado em 2010, a composição populacional do estado de Goiás é de quase 73% de goianos nativos enquanto os outros 27% representam os moradores nascidos em outras regiões brasileiras.

O gráfico 6 apresenta o quantitativo de migrantes que chegam a Goiás a partir de suas regiões de origem.

Gráfico 6 - População residente não nascida em Goiás, por região de nascimento, 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

Sendo que para o ano de 2010, Goiás possuía 5.968.198 de habitantes, isso significa que, à época, um total de 27% da população residente em Goiás era formada por pessoas que vieram de outros estados. Em relação à contribuição, a Região Nordeste do Brasil é a que apresentava maior representatividade com 41,8% do número total de migrantes. Após, aparecem: a Sudeste com 25,9%; Centro-Oeste (exceto Goiás) com 18,2%, Norte com 10,6% e, Sul com 3,1% do total. O número de imigrantes, ou seja, de estrangeiros vivendo em Goiás corresponde a 0,5% da população total do estado.

Na tabela 3 é possível verificar a naturalidade daqueles $\frac{1}{4}$ de migrantes que moravam em Goiás no ano de 2010.

A partir da tabela verifica-se que no caso da migração nordestina, Bahia e Maranhão são os principais estados contribuintes com a formação da população residente de Goiás. Isso demonstra a facilidade que existe em se encontrar um expressivo número de trabalhadores e trabalhadoras baianos(as) e maranhenses exercendo atividades nos setores primário e secundário. Em menor quantidade, é possível verificar que todos os outros estados nordestinos contribuem com essa formação e abastecimento do mercado de mão de obra.

Tabela 3 - População residente em Goiás, por naturalidade, 2010.

GOIÁS: RESIDENTES EM 2010			
POSIÇÃO	NATURALIDADE	POPULAÇÃO	%
1.	Goiás (goianos)	4.349.089	72,87
2.	Minas Gerais	302.813	5,073
3.	Distrito Federal	234.718	3,93
4.	Bahia	218.329	3,65
5.	Maranhão	161.712	2,70
6.	Tocantins	107.842	1,80
7.	São Paulo	92.336	1,54
8.	Piauí	89.628	1,50
9.	Ceará	69.124	1,15
10.	Pará	50.824	0,85
11.	Mato Grosso	46.452	0,77
12.	Pernambuco	45.143	0,75
13.	Paraíba	43.069	0,72
14.	Rio Grande do Norte	33.197	0,55
15.	Paraná	23.063	0,38
16.	Rio Grande do Sul	19.999	0,33
17.	Rio de Janeiro	17.795	0,29
18.	Mato Grosso do Sul	13.290	0,22
19.	Alagoas	12.159	0,20
20.	Santa Catarina	6.411	0,10
21.	Espírito Santo	6.296	0,10
22.	Rondônia	5.327	0,08
23.	Sergipe	3.702	0,06
24.	Amazonas	3.421	0,05
25.	Acre	2.472	0,04
26.	Amapá	975	0,01
27.	Roraima	731	0,01
	TOTAL MIGRANTES	1.619.109	27,12
	POPULAÇÃO TOTAL	5.968.198	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

No cotidiano esses trabalhadores são vistos nos serviços de pedreiro ou auxiliar na construção civil; nas lojas do comércio de roupas e sapatos; nos balcões das padarias, lanchonetes e restaurantes. Ainda, na faxina dos hospitais, hotéis e residências particulares; na linha de frente dos postos de combustível; na desossa e nas diversas linhas de produção da agroindústria, entre outras atividades braçais.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB, 2017), os fluxos migratórios que partem das Regiões Norte e Nordeste em direção à Goiás vem se intensificando, ao passo que os intercâmbios com a Região Sudeste estão sendo reduzidos. Também, assinala-se a forte presença de mineiros e brasilienses confirmando a estreita ligação destes territórios com o Estado de Goiás. Sobre os indicadores de migração interestadual, afirma-se que Goiás apresenta o maior valor para taxa líquida de migração que é de 34,62 migrantes por mil habitantes. Ainda, complementa em seu estudo sobre a migração em Goiás:

Verifica-se, também, que Goiás, juntamente com Amapá, Santa Catarina, Roraima e Espírito Santo são estados que apresentam os maiores valores para o Índice de Eficácia Migratória, ou seja, são áreas com maiores potencialidades de absorção migratória. [...] esses estados são classificados como de áreas de média absorção migratória. Além disso, estes são os estados com maior capacidade de repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes. Como mostra o Índice de reposição populacional, para cada pessoa que partiu entraram aproximadamente duas pessoas. [...] Destaca-se que Maranhão, Alagoas, Bahia e Piauí são classificados como áreas de média evasão migratória e com menores Índices de Eficácia Migratória, ou seja, são as áreas com maior potencialidade de perda migratória do país. Além disso, por meio do índice de reposição migratória nota-se que para cada 10 pessoas que saem desses estados há a entrada de aproximadamente 5 pessoas (IMB, 2017, p.11-13).

A partir da tabela 4 verifica-se que a distribuição dos migrantes nordestinos pelas mesorregiões do estado de Goiás não acontece com uniformidade. Assim, há que se considerar a Divisão Territorial do Trabalho, uma vez que a Mesorregiões Centro e Leste, abrangem a Região Metropolitana de cunho industrial e os setores de serviços e a Mesorregião Sul abarca o processo agroindustrial que utilizam elevado contingente de mão de obra braçal.

Tabela 4 - População residente não nascida em Goiás, por Mesorregião, 2010.

GOIÁS: NORDESTINOS EM 2010		
MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	%
Centro Goiano	276.384	41,0
Leste Goiano	264.651	39,1
Sul Goiano	105.091	15,5
Norte Goiano	18.113	2,7
Noroeste Goiano	11.824	1,7
TOTAL NORDESTINOS	676.063	100

Fonte: (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

Assim, as Mesorregiões Centro Goiano e Leste Goiano são as principais receptoras de migrantes devido, no primeiro caso, a sua natureza metropolitana e, no segundo, à vinculação ao entorno do Distrito Federal. Ainda, ambas ofertam diferentes tipos de empregos nos setores secundário e terciário.

A Mesorregião Sul Goiano é a terceira maior receptora de migrantes no estado de Goiás e concentra 15,5% da população migrante nordestina. Tipicamente interiorana, tem um setor primário altamente tecnificado e concentrador de terra e renda. É marcado por uma estrutura tecnologicamente moderna ao mesmo tempo que socialmente conservadora o que acaba não oferecendo muitos empregos a não ser alguns temporários, quando empregava colheita manual, como acontecia no corte da cana-de-açúcar. São justamente os setores secundário e terciário, de alguns municípios do interior dessa mesorregião, que exercem uma atratividade migratória em virtude da instalação das agroindústrias e empresas que orbitam ao seu redor.

Este é, por exemplo, o caso do município de Rio Verde que chega a ser denominado de 'capital do agronegócio goiano', como apresenta Guimarães (2010), ao analisar os fatores que contribuíram para a expansão do agronegócio brasileiro a partir da década de 1960. Afirma que, à época, Rio Verde já era considerado como a capital do agronegócio do estado por ser o segundo município no ranking estadual no que concerne à competitividade e destaque nos setores da pecuária, agricultura, indústria, comércio e serviços. Nesse caminho, o governo de Goiás (2010) apresentava o município como um dos maiores produtores goianos de soja, milho e sorgo e; o segundo lugar em relação ao PIB agropecuário com 4,3%; quarto lugar da indústria com 6,85% e; o quinto lugar nos serviços com 4,06%.

Por sua vez, as Mesorregiões Norte Goiano e Noroeste Goiano possuem características físicas e produtivas diferentes das outras mesorregiões. Elas se dedicam, respectivamente, a mineração e ao trabalho agropecuário de pequenas propriedades que provavelmente não ofereçam oportunidade de emprego ou não representem o imaginário de crescimento ou desenvolvimento para a maior parte dos imigrantes.

Ao analisar as heterogêneas configurações territoriais e técnico-científicas entre os espaços agrários das regiões que compõe o estado de Goiás, Silva (2015) enfatiza que:

A modernização agrícola promovida pela inserção da agropecuária goiana ao circuito de produção nacional, baseada na intensificação das relações capitalistas no campo, foi intensa a partir da década de 1960. Os lugares apropriados do agronegócio são territorializados em Goiás pela inserção da produção de comódites agrícolas, especialmente da soja. A modernização do campo territorializou relações capitalistas na porção sul do estado, com intensa divisão territorial do trabalho e reorganização das relações sociais, porém, ratificando o latifúndio como empresa agrícola moderna, reproduzindo a exclusão nas relações de produção (SILVA, 2015, p. 146).

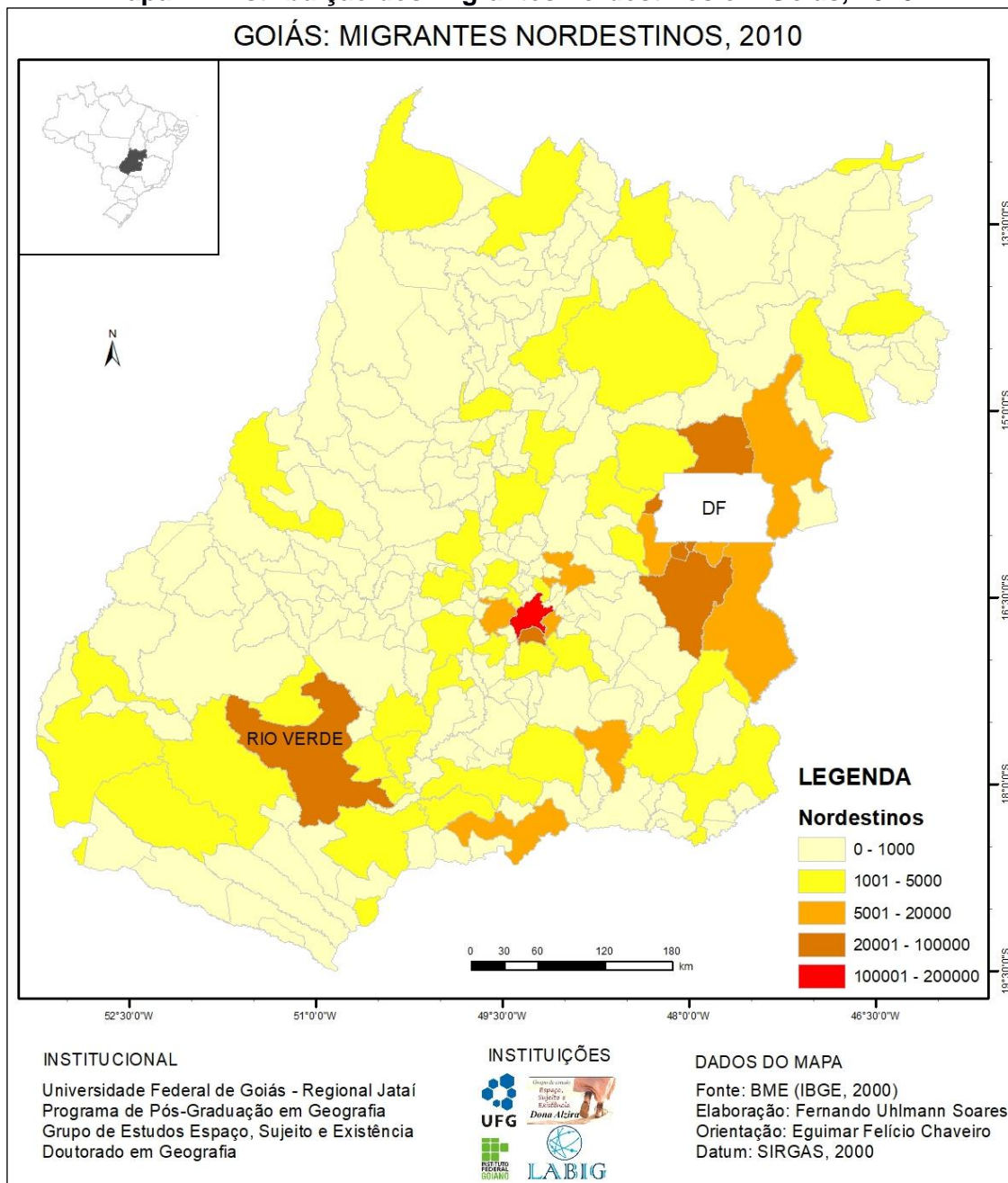
Como cada mesorregião possui atividades diferenciadas distribuídas pelos setores da economia, evidencia-se que a distribuição dos migrantes pelo território goiano está vinculada à Divisão Territorial do Trabalho em Goiás. Assim, o trabalhador vai em busca daquelas empresas que possam contratar sua mão de obra mais ou menos especializada ou qualificada necessária a cada localidade.

No mapa 4, é possível visualizar a espacialização territorial do trabalhador migrante nordestino em Goiás para o ano de 2010. Com uma maior presença na Região Metropolitana, entorno do Distrito Federal e porção sul de Goiás, fica translúcida a atratividade dessas áreas em relação às demais.

É importante perceber também, a Divisão Social do Trabalho, na qual o trabalhador migrante nordestino ocupa as vagas dos serviços braçais enquanto os sulistas e sudestinos as de gerência e chefia. Isso se deve, sobretudo, em virtude do nível de escolaridade que se encontra quando chega a Goiás como será demonstrado nos gráficos mais adiante.

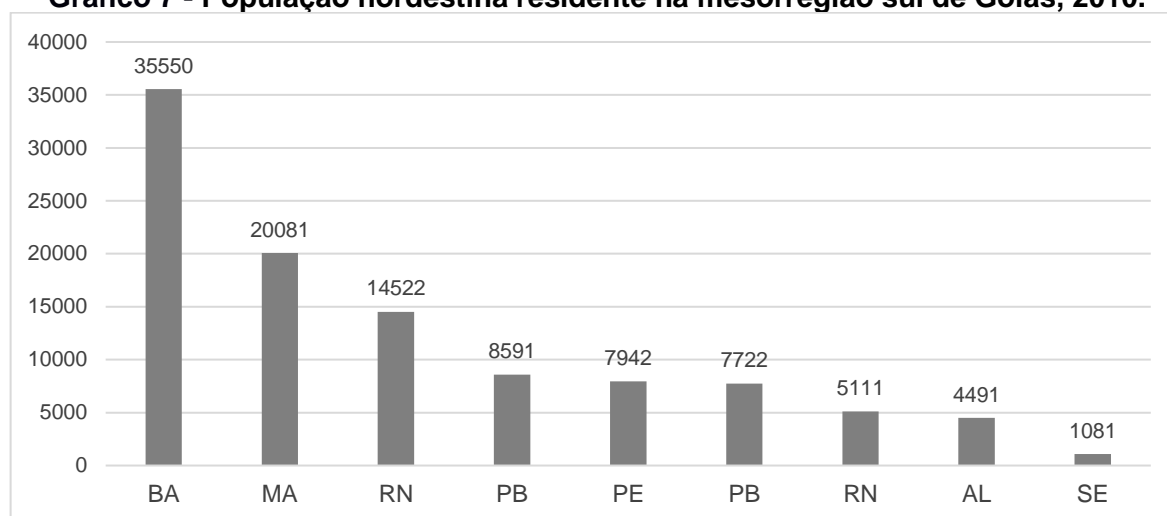
Inclusive, Silva et al. (2003) corroboram informando que metade dos trabalhadores que chegam à cidade de Rio Verde são nordestinos e que os mesmos não possuem qualificação para competir pelos postos de gerência nas indústrias que acabam sendo ocupados pelos sulistas.

Mapa 4 - Distribuição dos migrantes nordestinos em Goiás, 2010.



Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas (IBGE, 2010).
 Elaborado pelo autor.

Com vistas a um direcionamento da pesquisa, no gráfico 7 é verificado o quantitativo dos migrantes nordestinos por naturalidade em relação à Mesorregião Sul Goiano.

Gráfico 7 - População nordestina residente na mesorregião sul de Goiás, 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

Daqueles 105.091 migrantes nordestinos que vivem na Mesorregião Sul, os baianos e maranhenses representam o maior contingente, sendo o percentual de baianos de 34%, seguidos por maranhenses com 19% e potiguaras em terceiro lugar com quase 14%. Os demais completam os 33% de migrantes residentes.

Conforme os dados do IBGE (2010), o município da Mesorregião Sul Goiano que mais recebe migrantes nordestinos é Rio Verde que contava, à época, com uma população de 23.037 migrantes nordestinos, ou seja, 22% do total desses migrantes. Com um polo agroindustrial e um crescimento econômico que servem de atrativos à recepção de trabalhadores, o total da população migrante tende a aumentar.

Na tabela 5 é apresentado o crescimento populacional para os cinco municípios goianos com maior número de habitantes.

Tabela 5 - Crescimento populacional em Goiás, 1980-2018.

MUNICÍPIOS GOIANOS MAIS POPULOSOS										
Município		1980		1991		2000		2010		2018
Goiânia	1º	717.519	1º	922.222	1º	1.093.007	1º	1.302.001	1º	1.495.705
Aparecida de Goiânia	10º	42.627	4º	178.483	2º	336.392	2º	455.657	2º	565.957
Anápolis	2º	180.012	2º	239.378	3º	288.085	3º	334.613	3º	381.970
Rio Verde	5º	74.699	5º	96.309	5º	116.552	4º	176.424	4º	229.651
Águas Lindas de Goiás*	---	---	---	---	6º	105.746	6º	159.378	5º	207.070
Estado de Goiás	---	3.860.174	---	4.018.903	---	5.003.228	---	6.003.788	---	6.921.161

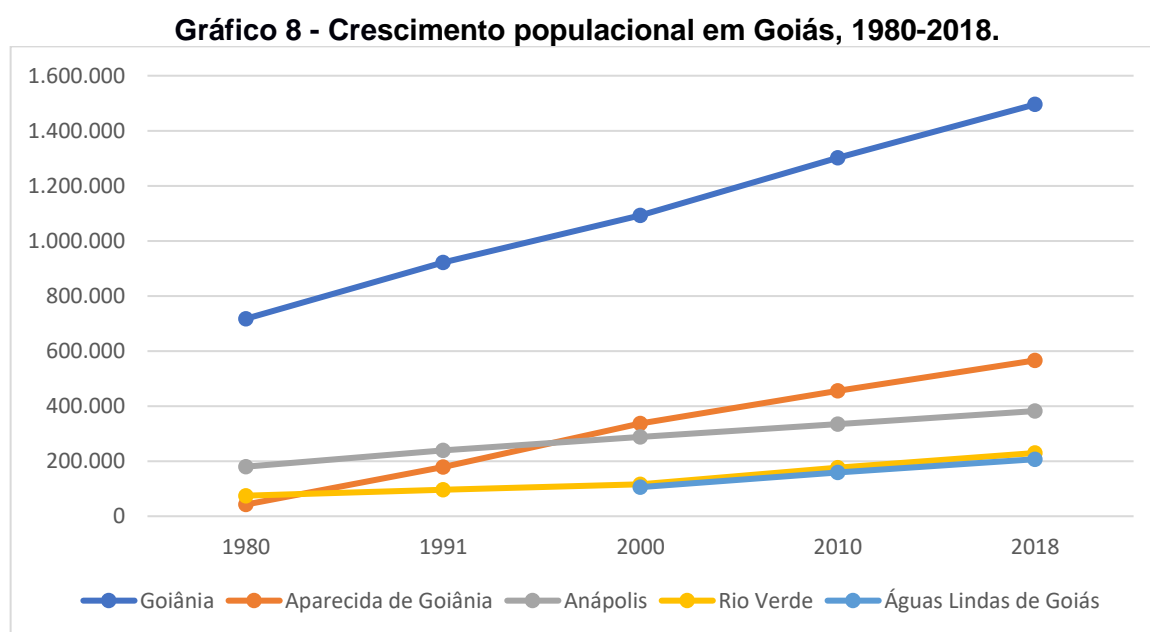
* O município de Águas Lindas de Goiás foi fundado apenas em 1990.

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 e População Estimada 2018. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>> (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Nota-se que os três primeiros, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis fazem parte da Região Metropolitana.

A quarta colocada, Rio Verde, é a única cidade do interior de Goiás que possui uma das maiores populações, uma vez que o município de Águas Lindas de Goiás está conectado à região do Entorno do Distrito Federal.

O gráfico 8 oferece uma visualização dessa evolução ao longo do período de 1980 até 2018.



Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 e População Estimada 2018. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>> (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Com exceção da capital Goiânia que possuía em 2018 estimativa de 1.495.705 habitantes, ou seja, 21,61% da população do estado de Goiás, o município de Aparecida de Goiânia continua sendo o mais populoso de Goiás com 565,9 mil.

Após aparecem Anápolis com 381,9 mil, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás, respectivamente, com 229,6 e 207 mil habitantes.

2.2 A RIO VERDE NORDESTINA

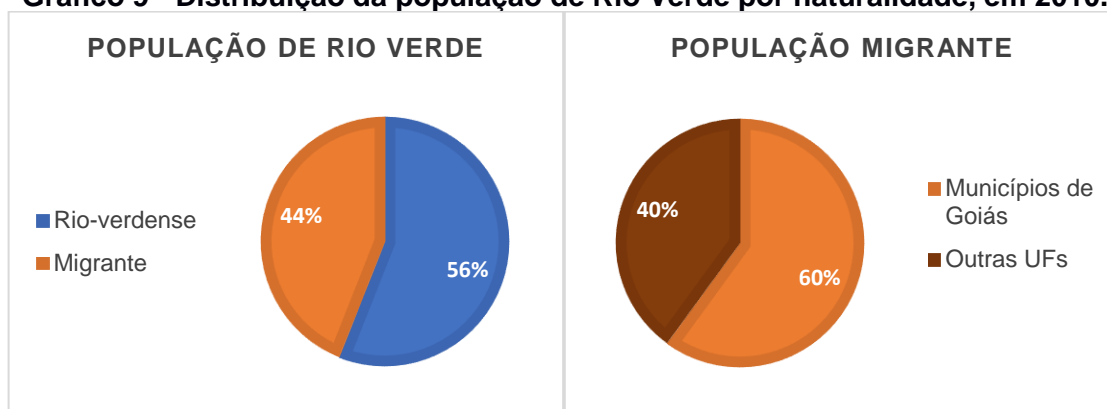
Segundo dados do IBGE (2018), o município de Rio Verde conta hoje com uma população estimada de em torno de 230 mil habitantes. No entanto, para fins desta análise foram utilizados os dados do recenseamento do ano de 2010 que corresponde aos últimos dados da amostra para migração e ao período que o município tinha 176.424 moradores. O próximo Censo deve ser referente ao ano de 2021 devido à pandemia do Covid-19.

A partir dos dados do censo demográfico do IBGE (2010), do total de habitantes daquele ano no município de Rio Verde, 99.398 são nativos, enquanto que os outros 77.026 eram vindos de outras localidades do estado, do país ou do mundo. Isso significa que a população de naturalidade rio-verdense corresponde a 56% do total de habitantes do município enquanto os outros 44% são migrantes.

Daquelas 77.026 pessoas que migraram para Rio Verde, 46.491 são naturais do estado de Goiás, ou seja, 60%. Os outros 40% são 30.535 das mais diferentes origens. Destes últimos, 75% deles ou 23.037 pessoas são provenientes do Nordeste brasileiro, enquanto os outros 25% são de outros estados, exceto de Goiás.

No gráfico 9 estão identificados os percentuais de distribuição dos moradores para o ano de 2010.

Gráfico 9 - Distribuição da população de Rio Verde por naturalidade, em 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Em relação ao número total de habitantes de Rio Verde, os migrantes nordestinos representavam, no ano de 2010, 13% da população rio-verdense. Do total de migrantes em geral, os nordestinos representam mais de 25%. Tendo a população

crescido, é provável que a atualização dos dados do próximo censo demográfico aumente esse percentual de migrantes na cidade.

De acordo com Ramos (2013) os nordestinos além de se destacarem em número, eram e são importantes em Rio Verde pois servem de mão de obra para os serviços pesados que não exigem qualificação, os quais o goiano local não mostra interesse em realizar. Ainda, segundo o autor, os nordestinos sofrem discriminação dos goianos e aglutinam-se em lugares de moradia e lazer comuns e com alguma identidade nordestina até que consigam poupar algum dinheiro e realizar o sonho de retornar para a terra natal.

Em relação ao exposto, observa-se uma relevância em caracterizar a importância do sujeito apenas vinculada à divisão social do trabalho. Não obstante, tendo o município um percentual elevado de migrantes, entre os efeitos que a mesma traz estão o preconceito e discriminação. Entretanto, nas conversas com os migrantes elas não são praticadas apenas pelos goianos, mas também por migrantes de outros estados do país e, inclusive, entre os próprios nordestinos. Isso eleva a situação de agressão social a um patamar que carece ser mensurado sob vários aspectos.

Vale lembrar que conforme o IMB (2017), o intenso processo migratório registrado em Goiás está fortemente ligado ao desenvolvimento e à expansão das atividades agroindustriais promovidos pelas iniciativas governamentais. A partir desta população migrante, foi possível dinamizar a economia, dando-lhe um perfil mais urbano a algumas localidades, que acabaram por se tornar zonas de atração migratória extremamente relevantes no contexto nacional contemporâneo.

Via de regra, a migração do trabalhador nordestino está vinculada à busca pelo emprego (indústria) que também migrou ou que até inexistia na sua cidade. Nesse contexto, podem ser definidos dois modos desse migrar em busca de emprego, salário, expectativa de mobilidade social ou ao menos uma vida com qualidade. O primeiro modo diz respeito à uma movimentação de cunho social, enquanto o segundo refere-se a uma movimentação assistida por uma rede.

De qualquer sorte, ao realizar uma migração independente ou amparada o objetivo principal é o mesmo: a busca pelo emprego. Assim, surge a necessidade de se investigar, sobretudo, este trabalhador migrante nordestino.

Para os migrantes que vieram à própria sorte e que não dispõem de uma estrutura social pronta para lhe receber e apoiar em Rio Verde, a Prefeitura Municipal

o recepciona ainda na rodoviária e lhe fornece assistência de alojamento, alimentação e atendimento à saúde ao mesmo tempo que monitora sua permanência ao longo do primeiro mês de permanência.

Quem recebe os migrantes nordestinos é outra migrante, a Sra. Noêmia Gonçalves Lima, figura 8. Ela é responsável pelo Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) que funciona na rodoviária e faz parte da Secretaria de Atendimento ao Migrante (SAM) da Prefeitura Municipal de Rio Verde. Em horário comercial, ela recepciona os migrantes que chegam desacompanhados e sem abrigo à cidade.

Figura 8 - Centro de Atendimento ao Migrante



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019.

A funcionária conta que foi trazida pelos pais da cidade de Tauá, Ceará, para Rio Verde aos 7 anos de idade e, subtraído um período que morou em Manaus, Amazonas, tem ao todo 22 anos morando em Rio Verde. Seus tios foram os responsáveis por trazerem seus pais e os cinco irmãos dela. Assim formaram uma família de mascates moradores no bairro Popular e que residem em Rio Verde há mais de 40 anos.

A origem nordestina da funcionária, lhe fornece o entendimento principal sobre o contexto de chegada do trabalhador migrante da sua região. Também, lhe confere a afabilidade e o zelo necessários para ser a primeira a receber seus conterrâneos e

migrantes de outras naturalidades. Segundo ela, quem chega à cidade sozinho ou algumas vezes acompanhados de suas famílias, sempre vem em situação de vulnerabilização social.

Nesse trabalho, realiza em torno de quase 400 (quatrocentos) atendimentos/mês, ou seja, uma média de 13 (treze) atendimentos/dia de segunda a sexta durante o horário comercial. É responsável, também, por definir quem receberá uma das duas passagens que a prefeitura disponibiliza ao dia para retornar ao Nordeste, aproximadamente 60 passagens/mês.

A priori, recebe passagem de saída quem não tem condições econômicas e sociais de se manter na cidade ou aqueles que desejam migrar para alguma outra cidade de Goiás ou do Centro-oeste em busca de emprego. Em alguns poucos casos e mediante sobra de passagens, ela libera alguma para que o nordestino possa visitar a família. Além disso, direciona o migrante para atendimento no posto de saúde e odontológico.

Para aqueles que chegam sozinhos, é disponibilizado um abrigo e alimentação durante o primeiro mês. Caso não conseguiram moradia e emprego, a prefeitura fornece passagem, interestadual ou intermunicipal, para retorno à terra natal ou à outra cidade que tenha emprego a ele. Muito embora o atendimento seja humanizado pela funcionária, ao que parece a cidade não acolhe de fato qualquer migrante. Pelo contrário, parece nítido o interesse em manter apenas aquele que serve como mão de obra e descartar aquele outro vulnerabilizado enviando-o de volta.

Segundo a Noêmia, alguns empregadores procuram o CAM para captar mão de obra para serviços gerais em que, sobretudo, não se exige formação escolar para atividades braçal em granjas e fazendas. Em parte, essa situação lembra aquela atividade descrita sobre a construção de Goiânia e Brasília na qual os escritórios instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo que recrutavam trabalhadores.

No CAM a prefeitura oferece, de segunda a sexta, a refeição do meio-dia para os recém chegados que estão desabrigados ou perambulando nas proximidades da rodoviária e que não possuem recurso ou rede de apoio. Para alguns que enfrentam problemas com as drogas e migram de cidade em cidade buscando empregos temporários, existe o recolhimento voluntário em uma das quatro casas de recuperação que são mantidas por entidades filantrópicas e igrejas da cidade.

2.2.1 A Rede Socioafetiva de Migração

Em relação a migração assistida por uma rede, quem convida a pessoa a deslocar-se para trabalhar em uma cidade interiorana e polo econômico como Rio Verde, são outros migrantes com relações familiares ou sociais de afetividade. O migrante que então é convidado, recebido, abrigado e amparado por uma rede socioafetiva, seja de parentes ou de amigos próximos, parece não estar sozinho.

Identifica-se assim uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde, e quiçá em outras interioranas que recebem trabalhadores das Regiões Norte e Nordeste do país, que é a formação de uma Rede Socioafetiva de Migração. Isso significa que o emprego apesar de ser o vetor migracional, são as pessoas do seu entorno social e afetivo mais próximo as responsáveis pela facilitação e, em muitos casos, por custear a mobilidade do trabalhador que sequer possui recursos para se deslocar ou alugar e manter uma casa na cidade.

Isso guarda uma proximidade conceitual com as chamadas redes de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco proposta por conselhos tutelares. Nelas, as psicólogas Brito *et al.* (2018, p. 180), evidenciam que “a principal rede de apoio social e afetiva é geralmente composta por familiares, parentes, amigos e vizinhos. Em famílias de classes populares, percebe-se a participação intensa dessa rede de apoio no cuidado dos filhos, observando-se uma lógica de solidariedade entre as famílias”.

Isso acontece com o trabalhador migrante nordestino que é trazido e acolhido pelo seu núcleo ou núcleos sociais e afetivos que já tinha na cidade de origem ou que criou mesmo durante o trajeto de ônibus até Rio Verde. Esses núcleos de solidariedade também se formam facilmente na busca por emprego e nas atividades do dia-a-dia com os demais conterrâneos nordestinos.

Por outro lado, é fácil perceber nas falas do migrante a dificuldade de estreitamento de relações com a população nascida em Rio Verde ou em Goiás. Seja porque ela já tem formatado seu núcleo, seja porque existe um preconceito oculto nas estruturas sociais como será apresentado mais adiante nas cartas de vida dos trabalhadores nordestinos migrantes. Para melhor compreensão dessa nova configuração socioterritorial da migração, foi desenvolvido um diagrama para compreensão do que chamamos rede socioafetiva de migração.

Foi possível representar em forma de um grafo, a estrutura da rede socioafetiva que vem sendo tecida por esses trabalhadores. Este tipo de rede se encaixa perfeitamente, pois conforme Martinelli (2014): “o grafo compõe uma rede geográfica, isto é, um mapa como os das redes de vias de circulação redesenhado por linhas retas ligando pontos. Quando os grafos são direcionados, denominam-se dígrafos e passam a exibir flechas nas conexões.”

Como a rede de contato é, na sua maior parte, restrita a um ambiente bem específico, familiar, de contato próximo, foi possível rastrear o primeiro migrante da rede para caracterizá-la. A estrutura da rede socioafetiva de migração foi elaborada com o uso plataforma Open Graph Viz e da sua ferramenta de código aberto e gratuito, o aplicativo Gephi utilizado no Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG) do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde.

Com o aplicativo de análise exploratória de dados foi possível testar vários tipos e níveis de gráficos e de redes até que fosse possível isolar as singularidades e descobrir intuitivamente os padrões existentes na formação da rede socioafetiva de migração nordestina. Para tanto, foram gerados dois arquivos csv (comma separated values) contendo os dados referentes à rede socioafetiva.

O primeiro arquivo (rsa_ne_vertices.csv) apresenta os dados referentes aos nós da rede em questão, onde se tem os atributos "Id", "Label" e "Class". Sendo o "Id" o identificador único utilizado pelo Gephi, "Label" a representação textual do vértice, e "Class" o tipo de vértice (formador, partícipe).

O segundo arquivo (rsa_ne_edges.csv) apresenta os dados referentes às arestas entre os vértices. Os atributos presentes são: "Source", "Target", "Type", "Class", "Id" e "Weight". Os atributos "Source" e "Target" se referem à ligação entre os vértices, definindo ponto de partida e de fim da aresta. O atributo "Type" define o tipo de aresta, o qual pode ser: dirigido ou não-dirigido. O atributo "Class" trata da classe das arestas, onde se representa as relações: atração e consaguíneo. O atributo "Id" é o identificador único de aresta, usado pelo Gephi. Finalmente, o atributo "Weight" se refere ao peso da aresta, neste caso não utilizado, mas presente por questões de configuração do software.

Para distribuição visual foi utilizado o algoritmo Yifan Hu que conforme o manual do usuário da Khokhar, 2015:

O algoritmo de layout multinível Yifan Hu é um algoritmo que reúne as partes boas de algoritmos direcionados à força e um algoritmo multinível para reduzir a complexidade do algoritmo. Este é um dos algoritmos que funciona muito bem com redes grandes. Nesta receita, veremos como esse algoritmo pode ser usado para reestruturar os gráficos. (Khokhar, 2015).

As cores dos vértices e das arestas foram definidas com bases em suas respectivas classes. É importante destacar que as arestas do tipo "consanguíneo" não são direcionais. O tamanho dos vértices foi definido com base em seu grau de relação.

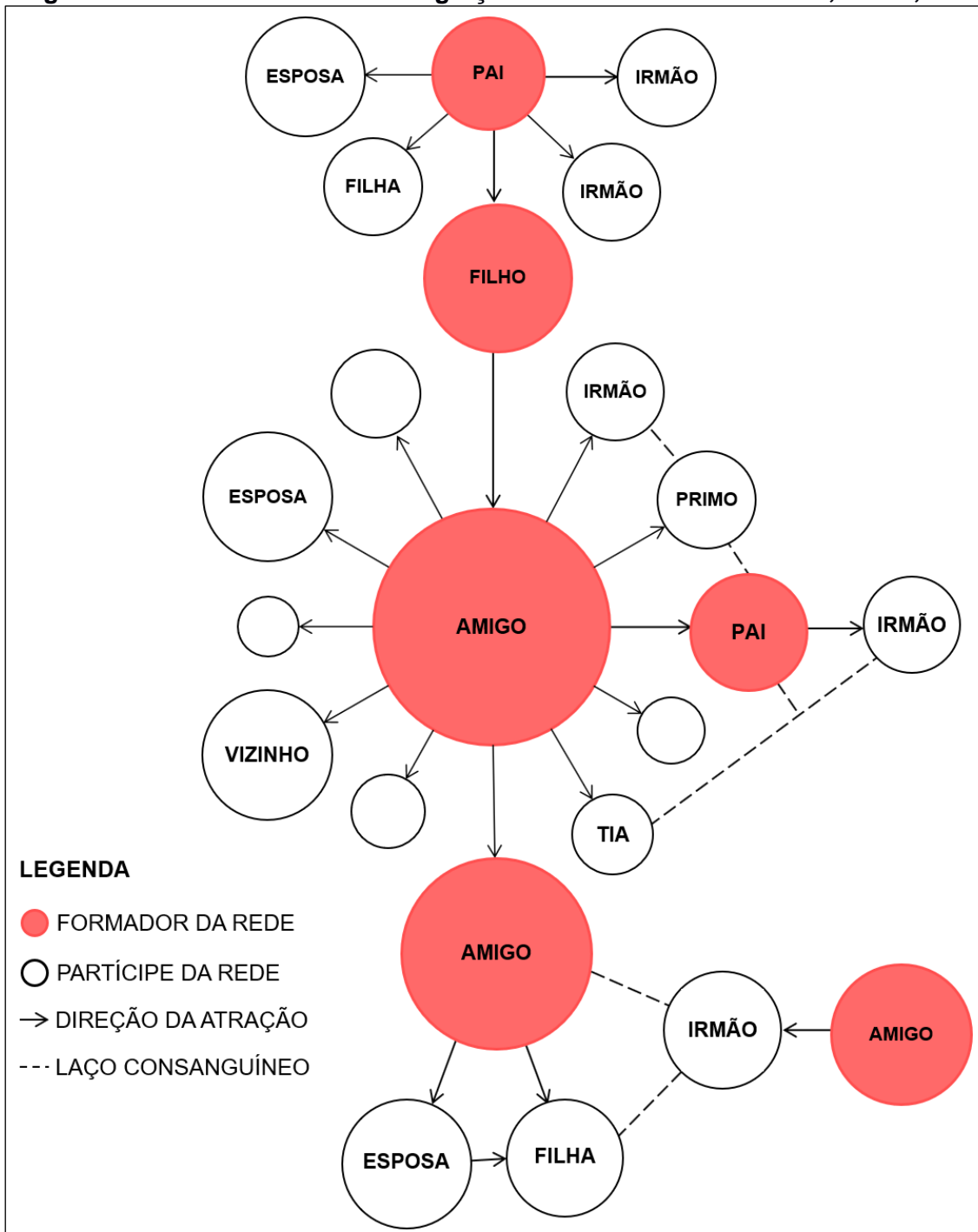
Os sujeitos circulados em vermelho são aqueles formadores de rede socioafetiva enquanto que os circulados em preto são os partícipes daquela, mas que também poderão formar suas redes futuramente. A linha pontilhada refere-se a algum grau de parentesco sanguíneo que acontece entre os participantes da mesma rede ou até de redes distintas.

O formador de rede geralmente é aquele sujeito geralmente mais economicamente favorecido do grupo. Na quase totalidade das situações assimiladas, ele é quem paga a passagem ou se utiliza de meios para trazer seus familiares, amigos ou vizinhos. Com isso gera um sentimento de gratidão por parte de quem veio e a própria formação de uma dinâmica na qual o sujeito que foi trazido se vê na obrigação moral de justiça social de trazer outras pessoas do seu círculo socioafetivo assim que seja *'fichado'* em algum tipo de emprego. No léxico utilizado pelo TMN, ser fichado significa ter a carteira assinada com determinada atividade o que lhe credencia a dizer para outros possíveis empregadores que está apto para aquele serviço ou atividade.

Na figura 9 é apresentado o dígrafo da rede socioafetiva de migração nordestina em Rio Verde a partir dos dados colhidos nas conversas e nas Cartas de Vida.

Tal rede foi elaborada para esmiuçar as relações do migrante formador da rede com sua família e demais nordestinos que já faziam ou passam a fazer parte do seu núcleo social em Rio Verde. Nessa construção de rede, tanto o formador quanto os partícipes ganham com este entrelaçamento.

Figura 9 - Rede Socioafetiva de Migração Nordestina em Rio Verde, Goiás, em 2020.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019 e 2020. Elaborado pelo autor.

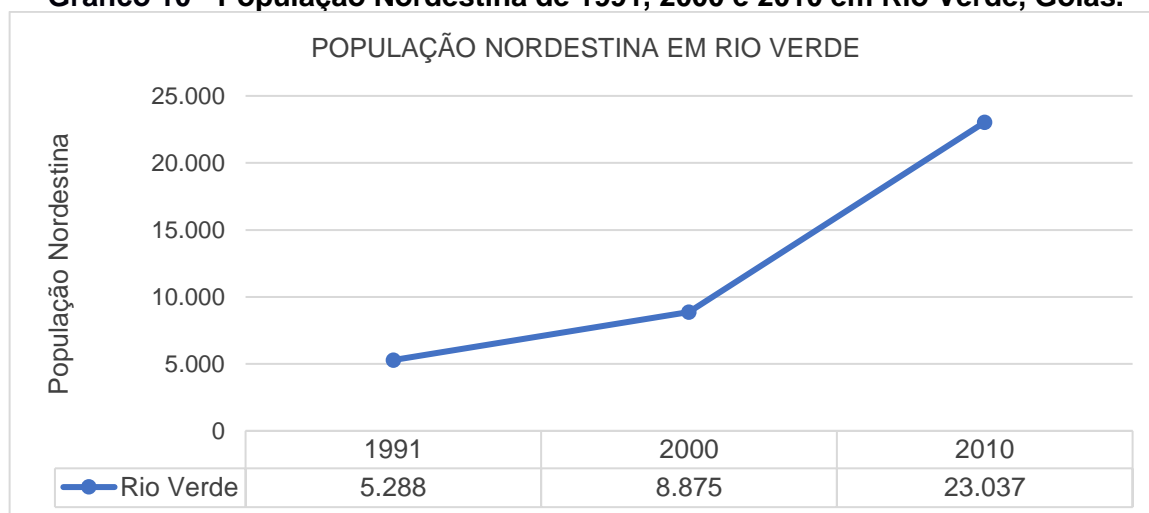
Se de um lado os partícipes da rede passam a ver o formador da rede como seu principal ponto de apoio na nova cidade, de outro, o próprio formador de rede passa a contar com a colaboração dos partícipes que auxiliou na chegada à Rio Verde. Essa rede é importante para os dois seguimentos, pois a permanência do migrante na cidade é fortalecida a partir dessa rede socioafetiva que depois se ampliará com a

oferta dos equipamentos públicos de serviços como saúde, educação, segurança e outros.

Em um outro modelo avançado desta rede, surge a rede de influências sociopolíticas que extrapola a questão socioafetiva e se constitui em uma rede socioafetiva política com interesses de outras naturezas. Exemplo disso é a eleição do nordestino Chico KGL, morador de Rio Verde há 25 anos, que acabou sendo eleito vice-prefeito em 2016 e deputado estadual em 2018 em virtude dos préstimos feitos à comunidade nordestina nos bairros onde atua e da geração de emprego e salário com seu comércio de supermercado que contrata em torno de 80% da mão de obra vinda da região Nordeste do país.

Na rede socioafetiva de migração, todos os trabalhadores nordestinos migrantes são potenciais formadores de rede haja vista que vieram para melhorar sua condição de vida. Isso se verifica por exemplo, no gráfico 10, onde é apresentado o crescimento da população nordestina para os últimos 30 anos: 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 10 - População Nordestina de 1991, 2000 e 2010 em Rio Verde, Goiás.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.

Boa parte desse aumento populacional nordestino credita-se, por exemplo, a instalação da agroindústria Perdigão a partir de 1997 com início das atividades em junho de 2000 quando entrou em operação a unidade de suínos. No ano de 2009, as empresas Perdigão e Sadia iniciam o processo de fusão das operações das duas companhias, resultando na criação da Brasil Foods S.A. (BRF).

No ano de 2013 a reportagem feita pela Rede Globo de Televisão no programa Globo Repórter espalhou a notícia de que a cidade de Rio Verde era a máquina de oportunidades de emprego. Isso fez com que uma quantidade superior ao normal de ônibus chegassem à cidade lotados de migrantes:

A BR-060 leva até um lugar onde a lei da oferta e da procura está do lado de quem quer trabalhar. Em Rio Verde, no sudoeste de Goiás, um fenômeno está acontecendo. Na cidade, não falta emprego. Falta trabalhador. A cidade, fincada no coração do cerrado brasileiro, abre 3,3 mil novas vagas a cada mês. Rio Verde é uma máquina de oportunidades. Os rio-verdenses acordam todos os dias com boas notícias. A lista é longa. No programa de rádio mais ouvido na região, há três anos tinha só música e notícia. Agora, o roteiro nas mãos do radialista está mudando. Só em um dia, são 180 ofertas de emprego. [...] Trabalho à vontade que brota das fazendas da região. Em Rio Verde, se planta arroz, algodão, feijão, milho, soja e tomate. Tem também criação de gado, aves e suínos. Em um impressionante efeito multiplicador, a produção no campo faz nascer empregos no município. São cinco mil só em uma indústria de alimentos (GLOBO, 2013).

Esse aumento que é percebido no cotidiano, será apenas relatado no próximo Censo. Mesmo assim, é possível observar no discurso do fazendeiro a busca pela mão de obra e na voz do casal de nordestinos a saudade de quem migrou à época com a família.

[...] Atrás da porteira, a situação não é diferente. Na estrada de terra, uma coruja parece avisar: para onde se olha, também tem chance de emprego. Porco e soja. Trezentas famílias tiram o sustento do trabalho oferecido pelo produtor rural Evaristo Baraúna em suas fazendas. E ele ainda está contratando gente de vários lugares do país. “Nós fornecemos moradia, alimentação, energia elétrica, água. O funcionário não gasta praticamente nada. Eu acho que no passado o êxodo rural aconteceu porque faltava conforto no campo, faltavam escolas. Hoje, a pessoa que sai da favela, da cidade, e volta para o campo encontra todo esse conforto que não tinha antigamente. É hora de fazer um outro tipo de êxodo. Eu acho que tem que inverter: hoje nós deveríamos ter o êxodo urbano para o campo”, diz Evaristo. Valdeci e Nivaílde Silva são pioneiros no tal êxodo urbano sonhado pelo fazendeiro. Chegaram da Bahia. Ele, desempregado; ela, professora, deixou a escola para trás, para acompanhar o marido no campo. Hoje, os dois têm carteira assinada como “auxiliares de maternidade”. Cuidam de filhotes de suínos. Os dois moram de graça em uma casa que fica a poucos passos da granja. Não pagam luz, nem água. Será que as contas fecham no fim do mês? “Esse mês entraram R\$ 1,2 mil. Com R\$ 200 a gente vai fazer supermercado e os R\$ 1 mil a gente vai colocar na poupança”, conta Nivaílde. São R\$

1 mil todos os meses depositados na poupança. Economizam para comprar um carro e uma casa em uma praia da Bahia. Felicidade? Teve que ser conquistada, depois de uma dura adaptação. O primeiro dia, limpando a sujeira dos animais, a professorinha não esquece. “Deu vontade de voltar para minha vida lá, como era antes”, lembra Nivaílde. “Tive que deixar para trás a minha família, que é o principal. Sinto muita saudade”. A saudade que Nivaílde sente já mandou de volta centenas de pessoas que saíram das cidades sem vagas, seduzidas pelo campo que emprega. Só de olhar, o produtor rural Evaristo Barúna já sabe quem vai e quem não vai aguentar a mudança do urbano para o rural. “É visível. O funcionário começa a ficar triste, a produtividade cai, fica separado em um canto, não se socializa com o pessoal. A gente busca fazer um trabalho para reconquistar essa pessoa, mas muitas vezes isso não acontece. De cada dez pessoas que veem da cidade, eu diria que umas oito voltam porque não se acostumam a ficar no campo”, revela o fazendeiro. O casal da Bahia está no grupo dos que decidiram ficar e construir no interior do país uma vida cheia de oportunidades. “Eu acredito que essa mudança toda vale a pena, porque eu estou com a pessoa que eu amo, a gente está junto, e a partir daqui a gente vai construir uma nova família”, diz Nivaílde (GLOBO, 2013).

2.2.2 Rodoviária de Rio Verde: a porta de entrada do trabalhador migrante nordestino

A porta de entrada, mas muitas vezes a de saída do trabalhador migrante nordestino é, sobretudo, a rodoviária municipal de Rio Verde. Nela entram e saem todos os dias dezenas de nordestinos ora em busca de emprego, ora para voltar à sua terra natal e família. Ela é o primeiro contato do migrante com a cidade e, por isso, pode-se dizer que é o primeiro local de acolhida. Aos olhos do pesquisador, o perceptível descuido com a estrutura do terminal rodoviário, já dá o recado: mesmo que o migrante pense que ao mudar de cidade esteja contribuindo apenas consigo, essa falta de cuidado com a porta de entrada do migrante, já demonstra a falta de zelo com quem chega para contribuir com o crescimento da cidade.

Assim, a estrutura física do terminal rodoviário que é o primeiro local de acolhida do migrante e futuro trabalhador e morador da cidade deixa a desejar. Após ter sido considerada uma das piores rodoviárias do Brasil, mesmo após uma reforma finalizada em 2014 que durou 3 anos, os quesitos higiene, segurança e acessibilidade deixam a desejar. Isso significa que de certa forma, mesmo com toda a boa vontade e alegria da Noêmia em receber os migrantes, o descaso com este já começa na porta de entrada da cidade.

Com movimentação intensa e típica de um polo atrativo, à esquerda, no corredor da entrada já estão as lojas das empresas de ônibus que vendem passagens para o Nordeste e outras regiões, como exposto na figura 10.

Figura 10 - Guichês de vendas de passagens para o Nordeste.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020. Rodoviária de Rio Verde.

No levantamento realizado com as empresas, o número de ônibus e pessoas que chegam é bem superior ao número de saída. Por exemplo, na empresa Expresso São Luiz, existem três horários de partida para o Nordeste enquanto são ao menos cinco os horários de chegada.

Nos painéis da figura 11 é possível notar o predomínio dos destinos de vinda e ida para o Nordeste quando comparada às outras regiões do país. Ao todo, são pelo menos cinco empresas ou associadas que se distribuem entre as capitais, interior e litoral dos nove estados nordestinos, trazendo e levando diariamente migrantes para além das 50 cidades que os painéis apresentam:

Figura 11 - Destinos para as cidades nordestinas



Fonte: Pesquisa de campo, 2020. Rodoviária de Rio Verde.

Uma vez que as empresas de ônibus pegam passageiros por todo trajeto e paragens dos quase 1.806 municípios nordestinos, se torna impossível rastrear todos os itinerários que partem dos estados nordestinos em direção à cidade de Rio Verde. Inclusive, devido aos elevados custos da passagem, do tempo e do gasto no deslocamento faz com que o trabalhador resolva migrar sozinho ou amparado por amigos para que depois possa trazer a família. Vale lembrar que em meio aos sonhos de vitória e conquista para quem chega, alguns acabam se tornando histórias de desilusão que serão levadas para o Nordeste a partir da mesma rodoviária. No quadro 3, um indicativo das rotas e do custo das viagens. De antemão, é possível observar que alguns dos valores permanecem em aberto devido a retirada das rotas em decorrência do Covid-19. Ao mesmo tempo, percebe-se que as principais rotas de migrantes que levam a Bahia e ao Maranhão foram mantidas devido ao elevado número de migrantes.

Quadro 3 - Destino das passagens de Rio Verde para o Nordeste

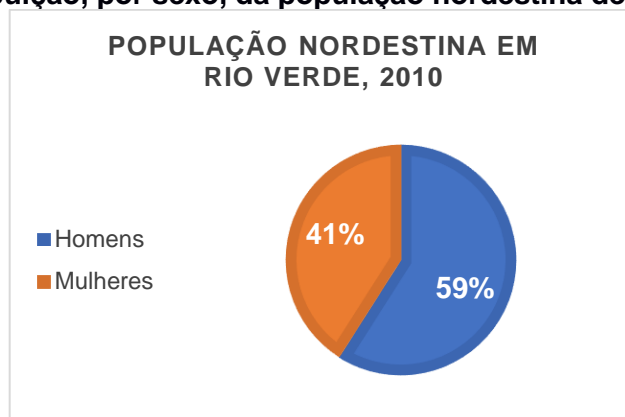
ESTADO	DESTINO	TEMPO	VALOR (R\$)
ALAGOAS	MACEIÓ	1d 18h	524,65
	Arapiraca	1d 15h	589,16
BAHIA	SALVADOR		
	Barreiras	14h	211,75
	Coribe		
	Correntina	18h 35'	231,25
	Feira de Santana	1d 15h	413,93
	Itaberaba	1d 11h	383,93
	Jaborandi		
	Jacobina		
	Jequié		
	Luís Eduardo Magalhães	14h 40'	230,94
	Milagres		
	Morro do Chapéu		
	Porto Seguro		
	Santa Maria da Vitória		
	Santana		
Seabra	1d 10h	313,93	
Senhor do Bonfim	1d 18h	382,36	
Tabocas do Brejo Velho			
Vitória da Conquista			
CEARÁ	FORTALEZA	3d 19h	813,75
	Aracati		
	Brejo Santo	1d 16h	420,46
	Iguatu		
	Juazeiro do Norte	2d 15h	574,77
	Mombaça		
MARANHÃO	SÃO LUÍS		
	Açailândia	1d 9h	222,13
	Bacabal	1d 17h	307,13
	Caxias	1d 18h	297,13
	Estreito	1d 7h	172,13
	Imperatriz	1d 10h	182,13
	Santa Inês	1d 7h	267,00
	Timon	1d 21h	358,03
	Sobral		
PARAÍBA	JOÃO PESSOA	2d 7h	516,24
	Cajazeiras	1d 17h	362,00
PERNAMBUCO	RECIFE	1d 23h	560,62
	Caruaru	1d 21h	546,37
	Petrolina	1d 14h	322,90
	Salgueiro	2d 13h	558,47
PIAUI	TERESINA	1d 14h	312,91
	Florianópolis	1d 10h	284,41
	Picos	1d 8h	312,00
	Piripiri	1d 18h	331,91
	Regeneração	1d 12h	293,91
RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	2d 11h	573,57
	Apodi		
	Mossoró		
SERGIPE	ARACAJU	1d 12h	501,24

Fonte: Valores entre março e junho/2020 na Rodoviária Municipal de Rio Verde. Elaborado pelo autor.

Com um custo médio para migrar que compromete em média, 1/3 do salário mínimo, fica praticamente impossível para o trabalhador desempregado trazer junto a família toda com esposa, filhos e, às vezes, mais parentes de uma só vez. Assim, boa parte dos migrantes vem sozinhos e somente após serem amparados pela sua rede socioafetiva de conterrâneos ou parentes que já estão em Rio Verde é que irão tentar poupar o salário para trazer seus entes depois de seis meses ou mais.

Via de regra, foi identificado nas falas dos sujeitos que a migração familiar geralmente é precedida pelo homem. No gráfico 11 é apresentada a distribuição, por sexo, da população nordestina migrante em Rio Verde para o ano de 2010.

Gráfico 11 - Distribuição, por sexo, da população nordestina de Rio Verde, em 2010.



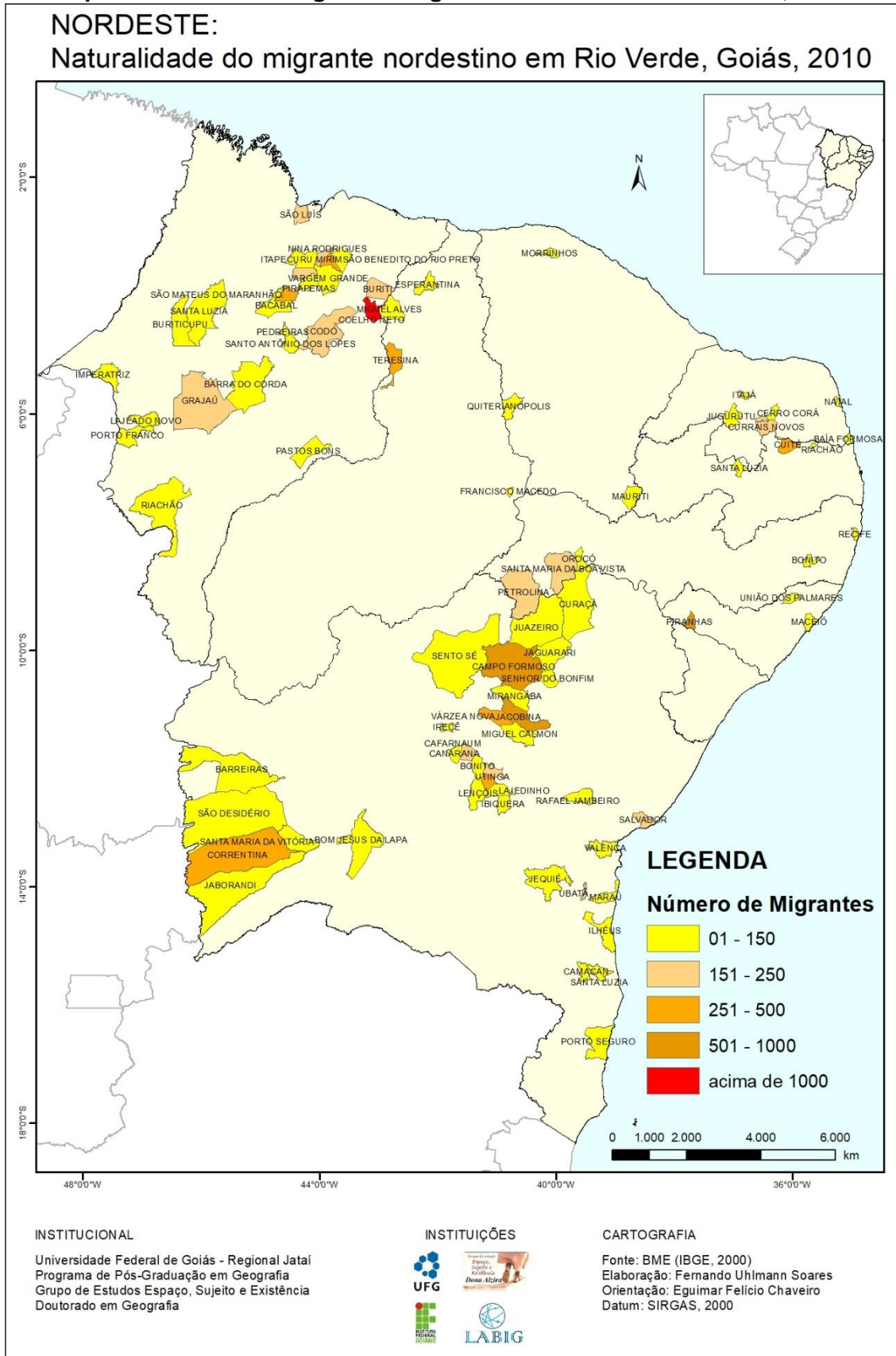
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

O elevado número de homens entre a população nordestina migrante evidencia uma das principais características dos tipos de migração em geral que é o deslocamento do homem em busca de trabalho ainda baseado no modelo de provedor da família. Em se tratando de Brasil e da herança coronelista do Nordeste, é possível entender a presença de quase 60% de migrantes homens enquanto a presença feminina é representada pelos outros 40%.

Para identificar a provável origem dos migrantes nordestinos em Rio Verde, foram espacializadas as cidades para as quais partem os ônibus de Rio Verde e aqueles com conexão em Goiânia.

A partir da espacialização territorial, mapa 5, é possível identificar os principais municípios de origem dos trabalhadores. De imediato os municípios dos estados da Bahia e do Maranhão aparecem como os mais conectados com Rio Verde através do transporte rodoviário interestadual.

Mapa 5 - Cidades de origem do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.



Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

No que pese os estados da Bahia e do Maranhão que possuem as maiores áreas territoriais do Nordeste, estarem entre as maiores populações e possuírem os menores IDH, o maior número de destinos confirma também a maior presença das duas naturalidades no município de Rio Verde.

Mais precisamente, Bahia acaba sendo a maior população nordestina residente tanto em Rio Verde quanto em Goiás. Além de ser o maior estado nordestino em dimensão e em população, a Bahia possui rodoviárias muito próximas umas às outras como acontece no oeste baiano já na divisa com Goiás. Ali estão as cidades de Jaborandi, Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória, Tabocas do Brejo Velho. Já na divisa com Tocantins estão Luís Eduardo Magalhães e Barreiras onde existem cidades do agronegócio que possuem dinâmica semelhante à de Rio Verde.

A correspondência em relação ao tipo de trabalho agroindustrial, reforça a migração entre esses polos. A cidade com maior número de nordestinos, hachurada em vermelho, é Coelho Neto no Maranhão. Esse elevado número de destinos, mostra que o Nordeste segue sendo uma região de dispersão e, conseqüentemente, Goiás de atração.

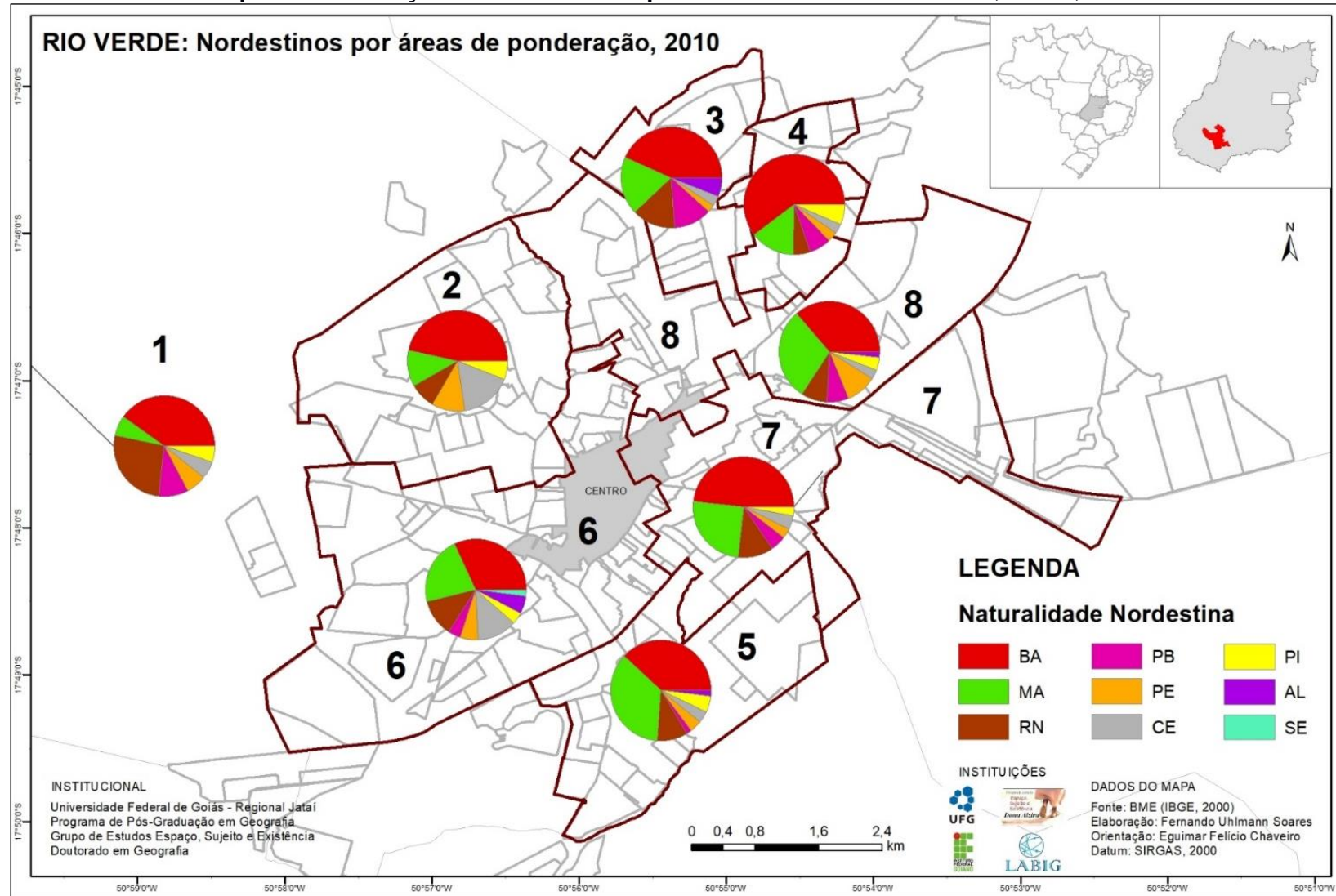
2.2.3 A Rio Verde Nordestina: a nova morada do migrante.

Descrever a situação do retirante nordestino em Rio Verde é uma das formas científicas de investigar suas relações interpessoais e territoriais travadas no município de Rio Verde, Goiás. Tal como alude o professor Sposito (2008), “a divisão territorial do trabalho é fundamental para a compreensão da rede urbana”.

Dito isto, podemos afirmar que a formatação de uma rede socioafetiva nordestina está intrinsecamente ligada à produção e ocupação territorial da cidade de Rio Verde. Para tanto, a cidade de Rio Verde teve os seus quase 200 bairros sobrepostos pelas áreas de ponderação delimitadas pelo IBGE para que pudessem ser analisados os dados quantitativos do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME).

Assim, no mapa 6 foi identificada a distribuição territorial dos grupos de nordestinos pelo perímetro urbano de Rio Verde.

Mapa 6 - Distribuição dos nordestinos por naturalidade em Rio Verde, Goiás, 2010.



Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor.

Muito embora o trabalhador migrante nordestino e sua família estejam espacialmente distribuídos por toda a cidade, verifica-se um maior percentual de concentração nos bairros periféricos. As três primeiras áreas com maior número de migrantes nordestinos, estão localizadas na periferia da cidade.

A área de ponderação número oito é a que possui o maior contingente populacional de nordestinos com um representativo de 24%. Abrange em torno de 20 (vinte) bairros periféricos e notoriamente povoado por trabalhadores. Alguns bairros como o Pauzanes e o Popular concentram uma gama de empresas no setor de serviços. Enquanto o primeiro é voltado principalmente para o setor de peças e maquinário do setor agropecuário e industrial, o segundo possui um comércio direcionado para o ramo de vestuário e confecção em geral.

Bem diferente no que tange à dinâmica econômica, as duas outras áreas de ponderação com maior população nordestina periférica são, sobretudo, bairros residenciais dos trabalhadores. Por exemplo, a de número cinco abrange 17% da população e possui bairros que recentemente passaram por processo de expansão territorial como Promissão, Setor dos Funcionários e Gameleira. Neles, antigas fazendas foram desmembradas e deram espaço a novos loteamentos e, conseqüentemente, uma valorização local que nem sempre é condizente com o salário do migrante e acaba resultando na contínua concentração de terra e renda pela especulação imobiliária.

No mesmo sentido, a terceira área de ponderação periférica mais populosa é a de número quatro e abrange 13,5% dos nordestinos. Em se tratando de bairros de moradia mais afastados da região central, não eram incomuns os relatos nos telejornais sobre a situação de violência e marginalidade social. Apesar do ineficiente e precário transporte coletivo destinado à população, a distância dificulta a mobilidade do trabalhador e como se trata de uma cidade com custo de vida elevado, alguns destes bairros são resultados de ocupação e posse por parte da população.

Sendo que a morada principal do migrante são os bairros periféricos, o centro da cidade representado pela área de ponderação número seis é curiosamente a quarta mais populosa ao abrigar 12,5% dos nordestinos. Essa área perfaz o bairro centro e seus quase 50 outros adjacentes. Muito embora existam muitos bairros diminutos, o que mais chama a atenção é que mesmo sendo áreas mais tradicionais e valorizadas, concentra a quarta maior população nordestina de Rio Verde.

Nesse caso ocorre uma periferização da zona central e uma correspondente precarização das habitações. Uma vez que o custo do aluguel é elevado para o padrão salarial identificados nos gráficos que serão analisados, resta ao trabalhador migrante nordestino se encaixar com a família ou com colegas de serviço em submoradias. Não raro, é possível ver pessoas morando coletivamente em casas, quitinetes, guetos ou cortiços formados por residências antigas e mal cuidadas como forma de estar próximo ao emprego e diminuir o custo de vida. Vale ressaltar que a ocupação precária decorrente da especulação imobiliária local é, inclusive, um dos problemas que mais saltam aos olhos do migrante nordestino quando escrevem suas Cartas de Vida.

Na tabela 6, estão identificadas todas essas áreas de ponderação e os respectivos bairros de abrangência. Os bairros hachurados em cinza, são aqueles onde há predomínio de população migrante nordestina. Confirma-se, assim, que os principais bairros de moradia dos migrantes são os periféricos.

Como grandes edifícios e condomínios fechados que atendem a classe média/alta estão sendo construídos nas periferias, os trabalhadores nordestinos tentam manter a moradia próxima ao emprego. Entretanto, como ocorre a valorização local, muitos acabam sendo obrigados a se afastar ainda mais e a mudar de residência em busca de valores de aluguéis mais baratos.

Tabela 6 - Bairros de Rio Verde e áreas de ponderação, 2020

ÁREA DE PONDERAÇÃO	Nº de BAIRROS	BAIRRO/SETOR	NORDESTINOS (%)
1	48 e parte deles sem nomes.	Jardim Floresta, Cidade Empresarial Nova Aliança, Cidade Empresarial Nova Aliança 2, Nilson Veloso, Vale das Araras, Residencial Campos Elísios, Reserva do Parque, Recanto das Emmas I, Santa Clara, Rio Verdão, Boa Vista, Estoril, Nova Aliança, Portal dos Ipês, Balcon, Residencial Bela Vista, Residencial Portal do Sol, Loteamento MPK Center, Alto da Serra, Vila Romana, Jardim Europa, Condomínio Vale dos Buritis	6
2	21	Vila Serpro, Residencial Solar dos Ataídes I, Residencial Solar dos Ataídes II, Residencial Green Park, Jardim Neves, Setor Morada do Sol, Vila Menezes, Parque Betel, Vila Dona Auta, Setor Santa Luzia, Bairro das Acácias, Conjunto	6

		Morada do Sol, Residencial Interlagos, Parque dos Jatobás, Setor Universitário, Residencial Canaã, Residencial Araguaia, Vila Verde, Vila Moreira Ataídes, Jardim Mondale, Residencial Canaã II, UNIRV	
3	10	Eldorado, Maurício de Nassau Arantes Lisboa, Conjunto Valdeci Pires, Eldorado Prolongamento, Solar Monte Sião, Primavera, Liberdade, Anhanguera, Parque Dom Migual, DIMPE	11,6
4	6	Martins, Martins Prolongamento, São Joaquim, Residencial Arco Íris, Céu Azul, Parque dos Girassóis	13,7
5	21	Residencial Jardim Helena, Residencial Atalaia, Vila Santa Cruz, Vila Santa Cruz II, Jardim São Tomaz II, Dona Ilza, Loteamento Serra Dourada, Mariana, Mariana Prolongamento, Mariana Prolongamento II, Maria Rocha Village, Promissão, Setor dos Funcionários, Gameleira, Residencial Gameleira, Santo Antônio, Jardim São Tomaz, Residencial Parque das Paineiras, Residencial Recanto do Bosque, Rocha Jaime Conjunto Habitacional, Vila Capri	17
6	51	Jardim Eleonora, Residencial Lausanne, Residencial Jardim Campestre, Residencial Villa Mafiori, Parque Buritis, Parque dos Buritis II, Jardim Cruvinel, Vitória Régia, Odília, Bairro Medeiros, Vila Olinda, Vila Santa Bárbara, Residencial Tocantins, Prolongamento Jardim América, Setor Oeste, Jardim Diniz, Vila Santo André, Jardim Marconal, Villagio Terracotta, Residencial Água Santa, Setor Campestre, Parque das Laranjeiras, Parque das Laranjeiras Prolongamento, Jardim Presidente, Parque Solar do Agreste Gleba B, Jardim Adriana, Vila Rocha, Vila Baylão, Vila Baylão Prolongamento, Vila Carolina, Vila Dinara, Jardim Bela Vista, Centro, Vila Moraes Prolongamento A, Vila Modelo, Zona Industrial II, Residencial Engracia Vaz, Setor Barrinha, Parque Solar do Agreste A, Corredor Público, Bairro de Lurdes, Vila Rosalina, Vila Moraes, Green Life Residence, Residencial Parque dos Ipês, Residencial Pôr do Sol, Jardim Bougainville, Condomínio Residencial	12,5

		Via Felice, Jardim das Orquídeas, Condomínio Residencial Saint Martin, Jardim Esperanza	
7	21	Maristela, César Bastos, Residencial Veneza, Parque Bandeirante, Parque Bandeirante Prolongamento, Industrial I, Industrial II, Jardim Margarida, Vila Maria, Nova Vila Maria, Jardim Goiás, Vila Mutirão, Paraguassú, Jardim Brasília, Vila Renovação, Vila Amália, Vila Amália II, Alvorada, Setor Alvorada Prolongamento, Rodobens, Zona de Serviço	9
8	20	Residencial dos Buritis, Santo Agostinho, Vila Borges, Vila Borges Prolongamento A, Lindolfina, Vila André Luiz, Popular, Dona Gercina, São Felipe, Jardim América, Vila Gomes, Área Anexa DMER, Residencial Maranata, São João, Pauzanes, Santo Antônio de Lisboa, Condomínio Solar do Bosque, Monte Sinai, Parque Diamante	24

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Verde, 2019. Elaborado pelo autor.

De outro lado, as áreas de ponderação números 1 e 2 possuem os menores percentuais de migrantes nordestinos moradores. Observa-se que como agrupam alguns bairros recém criados a partir de loteamentos residenciais ou área industrial, a especulação imobiliária que se faz presente não alcança o poder aquisitivo do trabalhador migrante nordestino. De acordo com as conversas e os relatos das Cartas de Vida, a materialização do sonho da casa própria é a possibilidade de mudança de vida.

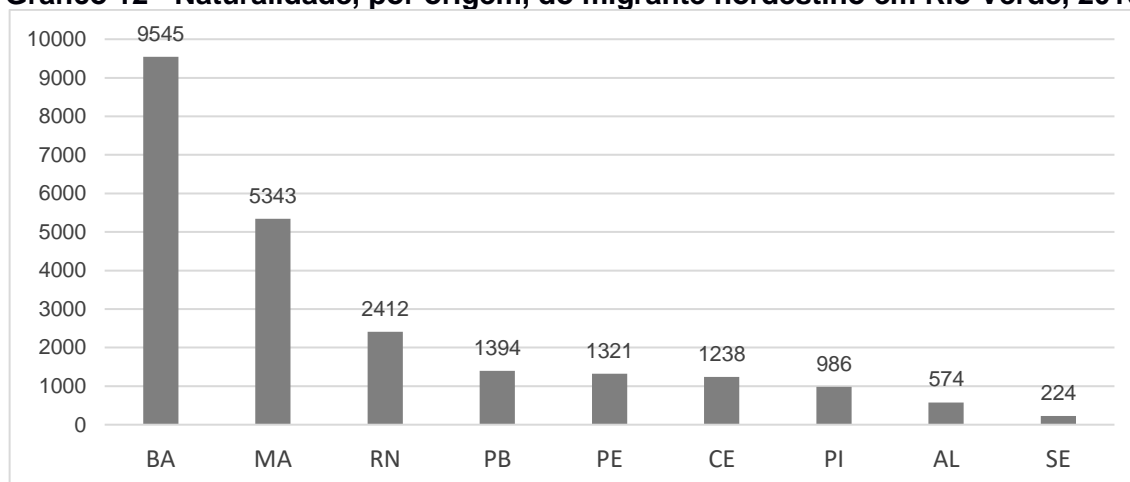
Na área número um, por exemplo, fica evidente o grande número desses loteamentos novos e de condomínios fechados de médio e alto padrão como o Vale das Araras, Residencial Campos Elísios, Reserva do Parque, Condomínio Vale dos Buritis e outros tantos. Na área dois, a concentração está voltada para um outro tipo de migração, a dos estudantes universitários. Como é polarizada pela Fundação Universidade de Rio Verde (FESURV) e pela instituição Faculdades Almeida Rodrigues (FAR), alguns de seus bairros acabam abrigando sobretudo estudantes e famílias de Rio Verde ou região e até país, bem como funcionários da universidade. Alguns bairros como Setor Morada do Sol, Parque dos Jatobás, Setor Universitário, Residencial Interlagos, Vila Verde e outros. Os demais bairros, inclusive bem mais

distantes é que acabam servindo de moradia para o trabalhador migrante nordestino como a Vila Serpro, Residencial Solar dos Ataídes I e II, Vila Menezes, Parque Betel, Setor Santa Luzia e outros.

Constata-se, portanto, que a classe trabalhadora migrante nordestina enfrenta situações de segregação espacial e precarização do trabalho. Os sujeitos que migram de distintos estados da Região Nordeste para o município de Rio Verde, ao chegarem à cidade uma das primeiras coisas a se fazer é buscar uma moradia, geralmente coletiva. Conseqüentemente, muitos recorrem aos bairros distantes do centro, com casas populares, transporte público e infraestruturas urbanas precárias e equipamentos urbanos insatisfatórios.

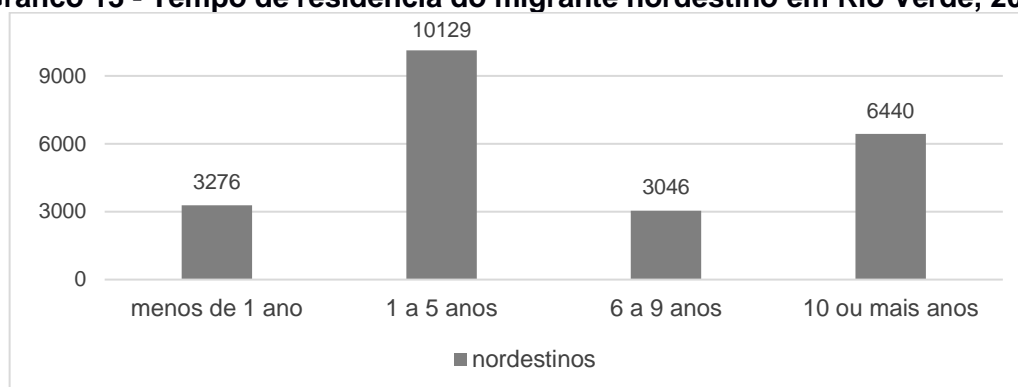
O gráfico 12 demonstra o predomínio de trabalhadores migrantes residentes em Rio Verde com naturalidade do estado da Bahia, 41,5% do total de 23.037 pessoas. Maranhão e Rio Grande do Norte com, respectivamente, 23,2% e 10,5% são as outras principais origens dos migrantes residentes no município goiano.

Gráfico 12 - Naturalidade, por origem, do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

A presença de trabalhadores migrantes - em menor proporção - de outros estados da região nordeste como Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas e Sergipe demonstra naturalidade diversificada dos sujeitos. São homens e mulheres que se inserem na mobilidade espacial em busca de trabalho em Rio Verde, alguns para empregos temporários e outros permanecem no município, como demonstrado no gráfico 13, conforme o tempo de residência no município goiano.

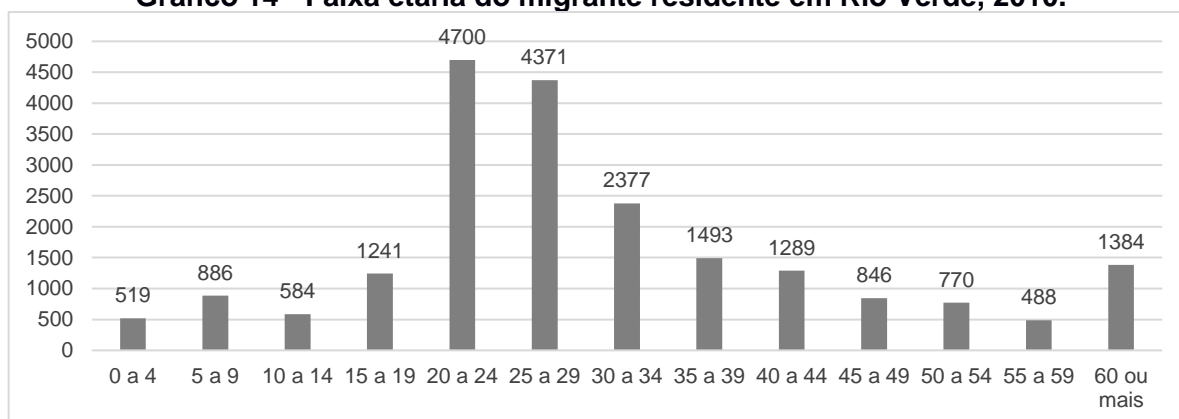
Gráfico 13 - Tempo de residência do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

Observa-se que o tempo de residência dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde apesar de variado, existe uma permanência maior até os primeiros cinco anos e após os nove anos de moradia. Destaca-se que 10.129 migrantes (44%) nordestinos vivem no município em um período entre 1 a 5 anos. 3.046 (13,5%) entre 6 e 9 anos; outros 6.640 (28%) há mais de 10 anos; e 3.276 (14,5%) há menos de 1 ano de residência.

Esses dados são pertinentes, pois constata-se que uma parte dos migrantes ao chegar em Rio Verde estabelecem moradia, constituem famílias e fixam vínculos empregatícios. A outra parte, que fica pouco tempo, mostra que a cidade não oferece atrativos de promoção da vida social. Apenas a existência de trabalho, não é capaz de assegurar ao sujeito a permanência e, nesse sentido, as políticas públicas realizadas não parecem focadas nisso.

O gráfico 14, referente a faixa etária do migrante nordestino, confirma que o mesmo vem em busca de trabalho haja vista que a principal idade está na faixa da população economicamente ativa e disponível para o trabalho ou emprego.

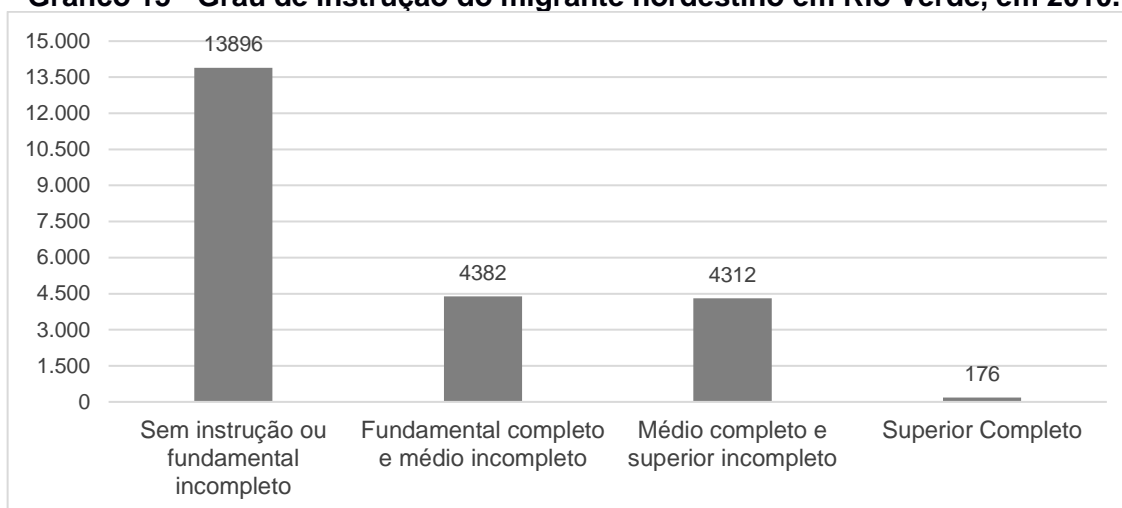
Gráfico 14 - Faixa etária do migrante residente em Rio Verde, 2010.

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

O maior número de migrantes nordestinos é contabilizado dentro da população ativa entre 20 e 29 anos de idade. Entendendo que aos quatorze anos é a idade inicial para tirar a carteira de trabalho, o número de jovens, 0 a 14 anos, e de idosos, acima de 60 anos, na população migrante é ínfimo e representam apenas 3.373 pessoas, ou seja, pouco mais de 14,5% do total de migrantes. Isso significa que os outros 85,5% estão disponíveis para o trabalho. Isso, ainda, sem contabilizar crianças e idosos que trabalham na informalidade sozinhos ou acompanhados, respectivamente, de seus pais ou filhos.

O gráfico 15 amplia essa relação entre idade, estudo, tipo de emprego e salário:

Gráfico 15 - Grau de instrução do migrante nordestino em Rio Verde, em 2010.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

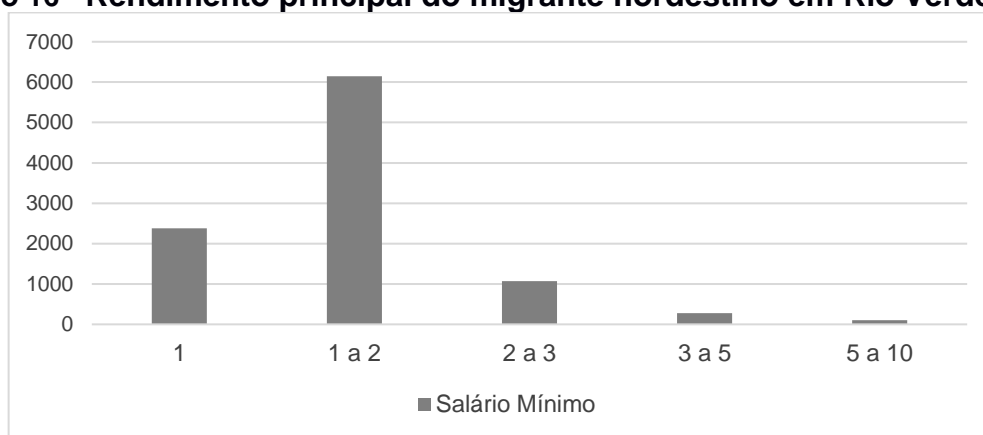
Em relação à escolaridade, mais da metade, 61% dos migrantes nordestinos não possuem instrução ou não tem o ensino fundamental completo. Outros 19,2% possuem o ensino fundamental completo, mas não tem o ensino médio. Ainda, 19% possuem o ensino médio completo e apenas 0,8% possuem ensino superior completo. Por conseguinte, a baixa escolaridade dos trabalhadores migrantes nordestinos tem relação com a divisão social do trabalho existente em Rio Verde e que resultam na inserção em empregos precários, baixos salários e informalidade. Entre as consequências da realidade da baixa escolaridade desses sujeitos estão os baixos rendimentos e a possibilidade de empregos em serviços que não requerem formação.

Os dados do gráfico 16, referem-se ao rendimento dos nordestinos de 4 estados: Maranhão, Ceará, Bahia e Alagoas. Para os demais estados não existem dados no BME/IBGE o que leva a crer que muitos desses nordestinos estariam, à

época, inseridos na economia informal ou sem carteira assinada. Ao todo existem dados salariais de 9.978 nordestinos o que significa pouco mais de 43% do total de migrantes nordestinos em Rio Verde.

Desse conjunto, aproximadamente 85,5% dos trabalhadores migrantes nordestinos têm rendimento menor do que 2 salários mínimos como a faixa principal de. Isso demonstra como é possível encontrar homens e mulheres em condição de subemprego e de vulnerabilidade social diversa.

Gráfico 16 - Rendimento principal do migrante nordestino em Rio Verde, 2010.



Fonte: IBGE (2020). Elaborado pelo autor.

Essa situação implica em empregos que não exigem qualificação com nível técnico ou superior de ensino e, portanto, com baixa remuneração. Ademais, pontua-se a presença de trabalhadores informais, sem vínculo contratual ou qualquer garantia capaz de fortalecer a dignidade em termos de alimentação, moradia, direitos trabalhistas e educação dos homens e mulheres migrantes nordestinos que vivem em Rio Verde.

Conseqüentemente, a presença dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde, não só como força de trabalho explorada, mas também como homens e mulheres que praticam e expressam suas tradições culturais por meio da língua, culinária, música e dança resulta em distintas formas de representação social. Sendo assim, no próximo capítulo o propósito é analisá-las com o apoio do instrumento metodológico denominado “Cartas de Vida”.

**CAPÍTULO III - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE NORDESTINO:
CARTAS DE VIDA**

O processo migratório, seja interno ou externo, dos tipos pendular, inter-regional, internacional, urbano-rural, rural-rural, rural-urbano, é uma expressão e uma forma de constituição dos territórios. Concorrente a isso, não é possível interpretar o fenômeno migratório de trabalhadores nordestinos para Rio Verde, sem considerar, como foi demonstrando anteriormente, as contradições sociais do Brasil.

A leitura geográfica da migração exige, desse modo, uma observação das escalas, ou seja, como Goiás participa da Divisão Territorial do Trabalho ao promovê-la no próprio território. Essa escala, por sua vez, tem uma organização interna inerente à formação histórico-territorial do Sudoeste Goiano que é, muito diferente, por exemplo, de várias outras regiões.

Podemos certificar que existem determinações históricas, sociais e territoriais que implicam em qualquer tipo de migração. As determinações históricas também se responsabilizam pela intensidade e pela direção dos migrantes no território. Essas determinações, em se tratando da sociedade brasileira, resultam da forma como capital e trabalho se territorializam. Isso significa que a Divisão Regional do Trabalho estipula a mobilidade de capital e do trabalho.

Em recente estudo, Batarce e Batista (2020) confirmam que os deslocamentos populacionais acontecem e diferenciam-se ao longo do tempo, da história e em escalas variadas. Assim, discorrem que a cada nova ordem política, econômica, social ocorrem novos fluxos de deslocamentos de pessoas. Escreveram os autores,

A estes fluxos, dependendo da escala espacial, do tempo histórico e de como são pensados, atribuem-se diferentes nomes: fluxos migratórios, fluxos (e/i) migratórios, emigração, imigração, movimento migratório ou (i/e)migratório, diáspora. No entanto, todos seguem o sentido, em maior ou menor grau de complexidade, da mobilidade espacial, que implica no deslocamento de pessoas que vão de um lugar para o outro. Os lugares podem ser representados concretamente por outra cidade, ou outro estado, ou outra nação, enfim, um outro território. Observa-se que os lugares receptores dos fluxos migratórios chamam a atenção dos migrantes porque normalmente são lugares cuja presença do capital é intensa, nessa fase do capitalismo. Desta maneira, no modo de produção capitalista, cada lugar possui sua especificidade e se insere neste modelo diferentemente um do outro. Ressaltamos, assim, a importância dos acontecimentos mundiais, articulados às escalas local, regional e nacional, que aparecerão no contexto histórico, econômico, político, social, cultural de cada lugar (BATARCE E BATISTA, 2020, p. 149).

Dessa forma, é comum que os municípios com maiores densidades de capital, portanto, com maiores dinamismos da economia conforme o critério capitalista, atraiam maior número de trabalhadores. Por sua vez, aqueles com dinamismo econômico frágil são transformados, pelo capital, em reservas territoriais estratégicas na medida em que seus trabalhadores deixam seus municípios originais de moradia.

Como o processo de territorialização do capital, na sociedade capitalista, é contraditório, estratégico e interesseiro, as contradições se efetivam nos territórios, seja no campo ou na cidade. Nas cidades com maior dinamismo econômico e, portanto, de maior atração de trabalhadores, a tendência é haver mais violência, mais desigualdade social, maiores efeitos ambientais deletérios.

Nesse contexto, a contradição se situa assim: territórios pouco dinâmicos não oferecem boa oferta de emprego e, por conseguinte, não conseguem resolver as demandas existenciais dos trabalhadores. Por sua vez, territórios mais dinâmicos estabelecem maior dificuldade de mobilidade e maior custo de moradia, de transporte e de educação. Isso significa que este caso também deixa a desejar no que tange ao atendimento de outras demandas existenciais. Resta ao trabalhador migrante escolher qual a mais importante para si e sua família.

Essas explicações nos ajudam a entender o que as teorias migratórias têm revelado, especialmente a partir de 1960, quando os movimentos negro, estudantil, feminista, ambientalista e, posteriormente, os sociais, passaram a reivindicar seu lugar de fala. Isso significa que estabeleceram a prática de dizer por si seus problemas, suas demandas e necessidades sem precisar ou, em muitos casos, querer-se acompanhar da fala de outros não pertencentes à matriz identitária do grupo.

Sobre o chamado “lugar de fala” vale atentar para o que a filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro (2017) adverte quando afirma que é importante entender o lugar de fala enquanto representatividade do sujeito, mas não se pode limitar o debate partindo apenas desse pressuposto. Pelo contrário, deve-se ampliar a discussão para ao partir do seu lugar de falar conseguir alcançar as estruturas de poder. Isso significa que a problematização deve ir além de quem é atingido por ela de modo com que outro (re)pense a própria posição social.

Nesse sentido, como se trata de um estudo sobre o trabalhador migrante nordestino e não sendo o autor conterrâneo do grupo, pretende-se não invadir o lugar de fala do mesmo, mas sim analisar as conversas e as cartas de vida concernentes

ao estudo. Ainda assim, guardadas as diferenças culturais e socioeconômicas do pesquisador com o grupo analisado, é possível vislumbrar algum traço de semelhança entre os dois, uma vez que aquele também é um trabalhador migrante que tem ou não atendidas suas demandas existenciais longe da família e das suas origens.

Ao partir deste entendimento, é preciso alcançar as estruturas de poder para entender como as mudanças políticas, econômicas, espaciais e culturais ocorridas a partir de 1960 transformaram o modo de interpretar o processo migratório. Com esse novo cenário, passa-se a requisitar outros procedimentos metodológicos na realização das pesquisas envolvendo grupos sociais como migrantes.

Esses procedimentos, muitos dos quais alinhados à Pedagogia da Libertação em Paulo Freire (2016), passaram a criar modos de escuta dos sujeitos da pesquisa para eliminar a cultura do silêncio que existe sobre a classe oprimida e vulnerabilizada. O perfil da maior parte do trabalhador migrante nordestino está relacionado ao deslocamento de suas origens, baixa escolaridade e salário submetido aos direcionamentos do capital e não ao custo da vida. Para analisar suas angústias e anseios rumo ao entendimento de Rio Verde, a escuta se deu pelas “Cartas de Vida”.

De lá para cá, era necessário repercutir nos trabalhos não apenas os componentes estruturais determinantes do processo migratório, mas as diferenciações, as demandas de vida, os sofrimentos, a memória, a nostalgia, ou que Cerqueira (2009) denomina de “trajetórias socioespaciais”, Souza (2013) de “práticas espaciais” e Paula (2013) chama de “sociabilidade de migrantes”.

Da mesma forma, Fernandes (2005) traz a dinâmica dos “movimentos socioterritoriais” para mostrar que a construção de espaços políticos, sociais, culturais são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Silva (2010) também vai investigar as tendências dos movimentos populacionais com base nas grandes transformações na “organização socioterritorial”. Já, Soares (2008) irá utilizar um “diagnóstico socioterritorial” para investigar os problemas sociais e identificar os caminhos institucionais para tornar os territórios das metrópoles governáveis. Por fim, Mondardo (2010) irá avaliar as “contradições socioterritoriais” dos processos de expansão do agronegócio globalizado.

Nesse contexto, criou-se a oportunidade de ampliar a leitura do processo migratório superando a estrita representação de causalidade e efeito, entre “sair” e “chegar”, ou entre “fatores de repulsão” e “fatores de atração”. Dali em diante,

entende-se que o fenômeno migratório inclui decisivamente conteúdos da vida do migrante, de sua relação com o território, com o outro migrante, com os parentes e os nativos. Nessa abertura de procedimento, os pesquisadores passaram a se interessar pelas representações coletivas e sociais dos migrantes, assim como pela sua linguagem, seus costumes, seus hábitos, suas formas de morar.

Se o migrante é um “carregador de lugar”, é, no mesmo sentido, “um portador de sentimentos” (Rodrigues, 2012), isso significa que a subjetividade do sujeito migrante, os seus gostos, a sua fala, os seus afetos, a sua memória, o estranhamento, as tensões com o Outro e a negociação cultural ou de valores refazem a sua estrutura de vida. O ato de migrar produz, desde sempre, uma tensão cultural e obriga a uma negociação socioterritorial.

Por isso, a literatura, o cinema, o teatro, a pintura, a música e a poesia, de forma estética e crítica elaboram representações do mundo que surgem pela migração. Não diferente ocorre com os estudos de população, especialmente de 1990 para cá, que colocam em pauta a relação entre migração e cultura. Entre as temáticas que se pronunciam nas representações de migrantes pela via dos estudos culturais do migrante e da migração, estão: a identidade e a diversidade, a xenofobia, o preconceito e a intolerância; há também o acolhimento, os vínculos com o emprego, as festas de migrantes, os centros de tradição cultural, a sedução política e outros.

A ordem teórica que reconhece a necessidade do sujeito migrante se expressar, dizer e participar diretamente das interpretações, solicita procedimentos metodológicos coerentes com a teoria de modo que se estende pelo conjunto de atividades de pesquisa.

Essas atividades, somadas ao trabalho de levantamento de fontes, representação cartográfica e gráfica, elaboração de entrevistas e trabalho de percepção, objetivam estreitar a relação entre a interpretação e a própria experiência de vida dos sujeitos da pesquisa. Com o devido cuidado, não desconsidera as análises estruturais do processo migratório, mas tenta enxergar as especificidades desse processo.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM SERGE MOSCOVICI

A partir dos trabalhos realizados coletivamente no grupo de pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência”, o Dona Alzira, radicado no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Dinâmicas Territoriais (LABOTER) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) e, da parceria com professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí-GO, e de outras instituições de ensino e de pesquisa, procurou, neste trabalho, adensar a pesquisa do trabalhador migrante nordestino em Rio Verde a partir das chamadas Representações Sociais (RP) com base nos estudos do psicólogo social Serge Moscovici (2017).

Sem repetir o que foi enunciado, podemos afirmar que as RP partem de algumas premissas: a primeira é que o modo de ver um fenômeno ou um objeto se delinea coletivamente. Isso significa que grupos sociais, como os dos trabalhadores migrantes do Nordeste brasileiro, edificam modos de ver o seu processo social, pois como um grupo específico esses sujeitos se situam numa mesma esfera de vida, de problemas e de possibilidades.

Desse modo, a premissa fundamental aponta que ao representar um fenômeno referente à sua vida concreta, a experiência de ter vivido o fenômeno não o isenta de ideologias embora possa ajudar a entendê-lo na sua concretude. As representações sociais validam a experiência de vida daquele que fala, mas a sua fala, como fala no mundo, ou, conforme diz Paulo Freire (2016), como “palavramundo”, só é possível se realizada com o já-dito, ou seja, com a matéria linguística do seu trâmite cultural. Por isso, não isenta de ser golpeada pelo dizer dos opressores. Desse modo, as representações exigem do pesquisador a elaboração de procedimentos metodológicos que levem os falantes a expressarem situações singulares somente possíveis por quem as viveu.

Com base nessas premissas, foram utilizadas várias atividades metodológicas com os trabalhadores migrantes nordestinos. Foram feitas aproximações em seus lugares de lazer e de trabalho; conversas informais com registro posterior; entrevistas abertas e fechadas; e o principal instrumento, a entrevista pelas “Cartas de Vida”.

Tentou-se em todos esses procedimentos - e em outros – não perder a situação-problema: como os trabalhadores migrantes nordestinos, radicados na capital do agro(negócio)tóxico, reconhecida por representar o proclamado “Goiás

moderno”, veem essa cidade onde vivem? Embora a caracterização inicial das representações sociais seja derivada do sociólogo Durkheim que estudou as representações coletivas, é na psicologia social que se ampara este estudo ao considerá-la como um fenômeno e não como um conceito.

Conforme Moscovici (2017), se de um lado as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais, de outro, as representações sociais são uma maneira específica de compreender e comunicar o que já sabemos do senso comum de tal modo que se unem linguagem e representação. De tal modo:

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2017, p. 49).

À luz desse fenômeno, mais que a visão do trabalhador migrante nordestino, o que se coloca são as cartas de vidas como procedimento para revelar além das informações pelos dados. Sendo estes relevantes, eles foram relacionados às cartas, às entrevistas abertas ou conversas com os falantes. O dispositivo de método de Carlos Nelson Coutinho (2000), diz que no singular reside o universal, ou seja, não há dicotomia entre as situações singulares e a totalidade, embora uma não seja a outra, é importante para interpretar criticamente a voz que representa.

Nesse direcionamento, Jovchelovitch (2013) mostra que não se deve abandonar o indivíduo em virtude de sua perspectiva individualista, pois afirma que ao analisar as representações sociais deve-se analisar o social enquanto totalidade. Ainda, conclui afirmando que ainda que algumas formas de pensar a sociedade sejam abrangentes e mantenham a estrutura de dominação, tal representação porta também dos interesses específicos desses grupos e classes sociais.

Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e “verdadeiras”, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade. Porém, é importante observar que as *Representações Sociais* não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a realidade e à concepção que os homens fazem dela. Para terminar, vale reforçar

que a mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais é a linguagem (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 91).

Sendo a linguagem, através da análise da objetificação e da ancoragem, essa mediação privilegiada para compreensão das representações sociais, adotou-se para este estudo das narrativas das cartas de vida a contribuição metodológica de (Lefèvre & Lefèvre, 2012). Para analisar e compreender a verve da representação social que o trabalhador migrante nordestino tem sobre a cidade de Rio Verde, Goiás, se buscou a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), com metodologia fundamentada na Teoria da Representação Social (TRS) de Serge Moscovici, um enfoque qualiquantitativo ao mesmo tempo em que mantém forte articulação com a vertente sócio-histórica em busca da totalidade.

Então, conforme Lefèvre & Lefèvre (2010), o DSC é um resgate da RS de modo que, não somente preserva a dimensão individual articulada com a coletiva, mas também busca reconstituir uma opinião coletiva ante às insuficiências discursivas, sociológicas e outras em um discurso-síntese dos conteúdos de depoimentos individuais que apresentam sentidos semelhantes ou complementares.

Assim, da perspectiva desta técnica, o quadro geral das opiniões disponíveis de uma coletividade sobre um dado tema, no contexto de uma dada formação sociocultural específica, num dado momento histórico, ficará composto por um conjunto ou painel de singularidades coletivas (sendo que singular aqui não tem, é claro, o sentido, de “contrário de plural” mas sim de diferente, distinto, próprio, específico) qualiquantitativamente diferentes (distintas opiniões coletivas sobre o tema pesquisado e a distribuição estatística destas opiniões no tecido social), conjunto que, na sua globalidade, é também singular na medida em que se distingue de outro conjunto singular de outra formação sócio cultural específica, ou de um outro conjunto singular da mesma formação sócio cultural em outro momento histórico (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2010, p. 801).

Convém ainda esclarecer que uma das abordagens do grupo de pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência”, que se tornou uma frente de trabalho junto à Rede de Pesquisa, Geografia, Turismo e Literatura (rede ENTREMEIO) e do Grupo de Trabalho (GT) – Geografia e Literatura: diálogos possíveis, no Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE), é a consideração que a Geografia se funda a partir da narração. Ao narrar, a Geografia se inscreve no rol dos saberes sistemáticos e também realiza o seu trabalho político junto às práticas sociais de diferentes sujeitos.

3.2 O QUE FALA O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO

Posto isso, vamos às representações sociais do trabalhador migrante nordestino. Numa entrevista aberta o sujeito narra a sua expectativa sobre o ato de mudar. Diz Ele que,

“Deu medo. Muito medo. Mas eu queria trabalhar, muita gente já tinha vindo, meu pai e minha mãe não podiam vir. Eu tinha que vir, foi muito difícil. Era morava numa cidadezinha de 1.800hab, conhecia todo mundo, todo mundo me protegia, aí com pouco mais de 20 anos, né, mudava toda a minha vida, eu não vou mentir, chorava muito. Morava só, fazia comida, lavava a roupa – isso foi bom. Logo eu aprendi a me virar. Tinha uma carência grande, quase voltei várias vezes. Teve pessoas que viam que eu morava sozinho, então me ajudavam. Valeu a pena, pois eu sabia que tinha que trabalhar, dar um jeito, a minha vontade era vencer e ajudar o meu pai a minha mãe. Eu pensava nisso, isso me deu força.”

A perplexidade de se encontrar num lugar desconhecido e a ausência de intimidade com o espaço foram subjetivados na responsabilização com os trabalhos. Percebe-se em sua fala que o lugar de origem foi narrado positivamente pela sociabilidade e foi silenciado no campo da oferta do trabalho. O que vem em seguida:

“Eu não queria mudar, acho que ninguém quê, mas era necessário. Você tava falano como eu tinha a memória... do meu lugar, vou te dizê: é o tempo todo, mas a gente acostuma, aprende a gosta, aprende muita coisa, faz novos amigos. Mas eu sei que não posso esquecer os meus, não! A minha família, a minha origem. Às vezes a gente num tem tempo, a gente esquece, né. Eu lembro de muita coisa, tenho saudade, a saudade bate no peito, ligo para minha mãe, minha irmã.”

Como pode se ler, a memória não é somente uma importante fonte de descoberta e de reflexão, mas também de ação e de identidade. Silva & Pait (2016) expõem:

Toda vez que se está em um ônibus, carro, avião, indo para algum lugar novo, aquele espaço entre o lugar antigo e o que será seu novo lugar pode se transformar em um lugar de reflexão, um olhar sobre si mesmo. Curiosamente, nesses momentos de viagens, ficamos pensando sobre nossa vida, em nossas melhores lembranças e nos sentimos vivos. Vivos por ter consciência de que neste momento estamos vivendo. E muitas vezes o novo lugar aparece como uma utopia, um lugar onde fazemos planos de uma vida nova, de mudar hábitos, de conquistar coisas, de

realizar planos. Por mais difíceis que sejam as circunstâncias, uma mudança nos faz repensar nosso plano de vida (SILVA & PAIT, 2016, p.15).

Sair de um estado ou país para viver em outro diferenciado do habitual cria uma situação nova, pois se tem outro ângulo para pensar a si mesmo. Se a migração se faz sempre com deslocamento entre territórios, este redundará num deslocamento do pensamento, da consciência e dos afetos. Torna-se, portanto, fonte de conhecimento e de autoconhecimento.

Porém, para fortalecer a memória é necessário constituir lugares de memória. Os escritores não furtam à infância, pois ela é um lugar de memória decisiva. Paulo Freire, por exemplo, reviveu por vezes a sua infância para apurar o pensamento sobre a importância do ato de “re-ler momentos fundamentais de experiências de ‘minha’ infância” e de como “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”:

Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós [...] Mas, é importante dizer, a ‘leitura’ do meu mundo, que me foi sempre fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem, um racionalista de calças curtas. [...] A decifração da palavra fluía naturalmente da ‘leitura’ do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando superpostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz (FREIRE, 2016, pp.12 e 16).

Tal qual o pedagogo que remonta à sua infância o processo de alfabetização e formação do ser, o migrante geralmente cria estratégias para a construção de lugares de memória. Silva & Pait (2016) explicam que,

[...] os lugares da memória são construídos nas conversas familiares que podem ser tanto as festas como as conversas que acontecem no dia a dia. Consideramos festas familiares tanto aquelas de fim de ano e aniversários quanto encontros de fim de semana e almoços de domingo. Nessas festas, vários membros da família estão reunidos: pais, tios, primos e avós, além dos agregados como namorados, cunhados e amigos de parentes. A formação de grupos nesses encontros é mais nítida. As mulheres ficam próximas, cuidando dos preparativos e da comida. Os homens se reúnem e por vezes são responsáveis por preparar o churrasco, comida que parece ter se tornado comum nesses encontros. As crianças formam outro núcleo

e aproveitam para interagir com os primos. Esses grupos estão em constante contato, porém, é possível perceber a formação e a diferenciação entre eles (SILVA & PAIT, 2016, p. 22).

O retorno às festas, à reunião da família, ou à organização de festivais (re)criam lugares de memória. A questão central posta é: como não se perder? De outro modo: como encontrar eixos que sustentem a subjetividade, a consciência? Estamos num mundo de profundo deslocamento de afetos, valores, sensibilidades. Os deslocamentos criam estranhamentos nos corpos, nas atitudes e na subjetividade. Conforme Rolnik (1993), esse é o mundo do desassossego. Por isso, a memória e a subjetividade se colocam como centro de uma procura de estabilidade.

Em muitos casos, o documento central da importância da memória refere-se aos vários migrantes que desejam ser enterrados em sua cidade natal. Mesmo que passados anos da distância física dos entes queridos e do seu lugar de origem, desejam estar ao lado ou junto aos familiares. *“Meu pai gostava demais da roça, gostava do interior, né, foi criado lá. Mas teve que vir, então veio. Quando ele ficou doente, só pediu duas coisas para nós: pra nós não briga e para enterrá Ele lá. Nós fizemos isso: ele queria retornar à sua terrinha. Tá lá”*.

Em outro sentido, também ocorre de alguns migrantes, com maior pertencimento à Rio Verde, como se pagassem uma dívida de gratidão à cidade por lhe permitirem reproduzir a vida, mostram que querem ser enterrados nela. Esse fato, por exemplo, leva a entendê-los como “nordestinos das abóboras” como menção aos que criaram um sentimento de pertencimento e de gratidão à cidade, mesmo sem esquecer as origens que lhes fizeram fortes e andantes.

Assim, aos 70 anos de idade e mais de 50 morando em Rio Verde, parece que se sente o senhor Ezequiel Dantas. Moendo cana todos os dias no seu engenho instalado no centro da cidade, na esquina da igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, apesar de sentir o preconceito nas adjetivações imputadas ao migrante nordestino, vê Rio Verde como uma cidade mãe, lugar de oportunidades, de trabalho para o homem e a mulher e onde os filhos têm oportunidades. Um deles, inclusive, assumirá o ofício e o ponto em breve.

A migração faz deslocar o corpo inteiro e faz alterar componentes da cultura e do sujeito. Em muitos casos ela ensina o indivíduo a acolher, a ter que conviver

com a diversidade, respeitar hábitos diferentes dos seus. Em outras situações geram disputas, covardias, explorações, segregações. O fato é que migrar é também um ato cultural e, não diferente, adaptar-se culturalmente.

Ter que reparar o afeto, não deixar a saudade interromper o projeto de trabalho, necessário para a sobrevivência, é uma luta do migrante. Em uma das cartas de vida a migrante A.C., de Irecê, Bahia, situou:

“Tia Eurides, espero que esta carta lhe encontre bem,

Mesmo tendo vindo para Rio Verde ainda pequena não me esqueço nunca que eu e minha irmã chamávamos a senhora carinhosamente de Tia Ride, quanto tempo isso se passou... Por volta de 30 anos não é mesmo? Ainda me lembro como se fosse hoje do tempo que morávamos aí, da nossa casa de taipa, dos eucaliptos que tinha na casa da frente, do campo de terra que tinha aí perto, de que minha vó fazia brevidade e cocada para vender, de que a gente ia de carroça buscar água bem longe as vezes e de tudo um pouco ainda me resta na memória.

Hoje a nossa família aqui em Rio Verde não é a mesma formação que saiu daí; como você sabe meu pai nos deixou para seguir a vida dele pouco tempo depois que deixamos de morar na fazenda para a qual viemos e ficamos pouco mais de um ano e passamos a morar aqui na cidade; hoje aqui em Rio Verde somos eu, minha mãe e minha sobrinha mais velha que mora conosco para estudar, minha irmã e minha sobrinha mais nova moram em Santa Helena de Goiás, cidade de origem do atual esposo da minha irmã.

Quando meu pai nos deixou em 1994, uma mulher de 45 anos com uma deficiência em uma das suas pernas e duas crianças, eu com 12 e minha irmã com 14, ficamos muito expostas a própria sorte e tentar sobreviver era nossa única alternativa, minha mãe optou por continuarmos aqui, porque ela sabia muito bem as dificuldades que passavam aí, muitas delas ocasionadas pela escassez de água que predomina até os dias de hoje, mas enfim, minha mãe escolheu que ficaríamos aqui e aqui estamos até hoje, o que mais lamentamos de tudo isso é termos durante algum tempo perdido o contato com vocês lá atrás e termos ficado sabendo da morte do meu avô somente dois anos depois do fato, sei que ele morreu preocupado conosco pois nas poucas cartas que foram trocadas naquela época ele havia ficado sabendo que havíamos sido abandonadas aqui, e para um pai de verdade não é fácil saber que tem uma filha que possa estar passando dificuldade e não poder ir atrás pois naquela época era tudo mais complicado para se saber notícia de alguém, além disso minha mãe tinha pouca instrução e eu e minha irmã estudávamos mas tínhamos pouca iniciativa. Aqui foi um lugar acolhedor mesmo com algumas pessoas sendo tão hostis com que era de

fora havia mais emprego e gente de bem que tivemos a sorte de encontrar em nossos caminhos. Devemos agradecer a facilidade que se tem nos dias de hoje, onde a comunicação se tornou mais fácil, agradeço a Deus por ter tido a oportunidade de ir com a minha mãe vocês em 2009 e ainda encontrar minha vó viva e lúcida, já que quando fomos novamente em 2011 ela já havia falecido a cerca de um mês.

Podemos dizer que foi acertada a decisão de continuar aqui, Rio Verde é uma das cidades mais promissoras do Centro Oeste, ela tem empregos para quase todos os tipos de qualificação, a cidade cresce cada dia mais pelo fato de ter uma das melhores infraestruturas urbanas do estado atraindo assim diversos investimentos de empresas que se estabelecem aqui, seguimos confiantes que a cidade cresce e continuará sendo o melhor lugar para se viver, muita gente não vem só para trabalhar como também para estudar pois as faculdades daqui são de crescente interesse para quem busca qualificação. Tive a oportunidade de trabalhar durante 13 anos na área de prestação de serviços no ramo de turismo e isso me fez ver o quanto a cidade é importante e procurada também nessa área, atualmente trabalho em uma empresa que tem a matriz em São Paulo e presta serviços de mobilidade urbana alugando equipamentos de controle de trânsito. Procurei ao máximo aproveitar as oportunidades que me foram dadas até agora e acredito que uma boa parte dos nordestinos que aqui chegaram se tiveram pelo menos um pouco das oportunidades que tive com certeza hoje eles fazem a diferença aqui. mesmo com inúmeras dificuldades me formei em Administração e minha irmã se formou em Pedagogia atua como professora tendo a oportunidade de financiar sozinha os estudos da minha sobrinha que faz o curso de Odontologia; aqui apesar das coisas não serem fáceis como em qualquer outro lugar oportunidades parecem ser mais acessíveis para quem estiver disposto a lutar Para progredir, hoje eu faço uma segunda faculdade que é de licenciatura em Ciências Biológicas em um Instituto Federal coisa e nem no mais otimistas dos meus sonhos eu vislumbrei, ter um diploma de faculdade e tão pouco 2; o que não quer dizer nada se essa formação não estiver agregada há muito trabalho, dedicação e competência.

Despeço-me pedindo a Deus que aí estejam todos bem e que um dia essa terra tão sacrificada seja ponto de chegada não só de partida para quem dia nasceu aí, que os campos voltem a serem verdes e que o cultivo do chão faça com que essa cidade e esse povoado receba do poder publico investimentos para que as pessoas tenham condições pelo menos mínimas de sobrevivencia e não precisem ir embora como um dia fomos. A.C.”

A carta enviada a uma tia revela situações que podem ser universalizadas nos estudos migratórios. Contudo apresentam elementos singulares da própria existência

criada no ato de migrar, alguns, inclusive, dramáticos e traumáticos, como a morte do avô somente informada depois de dois anos ou como o “abandono do pai”.

É importante ressaltar que o quesito emprego é o fundamento da migração. Em torno do trabalho feito emprego, gira toda a ação da vida social da família e também os seus dramas. Contudo, a ação da memória como suporte de enraizamento do sujeito, no corte abrupto da mudança de uma região para outra, é nostálgica.

A lembrança da casa, a escassez ou a dificuldade de pegar água em lugares distantes e o bolo “brevidade” feito pela avó se incluem numa tensão do processo migratório no qual existe a necessidade de não perder as raízes, ou seja, de manter a memória do lugar de origem e a justificativa de que foi necessário migrar.

O revigoramento da lembrança, marca das narrativas dos migrantes nordestinos, atua no sentido de configurar um sentido de grupo. Consonante a isto, Lowenthal (1995), explica que,

Precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros [...]. Construíram-lhe uma memória de segunda mão que incluía até mesmo os anos anteriores à sua existência (LOWENTHAL, 1995, pp. 81-82).

A ação da lembrança ganha volume na organização da rede socioafetiva. Ora, se o ato de migrar evidencia-se pela ação do trabalho, os problemas afetivos causados pelo distanciamento dos familiares e das pessoas queridas irá obrigar o migrante a refazer a sua rede de afeto. Tanto o afeto por quem ficou como pelo que estão no lugar, demanda uma ação de colaboração. O fato de a migrante em questão dar guarida a sobrinha para estudar, como se pagasse uma conta afetiva à família ou demonstrasse não ter havido abandono, é uma forma de conservar vivo o afeto familiar.

Como se leu na carta, a interpelação do espaço é notada. Não há como falar da vida do migrante, de suas conquistas ou dificuldades, sem ler o espaço onde se situa. A migrante ao elogiar Rio Verde a partir da infraestrutura urbana, da oferta de universidades, inclusive com o relato de sua conquista por ter feito um curso superior e estar realizando outro e, também, a partir do “*investimento em empresas*”, toma a palavra dos dominantes da cidade como sendo a sua recaindo numa ideologia liberal.

A crença que uma cidade com tanta pujança é possível para todos, desde que, como Ela diz, tenham “*dedicação e competência*”, é uma demonstração de sua representação ideológica assumida pelo discurso do modelo impetrado no lugar em que vive. Ao adotar tal posicionamento e reproduzir o discurso dominante este grupo demonstra que está integrado à comunidade local e ao ideário do capital e do esforço próprio como forma de “vencer na vida”.

Entretanto, de maneira suave e cuidadosa, no final tece uma crítica aos problemas ambientais. Com sentimento de culpa em criticar a cidade que lhe ofereceu emprego e universidade, a leitura de mundo sai do concreto e vai para o sagrado. O agradecimento das conquistas se deve a Deus. Assim, a tensão da memória com o afeto, o sentimento de culpa junto às dificuldades, o lugar tenso também da avaliação do lugar de acolhimento, demonstram que as contradições sociais do processo migratório se fazem na contradição da própria interpretação do lugar.

As mesmas tensões anteriores são afirmadas na carta do filho “C.” à mãe. A menção da saudade e o tempo marcado em um ano e meio em que não vê a mãe, a declaração da saudade, são coordenadas por algumas contradições no corpo da carta.

“Oi mãe, como é que a senhora está, tudo bem?”

Por aqui tudo bem eu e a família. Faz 1 ano e meio que a gente não se vê. Muitas saudades mãe. Espero que saia sempre tudo bem. É minha mãe, eu saí daí por conta que não tinha emprego e tive que procurar um canto melhor para minha família. quando chegou um amigo meu, o Duda, da minha cidade de Baía Formosa no Rio Grande do Norte e eu perguntei se ele poderia me trazer para Rio Verde que eu ouvi falar muito bem. Graças a Deus deu tudo certo. Vim para uma casa de um conhecido meu, o grande amigo Cavalcante, que estava morando aqui há 5 anos. Chegando aqui ele estava com a horta e eu comecei a trabalhar na horta e botei uns currículos nas empresas da cidade e durante já fui chamado. Se passando 12 meses mandei pegar minha esposa e minha filha e elas chegando aqui, mandei ele fazer uns currículos e consegui botar ela na mesma empresa que eu trabalhava no Campeão Supermercados.

Pra mim a cidade de Rio Verde é uma ótima cidade. No momento estou desempregado, mas tenho outros empregos em vista, não vou desanimar porque já apareceu outras coisas para fazer. Rio Verde é uma ótima cidade. Eu moro no bairro Centro em um quitinete, mas o canto é bom para viver e o canto que eu posso pagar com meu salário. Rio

Verde é um canto muito bacana, não tem tantas Indústrias, mas com a dificuldade que estamos vivendo com o desemprego dá para trabalhar. Os amigos que tenho em Rio Verde moram em Rio Verde, mas são de fora de cidades diferentes.

Mãe, eu gosto de Rio Verde porque as coisas que você pode comprar e eu vivo bem com minha família. Graças a Deus tem alimento farto para a gente comer e as coisas aqui é bem mais fácil. Aí tem outro lado, a parte difícil é você se estabilizar quando chega na cidade. O aluguel é muito caro. Você tem que procurar um lugar simples para morar. Aqui é diferente da minha cidade porque aqui quase ninguém ajuda ninguém. Aqui você tem que ser virar porque é você e sua família. Só algumas pessoas ajudam. Aqui trabalhei com hortaliças em hortas, vendendo hortaliças na rua e como repositor no supermercado.

Mãe, eu acho que o agronegócio é bom para a cidade, mas é o seguinte: o pessoal passa dos limites, eles abusam demais. Os caras querem mandar em tudo. Para eles, só eles estão certo. Querem botar fogo em tudo, fazer pasto para gado, plantar soja. É um pessoal que não tem limite. Quer colocar agrotóxico perto de nascente. É um pessoal que só pensa na riqueza e não pensa nas consequências lá para frente. Só querem plantar e desmatar.

É mãe, eu vou vivendo por aqui. Deus abençoe que a senhora esteja sempre bem e aqui também. Vamos para frente que dará tudo certo. Abraços. C.”

Embora Rio Verde seja, em sua visão, uma cidade boa, o mesmo se encontra desempregado. Mesmo desempregado, fazendo bicos e com a esperança de encontrar um emprego em função das potencialidades econômicas da cidade, contrasta com o fato de que “aqui ninguém ajuda ninguém”. Ou seja, os amigos são os que vieram de outros lugares, são os migrantes.

Sem ter consciência de um preconceito dos nativos em relação aos migrantes, a cidade boa economicamente, é ruim afetivamente. No seu dizer, o agronegócio, carro chefe da economia da cidade, é bom para a cidade, mas o agrotóxico é ruim. Embora o agronegócio é “*bom para a cidade*”, “*só eles estão certos*”. Sob as contradições, a carta do migrante vindo do Rio Grande do Norte, em algumas situações toma a dimensão de aparência da cidade dos que dominam como sendo a sua fala. Quando diz que a cidade é boa, essa avaliação não condiz com o relato de sua condição de vida, mas sim com a de outros que usufruem da mesma.

Embora haja dificuldade de ler as contradições da cidade, a certeza que ela lhe oferece maiores possibilidades, dá o tom da sua avaliação como a de várias outras. Mesmo havendo problemas graves como o agrotóxico, o alto preço do aluguel, a instabilidade do emprego, de fato as condições de Rio Verde são melhores que as de

seu lugar de origem. Daí que, a ausência da leitura da totalidade mostra o limite da experiência para avaliar as contradições do país recaídas em sua vida. Mas a experiência, ou seja, o viver prático, é o que lhe toca dia a dia, e, portanto, é o fundamento de sua representação.

Por outro lado, é importante salientar é a própria situação de analfabetismo relatada pelo migrante, pois a carta escrita pelo pesquisador, o leva ao conformismo com sua própria situação de vida diante de uma “ótima cidade”.

Ainda que neste trabalho, especificamente nesta seção, o objetivo não seja o de catalogar, por meio de indicadores, as diferenciações sociais dos migrantes, seja o salário, a formação intelectual ou a origem de classe. Ainda assim é necessário adequar às realidades apresentadas pelos trabalhadores migrantes nordestinos.

“Prezado Tvinho,

Desde que eu e minha família viemos parar nesse Rio Verdão véi sem portera, tudo tem sido mais difícil. Brincadeiras à parte, agora vai fazer uns 6 anos que a gente tá aqui no Goiás. Tudo começou quando painho saiu do emprego dele lá na Klabin e veio parar aqui, aí não teve jeito né, nós teve que vir atrás, começamos morando a família toda na vila Rocha, depois fomos à Morada do Sol (ó os nome), e aí eu e jefinho ficamos a maior parte do tempo morando aqui no Gameleira II. Agora jefinho tá na Singenta, e eu como recriador no município. O pessoal aqui gosta muito de adjetivos ferroviários: só vivem falando em trem. A economia é basicamente movida pela Agropecuária. De vez em quando tu vê alguma manifestação artística e/ou cultural nas ruas, mas é raro. Aqui não tem praticamente nada no São João ou Carnaval, acredita? Pelo menos não como no nordeste... Foi um pouco difícil no começo (não vou negar, foi bastante) lidar com a ausência da família e etc. Mas são coisas da vida né? Manda um beijo pra Tia Inês e Doutor Teovaldo, saudades de Jaburacão! Seu bom e velho, S.”

O migrante S. demonstrou, como outros, que morou em vários bairros da periferia de Rio Verde. A sua leitura de um município vocacionado à agropecuária, não é repercutida em sua avaliação. Avalia, contudo, a fragilidade cultural da cidade como que apontando que a economia, inclinada à agropecuária, está resolvida e existe apenas o problema cultural para ser resolvido. O discurso resiliente toma conta.

Não aparece, em sua carta, com característica genérica e abstrata, nenhuma crítica ao agrotóxico, ao monopólio, à desigualdade social. O elogio ao Nordeste e a

menção ao fato de morar distante da família, sem alardes, não confere nenhum descontentamento ou dramaticidade como as avaliações das cartas anteriores.

O mesmo fenômeno – o processo migratório de trabalhadores nordestinos – e a mesma condição espacial – morar na capital do agrotóxico, revelam traços sociais comuns e diferenças existenciais. Isso é o que se vê na carta escrita por L.R..

“Cara e adorável mainha:

Olá! Espero que essa carta possa confortar, ainda mais, o vosso coração. Possa te remeter nostalgias em que, juntos, passamos como: irmos juntos à missa, lá, na Capela Jesus o Bom Pastor ou até mesmo na Matriz de São José ou quem sabe na Capela de Nossa Senhora Rainha da Paz.

Enfim, o que escrevo são recordações que me vem à tona todas as vezes que me lembro da senhora ou até mesmo de Arapiraca.

Não só o fato de ser minha cidade natal, mas por toda a felicidade vivida ai, no centro do Estado de Alagoas, bem no meio do Agreste, como é conhecida nacionalmente “A princesinha do Agreste nordestino”.

Bem sabes que dia 18 próximo completa dez anos de minha saída de Arapiraca para o mundo, como carregado em minhas veias, tenho os sangues dos Oliveiras como também dos Silvas e, por tal razão, as aventuras, o desejo de liberdade, a proposta de vida solta e a coragem estão e sempre estará arraigadas em minhas estruturas de cabedal.

Lembro-me como se fosse ontem, á noite, melhor falando. Era uma quinta-feira, dia 19 de janeiro de 2009. Eu com o pequeno e simples celular, um Nokia 1108 famoso “lanterninha”, em minhas mãos aguardando a resposta do meu pai para dar-me a autorização verbal e financeira de viajar até Palmas. Angustiado e ansioso estava, pois, dele poderíamos esperar quaisquer coisas, inclusive um categórico e objetivo NÃO!

Vossa separação com ele me traz lembranças não tão boas para serem recordadas, mas como é um fator psicológico, são as mais marcantes que fazem questão de nos acompanhar então, essas são as que me remetem CONSTANTEMENTE.

Entende que, ambos, viviam vida de cão... Ele nada fiel; a senhora sempre na batalha; ele omisso; a senhora verdadeira, ou tentava ser, não sei. O que não podia deixar acontecer era prejudicar a vida um e do outro. Por isso entendo a real motivação dessa separação. Mas lamento, pois a senhora nunca fora ouvida e compreendida, por parte dos nossos. Isso me causava grande revolta quando, chegava à casa da vó Zefinha e ouvia-a esbravejando acontecimentos ente meu pai e minha mãe. Quando ia passar finais de semanas no sítio e me deparava com a tia Cida “futricando” com o tio Paulo e outros sobre nossa vida... Lamentável, mas real.

Então, como é do vosso conhecimento e regressando ao dia em que partir, eu de mãos dadas à alça da minha mala, aquela comprada na feirinha da Santa Salete, lembra?! Uma com detalhes em preto e amarelo e nas costas a minha mochila escolar.... Escola, não posso deixar de frisar o 31 de Março, não a data, pois essa é uma lembrança dolorosa para os brasileiros, mas a escola em que me tornei um estudante, sobretudo, um cidadão. Lá fora onde passei os melhores momentos de minha, até então, curta vida, seja estudantil ou pessoal. Adorava quando adentrava a biblioteca e avistava a tia Silvânia organizando os exemplares recém adquiridos, ou então, quando via a tia Creuzinha espanando os empoeirados e mantendo a ordem e organização da sala.

Também, recordo com muita emoção dos, quase, oito anos de dedicação para com a Banda Marcial e Fanfarra desta mesma escola. As fardas de 7 de setembro ou das fadas mais glamorosas do dia 30 de outubro. Eu e meu taró erámos um só, nada mais poderia retirar minha atenção quando estávamos juntos, seja, ensaiando ou tocando pra valer. Lembro-me das palavras do velho e saudoso Clóvis, nosso eterno maestro, que dizia: “Hoje é ensaio, amanhã o bicho pega. Lá deem o melhor de vocês, representem MARAVILHOSAMENTE o 31 de Março, essa é a melhor escola pública do interior de Alagoas e tem os melhores músicos, também”.

E para finalizar sobre o 31 de Março, não posso esquecer a tia Ivonilda, essa que era minha professora de geografia e que despertou em mim o desejo de escrever cordéis remetendo-me as questões geográficas e históricas da minha região. Devo os meus cordéis iniciais e atuais a ela, como também a senhora.

Com as mochilas em mãos e nas costas adentro ao ônibus da viação São Geraldo, saída de Arapiraca e com destino final Salvador, lá eu pego uma conexão na viação Itapemirim para Barreiras e de Barreiras entro em outro veículo da viação Gontijo até o destino final Palmas, a pequena e jovial capital do mais novo Estado da Federação, Tocantins.

Chegando a Palmas passo trinta dias de cão com meu pai e a Paula, a esposa dele. Uma mulher insuportável, estúpida e autoritária. Não vou descrever o que vivemos lá, nesses trinta dias, mas posso dizer que nada fora legal. E para completar, contrai dengue clássica e cataporas, simultaneamente. Isso fizera com que pudesse regressar o máximo possível à Arapiraca. Pois bem, recuperado retorno para minha casa, mas com o desejo de fazer meu pai pagar todo o mal que fizera conosco, e ainda mais agora que, me deixou na berlinda, doente e aos cuidados daquela “peste” de mulher.

Lembra que cheguei e era madrugada, lá por volta das 03h30. Era uma terça-feira, cheguei ao portão e a senhora me recebe de braços abertos e olhos, levemente, marejados e avermelhados. Creio que era de saudades, mas tinha um ar de arrependimento, enfim, não vem ao caso agora. Dai concluo o ano escolar e fico com o desejo de voltar para a casa do

meu pai e terminar de “fuder” com a vida dele. Pensava – ele tem que pagar o que fez com nós, principalmente comigo que sou teu único filho.

Agora sim, vamos falar sobre minha saída definitiva de Arapiraca. Como de se esperar, eu e meu pai ficávamos entrando em contato, uma vez por mês, pois, não tinha como colocar créditos, era pré-pago, eu com chip da operadora Tim e ele com a operadora antiga Amazônia. Isso tornava as ligações frequentes mais cara e ele tinha isso como subsídio para não ligar constantemente. Fui juntando os poucos reais que ele enviara na conta bancária da senhora, lembra?! E ao completar 14 anos de idade pedi a senhora para voltar a residir com ele, e a senhora sem saber e sem compreender o porquê desse meu desejo de morar com meu pai. Sei muito bem que a senhora desabafava com o pessoal do RCC dizendo que “eu estava trocando a senhora por ele. Que eu gostava mais dele que é um canalha, e a senhora que fizera tudo por mim, eu estava abrindo mão”. Mas, na verdade, o que eu queria era – o cumprimento da dívida pessoal e moral, dele para comigo.

Portanto, vou eu para o Terminal Interestadual de Arapiraca Deputado Nezinho, e ao meu lado a senhora, e nas mãos e costas as mesma mochilas da viagem anterior à Palmas. Era crepúsculo, lá pelas 17h, como sabemos, o Nordeste anoitece e amanhece mais rápido que as outras regiões do país, deve ser pela geografia do lugar. A senhora fica me olhando ao embarcar no ônibus da viação Transbrasiliana, saída de Arapiraca com destino final Goiânia. Pois como meu pai e da área da construção civil, não estava mais em Palmas e sim em Brasília. E lá desembarcaria para viver com ele mais uma vez, só que agora, iria colocar meu plano em prática e nada poderia me deter.

Meus olhos começaram a lacrimejar, minha vista embaçava e não via a senhora pela janela do ônibus e da mesma forma eu não via, mais sentia que isso se repetia com os olhos e com o coração da senhora. Conforme o motorista fazia o cumprimento da sua profissão, ia locomovendo o ônibus, eu desejava que o mesmo pudesse quebrar ou parar no meio da estrada e eu ter um “argumento” para não ir. Não queria dar o “braço a torcer”, não posso demonstrar arrependimento ou fraqueza. Mas os meus pedidos não foram realizados e cada vez mais a velocidade do veículo alterava e a estrada era o horizonte a ser visto e minha mãe e a cidade não passavam de um ponto pequeno no retrovisor do motorista e na minha visão.

Em Brasília nada muda, a Paula torna-se mais agressiva comigo, chegamos até... Deixa pra lá. O único jeito é, eu ir morar, literalmente, com ele. Ou seja, em alojamentos da antiga Engenfort Construções. Uma empresa que era do antigo Senador por Goiás, Demostenes Torres e do bicheiro Carlos Cachoeira. Ela fechou na operação da Polícia Federal no período do mensalão. Então, meu pai sai dela e vai para Niquelândia, e lá vou eu com ele. Nossa! É pior que viver com a Paula, não tenho privacidade, estava sem estudar, pois dependia dele para me matricular nas escolas.

Até que eu tomei a decisão de viver minha vida, isso com os meus 15 anos mal completados, fui morar com o Rodrigo, lá, em Belém e depois em Castanhal. Como a senhora pode ver, ao nos visitar, nada bom também. A Silvana é uma mulher difícil, eu tentava agir com calma e clareza, mas ela é muito difícil, então retornei para Uruaçu e lá me tornei quem sou hoje. Trabalhando na construção civil, me elevei a recepcionista do melhor e maior hotel da cidade, o Centrius, e ganhei confiança como tornei isso recíproco.

- Mãe, tive que regressar para Niquelando, pois como sabes, já estava maior de idade e a Votorantim faz o seletivo de contratações, passei e me tornei o cara mais influente da empresa, pois era jovem e determinado. De ajudante tornei-me almoxarife responsável da empresa, tudo isso em dois meses e nove dias de trabalho. Nesse intervalo, estou eu tentando namorar com a Larissa, estamos fazendo o Ensino Médio juntos, mas ela só me dá fora. Pois bem, ela resolve dar-me uma chance, mas já era outubro e final do 3º ano. Então iniciamos o namoro e ela resolve morar com os avós que residem em Rio Verde. Tínhamos concluído o Médio e tinha passado no vestibular da UEG para fazer o curso de licenciatura em História, fiz até o primeiro período, em Uruaçu. Portanto, como afirmei a minha determinação e coragem, larguei tudo e vim casar com ela aqui, em RVD.

Sofremos muito para chegarmos onde estamos hoje, Rio Verde não é uma cidade fácil, as pessoas são extremamente preconceituosas com o povo nordestino, tive que superar e engolir poucas e boas de goianos e sulistas aqui. Fiz pedagogia e Libras para tentar ser um diferencial na visão deles, para que fosse percebido que eu não vim para cá para retirar emprego de “senhor ninguém” e sim para buscar a mulher que amo e escolhi para viver.

Hoje, trabalho onde gosto e faço o que amo. Sou docente do Ensino Básico, assim como à senhora foi durante mais de 30 anos de dedicação à docência. Pretendo regressar, meu maior desejo. Seja para Uruaçu ou para Arapiraca. Entrego à Deus os meus desejos, mas quero muito que isso aconteça.

Mainha, termino por aqui, estou fazendo a carta para a tese de doutoramento de um grande professor que conheci, mas para reafirmar o amor que sinto pela senhora. Junto à carta estou preparando atividades e concluído o plano de aula para essa semana.

Até breve, te amo. Cheiro, do seu caçula L. R.”

A invocação a “Mainha”, modo de tratamento com carinho do nordestino à mãe, sob a predicação carinhosa “adorável”, estabelece o prenúncio de uma narrativa dramática de vida. A separação dos pais e a identificação com a mãe, embora por necessidade tenha havido a tentativa de morar com o pai, num pedido de perdão e numa justificativa mostram o drama do pai e o apego da mãe. A carta oferece a pista também para enxergar o machismo da região.

Contudo, o saudosismo culposo relatado no drama existencial de forma literária, como se vê logo no início quando diz que *“Bem sabes que dia 18 próximo completa dez anos de minha saída de Arapiraca para o mundo, como carregado em minhas veias, tenho os sangues dos Oliveiras como também dos Silvas e, por tal razão, as aventuras, o desejo de liberdade, a proposta de vida solta e a coragem estão e sempre estará arraigadas em minhas estruturas de cabedal”*.

Essa literalidade faz uso da memória. A lembrança das professoras primárias, da escola e todo o relato de uma infância feliz demonstram o que, posteriormente, muda a rota com a migração. O fato de ter morado em vários lugares e ter trabalhado em diferentes profissões, a decisão de, aos 15 anos, morar com um amigo e a coragem para seguir a namorada, dão à narrativa o sentido de aventura que compreende o estilo do texto e a sua ação de sentido. A vitória do aventureiro, “de Arapiraca para o mundo”, é uma opção ideologicamente tratada na narrativa, pois o narrador preferiu falar da coragem para mudar e se mudar do que relatar os problemas, os sofrimentos, as dores dessa “vida de aventura”.

Embora os eventos afetivos, como a separação dos pais quando criança e a coragem para seguir a namorada, tenham efeitos diretos na ação migratória, a perambulação pelos lugares e pelas formas de trabalho são traços da estrutura territorial do país.

É fácil perceber diferenciações nas cartas, como aquelas apresentadas nesta carta, como o maior domínio da norma culta da língua, o cargo de professor pós-graduado, algumas táticas de evasivas e generalizações na narração dos problemas, são importantes para se perceber que, embora a identidade grupal enuncia elementos semelhantes na divisão social do trabalho, na divisão sexual, na relação entre raça-etnia e salário, há uma heterogeneidade de situações no processo migratório.

Quando os pesquisadores do processo migratório brasileiro, tal como (Rodrigues, 2012), explicam que um país de profunda desigualdade social e desigualdade regional tem, por tendência, motivar a migração de trabalhadores uma espécie de formigueiro humano no território, ora num efeito de sanfona, em que alguns saem e outros chegam, ora como sinal de uma instabilidade econômica e social dos lugares, fica demonstrado que a luta pela vida é uma luta por território.

O final feliz narrado pelo migrante, embora com salários em atraso, decorrente do descaso governamental com a educação já que se tornou docente da rede

estadual, o faz saldar uma espécie de dívida com as professoras queridas da infância. Faz coro, também, à atividade da mãe que durante 30 anos exerceu a docência e como se retornasse ao mais profundo da origem pelo trabalho, dá sinal de que morar em Rio Verde não é algo problemático mesmo se tratando de uma cidade que julga preconceituosa.

A dor causada pelo preconceito, característica marcante na estrutura de poder, conforme analisa Rodrigues (2012), ao tratar o migrante como uma espécie de “ladrão de lugar”, assinala o modo como a desigualdade social desemboca na desigualdade de raça-etnia, de gênero e também nos modos de falar. A ideia genérica que o nordestino é pobre ou “um invasor” das regiões ricas, faz do preconceito social um preconceito territorial.

Em muitas situações geram “estigmas territoriais”. Os apelidos e tratamentos, tais como: pau-rodado, serviço de baiano, bairro dos paraíbas, cabeça-chata, bem como a generalização do sujeito “maranhão” e toda uma sorte de menções, transformam a xenofobia numa legitimação dos que fazem do poder econômico instrumento para controlar e inferiorizar os trabalhadores.

Numa pesquisa de dissertação de mestrado, a partir de um diálogo entre história, arquitetura e geografia, Lucas Felício Costa (2016), desenvolveu um trabalho de poder, memória e estigma. Neste trabalho o autor pontua que,

A re/produção da história e as maquinações que a estruturaram implicam o exercício das microfísicas do poder, instituídas não somente a partir das forças institucionais, mas da relação recíproca entre os cidadãos como múltiplas formas de dominação e subordinação que podem ser exercidas por uma sociedade. As forças se estruturam não pelo poder cognoscível em nome próprio, mas pelo poder velado e mascarado pelo discurso, entranhado no cerne social em que se produzem alegorias e se reproduzem estigmas (COSTA, 2016, p.16).

Em muitos casos o que parece alegoria, piada, jogo de palavras, traços de humor, como bem salienta o autor, trata-se de um discurso mascarado. É comum expressão como “bairro dos cabeças chatas” desviar o discurso do que, de fato, constitui a moradia do trabalhador migrante: a segregação. Na trama desse discurso, esconde-se também a ideologia liberal dos que, a partir do dinheiro, se colocam como dono das terras e do território.

A leitura do preconceito territorial, racional ou social, dos estigmas territoriais ajuda na organização do processo crítico. Como se tem visto, a cidade dinâmica ligada ao mundo e considerada capital do agronegócio e, conseqüentemente, cidade do agrotóxico é também uma cidade preconceituosa para o trabalhador nordestino.

Em muitos casos o preconceito como estratégia de inferiorização do trabalhador é concebido pelo que sofre, em uma versão límpida daquilo que Freire chamou de o opressor hospedado no oprimido, como se verá logo em seguida na carta da migrante M.G. endereçada à irmã.

“Olá minha irmã, tudo bem?”

É com muito carinho e satisfação que escrevo essa carta para te contar as novidades que aconteceu durante esse período que passei longe de você. O tempo é realmente o nosso inimigo, pois já tenho 5 anos que mim mudei da minha cidade natal, Santa Maria da Boa Vista no Pernambuco, em busca de tentar uma vida melhor em outra cidade.

Morei em uma cidade próxima a Rio Verde chamada Aparecida do Rio Doce onde passei 4 anos morando com o meu ex marido. Ao chegar a cidade havia algumas diferenças de comunicação ou seja diferente cultura música, ritmo, comida, linguagem e entre outras. Os meus primeiros dias foi bem tenso, para mim, foi bem difícil, mais aos poucos fui conhecendo pessoas da minha cultura, do meu nordeste. Aos 3 meses após ter chegado na cidade foi contrata para trabalhar em uma granja de porco de produção, onde passei a crescer profissionalmente foi promovida como parteira chefe, foi um tempo de muito trabalho mais com 4 anos de empresa algo de ruim aconteceu. Veio a minha separação, não dava mais certo, enfim chegando a ficar sozinha sem nenhum familiar para me sustentar emocionalmente.

Após a minha separação passei uma fase muito difícil da minha vida, pensei várias vezes em voltar para minha cidade natal, mas havia alguns motivos pelo qual não voltei, o primeiro é que tinha um trabalho que ganhava muito bem conseguia sobreviver fácil fácil, e o outro principal motivo era que estava cursando o 3º período do curso técnico em química na cidade de Rio Verde-Go e não queria desistir de algo que lutei tanto para está a onde cheguei. Antes de concluir o curso fiz o Enem e não muito confiante recebi a notícia que havia passado no curso de licenciatura em química na mesma instituição que havia concluído do técnico. Foi então que pensei que sair do Goiás não era mais minha prioridade.

No início do ano de 2019 me mudei para Rio Verde para o bairro conjunto Morada do Sol onde aparentemente é um bairro muito tranquilo. inicialmente tive vários medos devido nunca ter morado em cidade grande como Rio Verde tive medo das pessoas não aceitar a minha cultura, meu sutaque nordestino, mais Rio verde é uma cidade bastante acolhedora

onde pude conhece varias pessoas de lugares diferente do Nordeste então me sentir em casa, apesar que preconceito existe a todo momento. A economia da cidade disponibiliza que essas pessoas assim como eu saiam da sua cidade em busca de estabilidade financeira, a cidade de Rio Verde é forte na produção de grãos e carnes e muitas empresas em busca de funcionários exemplo disso é a perdigão acolhe a maior parte desse povão bastante sofrido.

Mais não é fácil deixar toda a família para traz, para busca sonhos, as vezes somos frustrado, humilhado mais somos fortes o bastante para que seguimos em frente. Sofro muito principalmente em datas comemorativas, doe perder alguém que a gente ama e muitas vezes não dar tempo de falar adeus pela última vez.

As vezes sinto que sou pequena diante de muitas pessoas com alto poder financeiro. A onde trabalho a todo momento tenho exemplo de pessoas muito rude, pessoas sem educação que nem olha na minha cara devido a minha característica nordestina percebo que nem cumprimentada com um bom dia não sou. Não deixo isso me abater não tenho culpa de ter sangue nordestina, pelo contrário tem orgulho de fazer parte desse povo tão corajoso, passei momentos felizes que jamais irei esquecer.

Rio Verde me ofereceu oportunidades única, trabalho na parte administrativo de uma empresa onde ela me oferece oportunidade de crescer ainda mais. Minha rotina ainda é corrida após o meu trabalho vou direto para a instituição Federal onde lá também encontrei algumas pessoas do meu estado, da minha região em busca do mesmo sonho.

Rio Verde é uma região bastante rica na área do agronegócio devido a sua alta produção de grãos de milho, soja e carnes, rodeada de fazendas e granjas suínas é granjas de frango. Grande parte da economia vem do agronegócio, fazendo gerar emprego e consequente fazendo a cidade crescer financeiramente. Oportunidades surgem a todo instante conheço várias pessoas que deram muito certo financeiramente, e o mais importante adquiriram conhecimento.

Deixo a minha saudação com muita alegria. Saudades para toda a minha família que sofre a cada dia assim como eu em busca de um dia revela mais uma vez.

Bjs da sua irmã querida M.G.”

Um dos traços do processo migratório, num país continental como o Brasil, diverso e populoso, é o estranhamento indicado em duas situações: do que sai do seu território e migra para outros; e do que, na sua cidade, vê o migrante de fora chegar. O estranhamento, como foi salientado, às vezes aparece como banzo ou aversão, como foi a grande diáspora de escravos negros no período colonial; às vezes aparece como preconceito ou xenofobia. E, às vezes, aparece como um elemento emocional como a melancolia.

No caso dos migrantes nordestinos que chegam em Rio Verde todas essas características são vistas. A migrante relatou isso em sua carta. Ao mencionar a “*cultura diferente*”, juntando-se ao enfrentamento da solidão em decorrência da separação do marido, o desejo de retornar, mas a insistência para ficar e a saudade da família, mostram as tensões objetivas e subjetivas do ato de migrar. Essas tensões crescem na medida que Rio Verde, na sua perspectiva, por ter várias empresas e ser um município de economia de grãos e carnes, lhe apresentar uma boa perspectiva de trabalho.

A contradição entre economia e vida emocional cria, em várias situações, como bem interpretou o geógrafo Uelinton Barbosa Rodrigues (2007), uma espécie de “síndrome do sem lugar”. Isso significa que afetivamente o migrante pode estar ligado ao seu lugar de origem, mas economicamente ligado ao lugar para qual se migra. Querendo retornar, mas não podendo fazê-lo, tendo que ficar, mas querendo retornar, a solução imediata e possível é organizar uma rede socioafetiva.

No caso da migrante em questão e em outros casos relatados, essa rede se dá com os semelhantes de origem. Isso pode ter e geralmente tem um resultado territorial. Os migrantes, por efeito de contiguidade ou pela rede socioafetiva, se juntam aos semelhantes de origem, inclusive, na organização da moradia, de realização de festas, nos eventos de revitalização da memória.

É importante através da rede socioafetiva dos migrantes em lugares alhures, desenvolver a narrativa sobre seus traumas, saudades e medos. Nicoli, Genovez e Siqueira (2013), esclarecem o grau dramático do processo migratório:

Ressaltamos que, dada a dramaticidade que envolve tais processos, há uma necessidade latente de migrantes os narrarem. A narrativa, neste sentido, pode ser compreendida como um momento de elaboração da experiência do deslocamento/desenraizamento através da fala: um recurso simples, comum e democrático. Esse processo de elaboração dá conta de diversas necessidades e, em muitos casos, pode ser um percurso elaborativo relacionado a uma experiência traumática que, em maior ou menor grau, sempre se encontra presente num processo migratório. Assim, ao mesmo tempo em que pode recuperar a própria história do narrador, reafirma a importância da memória e uma dada dimensão psicológica inerente à experiência de migração que envolve sentimentos, tais como: angústia, medo, incerteza e saudade, que convivem com a esperança e a expectativa de um recomeço (NICOLI, GENOVEZ E SIQUEIRA, 2013, p. 378).

A tensão entre medo, angústia, incerteza, esperança e expectativa, como mostram os autores, exigem dos migrantes a geração de um lugar de fala de sua experiência migratória. Falarem a própria vida é uma forma de se fortalecerem para enfrentar o desenraizamento. A consideração do sujeito, isto é, do migrante, a partir de sua experiência de deslocamento tem sido um modo de entrelaçar as escalas de análise. No trabalho feito por Oliveira e Monteiro (2018), os autores esclarecem isso:

Abordar o tema da migração ultrapassa a sua expressão como processo econômico, político, cultural e espacial. Devemos reconhecer os sujeitos sociais que vivenciam esse processo, os migrantes, pessoas em trânsito e à procura de uma vida melhor, que se traduz em bom emprego, possibilidade de estudar, renda, terra para cultivar, tratamento de saúde ou casa para morar. Além dessas condições objetivas, outras razões para seu deslocamento espacial são da ordem familiar: a mudança e o acompanhamento dos pais, que procuram emprego; a morte de um ente querido, como o pai e a chegada em Águas Lindas para viver perto do irmão, que já morava no referido município, retomando um laço afetivo (OLIVEIRA E MONTEIRO, 2018, p. 64).

Manter o afeto de origem e produzir novos afetos, procurar uma consistência no lugar através da rede socioafetiva é um traço do processo migratório inter-regional. Isso é o que se verá na próxima carta de vida escrita por T.M..

“Oi mãe, Oi vó,

São exatamente 23:35 e eu decidi escrever esta carta para relatar o que se passou na minha vida desde que me mudei pra cá. Eu sempre tive um sonho ser professora de biologia, e quando eu passei no enem e obtive a nota pra cursar Licenciatura em Ciências Biológicas, eu tive total apoio de vocês duas. Então eu meio que caí de cabeça nessa oportunidade de mudar de estado e região. No começo não foi fácil, vocês sabem que eu tinha acabado de ser diagnosticada com Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), e mesmo assim vocês acharam que eu não podia perder essa oportunidade, e foi por meio desse apoio que eu me mantive firme e forte. Eu estava super animada em conhecer a cultura goiana e, principalmente, conhecer novas pessoas em que eu pudesse ter um ciclo de amizade. Quando cheguei, eu fui direto para Turvelândia – GO, morar com meu primo e eu até passei bons momentos lá, consegui meu primeiro emprego numa padaria aos 19 anos, mas ganhava muito pouco. Em geral, até que foi uma experiência muito bacana, porque tive contato com pessoas de todos os tipos. Eu ia pra faculdade todos os dias de ônibus, e o que eu mais achei interessante foi a acessibilidade aos estudos no quesito de transporte, coisa que não tem aí

no Maranhão, com o passar do tempo aconteceu alguns conflitos familiares, que quase me fizeram desistir de tudo e por motivos dos quais vocês sabem eu não pude mais permanecer lá, pois não me sentia bem. Eu sempre fui uma menina de sonhar alto e eu tinha um desejo de crescer e então após 6 meses morando numa cidade pequena, eu me mudei pra Rio Verde, cidade com aproximadamente 235 mil habitantes, eu fui morar com minha amiga, que é também do Maranhão e foi a partir desse momento que eu, de fato, pude me sentir feliz e amada. Está em um lar onde você é bem tratada, faz toda diferença. A cidade aqui é bem grande em relação a nossa, não tem muitas árvores como aí, o também e o clima é um pouco diferente, às vezes faz frio, e em outra faz muito calor. O bairro que eu moro com minha amiga é um pouco perigoso, por isso, sempre estamos atentadas por aqui. E sobre a faculdade? Tá tudo indo de acordo com meu tempo, no primeiro ano não foi fácil, tive muitas dificuldades e alguns erros, mas tô tentando recuperá-los. Tenho que contar dos bons amigos que fiz por aqui, acho que eu nunca costumei errar em amizade, sempre escolhi bem com quem andar.

Desde o primeiro período na faculdade, eu formei um grupo de amizade com a Thays, André e Amanda, somos inseparáveis e sempre ajudamos uns aos outros. O André, por sua vez, mora perto da faculdade e eu sempre ia muito na casa dele, e em um desses momentos juntos, nos despertou o interesse de podermos dividir o aluguel de uma casa que fosse perto da faculdade, pois apesar de morar com amiga fosse muito bom. Eu tinha um desejo de poder estudar dois turnos e correr atrás do prejuízo do primeiro ano. Mas para isso acontecer eu precisava de um emprego, e foi então que eu consegui um estágio, que fez total diferença na renda, pra que eu pudesse, de fato, me mudar. Eu achei muito fácil consegui esse estágio, e eu quis saber se na região que eu morava, meus amigos tinham essa mesma oportunidade que eu, e então eles me falaram que não, e isso me deixou muito triste. Aqui novo bairro é mais bem seguro, tem até uns guardas que sempre passam na minha rua, a nossa casa também tem segurança, então podem ficar tranquilas. A minha rotina aqui é bem pesada, e eu até gosto, eu gosto de sempre ter algo pra fazer. Agora eu posso estudar dois turnos, de manhã eu trabalho e durante a tarde e a noite eu estudo. A faculdade aqui é bem grande e tem excelentes professores, e bons laboratórios, acho que isso ajuda muito no tipo de profissional que irei me tornar. Lembra no começo quando eu disse que foi difícil minha adaptação? Pois bem, eu e meu amigo André resolvemos fazer algo para ajudarmos alguns alunos que vieram da mesma região que eu, a se sentirem acolhidos, e então nós criamos um belíssimo projeto, que deixaram vocês muito orgulhosas e eu espero que eu possa ajudar muito mais pessoas. Já faz 1 ano e 7 meses que eu não vejo vocês, e logo logo estarei indo ver vocês em dezembro, eu tô com tanta saudades da comida, do lugar, dos meus amigos, de sentar na porta de casa com minha vó e conversar sobre alguma coisa ou de antes de dormir ouvir as histórias da infância dela, de ir acompanhá-la no mercado. Eu também sinto

falta do momentos divertidos com minha mãe e meu irmão. Eu espero ver todas as pessoas que são especiais para mim em breve e poder compartilhar e fazer mais história ao lado de vocês.

Com amor, T.M.”

A migração motivada para realização de estudos, como se vê na carta, possui uma diferenciação com aquela outra ligada diretamente pela busca de emprego. Ainda que muito jovem, a migrante movida pelo sonho de cursar biologia, sob a guarida inicial do primo, embora trabalhando e enfrentando dificuldades de saúde, se encontra menos vulnerável que os trabalhadores que apostam apenas no emprego. Vê-se que, embora haja dificuldades, ao comparar com o lugar de origem, no caso Maranhão, aumenta-se a sua motivação para permanecer no lugar para onde se migra. Em sua visão, os estudos se apresentam como boas perspectivas.

Segundo a narradora, um dado interessante é que no ambiente escolar é mais fácil fazer amizade. Ela indica que é mais colaborativo do que o ambiente do trabalho, uma vez que a luta por produtividade, a vigilância sobre o rendimento e a forma de organização do trabalho separam os trabalhadores uns dos outros. Contudo, o drama da migrante é aglutinar tempo de estudo e tempo de trabalho. A dupla jornada exige mais do corpo o que demanda preparo emocional. As demandas emocionais são reveladas de várias maneiras. Vejamos essa carta do migrante F.G.:

“Minha querida Maria,

Perdoe-me pela demora em lhe escrever, estou morrendo de saudades de você e da família. Já faz alguns anos que não te vejo e você não imagina o quanto sinto sua falta, gostaria muito de te abraçar e sentir seu cheiro.

Aqui a vida não é muito fácil, estou trabalhando em uma indústria e gosto muito do que faço apesar da dificuldade, o salário não é muito, mas consigo me manter, pagar aluguel e ainda sobra um pouquinho. Eu sei que não é a vida que você queria para seu filho, eu sei que você me queria por perto e que já estivesse formado e trabalhando em algo diferente, mas eu adoro fazer o que faço e onde estou! Aqui é igual a qualquer outro lugar, muita gente de personalidades diferentes, tem pessoas de todos os cantos do Brasil, tipos e culturas e essa é a melhor parte. Já aprendi muito morando aqui.

Eu aluguei uma casinha e estou morando sozinho, foi a melhor coisa que fiz, tenho liberdade e é bem tranquilo, eu já comprei minhas coisinhas, mas eu sei que se morasse aí seria mais fácil; no entanto eu não teria a experiência que tenho aqui. Os meus vizinhos são

muito legais, a dona da casa onde eu moro é muito gente boa, ela se chama Fátima, uma senhorinha super gente fina! E por falar em gente legal eu tenho alguns amigos maravilhosos e espero que você os conheça algum dia. Aqui a vida é assim uns dias bons outros nem tanto, eu sei que você ia gostar. No começo achei muito estranho, a cultura, a forma de falar, até o local em si, mas depois de um tempo eu fui me sentindo em casa, tanto que já não me vejo vivendo em outro lugar senão aqui. Adoro os barzinhos, as pessoas, o bairro onde moro e os locais pra sair no fim de semana com o pessoal do serviço e da faculdade. Aqui eu me sinto em casa e fui me sentindo assim aos pouquinhos. Tem muita gente que veio do nordeste e eles trabalham em vários lugares, minha vizinha é do Rio grande do Norte, psicopedagoga, trabalha de coordenadora na secretaria da educação do município, ela se chama Fabiana, o marido dela também é de lá, ele é engenheiro químico e é concursado pelo estado, mas mora em uma cidade chamada Ouroana-GO. Quase todos os meus amigos daqui são engenheiros, acho que foi daí que saiu a vontade de fazer engenharia!

O maior desafio aqui é que as pessoas sempre associam o Nordeste à pobreza, falta de educação ou qualquer outra mazela. Tem gente até mesmo da nossa região que é preconceituosa, fala da gente de forma pejorativa, gosta de depreciar, achincalhar. Eles falam que o Nordeste é pobre, falam do jeito de falar, da comida e da cultura. A imagem que eles têm da gente é muito feia, porque eles não conhecem de fato o Nordeste e nossas riquezas, mas não são todos que pensam dessa forma. Mas muita coisa mudou por aqui desde que cheguei na cidade e comecei a me envolver com as pessoas, parece que aqui ficou até mais parecido com o Nordeste. Acho que é porque de alguma forma eu encontrei uma família nos meus amigos!

Estou morrendo de saudades, te amo muito. F.G.”

A carta de um filho migrante com ausência prolongada da mãe revela elementos sutis como, por exemplo, a falta de sentir o cheiro da mãe como elemento gerador de saudade. A relação filho e mãe mostra outro aspecto sutil e importante: o medo de, em sendo trabalhador, ter decepcionado o sonho da mãe. Contra a decepção, a narrativa pretende mostrar a mãe que gosta do que faz, da cidade, da aprendizagem que tem por morar numa cidade “de gente de vários lugares do país”. De maneira indireta, ressalta o status dos vizinhos, contudo, não deixa de demonstrar a associação que existe do nordestino com a pobreza.

Esse incômodo já não é sutil, nem específico. É uma representação universal do brasileiro em relação ao povo nordestino. A representação preconceituosa tem suporte em dois pontos: a região e a pobreza. Isso significa que existe o preconceito

ao nordestino por supor que a sua pobreza está vinculada a aridez territorial. O historiador Albuquerque Júnior (2011) retrata:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.79).

Um olhar evolucionista sobre a história socioeconômica de formação do Nordeste, não enxerga ou não quer enxergar a formação do latifúndio, o coronelismo e o processo de exploração contínua sofrida pela população. Portanto, na representação negativa do Nordeste não é observada a diferença de classe. O incômodo do preconceito é visto de diferentes formas:

“Olá, me chamo J. venho de Salvador Bahia vim para rio verde atraves de um amigo que hoje não faz parte de nós hoje mais sou grato a ele por ter dado a oportunidade pra eu esta, aqui ele era professor de matemática e foi miu proferso, através dele trabalhei em uma empresa aqui de rio verde de carteira assinada e fiquei lar 7 anos e 11 meses e costrui uma familia mais os 10 anos que estol aqui não foi facio não foi muitos as lutas que en rio verde tem pessoas que agente vindo do nordesre penção que nosso não temos capacidade de ter um emprego digno falão que somos preguisazos e fora oltros coisas mais não é assim somos muito trabalhadores e onestos.

Eu gosto muito da qui porque amigos e muitas oportunidades e muito ruir sai do seu estado e ir para otro estado mais somos assim sempre atras de melhoras.

O seromano pensa de sempre melho es otros mais não e nos e porque eu sou nordestino que vou ficar estaquinado sempre vamos atras de melhoras e sempre ajudando o procimo isto e que o nordeste ensina nem tudo e como queremos e poreso que somos fortes sempre correndo atrás do nosso obfuturo mais com a enegia dos nordeste muitos nós sabem como e a vidar da gente temos dificuldades. Pomos todos tem mais sempre vamos a lutar sem umilha os prossimos. Não importa da onde e você e nem cor somos todos enquais. Vamos ser mais mais posseiros não porque eu sou da Bahia eu não vou ser amigo dos Rio Verdensses al que vou ser mais ainda eu pensso a sin a união faz a fossa.

Oje estol trabalhando em otro trabalho e estol bem.

Obrigador rio Verde.

Obs: Não é porque eu sou nordestino que não sou gente sou igual a qualquer outra pessoa mais com eu propozito ven pra fazer o meu melhor.

Obrigado rio Verde. J.. Obrigado deus”

A consciência de que se deve lutar por melhoria e que, embora sofrendo, não deve se deixar humilhar mostra uma visão que se repete em vários: se em Rio Verde há dificuldades, onde morava antes as dificuldades eram maiores. Essa antítese é fundamental nas representações sociais. Se em Rio Verde é possível reproduzir a vida na condição de trabalhador, o que é difícil em seu lugar de origem, o migrante, ao comparar Rio Verde com o seu lugar, o faz com honestidade, pois trata-se de elemento essencial da vida como comer, morar, trabalhar e morrer.

Contudo, essa comparação pode obliterar a representação crítica sobre ambos os lugares: das contradições do seu lugar de origem e de Rio Verde. Somente a leitura da totalidade e das contradições podem levar o sujeito a ter uma crítica em sua representação. Marx (2008) oferece o caminho para que isso seja possível mesmo que seja sabido as dificuldades de o proletariado moderno nordestino chegar até ele.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência e todas as turbulências do mercado (MARX, 2008, p.19).

Mas isso não ocorre se o migrante não se organiza como trabalhador e não reconhece a sua condição. Levando em consideração as dificuldades de acesso que lhe apresentam na vida, a história da trabalhadora baiana R.S. apresenta essa dificuldade carnal e afetiva:

“Venho de uma pequena cidade do interior da Bahia chamada de tabocas.

Onde morei lá da minha infância e adolescência, me casei e vim morar aqui junto com meu esposo onde ele já morava a quatro anos, hoje com 5 anos morando em Rio Verde.

Sair da minha cidade em busca de trabalho, estudar e dê uma vida melhor.

Ja trabalhei informalmente em uma padaria em lojas.

Demorei a me adaptar pois não conhecia ninguém além do meu esposo, a mãe dele e seus irmãos. Ai veio a dificuldade para conseguir trabalho já que não tinha experiência e esse obstáculo de falta de experiência foi o que mais dificultou a minha adaptação. hoje conseguir trabalho depois de muitos não e frustrações mais conseguir.

A alegria de morar em Rio Verde e que com todo esforço e dificuldades vencidas estamos começando a realizar nosso sonho construir a nossa casa.

Mais não deixo de pensar em minha família que deixei para traz, doi muito não poder estar perto de quem amamos e nem sempre podemos estar perto, tem ano que dar para ir matar a saudade já tem ano que o dinheiro e qurto e não dar para ir mais a vida e assim.

Hoje amo Rio Verde e foi em Rio Verde que encontrei minha felicidade não penso em ir embora da qui enquanto estiver dando certo.

Rio Verde precisa melhorar a segurança e o transporte publico e pessimo ter que depender do transporte coletivo onde um dia passa no outro não ai fica dificil para quem não tem um transporte proprio.

Essa e minha historia e gostaria de agradecer a quem lembrou do nordestino e dispoz de ouvir atravez dessas linhas a nossa historia de vida meu muito obrigado.”

O fato de a esposa migrar de sua cidade na Bahia após quatro anos do deslocamento do marido, demonstra a relação entre migração e distanciamento espacial entre os entes da família. Esse tipo de situação, como foi visto, é recorrente nas migrações internacionais e inter-regionais, mas menos nas migrações do tipo rural-urbano ou urbano-urbano.

Especificamente nas grandes levas da migração de trabalhadores nordestinos para a região sudeste do país, o fato de o marido migrar e deixar a família, é muito reconhecida no cinema como, por exemplos, o Homem que virou suco (1979) e, outro, a própria adaptação do Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto, em 1977 e 1981. Esse fato demonstra também que o processo migratório é arriscado, nem sempre o migrante tem garantia que atingirá seus objetivos no lugar para o qual migra.

Por outro lado, a crítica à segurança e ao transporte de Rio Verde e a revelação que, no início, teve que trabalhar no mercado informal, revelam também a divisão social do trabalho. Na maioria dos casos, o migrante é inserido em postos de trabalho de menores salários. Mas mesmo assim, com uma ponta de dúvida, a migrante não está segura que irá permanecer a vida toda em Rio Verde. A sua presença na cidade diz respeito ao trabalho. Por isso, fica *“enquanto estiver dando certo”*.

Quando se dizia que o “indivíduo não migra, quem migra é o trabalho”, estão postas, como foi mencionado anteriormente, as contradições da relação trabalho a partir da territorialização. Quase sempre o que move o trabalhador migrar é a busca pelo emprego. Ele busca em outro lugar porque a economia capitalista não pensa a distribuição justa do emprego, nem oferece o rendimento justo da riqueza gerada pelo trabalho.

Muitas vezes, o migrante trabalhador sai de um lugar onde tem dificuldade de reproduzir a sua vida e vai para outro para ser explorado. Todavia, um dado importante é o agradecimento “por alguém ter se importado com os trabalhadores nordestino”, fazendo menção a essa pesquisa. O fato de a pesquisa da tese oportunizar um momento para escutar a sua história, revela que a necessidade de falar a história aparece como uma valorização da pessoa. É como se não a tratasse como intrusa.

Isso demonstra que o migrante trabalhador ao falar tem a oportunidade de refletir a sua vida concreta. Falar é mais que ceder informação, torna-se uma forma de avaliação da vida. Por isso, a narrativa e as representações possuem um importante sentido político.

“Meu nome é L.C., tenho 52 anos, sou baiana, da cidade de Correntina-BA. Sou casada a 31 anos e juntamente com meu esposo compramos uma casa no bairro Martins que posteriormente trocamos pela casa em que moramos hoje.

Quando compramos a casa e trocamos a promessa do então prefeito da cidade era que dentro de 8 anos ganharíamos a escritura, juntamente com os demais moradores do bairro, por isso investimos na reforma e melhoria para o nosso bem-estar.

Trabalho em casa de família, ganho 1 salário e meu esposo é aposentado.

Porém não temos condições de pagar por uma escritura, pois meu esposo é doente e gasta muito, a maior parte do salário com remédio, água e energia.

Moro no Residencial Arco Íris a 15 anos, um setor que está em constante crescimento e queremos ter a segurança e estabilidade de saber que teremos uma moradia.

Amo a minha cidade, porém ainda falta muita coisa a ser cumprida no mandato da época em que nos mudamos para cá.”

A relação entre moradia e migração é revelada na narrativa da migrante. O centro de sua atenção se volta a essa conquista parcial: a casa para morar. O fato de ter adquirido a casa, aparece com uma vitória pessoal e social do ato de migrar. Contudo, não há como pagar a escritura. Com receio de não ter a escritura, a conquista desse espaço de vida importante para o trabalhador, a casa, se apresenta como uma forma de permanência da migrante “que ama a minha cidade”.

O pronome possessivo “a minha cidade” é um sinal da fragilidade da consciência do migrante. Em muitos casos, ao ser contemplado com a política pública voltada à moradia, o migrante atribui a si uma dívida de favores eternos ao gestor que

encaminhou a política tal como no coronelismo que provavelmente tenha sido vítima. Essa condição análoga a síndrome de Estocolmo transforma a migração num alvo da estratégia da política partidária e, inclusive, de permanência das forças políticas conservadoras no poder. A formação de colégios eleitorais ou, como se diz, “currais eleitorais” em territórios de migrantes, é bastante conhecido no país. O negócio político com a miséria se faz também em outras instituições. Contudo, o que se revela na carta é a importância da moradia própria como um sinal de segurança e de conquista pessoal.

Deve-se considerar também que a relação entre migração e moradia é também uma forma de apropriação do solo urbano e da estratégia do capital imobiliário que pressiona a gestão para a expansão dos limites urbanos. Os chamados loteamentos populares e a lucratividade causada pela expansão da área urbana, coloca o capital imobiliário como um agente do controle da cidade e dos trabalhadores mais humildes.

“Olá, tudo bem, sou da cidade de baia formosa RN, uma cidade aproximadamente 94 Km da capital, natal, estou morando aproximadamente uns dois anos que moro na cidade de Rio Verde-GO, vim através de um amigo da mesma, sair da minha cidade baia Formosa em buscar de emprego, e uma vida boa, e confortável, sair da minha cidade somente para Rio Verde-GO, bom era vendedora de loja e hoje trabalho como operadora de Caixa a mas de anos, não tenho muita amizade com os rioverdenses, mas e uma cidade muito boa de conviver, graças a deus gostei muito da cidade, mas porém estou longe da família, do pai, da mãe, e todos, mas estou aqui com o marido, a filha e algumas amizades, estou morando na rua Costa Gomes Jardim marconal, moro junto com o meu marido e minha filha, não tenho muita informação sobre, esses temas de cultura e etc, mas porem pelo que aparenta e muito boa, agradeço por falar um pouco do meu nordeste, baia formosa RN uma praia muito bela e maravilhosa boa de viver. Sou M.C. natural de Baia Formosa RN.”

Os elementos estruturais e os fatores que condicionam o processo migratório se encontram revelados na carta da migrante. Um dado especial é a revelação de que a migrante não possui muita amizade com os rio-verdenses. Essa revelação, na sua estratégia de comunicação, é um modo de falar, sem querer fazê-lo, do preconceito que sofre. Contudo, como se viu em outros relatos, o migrante desenvolve táticas de agregação, organiza-se em redes, desenvolve formas de gestar a comunicação.

“Oi mainha

Após 14 fotos íntimas vazadas nas redes sociais tive a certeza de que aquele lugar não era mais meu lugar, minha casa e muito menos onde eu queria está.

Quinta-feira às 16 hrs decidi que iria me mudar, não só de cidade, mas de estado. Como estava sem dinheiro tive que sair pedindo, liguei para algumas pessoas e conseguir parte do dinheiro conversei com minha mãe que me deu 100 reais que tinha guardado para pagar as contas do mês, mas mesmo assim ela me deu e consegui o tão sonhado valor da passagem. Estava muito assustada pois não sabia o que iria encontrar aqui, até então eu não tinha onde ficar e o único dinheiro que eu tinha era 30 reais.

Viajei para Rio Verde não só em busca de trabalho mas de fugir da minha realidade, deixei todo mundo da minha família em Jaguarari-BA no dia 04/02/2019.

Achei que seria mais difícil do que realmente é, claro que passei por muitas coisas onde uma das piores foi chegar em casa e não ter nada para comer além de um miojo cru e dividir esse miojo por 2 dias, sem que ninguém soubesse ou imaginasse, pois para todos eu sempre fui a pessoa mais feliz do mundo.

Conquistei muitas coisas até aqui principalmente o respeito de muita gente.

Hoje grávida de 16 semanas vou voltar para minha casa, voltar para o meu berço pois as dificuldades que encontrei aqui na saúde pública é muito grande, tive que fazer até mudanças nos meus documentos só porquê sou de um outro estado.

fora todos os preconceitos que passamos dia após dia por ser nordestino.

Rio Verde é uma boa cidade de se viver, mas claro que ainda tem muito que melhorar. R.”

Como tem sido revelado pelas teorias migratórias, há vários fatores que estimulam a migração. O relato dessa jovem de apenas 19 anos revela aspectos importantes. O motivo de ter se mudado, em situação de desespero por ter fotos íntimas vazadas na internet, e o medo de sofrer preconceito no próprio lugar de origem são constatações dos imensos fluxos de informação, imagens e situações das sociedades mundializadas.

Mesmo que aparentemente as fotos íntimas vazadas sejam o vetor da migração, é o lugar escolhido para a nova moradia, as condições econômicas do novo lugar e a ligação com conhecidos que mostram o caráter estrutural do processo migratório. Posteriormente, a sua carta revela outro fator: o financiamento da viagem. Os pedidos de dinheiro para viajar soluciona imediatamente a necessidade urgente, viajar. Entretanto, não soluciona outro aspecto essencial: a alimentação. Vivendo de inicialmente de macarrão instantâneo, mas depois superando essa necessidade, a

sua conquista maior foi a reconquista do respeito ou da imagem, o que havia estremeado com as fotos íntimas vazadas. Com a estima relativamente resolvida, já pode retornar à sua cidade, inclusive porque enxerga o preconceito ao nordestino.

Em muitos casos, o desejo de retorno é uma condição ambígua dos migrantes. Especialmente os migrantes do tipo internacional possuem essa ambiguidade como um drama de vida: de um lado, querem voltar, retornar ao seio familiar, rever amigo e, por outro lado, temem perder os ganhos no país para o qual se migrou. Em relação aos migrantes do tipo inter-regional o mecanismo é um pouco diferente: muitos conseguem, como se viu no relato de algumas cartas de vida, criar um pertencimento no lugar de migração, então se sentem mais amparados. Outros conseguem criar redes socioafetivas, mas mesmo assim desejam retornar. Essa ambiguidade atravessa os migrantes.

“Olá, meu nome R.B. eu vim do nordeste, da onde que eu venho é de uma cidade chamada Jacobina no estado da Bahia.

Eu vim para Rio Verde atras de emprego no ano de 2001, vim com um primo, para chegar aqui eu vendi alho na feira e uma televisão que tinha acabado de ganhar para comprar minha passagem.

Da onde que eu venho era muito dificil de achar algum emprego; então um amigo que morava na cidade de Rio Verde me chamou para tentar algo novo aqui.

Eu ja trabalhei de todo tipo de serviço para tentar me encaixar nessa cidade. hoje em dia eu trabalho de muitas coisas, pedreiro e servente entre outros; a população rio verdense me recebeu super bem; mas alguns momentos foram bem dificeis, cheguei analfabeto e hoje estou começando o aprendizado, minha vida foi um pouco sofrida, não consegui muitos empregos fixos por conta disso.

Cheguei trabalhar no Frigorifico margem e comprei um pedaço de terra com barraco de placa de dois cômodos e eu entrei para dentro.

Eu sinto muitas angustias de estar longe dos meus pais, parentes e amigos, e alegria pois construi uma família.

Eu moro no Residencial Arco-Íris, um setor um pouco sem movimentação, onde construi a minha casa.

Eu vejo a cidade de Rio Verde estavel, precisa de mais algo e o governo não faz, precisa reforçar na saúde, segurança, educação e profissionalismo e entre outros.

Eu agradeço por ler a minha carta da vida e por essa oportunidade de contar minha história”.

A carta demonstra a relação entre classe social e formação escolar. O migrante que chegou analfabeto e, hoje, está em processo de alfabetização frequentando a terceira série do noturno, optou que a escrita da carta fosse feita pela filha estudante de 15 anos. O fato de estar sendo alfabetizado, tem um enorme peso nessa sociedade, chamada “sociedade do conhecimento”. Mas apenas alfabetizar-se não basta. O migrante demonstrou que trabalhou em vários postos de trabalho e teve uma solidez na esfera do trabalho, especialmente como servente de pedreiro e pedreiro, conseguindo comprar um barracão, mas conservando a angústia de morar longe da família. Sentindo-se como um exilado por meio da necessidade do trabalho, evita avaliar a cidade de Rio Verde, contudo demonstra a sua vida difícil.

3.3 QUADRO SÍNTESE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Conforme foi visto, as representações sociais construídas pelos trabalhadores migrantes nordestinos sobre Rio Verde através das suas cartas de vida demonstram suas conquistas, mas também ambiguidades e contradições. Houveram narrativas de situações dramáticas, revelações de angústias e até sobre os paulatinos avanços sociais, econômicos e educacionais.

As representações foram assim sistematizadas e sintetizadas numa categorização por meio de repetições de léxicos e de afirmações estruturais. O quadro 4, quadro-síntese, nos ajuda a compor uma leitura visual dessas categorias.

Por que o Brasil é um país de intensa mobilidade de trabalhadores? Essa pergunta de perspectiva teórica feita por geógrafos e demógrafos tem sido respondida da seguinte maneira: as desigualdades sociais e as desigualdades regionais que são consequências da histórica concentração de terras, do monopólio de riquezas e da concentração de capitais, deixam os trabalhadores sem lugar e os retiram do seio de suas famílias e de seus territórios de pertencimento.

As representações dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde são, sobretudo, uma demonstração disso. O reclamo pela ausência da família, o sentimento de saudade, de culpa por ter deixado a mãe, irmãos, e, alguns casos, até esposa e filhos se contrastam com a oportunidade de emprego, ainda que em postos de trabalho da base da pirâmide social.

Quadro 4 - Quadro-síntese das Representações Sociais dos Trabalhadores Migrantes Nordestinos em Rio Verde, 2020.

DIMENSÃO TERRITORIAL	ASPECTOS EM RIO VERDE	
	AFIRMATIVOS	DISRUPTIVOS
Não tem como viver no lugar de origem	Pujança econômica, emprego, salário, comida	Saudade, nostalgia, culpa, humilhação, solidão
Desenraizamento	Rede socioafetiva, solidariedade do grupo	Separação da família, vontade de retornar
Moradia em bairros de migrantes	Infraestrutura urbana melhor	Preconceito espacial, especulação imobiliária, ocupação, falta lazer, distância, difícil acesso, periculosidade.
Ofertas de ensino	Escolarização, filhos, voltar a estudar	Diferença cultural, cansaço, vergonha
Atividades culturais	Reunião em casa de amigos, bares, reviver a memória, comidas típicas	Diferenças culturais, inexitem: Centro de Tradições Nordestinas (CTN) ou eventos regionais nordestinos
Comparação com a situação anterior – região pobre	Sucesso individual, idealização da mobilidade social	Machismo, falta de solidariedade, autoritarismo
AGRONÉGOCIO	Muitas empresas, complexo de grãos e carnes, riqueza	Agrotóxico, problemas ambientais, coronelismo, concentração de renda

Fonte: Elaborado pelo autor.

As dimensões sociais do grupo de trabalhadores migrantes nordestinos revelam aspectos gerais e particulares do processo de migração no Brasil. Assim, é coerente com a Teoria das Representações Sociais. Ao falar desse aspecto, Spink (2019), apresenta que,

A diversidade e contradição remetem ao estudo das representações sociais como processo, entendido aqui não como processamento de informação mas como práxis, ou seja, tomando como ponto de partida a funcionalidade das representações sociais na orientação da ação e da comunicação. O indivíduo, nesta perspectiva, seguindo a tradição Vigotskiana (VIGOTSKY, 1978) é um sempre uma entidade social e, conseqüentemente, um símbolo vivo do grupo que ele representa. [...] Abrem-se, portanto duas perspectivas ricas para o estudo das representações sociais enquanto processo: de um lado a perspectiva mais tradicional de estudar muitos para entender a diversidade; de outro, o estudo de casos únicos para buscar na relação representação-ação os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações. (SPINK, 2019, p.100).

De acordo com a teoria da TRS, embora o grupo social desenvolva representações coletivas, no instante que as pessoas falam, elas mostram a sua percepção experienciada por si própria, e daí aparecem diferenças, particularidades e singularidades do próprio grupo. Diante disso, os trabalhadores nordestinos de Rio Verde elogiam a cidade e o município. Esse elogio possui duas justificativas: a primeira se dá a partir da comparação das condições de vida que o migrante possuía em sua cidade natal ou região e; a segunda é a internalização do discurso dominante da cidade do agronegócio como sendo um discurso do próprio indivíduo.

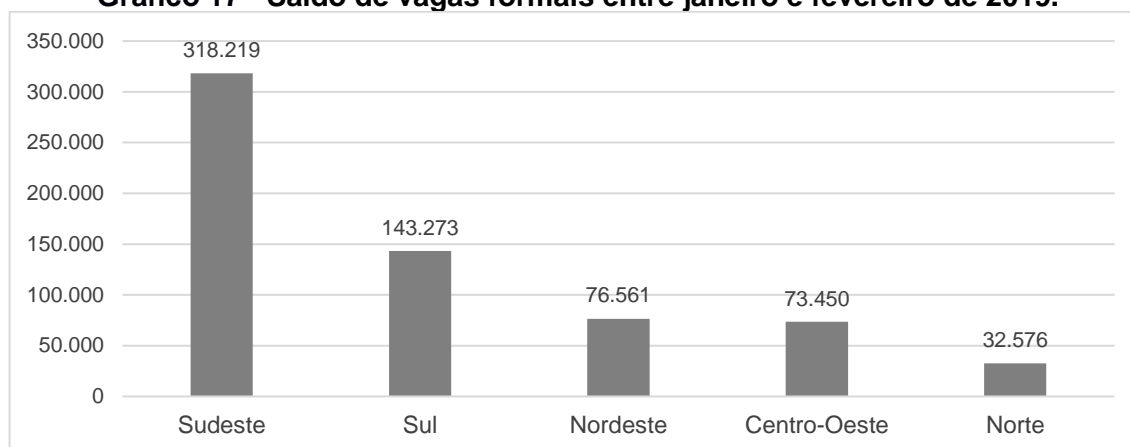
Embora, os migrantes nordestinos, assim como os migrantes dos municípios vizinhos do Sudoeste Goiano e, inclusive, os trabalhadores nascidos em Rio Verde, façam o discurso dominante de Rio Verde como uma cidade economicamente pujante, dinâmica, moderna e desenvolvida, no caso do trabalhador migrante nordestino, como foi visto, ele vê o preconceito e o autoritarismo dos nativos relativos à sua pessoa e presença.

Alguns migrantes temem fazer uma crítica; o temor já é uma demonstração da névoa autoritária que paira sobre a cidade seja na voz do patrão, seja nos ditames políticos. De maneira simplista, alguns sujeitos apenas criticam os problemas gerados pelo agrotóxico. Embora muitos elogiem a cidade e o município, isso não os impedem de desejar retornar à cidade de origem. Essa vontade de retorno oscila na ambiguidade entre economia e afeto a partir do território.

As representações revelam o que é central na vida do sujeito: o emprego. Na sociedade capitalista, o trabalho – um operador de vida, torna-se submisso ao emprego. O sociólogo Marx (1983, p. 149) já apontava para a centralidade do trabalho nas atividades humanas. Sustentava que a importância do trabalho se dá na medida em que “revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das ideias que fluem destas”. Nesse sentido, o trabalho, é aqui entendido como algo completo no que tange as relações sociais e com a natureza. Diferentemente do emprego que tem por intuito apenas gerar salário necessário para atender as necessidades sociais básicas e perpetuar a eterna divisão social de classes fornecendo apenas garantia de sobrevivência. Entendem-se, então, em que modo são empregados os milhares de trabalhadores migrantes nordestinos que chegam até Rio Verde e a grande dificuldade de ascender socialmente.

Embora os estados da Região Nordeste tenham, no período de 2003 a 2016 sofrido um dinamismo com investimentos em infraestrutura, há ainda uma desigualdade na oferta entre as regiões brasileiras como é possível perceber no gráfico 17.

Gráfico 17 - Saldo de vagas formais entre janeiro e fevereiro de 2019.

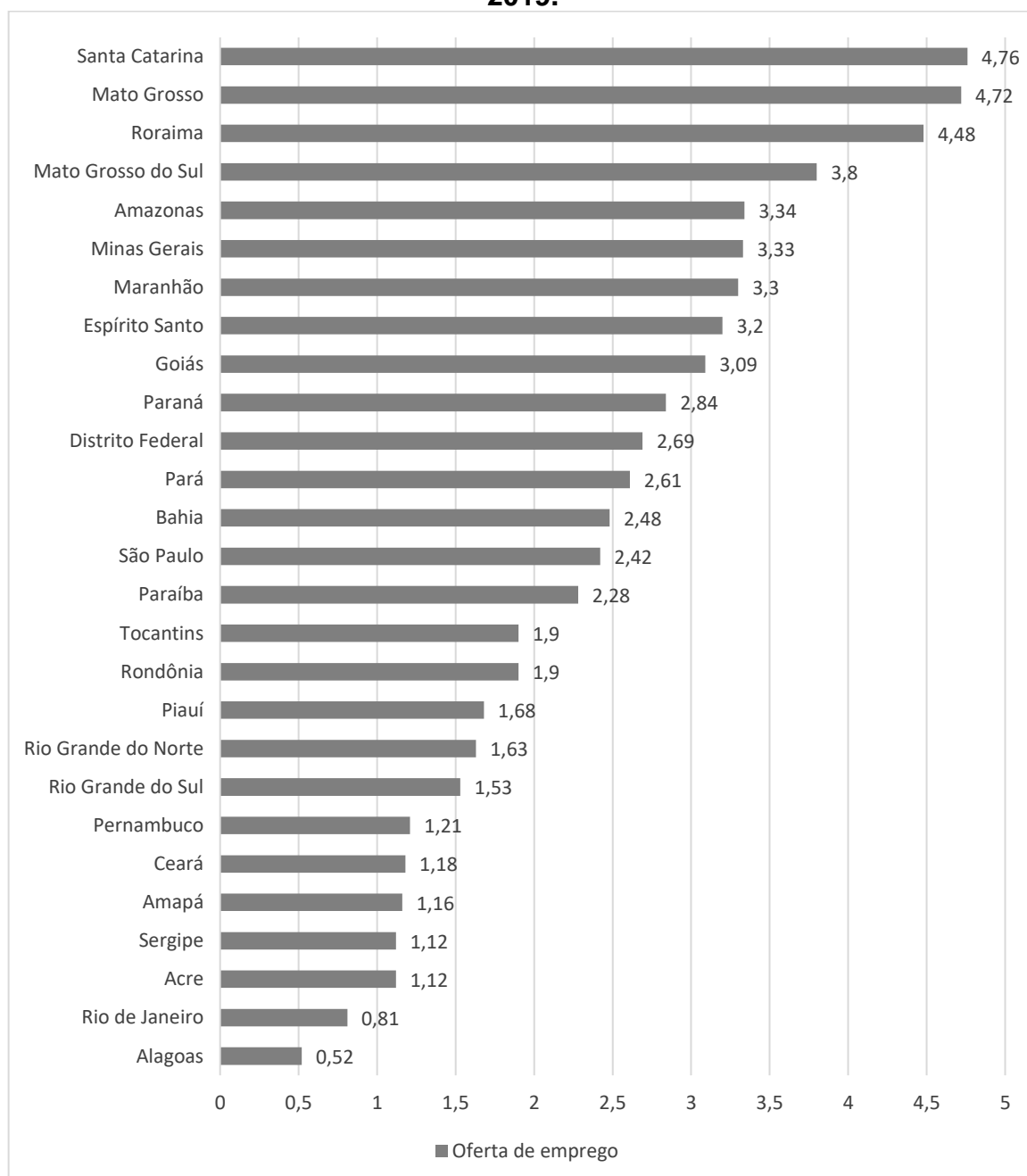


Fonte: Caged (2020). <http://trabalho.gov.br/noticias/7356-brasil-fecha-2019-com-644-mil-novos-postos-de-trabalho>. Elaborado pelo autor.

Segundo o CAGED (2020), mesmo com a variação relativa do estoque de empregos sendo positiva em relação ao ano de 2018, a região Nordeste foi a que apresentou o menor desempenho, enquanto o Centro-Oeste o melhor. Assim, os percentuais de crescimento foram os seguintes: Centro-Oeste somou 2,30%; Sul 2,01%; Norte 1,82%; Sudeste 1,59% e Nordeste 1,21%. Isso significa que a Nordeste é menos atrativa do que a Centro-Oeste justificando a também a migração pelo trabalho.

Como se vê, a divisão regional do trabalho significa uma divisão regional de oferta de emprego. As regiões Norte e Nordeste do Brasil, apesar de terem evoluído nesse ponto, são os que ofertam menos emprego. Por isso, são ainda regiões pelas quais os trabalhadores empobrecidos possuem dificuldades de manter a sua vida naqueles lugares. No gráfico 18, observa-se a oferta de emprego formal por estados brasileiros.

Gráfico 18 – Percentual de oferta de empregos formais, janeiro e fevereiro de 2019.



Fonte: Caged (2020). <http://trabalho.gov.br/noticias/7356-brasil-fecha-2019-com-644-mil-novos-postos-de-trabalho>. Elaborado pelo autor.

Quando se observa o gráfico 18 de oferta de emprego formal por estados brasileiros, ainda que o contexto atual seja diferenciado do período em que os trabalhadores nordestinos migraram, percebe-se que as menores taxas residem nos estados do Nordeste, exceto, por exemplo, diante a atual crise estrutural do Rio de Janeiro.

Contudo, conforme identificado nas cartas de vida, não é só a economia que interessa ao migrante. Às vezes, o preconceito pelo modo de falar, os apelidos pejorativos recebidos dos colegas trabalhadores nas empresas, os elementos culturais de Rio Verde, somente reservados “a quem tem dinheiro”, geram desgosto, vontade de retornar e angústia.

A leitura dessas informações, relacionadas às cartas dos migrantes, demonstram que o drama da migração é o drama do emprego. Sem ser o objetivo discutir as políticas públicas e a participação do Estado brasileiro na constituição da desigualdade social e regional, conforme foi demonstrado nas cartas, a migração para uma cidade como Rio Verde não resolve as desigualdades.

Quando se observa a escolarização, o lazer, a cultura e a moradia, percebe-se que mesmo melhorando de vida, o migrante se situa espacial e socialmente nos territórios segregados. Porém, qualquer índice de avanço e de esperança de melhora de vida, o que, em muitos casos, ocorre, faz com que o migrante desenvolva a representação do território a partir das representações de quem domina este.

Medo de expor a sua representação e perder o emprego, ou se colocar como ingrato, culpa em falar mal do que lhe sustenta e também dificuldades de ler a totalidade do sistema migratório com uma leitura do Brasil apenas vinculada ao senso comum, conduz o migrante a reproduzir o discurso apologético do dominante sobre a cidade. Contudo, quando a fala se detém na sua história de vida, ou, por meio dos trabalhos de campo, outros elementos aparecem, como separação, mágoa, abandono, alcoolismo, violência doméstica e machismo. De maneira que as representações do migrante apresentam as tensões e as ambiguidades que são reflexos do processo migratório no Brasil.

Essa ambiguidade é também observada nos sujeitos dos territórios para qual afluem os migrantes. É comum, como foi visto nas cartas, haver preconceito, tratar o migrante como ladrão de lugar (Rodrigues, 2012), como anteriormente foi mencionado. Ou falar mal de seu modo de expressar, de sua comida e, inclusive, de elementos do corpo e da estética. Mas é comum os nativos, especialmente os donos das empresas, aceitarem os migrantes para pagar salários mais baixos, para o emprego de postos de trabalho como serventes de pedreiros, garçons, diaristas, lixeiros, garis e outras formas. Isso evidencia que em determinadas situações o

migrante é bom e bem aceito para livrar os dominantes de determinadas atividades, em outras situações são repudiados, tornam-se objetos de preconceitos.

Ao avaliar a situação da imigração no mundo rico, a diretora de pesquisa do Centro para Migração e Sociedade, da Universidade de Oxford, Bridget Anderson, em entrevista à Folha de São Paulo (2016), revela que,

Na Europa e nos Estados Unidos e em muitos países asiáticos o termo “migrante” não é aplicado para pessoas do norte global, ou para banqueiros e outras pessoas ricas. Trata-se de um termo que denota os pobres. Claro que os ricos e poderosos regularmente buscam controlar a mobilidade da população, mas só recentemente as fronteiras internacionais se tornaram um mecanismo para isso (ANDERSON, 2016, p. 9).

Ainda que a fala da pesquisadora tenha avaliado os refugiados a partir das migrações internacionais, a sua constatação é válida para a migração interna no Brasil. De fato, os pobres são alvejados por preconceito e são segregados social e territorialmente. Mas o trabalhador migrante nordestino, além de ser pobre, sofre outras formas de preconceito, como os de raça-etnia e cultural. Em Rio Verde, como em outros lugares, em períodos eleitorais, ou mesmo mediante estratégias de algumas religiões, os migrantes são inseridos. Daí, a necessidade que tenham uma consciência das contradições e da totalidade em que estão situados.

Considero que a metodologia de cartas de vida tenha sido um desafio. Ela serviu a muitos para reafirmar a necessidade da alfabetização e, principalmente, dos estudos. Sobretudo de um estudo libertário e que permita a reflexão como propunha Paulo Freire. Entretanto, mais do que escrever, foi possível perceber que o trabalhador migrante nordestino gosta mesmo é de conversar, de contar sua vida. A língua falada é seu instrumento tanto quanto os braços. Ele gosta de contar histórias. Com ênfase nas experiências e posicionamentos e com o sotaque carregado que o remete a origem. Inclusive, vários são categóricos em afirmar que não gostam de escrever e que preferem contar suas histórias para que outro as escreva.

Por isso, é importante o migrante contar a sua história de vida, detalhar o seu sofrimento e as suas conquistas. Quando narra a sua história, no ato de narrar, sente-se valorizado como sujeito e, narrando, cria oportunidade para fazer um balanço crítico de sua vida. Isso é o importante.

CAPÍTULO IV - GEOFOTOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS SOCIOTERRITORIAIS

No capítulo anterior foram apresentadas as representações sociais dos trabalhadores migrantes nordestinos sobre a cidade de Rio Verde. Como foi apurado, o modo de ver Rio Verde apresentou várias ambiguidades e contradições baseadas principalmente no emprego, mas também no critério de comparação econômica com o município de origem. O migrante nordestino, num mescla de contentamento econômico e de perda afetiva e cultural, ao se estabelecer na cidade do agrotóxico, deixou transparecer detalhes pertinentes ao processo migratório.

Neste capítulo, parte-se dos registros informais realizados em campo com o intuito de não inibir a fala do migrante e não coordenar o conteúdo de sua fala. Desse modo, foram acolhidas as vozes de trabalhadores radicados em Rio Verde. Diante da negativa da escrita, vários optaram por narrar as histórias que se desenvolvem ao exercerem a atividade laboral e ao produzirem a sua vida na cidade.

Para a interpretação das histórias contou-se com um diálogo teórico, que é uma das linhas do grupo de pesquisa e de estudo, Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência. Amparou-se, também, com o conteúdo originado da interlocução com a Rede de pesquisa em Geografia, Turismo e Literatura (ENTREMEIO) e do Grupo de Trabalho (GT) Geografia e Literatura: diálogos possíveis.

Ouvir a voz do trabalhador, das mulheres, dos coletivos do feminismo negro, dos sem-terra, de operários; ouvir o relato de trabalhadores sobre os seus sofrimentos no emprego, seu adoecimento, suas resistências; ouvir as tensões dos migrantes, seus medos, suas vitórias; enfim, estudar as trajetórias de vida e de classe trabalhadora, tornam-se motivos para não fazer uma crítica abstrata.

Conforme diz Paulo Freire (2016), o trabalhador ao pronunciar o mundo com outro trabalhador, descobre que o seu mundo concreto, possui causas. Gera, portanto, a possibilidade de reflexão do seu lugar no mundo. Isso equivale à pronúncia do geógrafo francês Paul Claval (2013), para qual fazer geografia é saber como as pessoas vivem. Aí reside a importância do papel do trabalho de campo na geografia, pois entende-se que a vivência possui a mediação conflituosa tramada no território. No mais, o autor assevera que o trabalho de campo “garante a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam às outras estratégias de investigação. Ademais, também se faz útil para a formação do cidadão”.

De acordo com a elaboração de Arroyo (2018), ao permitir uma escuta atenta ao dizer do trabalhador, a interpretação da vida dos diferentes sujeitos sociais e das diferentes identidades, como é a do migrante nordestino, faz aproximar a ciência dos problemas concretos. O que é concreto, conforme o autor, é a “precarização do viver”.

Além disso, mesmo que as falas dos migrantes sejam simples e reproduzam as ideologias dominantes, elas evidenciam os problemas das pessoas ligadas ao território. Para Freire (2016) e Arroyo (2018), o opressor cria meios para o trabalhador sentir-se envergonhado de narrar própria história de vida e naturalizar seu sofrimento. Ouvir a história, memória pessoal, social ou de um grupo, é uma maneira de os trabalhadores tomarem conta de sua vida, afirmarem a sua importância, verem o sentido de classe em suas dores.

Apenas como forma de balizar essa importância em se ouvir e acolher a voz dos sujeitos invisibilizados, é oportuno voltar ao reconhecimento e desabafo que a trabalhadora nordestina faz em sua carta de vida ao mencionar que *“gostaria de agradecer a quem lembrou do nordestino e dispôs de ouvir através dessas linhas a nossa história de vida meu muito obrigado”*.

Ocorre que, os trabalhadores(as) ao contar sua história e ver no ato de narrar uma forma de conscientização da humilhação histórica por qual passaram e passam, então, passam a perceber a desigualdade social e a criticar o processo gerador do empobrecimento, do desemprego estrutural, da mobilidade precária e do salário deficitário. Um dos pressupostos dessa consideração advém de Barthes (2002) que considera inumeráveis as narrativas no mundo e ensina:

É de início uma variedade prodigiosa de gêneros, eles próprios distribuídos em substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para o homem confiar-lhe a sua narrativa: a narrativa pode ter como suporte à linguagem articulada, oral ou escrita, a imagem, fixa ou móvel, o gesto e a mistura ordenada de todas essas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, no quadro pintado (pense-se no Santa Úrsula de Carpaccio), nos vitrais, no cinema, nas histórias em quadrinhos, nas notícias de jornal, na conversa. Além disso, sob essas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não houve em algum lugar povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, e muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo oposta; a

narrativa zomba da boa e da má literatura; internacional, trans-histórica, a narrativa está sempre presente, como a vida (BARTHES, 2002, p. 103-104).

De acordo com as palavras de Barthes todos os grupos e todas as identidades possuem as suas narrativas. Anteriormente, as narrativas foram estimuladas perante cartas de vida. Agora serão expostas as histórias de trabalho e de vida daqueles e de outros trabalhadores migrantes nordestinos. Organizadas conforme o critério do trabalhador migrante, para conhecer as suas trajetórias territoriais em Rio Verde, usou-se o procedimento iconográfico, especificamente fotografias.

4.1 GEOFOTOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Primeiro foi elaborado um roteiro para que, a partir dos cliques das cenas concretas de suas trajetórias em Rio Verde, fosse possível observar o modo do migrante significar a cidade através do que ressaltava ou escondia. Enquanto alguns aceitaram participar da pesquisa, outros alegaram dificuldades como vergonha na exposição ou mesmo dificuldade de acesso técnico e tecnológico. As fotografias se apresentaram valiosas para o migrante. Inclusive algumas feitas antes da pesquisa, colaboraram para avaliar e desnublar a visão que possui do processo migratório a partir de sua vida.

No transcorrer das pesquisas de campo, do estabelecimento das observações e dos diálogos informais, avaliou-se a necessidade de recorrer, também, à própria coleta de imagens. Tomamos como apoio, além da recomendação da banca de qualificação, alguns aportes e estudos sobre a Geografia da Imagem. Entre eles, Steinke, Reis Júnior e Costa (2014), dão atenção aos conceitos, métodos e técnicas existentes na relação entre Geografia e Fotografia. Isso faz com que esse grupo de autores, além de outros tantos, tentem compreender a partir de seus fundamentos o papel da imagem como forma de contribuição à análise geográfica.

Por sua vez, Pidner (2019) anuncia a geo-foto-grafia como um caminho cartográfico para explorar narrativas como fez nas obras de Sebastião Salgado. Para a autora, as fotografias irão apresentar narrativas multiescalares formados por meio de cortes de planos. Isso significa que apesar de não terem um enredo contínuo, a importância está gravada nas histórias completas que contam. Nesse contexto, pode-

se associar a este trabalho, quando diz que representações fotográficas colocadas em narrativa confirmar o argumento individual de cada imagem, mas sem se repetirem.

Uma coleção de imagens, em que uma remete à outra. Seguindo essa mesma ideia, cada narrativa presente no livro pode ser lida autonomamente, pois carrega sua força e sua proposta. No entanto, também se torna enriquecedor compreender como as narrativas são enredadas entre si, transportando o espectador-leitor de uma paisagem a outra, em um encadeamento de nós espaciais que se interligam em uma rede de correlações visíveis e invisíveis (PIDNER, 2019, p. 83).

É justamente nessa descontinuidade de enredo de uma narrativa contínua que as imagens oferecem o calibre adequado para avaliar e desnublar aquela a mediação conflituosa tramada no território da vivência. Buscando refletir com Chaveiro & Borges (2014) sobre como a popularização da imagem fotográfica permite construir representações do contemporâneo, assevera-se aqui a descoberta de realidades que escaparam às outras estratégias de investigação utilizadas no decorrer da tese.

O geógrafo lida com imagem desde a origem da sua existência. E a fotografia tem se tornado um instrumento que participa do cotidiano das pessoas. Popularizada ao extremo e banalizada, a fotografia é um dos meios de produzir imagens do real. É apenas um dos meios, pois a imagem tem várias perspectivas e formas, inclusive as feitas pela imaginação. Sobre o papel da fotografia, os autores dizem que,

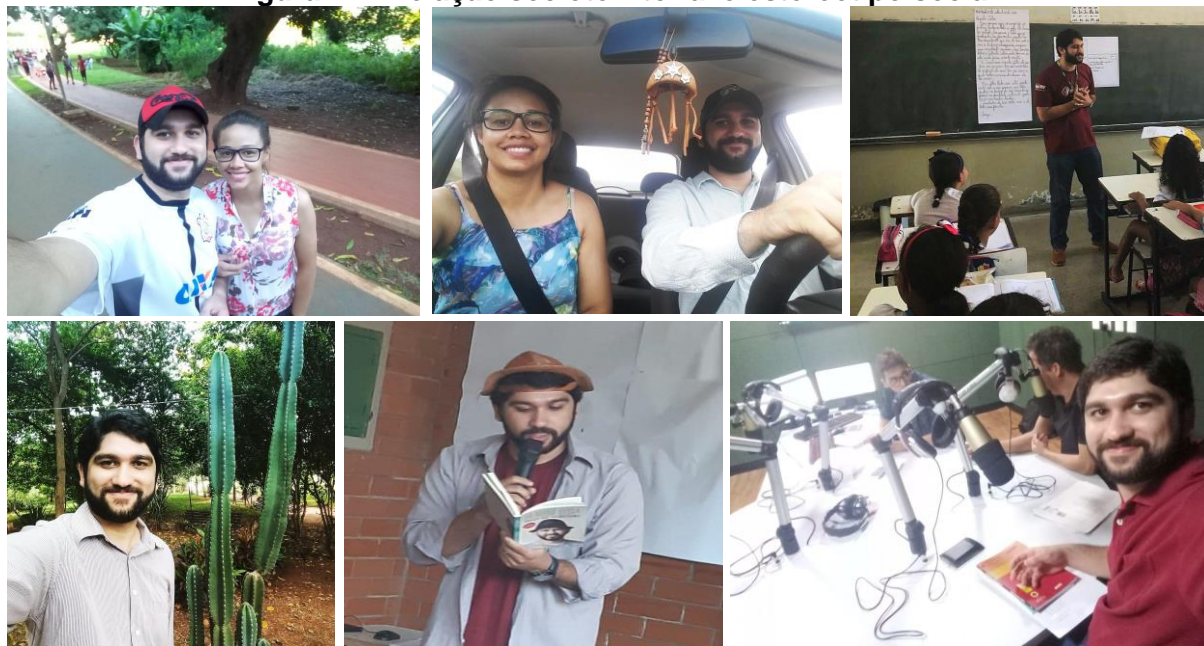
[...] não há dúvida que os “cliques” e os “flashes”, tão habituais nas redes sociais e na prática cotidiana do sujeito contemporâneo, são revelações do próprio espaço/tempo em que se instauram, nos quais a fotografia foi popularizada. Nesse mesmo espaço/tempo, vive-se o pleito do tecnocentrismo, da multimídia, da dessacralização da imagem, da força de um olhar banal ou o “ready-made” na incauta propriedade em transformar cada momento, cada lugar e cada situação na glorificação do imediatismo, ou no que denominamos “dispersão do pensamento”, em virtude da fragmentação que ofusca o todo e deforma os sentidos (CHAVEIRO & BORGES, 2014).

Mesmo que a fotografia seja popularizada, o fato dela revelar e ocultar, ajuda o geógrafo a ler as trajetórias territoriais de um grupo de sujeito, como é o caso dos trabalhadores migrantes nordestinos. Sendo assim, histórias e imagens contribuem de, sobremaneira, com esta pesquisa.

Trazendo essas fotogeografias para o estudo, o painel fotográfico enviado pelo trabalhador nordestino, figura 12, ajuda a compreender que mesmo entre os migrantes há diferenciação social interna. Ela pode ser vista pela idade, pelas condições de vida aparentadas, pela condição escolar de pós-graduado, o que repercute na capacidade de se empregar e também nos ganhos e, assim, na organização da vida.

Vale lembrar que, conforme o gráfico de escolaridade apresentado anteriormente, este migrante representa exceção entre a população nordestina migrante. No que diz à melhor escolarização, conforme se vê nas imagens, cria-se outra relação com o território como: o uso dos parques, a capacidade de participar da cultura juvenil, como é vista nas roupas e na própria pose.

Figura 12 - Relação socioterritorial e estereótipo social



Fonte: Luiz Ricardo (2020).

Outro aspecto relevante nas imagens é a relação cultural ambígua com Rio Verde. A participação do professor em um livro intitulado “Rio Verde: diversidade, cultura e agronegócio” que mistura cultura nordestina e agronegócio; a participação de récitas de cordéis e de programa de rádio, pode conduzir a relação ambígua a uma performatização da cultura popular. Sobre isso o sujeito relembra: “esse momento é durante uma entrevista para a Rádio Web UNIRV, pois fui convidado para falar sobre Literatura de Cordel, como também declamar alguns dos meus cordéis”.

Contudo, manter o chapéu, posar frente ao mandacaru, se apresentar sorridente sem negar a própria cultura, traduzem-se em não abandonar as raízes. O processo de significação, inclusive na escolha das fotografias, o modo de apresentar a própria imagem e os componentes do sujeito, sejam os gestos, o modo de colocar as mãos, a forma de olhar, são cortados pela visão de mundo, de valores e das ideologias. A fotografia de expressão narcísica apresenta uma configuração, outras se valem da memória, como é o caso dessa migrante que preferiu mostrar casa de seu lugar de origem com sua vó e primos.

O próximo painel fotográfico, figura 13, ressalta a memória de uma migrante sobre a antiga moradia no Nordeste e a vestimenta da avó que carrega sua trouxinha de roupa, a matula. Há, também, a ligação com a família e a efetiva ligação com o mundo do trabalho. O detalhe do chapéu de palha, traço que une trabalho e cultura, revela o exercício da vida ligado ao trabalho duro.

Figura 13 - Memórias do desenraizamento



Fonte: Ana Cléia (2020).

A trabalhadora migrante nordestina conta que as casinhas de taipa são próximas do povoado onde a família morava. Após anos sua prima fez uma outra de alvenaria para residir com os filhos, avó e bisavó. Complementa, ainda, que “mesmo depois da construção da casa de alvenaria, minha avó tinha que ir todo dia para a casa dela. Quando ficamos sabendo disso estranhamos. Minha prima teve cinco

filhos, mas só depois que fomos lá que entendi. Passar o dia com 5 adolescentes ninguém merece”.

O mosaico de fotografias apresentadas pela migrante, revela três aspectos: o seu sentimento de vitória pessoal pela formatura em Instituição de Ensino Superior (IES) Pública e Gratuita, já que o acesso não é para todos. Nesse item o orgulho pessoal é documentado nas aulas e na vitória consumada junto a mãe. O segundo aspecto é a sua inserção, mostrando a rua onde mora e que não está excluída do lazer.

A ligação entre escolarização, moradia e lazer está documentada no semblante de risos representando felicidade. A sua jovialidade e as conquistas se evidenciam como perspectivas para o futuro. Diferente da migrante idosa, ao ressaltar o presente, o importante não é memória, mas as conquistas atuais. Percebe-se que os aspectos frontais da fotografia são demonstrações do que é chamado midialização do indivíduo.

É interessante, então, observar que o retrato transmitido sobre a vida em Rio Verde refere-se apenas as conquistas. Ao mesmo tempo que é importante ao sujeito reforçar que a vida deu certo, utiliza-se do discurso imagético de cidade das oportunidades no qual é o resultado se alcança com mérito e esforço.

Por outro lado, é difícil retratar e, portanto, deixa de fora das imagens das mazelas e das injustiças sofridas, tais como um possível preconceito, a exploração da mão de obra, as dificuldades de acesso ao transporte ou o elevado custo de vida. Isso tudo é abstraído quando a relevância é substituída pela aquisição da ação do clube na qual trabalhou e que à época o salário não permitia se tornar sócia.

Não sendo mera ação da migrante, mas da maioria dos jovens, a fotografia com ressalto às conquistas do indivíduo, se tornaram elementos do culto à exposição. Esse procedimento é coerente com a sociedade de consumo sobre o qual Oliveira & Boni (2015), explicam:

Com as transformações sociais e técnicas, os espaços da intimidade familiar foram pouco a pouco conquistados pelas demandas midiáticas e do consumo. Esse processo teve impacto a longo prazo na mudança de regime das imagens de família. Retratos publicados nas colunas sociais, vídeos caseiros enviados para programas de televisão, apresentações ostentatórias do álbum de férias. Gradativamente o valor de exposição conquistou espaço, rivalizando com o valor de culto (OLIVEIRA & BONI, 2015, p. 50).

Mas como vimos nas imagens, as imagens não servem apenas ao culto à exposição ou um elemento da sociedade de consumo. Elas revelam o modo de a pessoa, como a migrante destacada, ver a si própria no espaço, mostrar as suas conquistas, registrar o seu contentamento.

Ao mesmo tempo, o terceiro aspecto, recai sobre o exercício de (re)construir a memória ou de não deixar o passado se dissipar. Ao ser revelado na imagem da avó, mostrou-se, primeiramente a importância desse fundamento humano, que é um ser de memória. Para o migrante, perder a memória é uma perda de si, das suas raízes e de suas origens. Significa indiretamente uma dissipação com a família.

O fato de a memória ser ressaltada, especialmente por quem migrou quando pequena, demonstra que esse é um desafio de qualquer migrante: não romper com o passado, mas assimilar o presente. A relação entre memória e migração é refletida por Xavier da Silva & Heloisa Pait (2016) quando elas dizem que,

Migrar é trazer na bagagem objetos, experiências, modos de ser. Como uma viagem, ela só existe por causa de um espaço, um transporte, um deslocamento. Estar em um ônibus, em um carro, na estrada, é o mesmo que não estar em lugar nenhum. Não porque a estrada ou o carro não sejam um lugar. Eles existem. Mas não estamos em um lugar conhecido, estabelecido, fixo. O que era, agora não é mais, e o que será, ainda não chegou. Como falar dessa sensação? Como explicar essa experiência entre o pertencer e o não pertencer? Aquela frase dita quando as pessoas não conseguem explicar uma sensação: “só vivendo o que eu vivi”. A migração é um pouco deste algo próprio da experiência (SILVA & PAIT, 2016, p. 63).

A reflexão das autoras demonstra, inicialmente, a ligação da migração com o território, posteriormente, mostra a transição. – “o que era fixo, agora não é mais, e o que será, ainda não chegou...” – de um lugar certo para um lugar incerto. Na transição ocorre a importância dos lugares de memória, como é a imagem da casa da migrante.

O migrante necessita dos lugares de memória, pois não pode perder os fios de sua vida. Para que isso seja possível, é de fundamental importância a reunião na casa de um ou de outro de sua rede socioafetiva. Assim, as casas, as quitinetes, os quintais e até as calçadas das casas vão se transformando nesses lugares de memória sempre ao som do forró compartilhado com os vizinhos. Vale lembrar, inclusive, que como não existem muitos espaços para relembrar a cultura e as tradições, uma demanda eterna é a construção de um Centro de Tradições Nordestinas (CTN) que sequer chegou a ir para o papel.

É nítido em grande parte dos migrantes, assim como do brasileiro em geral, o gosto pela reunião, pela festividade do encontro e da conversa. Seja, aos finais de semana com um churrasco ou uma peixada; nos aniversários da família ou de amigos da rede socioafetiva; ou a qualquer dia ou noite em que se tenha o que comemorar.

Conforme demonstra a próxima sequência de geofotografias, figura 14, tudo é ritmado de acordo com a dinâmica do trabalho a partir dos recursos financeiros e do tempo permitido pelo capital. Em uma cidade em que o custo de vida é elevado, a solidariedade e a coletividade também são presentes. Se fazem presentes também a divisão de grupos por gênero, idade e atividades em uma nítida divisão conservadora.

Figura 14 - A congregação ritmada pela dinâmica do capital.



Fonte: Cassiano Vicente (2020).

Para que possa haver a congregação, deve-se produzir recursos monetários. A (re)produção da vida em um território de elevado custo de vida se faz com muito trabalho. Assim, as duas últimas geofotografias do conjunto evidenciam a necessidade e a disposição que o trabalhador migrante nordestino tem em realizar quaisquer tipos de atividades.

Nem a baixa escolaridade, em muitos casos, é vista como empecilho. Se uma hora ele está trabalhando com geração de energia, na outra pode muito bem trabalhar em uma propriedade rural ou desenvolver atividades no urbano. A divisão social do trabalho grita. O que vale é estar inserido, gerando salário para abrigo e sustento seu e da família de modo que sobre algum recurso para confraternizar com sua rede socioafetiva.

Sobre essa relação ente a memória e a vida ou entre o lugar certo e o incerto, Xavier da Silva & Heloisa Pait (2016), sintetizam com similitude o que acontece em nos encontros vivenciados junto aos nordestinos em Rio Verde.

Os lugares da memória no grupo pesquisado acontecem de diferentes formas. O que buscamos entender nestes lugares são suas características principais, como são construídos e como os indivíduos interagem nestes lugares. Não há um dia fixo para se lembrar da migração para essa comunidade. Os lugares da memória são construídos nas conversas familiares que podem ser tanto as festas como as conversas que acontecem no dia a dia. Consideramos festas familiares tanto aquelas de fim de ano e aniversários quanto encontros de fim de semana e almoços de domingo. Nessas festas, vários membros da família estão reunidos: pais, tios, primos e avós, além dos agregados como namorados, cunhados e amigos de parentes. A formação de grupos nesses encontros é mais nítida. As mulheres ficam próximas, cuidando dos preparativos e da comida. Os homens se reúnem e por vezes são responsáveis por preparar o churrasco, comida que parece ter se tornado comum nesses encontros. As crianças formam outro núcleo e aproveitam para interagir com os primos. Esses grupos estão em constante contato, porém, é possível perceber a formação e a diferenciação entre eles (SILVA & PAIT, 2016, p. 69).

O migrante busca construir lugares de memória. As conversas, as redes socioafetivas, a comida, a música e as fotografias são meios para constituir a memória. A luta pela memória é a luta para não perder a si. Nela, as identidades individual ou coletiva se situam pela memória. Portanto, pertencer a uma família, a um lugar de origem, a um país e a um tempo, evoca a memória. Isso é bem explicado por Caixeta (2014) quando a autora esclarece que,

Na construção da identidade, é preciso também levar em conta nossa relação com os diversos grupos sociais aos quais pertencemos; com a noção de lugar e nação; com a continuidade no tempo e o sentimento de ter e de participar de uma história. Nesse último aspecto, os estudos sobre a memória têm contribuído para o entendimento de si, pois é ao resgate de eventos, via memória, que está vinculado o sentido de orientação do sujeito na passagem do tempo. A faculdade da memória, ao permitir que se reencontre uma série de eventos passados, que dá sentido ao presente e traz à tona vivências diversas que são importantes para o entendimento de si, pode proporcionar reelaboração e reflexão das experiências. O passado não está definitivamente inacessível, uma vez que é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Memória e identidade se associam, se alimentam e se apoiam para delinear uma trajetória de vida, uma narrativa pessoal (CAIXETA, 2014, p. 35).

A relação entre identidade, memória e espaço é apropriada para o migrante, especialmente daqueles com mais idade que são obrigados a deixarem os seus lugares de moradia. Ao escolher uma imagem do lugar de origem e manter traços característicos do trabalho, como o chapéu na cabeça, a trouxa de roupa para lavar, a identidade de trabalhador fica situada na imagem.

As estratégias de reforça da imagem mostram as diferenças das identidades de migrante. As diferenças, como foi ressaltado, são oriundas da idade, da escolarização, dos valores do salário e também da capacidade de inserção dos migrantes nos locais para onde migram, como é o caso do trabalhador nordestino para Rio Verde.

Vejamos o mosaico abaixo que retratam a vida de uma universitária-trabalhadora migrante nordestina junto aos amigos nordestinos com quem divide moradia; aos colegas de trabalho na explícita felicidade em atender aos ditames do capital. A geofotografia ainda retrata o estágio da faculdade espelhado no sorriso idealista de futuro para si e para as crianças.

Figura 15 - As diferentes identidades do migrante.



Fonte: Mariza (2020).

Tal como Pidner (2019) aponta, a sociedade moderna projeta-se em fotografias que não são meras figurações e, desse modo, o referente tem a mesma conotação do que os referentes em qualquer outra representação. Uma vez que a representação que aparece como uma mediação, vale questionar o visível.

Na medida em que já não se observam muitos traços da cultura nordestina no contexto do dia-a-dia, resta então não olvidar a não ser pelo sotaque que a imagem

não pode representar. A padronização dos hábitos e costumes, de certa forma facilita talvez a manutenção e a reprodução da vida em um território que mantém o preconceito ao migrante nordestino como algo radicado.

O ausente e o presente se mesclam nos painéis e mosaicos de geofotografias de modo dialético. Hora apresentam a verve nordestina mesmo que por trás das suas representações, hora conseguem camuflar as suas identidades como um camaleão que transita da Caatinga até o Cerrado.

O mosaico de imagens da migrante revela alguns aspectos importantes na leitura do processo migratório. Primeiramente, a construção da rede socioafetiva ou das redes que se estabelecem em vários lugares de contato. Ao se mostrar com demais amigos nordestino em momento de lazer, a foto recai no adágio de que “a pessoa sai do lugar, mas o lugar não sai da pessoa”. Isso não é um simples adágio: a organização das redes de afetos com gente da mesma origem facilita a comunicação, o diálogo e, principalmente, a compreensão afetiva do lugar de origem.

Como irmãos de caminhada, os migrantes, como qualquer outra identidade social, não está ausente das ideologias e dos procedimentos da sociedade de consumo. A imagem feita pelo mecanismo da selfie junto aos colegas de trabalho, esses levantando o punho, simbolizando que estão prontos para o esforço, sinaliza o padrão imagético do atual período. Nesse padrão, altera-se a comunicação a partir de suportes digitais dando cabo a chamada sociedade conectiva.

Embora sendo exemplo da necessidade de exposição, os usos das imagens são variados. Por isso, há autores que veem também aspectos positivos como é o caso de Wortham (2013) onde ele entende o autorretrato ou selfie como uma espécie de diário visual. Esta imagem marca a curta existência do indivíduo e prova que ele esteve aqui.

Fora o debate do sentido das selfies, a leitura da imagem da migrante juntamente com os seus colegas de trabalho, com face risonha, evidencia um contentamento que aparece também na sua imagem no exercício do estágio escolar, em que duas crianças, uma negra e outra branca, aparecem documentado o trabalho escolar. A inserção no trabalho, no lazer e na escola, revelada pelas imagens, parece ser uma opção da migrante em revelar a sua vitória pessoal com a migração. Como toda imagem revela e esconde, não aparecem muitos elementos como a moradia, o transporte e o exercício prático do trabalho.

Esses mosaicos de fotografias que criaram imagens feitas pelos próprios migrantes relativos à sua trajetória na cidade, às vezes contrastam com histórias colhidas oralmente na pesquisa e também na narrativa das cartas. Em função disso, considerou-se que seria necessário, a partir dos diálogos informais, e do acompanhamento das trajetórias dos migrantes, também desenvolver uma leitura imagética desse trabalhador na relação, sobretudo de trabalho, com a cidade. Procuramos percorrer os espaços de moradia, trabalho e de lazer dos migrantes. Sempre acolhedores, procuramos também desenvolver uma empatia. Em alguns lugares fizemos várias visitas, como nas feiras, igrejas, nos bares e esquinas.

A figura 16 mostra dois objetos aparentemente contraditórios: uma casa de forró ao lado de uma igreja evangélica. Não há, senão, terrenos mais férteis que os dois para abrigar as ilusões e desilusões dos nordestinos que chegam em Rio Verde e capturar parte dos salários provenientes dos seus empregos.

Nos bares e casas de forró, destacam-se a representação social da congregação da alegria e da cultura. Especificamente, os bares dos bairros segregados, onde moram a maioria dos migrantes, são importantes para falarem de seus problemas, produzirem o pertencimento, consolidarem as redes socioafetivas. Embora, visto pelo ângulo de várias igrejas, esses vários aspectos podem ser considerados “lugares da perdição”, “desvios de condutas cristãs”, “refúgio de quem quer contornar as mágoas”. Isto é, lugares profanos.

No caso das igrejas, notadamente sobre a atuação das igrejas neopentecostais, Guareschi (2017) expõe a representação social da promessa e do dinheiro:

A prática da “promessa” é certamente a mais frequente e generalizada entre as práticas religiosas do brasileiro. Ela consiste em prometer algo importante e relativamente difícil de ser executado, caso se consiga a realização do pedido feito. A promessa é uma dívida sagrada que se contrai com Deus ou com os santos. Essa obrigação é transposta, na fala dos pregadores, para a necessidade de se pagar pelo milagre, ou cura (muitas vezes aparente ou passageiro) acontecido a alguém. Há uma diferença, contudo, entre as “promessas” feitas e pagas no contexto da religiosidade popular, tanto católica como afro-brasileira, e a dos neopentecostais: para os primeiros, paga-se uma promessa com orações, romarias, penitências, oferta de alguns bens em espécie, como frutos da terra, despachos, etc., ao passo que, para os últimos, é necessário que se pague em espécie: só se aceita moeda corrente (GUARESCHI, 2019, p. 173).

Figura 16 - Entre o profano e o sagrado.



Fonte: Autor, pesquisa de campo (2020).

Enquanto que as igrejas evangélicas, de diversos segmentos, crescem, se tornam lugares para os trabalhadores criarem irmandades, também desenvolver o pertencimento e aproximação com gente da cidade. Por meio delas, geram-se pautas de estudos bíblicos, de solidariedade, de promoção de festivais, de encontros para diversos fins. Numa entrevista concedida ao blog “Museu das Ilusões”, Márcio Pochmann (2019) faz a seguinte reflexão:

hoje, cerca de 80 milhões de brasileiros frequentam semanalmente assembleias, as assembleias de Deus. Por volta de 2032, os evangélicos já serão maioria no Brasil. A lógica que rege esse fenômeno está mais ligada à subjetividade das pessoas do que à racionalidade. Essas igrejas são espaços de sociabilidade onde as pessoas podem falar sobre seus desejos e anseios. Lá elas encontram laços de fraternidade e solidariedade. Temos que ter a humildade de reconhecer a nossa defasagem de compreensão dessa realidade (POCHMANN, 2019, p. 3).

Muito além de serem somente espaços de sociabilidades e de trocas, as igrejas possuem outras funções, como a de sustentar às pautas de direita, apoiando, inclusive, projetos contra os direitos dos trabalhadores, como as leis trabalhistas e a reforma previdenciária. Contudo, a forma de comunicação, a participação nos ritos, a abertura de espaço para os trabalhadores exporem os seus problemas, as suas conquistas, os seus medos. Ou o pedido de perdão e a conversão às entidades metafísicas dão ao migrante e, ao trabalhador, em geral, uma acolhida.

Todavia, a forma metafísica dessa sociabilidade não deixa a narrativa dos problemas dos trabalhadores e dos migrantes entrarem numa discussão de classe. Sendo política, inclusive, com organização de bancada, em nível federal, mas dizendo-se contra a política, o poder das lideranças, como pastores, passa a configurar numa grande aliada geopolítica do (ultra)neoliberalismo.

Ainda que essa discussão demande mais atenção e mais aprofundamento teórico, interessa registrar a fragmentação das referências de mundo, a partir das duas imagens, a do bar e a da igreja, onde os elementos sagrado e profano estão juntos. A partir de 1990 a fragmentação do trabalho redundou na fragmentação das identidades e também das inserções sociais. É comum, numa mesma casa, haver diferentes ou antagônicas posições políticas, assim como filiações religiosas. Essa fragmentação foi crescendo com o investimento nas redes como a internet.

A análise da fragmentação do trabalho e as consequências na sociabilidade podem ser consideradas como apresenta Antunes (2007) quando explica que,

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2007, p. 40).

A fragmentação social do trabalho possui um caráter estrutural, pois refere-se ao circuito reprodutivo do capital e interfere diretamente na sociabilidade do trabalhador. O próximo mosaico de geofotografias, figura 17, mostra várias atividades e exposições de trabalho dos migrantes em Rio Verde. O registro em comum é a marca do trabalho braçal e do atendimento ao público.

Figura 17 - O caráter estrutural da fragmentação social do trabalho



Fonte: autor (2020).

Primeiramente jovens migrantes da Bahia que trabalham num bar universitário se mostram felizes no local de trabalho. Posteriormente, vê-se bancas de tapioca e de “acarajé baiano”. Observa-se a higiene e a organização das bancas e também o sistema de cooperação entre os trabalhadores. Um aspecto ressaltado anteriormente que é visto nas fotos é a cor parda e preta dos trabalhadores. Esse aspecto demonstra a relação entre classe social e cor-etnia e colonização. Observa-se ainda a linha de frente ocupada por mulheres, sinalizando a importância da feminilização da migração. Enxerga-se ainda a idade mediana dos trabalhadores. De maneira, que trabalho, cor-etnia, gênero e etariedade formam um elo demográfico que correspondem à situação do trabalhador migrante em Rio Verde e também em outros lugares.

Um interessante recorte vem da conversa com Rose e o marido Erinaldo que foi cortador de cana-de-açúcar quando chegou em Rio Verde. Os dois tocam venda de Tapioca nas feiras da cidade. Contudo, com o preço equivalente a um almoço, o alimento se torna caro ao trabalhador nordestino que também domina a técnica. Por isso, esporadicamente vão à feira do bairro Popular que possui maior circulação de nordestinos, mas onde poucas vendas do produto típico são realizadas.

Outra interessante situação que ocorre em quase todas as bancas de migrantes é a de levarem os filhos para o trabalho. Como a rede socioafetiva não cobre essa função de creche e o custo de contratação se torna elevado, a opção mais viável é que as crianças estejam junto e, as mais velhas, até auxiliem no trabalho.

Isso significa que o caráter estrutural da fragmentação do trabalho impõe a precarização do trabalho. Este, por sua vez, se torna a precarização do viver. Devemos considerar que o alto índice de desemprego e os perigos da perda dos que possuem, geram um contentamento por estar trabalhando, com isso, os trabalhadores possuem dificuldades para lutar contra a precarização. Ao analisar a migração em geral, externo e interna, Marinucci (2017), explica o processo:

É bom frisar que a exploração dos trabalhadores migrantes não visa apenas interesses imediatos e contextuais, mas esconde uma intencionalidade muito mais perversa: a precarização de todos os empregos. De fato, na ótica da racionalidade econômica hegemônica, o trabalhador perfeito é o *gastarbeiter*, o trabalhador hóspede, temporário, sem os entraves da família e dos sindicatos, com reduzida capacidade reivindicativa e urgente necessidade de dinheiro. A violação dos direitos laborais dos estrangeiros é, portanto, o ponto de partida para a vulnerabilização de toda a classe trabalhadora (MARINUCCI, 2017, p. 07).

Conforme o autor explica, tanto o trabalhador estrangeiro como nacional passam pela perda dos direitos. Em ambos os casos, conforme a racionalidade econômica hegemônica, o que se quer é a precarização de todos os empregos e, por conseguinte, da vida de todos os trabalhadores.

Até o momento as imagens dos trabalhadores migrantes mostram elementos semelhantes entre os migrantes, como a motivação do emprego e a organização das redes socioafetivas. Mostram, também, elementos diferenciados, seja na divisão social do trabalho, ou seja, no tipo de trabalho que o migrante desenvolve, no grau de escolaridade, inclusive nas histórias pessoais. Reconhecer os elementos gerais e não abandonar os particulares tem sido a motivação da pesquisa.

4.2. DA TOTALIDADE ÀS PARTICULARIDADES: NARRATIVAS DE VIDA

Em função dessa condição de reconhecimento de vida, foram desenvolvidos todos esses trabalhos de campo que ocorreram de maneira informal, mas com prévia organização. Nos próximos relatos e nas geofotografias aparecem outras situações a partir das narrativas de vida.

Em um posto de combustíveis de um bairro segregado, enquanto alguns poucos trabalhadores estão na correria para atender os motoristas apressados pelo cartelizado petróleo, outros proseiam durante o intervalo ou troca de turno. O gerente do posto que, diga-se de passagem, é goiano, faz uma rápida enquete para localizar trabalhadores nordestinos. Colocado diante do frentista Magno, um rapaz de olhar desconfiado sobre o interesse em conhecer a vida dos nordestinos, este segue atento às considerações e perguntas sem descuidar do movimento dos carros, motos e caminhonetes que precisa abastecer.

Entre um abastecimento e com a empatia gerada, dois assuntos despertam interesse. O primeiro, de como um professor universitário conhece a lida dele e como saiu da condição de frentista para lecionar na faculdade. O segundo, qual a relevância em pesquisar o migrante nordestino já que apesar de migrante, a origem do pesquisador é sudestina. Fica evidente a falta de autoestima em querer relatar sobre uma vida cheia de diferenças econômicas, sociais e culturais.

Um amigo o trouxe do Nordeste, mas se fosse solteiro se aventurava em outros lugares e iria para São Paulo. Acha o custo de vida alto e teve que sacrificar um emprego (pediu demissão para recolher o FGTS) para construir sua casa. Fala que o goiano difama o nordestino dizendo que o "baiano é preguiçoso". Antes de trabalhar como frentista, teve emprego de serviços gerais na empresa Nidera (uma das grandes do agronegócio).

Magno Silva, figura 18, é um baiano nascido no município de Bonito e que, após um amigo tê-lo trazido, vive em Rio Verde há quase 8 anos. Com 28 anos de idade e ensino médio completo conta que seu desejo é fazer faculdade, mas os "horários do serviço não permitem". Inclusive se interessa mais em obter informações sobre o ensino público gratuito da rede federal do que conversar sobre sua vida.

Sobre esta, diz que: [...] "se fosse solteiro já tinha me aventurado pelo Brasil. Talvez em São Paulo, pois o custo de vida aqui em Rio Verde é alto e sacrifiquei meu emprego (pediu demissão) para construir a casa onde vivo com minha mulher." Inclusive, abespinha-se ao citar o preconceito do goiano que "defama o nordestino dizendo que o baiano é preguiçoso."

Figura 18 - A segregação e o direito à cidade



Fonte: autor, 2020.

Diante da solicitação da gerência para que ele abasteça mais carros, Silva apresenta outros dois colegas também baianos que já estavam de olho na conversa e, de imediato, se colocam a falar sobre as suas vidas desde quando migraram.

O primeiro, Valternei Dias, sem rodeios, toma a frente na conversa e começa a tecer seus relatos de vida. Vindo de Jacobina há 20 anos, conta que estava desempregado em Salvador. Após o convite feito por um primo que já residia em Rio Verde e trabalhava em uma sementeira, ele resolve conhecer a cidade atraído pelo início das atividades da indústria Perdigão. Assim que entrou no ônibus conheceu um trabalhador de pedreira que também vinha para Rio Verde sem dinheiro e sem moradia e o convidou para alugar três cômodos junto com o primo. Hoje, trabalhando de caminhoneiro na mesma rede de posto de combustíveis e de supermercado dos colegas, relata que:

“Trabalho no tanque puxando petróleo e o Ézio trabalha na verdura, aqui não tem serviço bem certo não. Você está trabalhando na sua área, você tem que estar sempre se renovando, se atualizando. Se eu desempregar hoje, amanhã tô ali de fora e acho outro. Enquanto eu tava puxando grãos não tinha tempo de nada. Quando eu saí, tive tempo e fiz um pacote completo de curso no Sest-Senat (Serviço Social do Transporte-Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte). Em 15 dias eu fiquei pronto. Eu fiz 5 cursos de uma vez: transporte de carga indivisível, de passageiros, escolar, ambulância e canavieiro. Eu fiz o MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos). É só ter carteira e escrever o nome e já vai”.

Ézio Santana é o responsável pelo transporte das verduras de que fala Valternei. Migrante do município de Wagner, na Chapada Diamantina, mora há quase 14 anos em Rio Verde. Aos 33 anos de idade se tornou pai pela primeira vez, diferente do colega que já teve 3 casamentos e 3 filhos.

Recorda com saudosista entusiasmo a fama e o potencial turístico da sua cidade, mas avalia que lá já foi bom um dia e por isso a mudança. No emprego, se mostra apreensivo com o recente falecimento de um colega de atividade que trabalhou durante 30 anos mexendo e inalando vapor de petróleo na hora de carregar o caminhão. No que tange a cidade de Rio Verde, uma das ponderações é o custo de vida e o de moradia como se observa na proposição aos governantes: “Eu acho que seria uma boa pedida era facilitar da gente que vem de fora conseguir mais fácil o negócio residencial... O aluguel é muito caro, se eu fosse chutar aí essa parte é difícil.”

Sobre a especulação imobiliária e a concentração de muitos terrenos nas mãos de poucos proprietários de lojas que lucram com aluguéis, Valternei completa e relata: “a cidade é muito boa, bem desenvolvida, mas mal administrada em algumas partes. A administração aqui é pra quem tem não pra quem precisa”. Sobre esse direito à cidade de que falam os sujeitos, o resgate de Henri Lefebvre (2001) se faz necessário quando ele assevera:

Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre. (LEFEBVRE, 2001, p. 98)

Vale recordar que os três são baianos, correspondem ao maior contingente de trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde. Ao mesmo tempo resumem uma das principais aspirações dos migrantes quando chegam à cidade, o acesso à moradia e, portanto, à cidade.

Histórias como essas foram ouvidas e anotadas nas agendas de campo por toda Rio Verde. Existe uma força em cada uma delas na mesma medida em que existem saudades e contradições. No seio de cada trabalhador, existe a necessidade de expressar suas angústias por terem deixado sua terra natal e familiares, mas também a vontade de descrever seus desejos e objetivos na terra prometida de Rio Verde.

Outro desses relatos é do senhor Ezequiel Dantas, figura 19. Nascido na cidade de Carnaúba dos Dantas, na região do sertão Seridó do Rio Grande do Norte, hoje com 69 anos de idade e mesmo aposentado, continua ininterruptamente a produzir e vender caldo de cana enquanto conversa com os clientes à sombra das árvores na esquina da praça da Igreja Matriz em Rio Verde. De mesma família do fundador do arraial onde nasceu, orgulha-se em contar um pouco da constituição da pequena cidade que, segundo o IBGE (2019), possui em torno de oito mil habitantes governados por um prefeito que também carrega o sobrenome Dantas.

Figura 19 - Trabalho e vida sob o viés da teologia da prosperidade



Fonte: autor (2020).

Das histórias que lhe contaram, reproduz que perdeu a mãe no sertão quando tinha apenas um ano e seis meses de vida e, no ventre materno sofria o maltrato do pai “Perdigão” (denominação popular para pessoa viciada em jogos) que perdia sempre. Além do vício por jogos, tinha vício por mulheres e bebidas. Essa marca, comum do patriarcalismo rural brasileiro, é comprovada por ele quando narra que a mãe ao pedir para ir à feira, acabava sendo espancada mesmo com filhos na barriga.

Foi abandonado aos nove anos por ser menino travesso que nenhuma família queria cuidar. Virou engraxate e vendedor de todos os tipos de produtos da feira, como trança de alho e pão. Daí acredita vir a sua facilidade e, também, a do nordestino com a comunicação para a venda e para os negócios.

Dos treze irmãos nascidos, sete sobreviveram e apenas uma irmã continuou na cidade, tendo praticamente os outros todos migrado para Goiás. Esses dados demográficos – a fecundidade elevada da família de trabalhadores, e a expectativa de vida, com mortes prematuras – assinalam a relação entre a estrutura social e a constituição da vida.

Quando menino, por ter que se esforçar muito para negociar os produtos da feira, pegou experiência necessária para trabalhar em uma loja de confecção. Em 1970, aos 20 anos, foi levado junto com seus irmãos e pelo seu tio para Castelândia, antes pertencente ao município de Rio Verde, e vê nos estudos “uma chance de crescimento”. Frequentou até o 8º ano do ensino fundamental e aprendeu a ler e a escrever. Abriu sua própria empresa e prosperou. Teve aproximadamente 800 clientes que compravam as roupas que ia buscar no Brás e na rua 25 de Março em São Paulo.

Na década de 1990 sofreu muito com as mudanças econômicas do país e, então, “quebra”, ou seja, fale. Sem dinheiro algum e com a expectativa de se empregar em Rio Verde, muda-se com frete doado levando mulher e filhos. Sem encontrar nenhuma oferta de emprego favorável, recebe a proposta de assumir de um colega, o caldo de cana já existente na praça. Assim começa sua nova fase de vida com a esposa e os quatro filhos pequenos.

As imagens são reveladoras da significação do emprego além do salário. Isso não quer dizer que se não houvesse salário, haveria afetos. O que se destaca é o encontro de trabalhadores nordestinos em torno de sua garapa.

Para ele, os filhos que quiseram estudar tiveram apoio. Os dois filhos, uma psicóloga e outro advogado, estão atuando na área de formação, e a esposa, que também se formou, hoje é pedagoga aposentada. Os outros dois “trabalham de bico” na construção civil, como churrasqueiro e em outros tipos de serviços braçais. De modo tranquilo diz que todos os filhos se esforçaram e que nunca faltou apoio dos pais para concluírem os estudos, mesmo sendo em universidades privadas. Apesar de frisar o não interesse pela discussão política, ressalta que a filha teve o apoio de bolsa do governo federal.

Enquanto morador antigo e evangélico, refere-se à Rio Verde como cidade-mãe, pois é “um lugar de oportunidades no qual o homem e a mulher trabalham, não apenas um deles, e os filhos tem perspectivas de estudo e formação”. Acrescenta que “lugar bom é onde pode dar o melhor para a família e não voltaria para sua terra natal, pois não conseguiria 20% do que tem hoje na cidade goiana”.

Observa-se que, em meio à sua densa história, reside a formação da sua visão de mundo. A sua fala é isenta de comprometimento e adere à sua participação na igreja evangélica. Algo que pode ser visto, é que pelo trabalho há a efetivação dos afetos e da sociabilidade.

Mesmo assim, mostra que sendo o homem de origem ou “natureza nômade, um andante”, trocava uma cidade ruim por outra melhor e que no atual momento da vida já se dá por satisfeito em ter conseguido tudo que queria na vida em relação a bens pessoais e materiais para viver com a família. Possui carro, casa, plano de saúde, filhos formados e hoje vive com dignidade.

O que não gosta é que as vezes algumas pessoas em tom pejorativo o chamam de gaúcho para se referir a uma suposta homossexualidade e, ele devolve na mesma

direção a adjetivação. Também, não gosta de ser chamado de baiano, maranhense ou “terra seca” quando observa que essas expressões têm sentido de difamação, pois são vinculadas à pobreza, miséria ou preguiça.

A história de Ezequiel apresenta várias dimensões ligadas à condição de se ser migrante. Revela também a relação entre história e território. Da mesma maneira, mostra a relação entre trabalho, território e vida. Embora seja uma história particular, encontra-se nela elementos da formação da sociedade brasileira, como o patriarcalismo rural, a violência contra a mulher, o preconceito, quesitos da dinâmica demográfica.

Por fim, comenta que mora no setor Veneza e que a cidade cresceu muito. Reafirma no tom da teologia da prosperidade que “a casa de Deus é Rio Verde e que se o homem não se deixar levar pelo caminho ruim poderá constituir uma vida digna e de prosperidade”. Diz que em dois anos quer parar de trabalhar; deseja parar as atividades para que um dos filhos assuma e que a população possa ver que ali é uma garapa que passou de geração para geração.

A dimensão do trabalho como operador de vida, no caso da história e das imagens mostradas, apresenta a família, a educação dos filhos, a moradia, as conquistas pessoais e os afetos. Não diferente, mas com suas singularidades é a próxima história que perfaz a trajetória do camponês urbano Cavalcante, figura 20, vindo de Baía Formosa no Rio Grande do Norte e que reside há sete anos em Rio Verde.

Figura 20 – Campesinato urbano



Fonte: autor (2020).

Trabalha todos os dias na sua horta de orgânicos, irrigada com a cisterna e localizada perto de uma das avenidas principais da cidade e com grande fluxo. O seu trabalho é estritamente familiar e envolve a esposa, a filha e o filho. A esposa cuida

da reprodução das mudas, a filha cuida da banca de verduras e o filho ajuda no plantio e roçado. Os dois filhos estudam. O trabalho familiar, em regime de necessidade e de cooperação, apesar de exigir tempo de todos, gera aproximação familiar.

A sua posição é firme: ele prefere “trabalhar no sol e na roça do que pedir”. Por essa decisão, sustentada por sua visão de mundo, se coloca contra “o cara malandro que quando está de folga pega 100 reais no bolso e vai comprar drogas”. Diz gostar de matemática e faz as contas de quantos pés de alface produz e de quanto fatura.

Na horta ele não para, chega as seis horas da manhã após deixar o filho que estuda na Instituição de Ensino Superior Federal da cidade e sai as vinte horas. Planta e vende alface americana, salsa, coentro, cebolinha, rúcula, couve, jiló, quiabo e milho. As espigas são vendidas rapidamente e não tem perdas. Sobre sua vida, e faz um breve resumo:

“Eu entrei aqui cego. Um cego no tiroteio. Eu era mestre de obra, depois tive montei restaurante e aí falei. Antes de eu falir, eu fiz uma amizade com um velho que tinha uma horta do lado aí e eu fui me motivando e botei na minha cabeça que eu queria montar uma horta um dia. Só não sabia que estava tão próximo. Na verdade, issaqui professor, eu tinha uma paixão muito grande por plantas e hoje eu estou vivendo um sonho na minha vida... Na nossa região (Nordeste) o solo arenoso não tem liga, a terra é fraca, não produz nada. A água não retém.”

A realização da vida pelo trabalho, ainda que no trabalho duro, enfatiza a cooperação e o envolvimento da família. O reforço emotivo ao afirmar que diferente do Nordeste de onde saiu, o solo de Rio Verde facilita a produção do que gosta de fazer, sinaliza a operação do trabalho e a relação positiva proporcionada pela migração e pelo esforço das mãos que migraram.

Assim como todas essas histórias, existem outras milhares em cada esquina de Rio Verde. Basta parar, sentar, perguntar e ouvir. A ambiguidade que corta o migrante, entre a realização do trabalho e as dificuldades de exercê-lo, penetra a sua representação do territorial. Essa síntese das histórias e imagens dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde nos leva a compreender que a migração, do tipo inter-regional, tem uma ligação efetiva com a formação da sociedade brasileira. O modo como as regiões se foram constituindo e a maneira que houve a territorialização do capital, ao criarem a desigualdade regional e a desigualdade social, estabeleceram um país sem lugar para o trabalhador.

A busca para reproduzir a vida levaram os trabalhadores do nordeste para Rio Verde por meio das redes socioafetivas e de informações. O emprego, como foi visto, confirma-se como causa do deslocamento territorial. E o trabalho, o operador de vida, presente no processo migratório e na vida do migrante em Rio Verde.

Observamos também que a migração efetiva histórias de vida que possuem particularidades que estão ligadas às estruturas sociais. Vimos que o trabalho do migrante se irradia na família, na educação dos filhos, na moradia e na sua sociabilidade. Contar a história, como foi visto, é um ponto importante para o migrante compreender a si mesmo e o seu processo de vida. E escutar a sua história, como é o que propôs a pesquisa, gerou uma oportunidade para esses migrantes reabilitarem a sua memória, o seu passado, a sua ligação com pais, mães, irmãos.

O trabalhador migrante do nordestino, ao radicar-se em Rio Verde, produz várias histórias e produz o território onde vive. Em muitos casos, isso não é valorizado. Pelo contrário: o migrante sofre preconceito. A cidade não enxerga o migrante e a sua importância. Ele é invisibilizado e sofre calado. Ao escutá-lo, ele vê o reconhecimento, se motiva. Por isso, que o respeito à história dos migrantes se torna um elemento político importante, pois ajuda a tirá-lo do esquecimento.

Vimos pelas imagens fotográficas que há uma diferenciação entre os migrantes. Um quesito que os difere socialmente, é a escolarização. Embora a cidade ofereça vagas em escolas, muitas vezes, a carga do trabalho diária, não permite que os migrantes estudem. Percebeu-se que aqueles que tiveram sucessos econômicos e escolares possuem um pertencimento maior a Rio Verde. Isso demonstra que não há lugar nenhum que satisfaz aquela pessoa que passa necessidade ou que está na miséria. Assim, se a desigualdade social e regional estimula a migração, o salário baixo, o desemprego, condições do contexto atual do Brasil, com as reformas trabalhistas e previdenciárias, não oferece condições para o migrante gostar do lugar.

Viver num lugar alheio sem gostar causa tristeza, vontade de mudar ou de retornar ao lugar de origem. Essa ambiguidade é comum nas representações dos migrantes. Até a conclusão deste trabalho, ao menos quatro trabalhadores migraram novamente de cidade. Com a disseminação dos casos de Covid-19 e o fechamento do comércio local, em detrimento da continuidade das atividades das grandes agroindústrias, vários funcionários foram demitidos e retornaram, também, às suas cidades de origem devido ao elevado custo de vida de Rio Verde. A saga continua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rio Verde, 18 de junho de 2020.

Queridos irmãos, Leonardo e Mariangela.

Escrevo essa Carta de Vida para vocês, em agradecimento a todos os trabalhadores migrantes nordestinos que contribuíram com esta tese. Várias destas pessoas com as quais conversei, gentilmente me contaram um pouco de suas trajetórias de vida até chegarem, assim como eu, no município de Rio Verde, Goiás.

A Carta de Vida foi a metodologia adotada para desnublar o objeto principal desta pesquisa e trazer luz à “Representação Social do trabalhador migrante nordestino sobre a cidade de Rio Verde, Goiás”. Desse modo, treze trabalhadores migrantes nordestinos contribuíram com a pesquisa ao expressar seus pensamentos e endereçar suas histórias para parentes ou amigos do Nordeste. Entre causos e outras passagens, contam sobre como era a cidade e a vida de onde partiu e, hoje, quais os condicionantes dessa vida em Rio Verde.

Assim, para fazer jus à contribuição deles, senti o dever dessa escrita para entender as dificuldades que o sujeito da pesquisa teve ao narrar sua história. Dificuldades que vão além da mera questão ortográfica ou de alfabetização, mas que perpassam, sobretudo, a sensação e a densidade do que foi narrado e revelado ao expor a própria vida para alguém até então desconhecido.

Para roteirizar esta narrativa utilizo o mesmo anexo II deste trabalho, que foi repassado ao trabalhador migrante nordestino, para que não falte nenhuma das importantes situações que foram apresentadas por eles. Desde momentos bons ou difíceis da vida em Rio Verde, até as impressões que tenho e que o migrante tem sobre a cidade serão apresentadas aqui para que todos entendam um pouco das alegrias, mas também das angústias de ser um sujeito que migra com as mãos.

Recordo que, da mesma forma que acontece com o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde e, quiçá no Brasil, migramos com nossa família da cidade de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo, em 1991 por força do capital e do custo de vida. Atrelado a isso, eram tempos político-econômicos difíceis devido a introdução do modelo neoliberal no Brasil. Eu com quatorze anos de idade, já experimentava as maldades do liberalismo econômica mesmo sem ter total ciência disso.

Um ano antes da viagem, ainda em 1990, lembro que na recém criada empresa do tio Donizete, que começara no salão da casa de nossos avós, um jovem trabalhador mostrava feliz, ao final do expediente, as alianças que tinha comprado para pedir a namorada em noivado. No outro dia, teve sequestradas as economias que juntara com a noiva na caderneta de poupança. Ele não sabia o que fazer diante do confisco do dinheiro que tinham guardado para construir sua casa e vida a dois.

Era o mais novo plano econômico do país, no qual um até então desconhecido e moderno presidente, Fernando Collor de Mello, introduz um pacote econômico denominado Brasil Novo e popularizado de Plano Collor. Colocado em prática em março de 1990, pela então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, serviu de pretexto para tentar conter uma inflação que ultrapassava 80% ao mês. Tem início o modelo neoliberal no país. Em que pese, as supostas medidas de estabilização da economia foram além. Procederam a troca da moeda, de Cruzado Novo para o Cruzeiro, congelaram os salários e aumentaram as tarifas de serviços públicos como água, gás, luz e telefone. A angústia da família em casa e no colégio era sentida.

Lembro do ótimo colégio em que nos foi oportunizado estudar. Bem diferente do acesso à educação analisado nos dados e nas cartas de vidas dos trabalhadores migrantes nordestinos. A escola do Jockey Clube de São Paulo na qual estudamos desde pequenos, ofertava ensino gratuito a todos os filhos dos funcionários do Jockey fossem eles filhos dos diretores, das faxineiras, dos jôqueis ou de técnicos em veterinária como era o caso do nosso pai.

Enfim, nesse mesmo ano de 1990, nosso pai começa a organizar sua aposentadoria e nós, os três irmãos, iríamos estudar em colégios diferentes devido as diferenças de séries e ao término da bolsa de estudos que tivemos desde o ensino fundamental. O deslocamento até as escolas seria ainda mais complicado pela Grande São Paulo e o custo de vida aumentaria. Diante do impasse, nosso pai viaja para o Rio Grande do Sul e aluga uma casa para preparar a migração tal qual acontece com o marido nordestino que primeiro migra em busca de abrigo e serviço e, depois, quando consegue algum rendimento, retira a família do Nordeste.

Nossos pais, Irene e Waldiomar, decidem migrar para a cidade de Pelotas, próximo do município onde o pai nascera. Embora a mãe fosse uma mulher muito forte e de voz ativa, não raras as vezes que a vi chorando a saudades de seus pais e familiares. Aliás, a migração primeiro do homem e depois da mulher e dos filhos, bem

como a saudade que não passa, são marcantes e recorrentes nas cartas dos nordestinos. A vida que se desenrolou em meio as dificuldades econômicas da época, mantidas as especificidades, são muito parecidas com as que foram relatadas pelos migrantes nordestinos de Rio Verde.

Em relação às oportunidades de emprego, a inserção de todos no labor foi necessária mesmo que sem imposição dos nossos pais. Eles exerceram diversas atividades pela cidade e nós vimos a necessidade de contribuir e nos lançamos no mundo laboral. Lembro da geladeira cheia do delicioso curau que a mãe fazia e tentava sem sucesso vender pelas ruas da cidade. O pai, mesmo aposentado passava dias fora, ao relento, em cabanas improvisadas nas barreiras sanitárias tentando conter o avanço da febre aftosa no gado.

O Leo partiu para um primeiro emprego de office-boy nas granjas da cidade acordando no frio da madrugada. Já eu, peguei as tempestades de ventos e chuvas como frentista em um posto de caminhoneiros. Nem a caçula escapou do serviço, a Mari sempre retornava à escola que estudava para auxiliar a pedagoga como forma de pagar sua bolsa de estudos no colégio das freiras.

Como vi aqui em Rio Verde, vários autônomos nordestinos levando seus filhos para seu trabalho. Alguns mais afortunados diriam que as crianças devem aprender desde cedo o valor do trabalho e que é melhor ir trabalhar com o pai do que ficar na rua e virar malandro. É a meritocracia neoliberal nua e crua incutida na classe trabalhadora. Em casa, aprendemos a importância do emprego vendo nossos pais acordarem cedo todos os dias, prepararem o café e saírem para nos oportunizar estudo de qualidade.

O mais importante foi que nossos pais sempre apoiaram o nosso estudo e afirmavam que essa seria a herança que deixariam. Assim aconteceu. Fizeram com tanta dedicação que os três filhos se formaram e produziram suas teses em Universidades Federais públicas, gratuitas e de qualidade. Inclusive, após a defesa desta tese, seremos três professores doutores na família. Imaginem só vocês que em Rio Verde, 61% dos migrantes nordestinos não possuem instrução ou não tem o ensino fundamental completo. Imaginem então a discrepância de que apenas 0,8% conseguem concluir o ensino superior em uma cidade que é polo educacional.

Vocês ficaram no Rio Grande do Sul enquanto eu, assim como nossos pais e os trabalhadores nordestinos, por força do emprego e do capital, voltei a migrar. Em

outubro 2008, em meio às eleições municipais e após minha aprovação no concurso para professor, vim tomar posse no Centro Federal de Educação Tecnológica, hoje, Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. Saí de perto da família e há 12 anos estou geografando o território goiano, a minha vida e a dos moradores de Rio Verde. Uma vez que também sou trabalhador migrante e cheguei justamente em época de eleição, essa combinação de eventos somado ao que vivi e percebi no meu contato com os nordestinos e com a periferia, finalizo essa tese ao mesmo tempo em que me credencio como pré-candidato à uma vaga no legislativo da cidade pelo PDT.

Tanto Pelotas, no Rio Grande do Sul, quanto Rio Verde, em Goiás, são muito parecidas no que tange a estrutura social e político-econômica. São cidades latifundiárias, dominadas pelas elites conservadoras e abastadas pela agropecuária. Com certeza o fato de ter vivido em Pelotas durante 15 anos, facilitou o entendimento sobre Rio Verde já na chegada. Entretanto, foi no compromisso diário da vida dentro e fora de sala de aula que isso foi sendo estudado e constatado. Mais do que a presença marcante do capital produtivo dos sulistas e sudestinos, para chegar aos principais sujeito e tema desta tese, contei com a percepção atenta e sensível do orientador Eguimar Felício Chaveiro durante sua vinda à cidade.

Aqui na cidade, espalhados pelo centro ou pela periferia, nos bairros nobres exercendo alguma atividade ou morando nos bairros afastados, estão os mais de 23 mil nordestinos tabulados pelo censo de 2010 do IBGE. Entre eles, a maior parte é de Trabalhadores Migrantes Nordestinos. Além da necessidade de desinvisibilizar essas pessoas que tanto contribuem para o crescimento da cidade e pluralidade da sociedade, o objetivo desta tese foi o de trazer a cena “A Representação Social que o Trabalhador Migrante Nordeste possui sobre a cidade de Rio Verde, Goiás”.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a agricultura se expandiu no município a partir dos incentivos governamentais advindos das políticas desenvolvimentistas no Cerrado. Diante da ampliação da modernização agrícola conservadora, o território goiano sofreu uma reestruturação no seu quadro demográfico que motivou a vinda de imigrantes norte-americanos e migrantes paulistas e sulistas ligados ao controle de terras e monopolização da produção agroindustrial.

Do mesmo modo, se tornou um dos destinos para os trabalhadores migrantes nordestinos que buscam emprego, salário e melhores condições de vida. Esses sujeitos migram, sobretudo, após as décadas 1990 e 2000 devido a acentuada

diversificação na atividade industrial e a chegada de setores de embalagens plásticas, grãos, carnes e lácteos, ampliando e complexificando o setor agroindustrial. Empresas como BRF, Videplast, Siol e Heringer expandiram seus negócios com amplo apoio fiscal, investimentos e diversificação dos setores de agroindústria e de serviços.

Esse compasso do crescimento econômico do município foi acompanhado pela migração laboral em direção à cidade. São mãos que migram condicionadas, única ou exclusivamente, pela busca de emprego. Isso significa que o indivíduo se obriga a migrar no mesmo ritmo do descolamento das forças produtivas urbano-industriais, inclusive das plantas agroindustriais.

O aumento vertiginoso, desde 1975, dos hectares colhidos de soja, sorgo e milho, bem como, a partir dos anos 2000, do efetivo de galináceo e de suínos, mostram a transformação daquela que era carinhosamente conhecida como “cidade das abóboras” e passou a ser chamada de “capital do agronegócio”. Soma-se a este quadro de elevadas produtividade e produção, os investimentos especulativos na construção civil afiançados pelos grandes produtores graneleiros e granjeiros.

Ao considerar as implicações ambientais do modelo econômico baseado no agronegócio e sua relação com os solos, as águas e os trabalhadores, as contradições e conflitos também são expressivos. É indissociável do agronegócio em Rio Verde e da região do Sudoeste Goiano o avanço da agricultura graneleira sobre as áreas nativas de Cerrado, a concentração fundiária e a segregação urbana. Também, o uso excessivo de agrotóxicos e riscos de contaminação dos solos, das águas, do ar e dos trabalhadores. Todos sentimos os efeitos, os trabalhadores mais. Nesse contexto, se Rio Verde pode ser propalada “cidade do agronegócio”, da mesma forma que a denominamos de “cidade do agrotóxico”.

Ademais, já no ano de 2020, o modelo de produção em série e em escala de produtos de origem animal infectaram milhares de trabalhadores durante a epidemia do Covid-19. Instaurou-se nas agroindústrias e em outras empresas da cidade o suprassumo da dinâmica necroeconômica do capital, transformando-a também na cidade do Covid-19. O viés economicida, foi um dos que mais matou pessoas.

Dentre as implicações territoriais da consolidação do modelo de produção agrícola monopolista e agroindustrial em Rio Verde, a dinâmica demográfica passou por alterações significativas. A população vem crescendo significativamente desde a década de 1960 quando, abandona o campo e passa a se concentrar na cidade. Daí

em diante, contabiliza-se também a vinda, para a cidade, de migrantes de todas as regiões brasileiras. Isso revela que em Rio Verde têm-se um campo ocupado por monoculturas intensivas com capital e tecnologia voltadas para atender o modelo agroexportador.

No que tange ao número de migrantes extraídos do IBGE, para 2010, a região Nordeste do país, superou a Sudeste em número de migrantes. A partir de uma eficaz propaganda sobre o dinâmico modelo do “agronegócio” e seu consequente apelo econômico, Rio Verde se tornou o principal território de atração migracional do interior de Goiás e um dos principais do Centro-Oeste brasileiro. Em que pese, o maior número de migrantes que chega à Rio Verde continua vindo da própria região Centro-Oeste. O Nordeste apresenta a maior evolução de deslocamento e sua população vai ficar marcada como o “ladrão de lugar” devido as diferenças culturais que carregam.

Com o gráfico referente a faixa etária do migrante nordestino, confirmou-se que o mesmo vem em busca de trabalho. O maior número de migrantes nordestinos é de população ativa entre 20 e 29 anos de idade, ou seja, 85,5% das pessoas estão disponíveis ao emprego. Como o salário é baixo, é comum ver crianças e idosos trabalhando na informalidade sozinhos ou acompanhados.

Da mesma forma, em torno de 85,5% dos trabalhadores migrantes nordestinos recebem menos de 2 salários mínimos. Isso demonstra porque é possível observar tantos homens e mulheres em condição de subemprego ou em atividade braçal. Isso é justificado, também, pelo baixo índice de escolaridade ao se verificar que 61% dos migrantes nordestinos não possuem instrução ou não tem o ensino fundamental completo. Como apenas 0,8% possuem ensino superior completo, evidencia-se com esses números, sobretudo, a divisão social do trabalho existente em Rio Verde e que resultam naqueles salários menores e outras consequências de vulnerabilização.

Ao longo das conversas exploratórias e das pesquisas de campo realizadas pela cidade, o motivo que faz os nordestinos migrarem para Rio Verde é recorrente e antigo: a necessidade de ocupação. Assim, ao descer na rodoviária municipal de Rio Verde tem início uma nova história de vida para cada trabalhador que chega sozinho, acompanhado da família ou de amigos próximos.

Foi possível identificar que de todos os migrantes que chegam em Goiás, a Região Nordeste é a que dissipa maior contingente populacional. Os grupos que mais migram são os dos baianos e maranhenses. Ao mesmo tempo, identifica-se a

diminuição no fluxo de sudestinos e sulistas. As Mesorregiões Centro Goiano e Leste Goiano são as principais receptoras de migrantes devido, no primeiro caso, a sua natureza metropolitana e, no segundo, à vinculação ao entorno do Distrito Federal. A Mesorregião Sul Goiano, onde está localizado o município de Rio Verde, é a terceira maior receptora no estado de Goiás e concentra 15,5% da população migrante nordestina. Por ter um setor primário altamente tecnificado e concentrador de terra e renda, são justamente os setores secundário e terciário, de alguns municípios interioranos dessa mesorregião, que exercem uma atratividade migratória em virtude da instalação das agroindústrias e empresas que orbitam ao seu redor.

No estudo, foi possível levantar que Rio Verde é o município da Mesorregião Sul Goiano que mais recebe migrantes nordestinos, isto é, 22% do total. Em relação ao total de habitantes daquele ano no município de Rio Verde, ou seja, das 176.424 pessoas, 99.398 eram rio-verdenses, enquanto que os outros 77.026 eram vindos de outras localidades do estado, do país ou do mundo. Isso significa que a população rio-verdense nativa corresponde a 56% do total de habitantes do município enquanto os outros 44% são migrantes. Com um polo agroindustrial e um crescimento econômico atrativos à recepção de trabalhadores, a população migrante tende a aumentar.

Em relação ao número total de habitantes de Rio Verde, os 23.037 migrantes nordestinos representavam 13% da população rio-verdense no ano de 2010. É com esta população migrante que foi possível dinamizar a economia do município, construindo um perfil mais urbano a algumas localidades e ampliando o poder de atração migratória.

Via de regra, a migração do trabalhador nordestino está vinculada à busca pelo emprego (indústria) que migrou ou que até inexistia na sua cidade de origem. Desse deslocamento mútuo, foram identificados dois modos desse migrar que o sujeito realiza em busca de trabalho, salário, expectativa de mobilidade social ou, ao menos, uma vida com qualidade. O primeiro modo diz respeito à uma movimentação de cunho social, enquanto o segundo refere-se a uma movimentação assistida pelo que denominamos de Rede Socioafetiva de Migração.

Como a figura do atravessador de trabalhador, o gato, está desaparecendo, foi possível identificar uma nova lógica no deslocamento de cunho social. Nesse primeiro modelo, o deslocamento não acontece mais custeado por agenciadores estatais ou privados como noutra época. A migração que ocorre de rodoviária em rodoviária é,

então, custeada pelo próprio migrante. Caso não possua recursos para deslocamento e permanência, entra em cena o segundo modo no qual o migrante é auxiliado pela família ou por amigos. Aqui, desvenda-se a segunda situação identificada que é o amparo pela própria rede socioafetiva. Formada por parentes ou amigos que já estão na cidade de destino, no caso Rio Verde, essa rede irá amparar o migrante até que ele consiga seu emprego, salário e moradia para trazer o restante da família.

Tal rede esmiúça as relações do migrante formador da rede e tanto este quanto os partícipes ganham com o entrelaçamento. De um lado os partícipes da rede passam a ver o formador da rede como seu principal apoio na nova cidade e, de outro, o formador de rede passa a contar com a colaboração dos partícipes que auxiliou na chegada à Rio Verde. Essa rede é importante para os dois seguimentos, pois a permanência do migrante na cidade é fortalecida. Outro modelo avançado desta rede, mostra uma rede de influências sociopolíticas que extrapola a questão socioafetiva e se constitui em uma rede socioafetiva política com interesses de outras naturezas.

Em uma terceira situação, para os migrantes que vieram à própria sorte e que não dispõem de uma estrutura social pronta para lhe receber e apoiar em Rio Verde, a Prefeitura Municipal o recebe ainda na rodoviária e lhe fornece assistência de alojamento, alimentação e atendimento à saúde ao mesmo tempo que monitora sua permanência ao longo do primeiro mês de permanência. Caso não consiga moradia e emprego, a prefeitura fornece passagem, interestadual ou intermunicipal, para retorno à terra natal ou à outra cidade que tenha emprego a ele. Ao que parece, a cidade não acolhe de fato qualquer migrante, mas sim apenas aqueles que servem como mão de obra e descarta a parcela vulnerabilizada enviando-o de volta.

O elevado número de homens entre a população nordestina migrante evidencia uma das principais características dos tipos de migração em geral que é o deslocamento do homem em busca de trabalho baseado no modelo de provedor da família. Enquanto a presença feminina é pouco maior que 40%, são quase 60% de migrantes homens. Entre as principais origens dos migrantes nordestinos em Rio Verde estão os municípios dos estados da Bahia e do Maranhão que aparecem como os mais conectados com Rio Verde através do transporte rodoviário. Ali estão as cidades de Jaborandi, Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória, Tabocas do Brejo Velho. Já na divisa com Tocantins estão Luís Eduardo Magalhães e Barreiras onde existem cidades do agronegócio que possuem dinâmica semelhante à de Rio Verde.

A correspondência em relação ao tipo de trabalho agroindustrial, reforça a migração entre esses polos. Entretanto, a fronteira agrícola sobre a região do MATOPIBA (sul do Maranhão e Piauí, norte de Tocantins e oeste da Bahia) pode fazer com que ocorra uma menor saída de nordestinos para outras regiões do país. Nota-se, ainda, um menor número de migrantes das áreas litorâneas.

A ocupação territorial do migrante nordestino na cidade de Rio Verde é não só uma das formas de descrever a situação do retirante, bem como de investigar suas relações interpessoais e territoriais travadas. Para isso, o entendimento da divisão territorial do trabalho foi imprescindível para compreender a distribuição dos sujeitos pela rede urbana. Confirmando o que a leitura empírica apresentava, verificou-se que o maior percentual de concentração da população migrante nordestina ocorre nos bairros periféricos apesar de o trabalhador migrante nordestino e sua família estarem espacialmente distribuídos por toda a cidade.

Do desmembramento de antigas fazendas surgem novos loteamentos. Como a valorização local não é condizente com os ganhos do migrante, resulta na contínua concentração de terra e renda pela especulação imobiliária e a manutenção dos elevados preços dos aluguéis. Por serem bairros mais afastados da região central, não são incomuns os relatos sobre a situação de violência e marginalidade social. Apesar do ineficiente e precário transporte coletivo destinado à população, a distância dificulta a mobilidade do trabalhador. Ainda, como o custo de vida é elevado, alguns destes bairros são resultados de ocupação e posse por parte da população.

Desse modo, não é possível interpretar o fenômeno migratório de trabalhadores nordestinos para Rio Verde, sem considerar as contradições sociais contidas na Representação Social do Migrante Nordeste sobre a cidade de Rio Verde. Essa leitura geográfica da migração perpassa pela Divisão Territorial do Trabalho promovida nos territórios nordestino e goiano que, por sua vez, estão alicerçadas em determinações históricas, sociais e territoriais que implicam na migração. Essas determinações estipulam, portanto, a mobilidade de capital e do trabalho.

Verificou-se assim que um município como Rio Verde, com maiores densidades de capital e, conseqüentemente, com maior dinamismo econômico atrai um maior número de trabalhadores. Entretanto, como o processo de territorialização do capital é contraditório, estratégico e interesseiro, as contradições se efetivam nos territórios do campo ou da cidade. Assim, nas cidades com maior dinamismo econômico e,

portanto, de maior atração de trabalhadores, a tendência é haver mais violência, mais desigualdade social, maiores efeitos ambientais deletérios. Enquanto isso, a contradição mostra que nos territórios pouco dinâmicos não existe boa oferta de emprego e, por conseguinte, não conseguem resolver as demandas existenciais dos trabalhadores. Resta ao trabalhador escolher qual a mais importante para si e sua família. Assim, ele migra, nós migramos.

Para ampliar a leitura do processo migratório e superar a estrita representação de causa e efeito sobre o fenômeno migratório, foi preciso estudar os conteúdos da vida do migrante, de sua relação com o território, com o outro migrante, com os entes e os nativos. Nessa abertura de procedimento, a pesquisa foi conduzida através das representações sociais dos migrantes, bem como pelas linguagens, costumes, hábitos e formas de morar.

Os procedimentos de escuta foram alinhados à busca pela “palavramundo” de Paulo Freire. O pressuposto foi eliminar a cultura do silêncio que existe sobre a classe trabalhadora, oprimida e vulnerabilizada. Ao entender que o trabalhador migrante nordestino foi deslocado de suas origens, a proposta de escuta se deu através das chamadas “Cartas de Vida”. Para alcançar tal objetivo principal, foram adensadas as Representações Sociais (RP) do Trabalhador Migrante Nordestino com base nos estudos de Moscovici (2017).

Para analisar e compreender a verve da representação social que o trabalhador migrante nordestino tem sobre a cidade de Rio Verde, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), com metodologia fundamentada na Teoria da Representação Social (TRS) de Serge Moscovici, permitiu um enfoque quali-quantitativo. Ao mesmo tempo, manteve uma forte articulação com a vertente sócio-histórica em busca da totalidade. Para isso, a narrativa individualizada do trabalhador migrante nordestino, traz representações sociais que o grupo possui em relação à cidade de Rio Verde e que afeta suas vidas.

Entre as narrativas confirma-se a ausência do lugar de origem que teve que ser trocado na busca pelo trabalho em outro canto distante daquele no qual remonta a memória da infância. No mesmo sentido, é impossível perder as memórias se o novo não (re)cria os lugares de memória das festas, reuniões de família ou festivais. O mundo do desassossego é inevitável. Contraditoriamente, urge uma dívida de gratidão à Rio Verde por permitir reproduzir a vida e aos quais denominamos “nordestinos das abóboras”.

Nesse contraditório, os componentes da cultura e do sujeito são alterados, pois migrar é um ato cultural que gera disruptivas, covardias, explorações e segregações. Verificou-se que as migrações são dramáticas e traumáticas já que houve um abandono ou não se pode mais ver. Existe uma tensão diante da necessidade de não perder as raízes e a justificativa do porquê foi necessário migrar. A ação da lembrança ganha volume na organização da rede socioafetiva.

O discurso neoliberal da narrativa aparece. Muitos migrantes nordestinos elogiam a cidade que acolhe. As conquistas, que deveriam ser direitos de todos, aparecem como troféus. Reforça-se a meritocracia, mostrando que pujança é sinônimo de dedicação e competência. A tessitura dos problemas sociais ou ambientais é cuidadosa, pois existe a vigia e medo do grande irmão.

O agronegócio não pode ser ferido, ele é bom para a cidade apesar de ferir, poluir, matar e agredir. Embora entendam que não usufruem das mesmas condições de vida, reafirmam a todo momento precisar dele. O sujeito entende que existe a contaminação por agrotóxico, o preço do aluguel é elevado, a instabilidade do emprego, a subserviência política para conseguir acesso à saúde. Mesmo assim, as condições oferecidas em Rio Verde são melhores que as de seu lugar de origem. Verifica-se que a ausência da leitura da totalidade mostra o limite da experiência para avaliar as contradições do país recaídas em sua vida. Mas a experiência, ou seja, o viver prático, é o que lhe toca dia a dia, e, portanto, é o fundamento de sua representação social.

A reflexão segue na direção de não poder exigir muito da cidade e da estrutura social. É o próprio migrante que chega sem estudo e, por isso, deve-se conformar com a situação de vida diante de uma “ótima cidade”. Mesmo aquele com maior domínio da língua culta, apresenta táticas evasivas e de generalizações na narração dos problemas. Apresenta-se uma heterogeneidade de situações no processo migratório.

Em meio ao contrassenso, a representação social mais arraçada é a do preconceito. Este, assinala o modo como a desigualdade social desemboca na desigualdade de raça-etnia, de gênero e também nos modos de falar. A ideia genérica que o nordestino é pobre ou “um invasor” das regiões ricas, faz do preconceito social um preconceito territorial. Isso gera estigmas territoriais que são vislumbrados em forma de apelidos e tratamentos que transformam a xenofobia numa legitimação dos que fazem do poder econômico instrumento para controlar e inferiorizar os

trabalhadores. O discurso mascarado esconde a ideologia liberal dos que, a partir do dinheiro, se colocam como dono das terras e do território. O veredicto é claro, Rio Verde é uma cidade preconceituosa.

Para contornar a “síndrome do sem lugar” e enfrentar o desenraizamento, a solução imediata e possível é organizar uma rede socioafetiva com os semelhantes de origem. Isso tem um resultado territorial, pois se juntam na organização da moradia, de realização de festas, nos eventos de revitalização da memória ao mesmo tempo em que desenvolvem a narrativa sobre seus traumas, saudades e medos evidenciando o grau dramático do processo migratório.

Existe uma consciência de que há dificuldades em Rio Verde, mas onde morava antes elas eram maiores. Essa antítese é fundamental no entendimento das representações sociais, pois pode obliterar a representação crítica sobre ambos os lugares. Somente a leitura da totalidade e das contradições podem levar o sujeito a ter uma crítica em sua representação.

Por outro lado, existem críticas à segurança, ao transporte coletivo, ao exercício de atividades informais para sobreviver em Rio Verde que revelam a divisão social do trabalho. Assim, identificou-se que a vida do migrante não é definitiva na cidade e sua presença perdura enquanto houver trabalho o que reafirma que são mãos que migram, pois não é o indivíduo que migra, quem migra é o trabalho. Nas narrativas das cartas de vida evidencia-se a condição ambígua dos migrantes. Muitos conseguem criar um pertencimento no lugar de migração e sentem-se mais amparados. Já outros criam redes socioafetivas, mas mesmo assim desejam retornar.

Para os trabalhadores migrantes nordestinos casados, a relação entre moradia e migração aparece na conquista da casa própria. Como adquirir um imóvel não significa possuir a escritura, as promessas políticas geram insatisfação. Quando o objetivo se materializa, o migrante atribui a si uma dívida de favores eternas à cidade e ao gestor como é típico do modelo coronelista. Os loteamentos populares e a lucratividade advinda da expansão da malha urbana, coloca o capital imobiliário como um agente do controle da cidade e dos trabalhadores mais humildes.

Uma menção encontrada em outra carta de vida, respalda a metodologia adotada. Ela veio travestida de agradecimento à essa pesquisa “por alguém ter se importado com os trabalhadores nordestino”. O fato de a pesquisa da tese oportunizar um momento para escutar a história, revela que a necessidade de falar valoriza o

sujeito. Por isso, as representações sociais mostram um importante sentido político ao acolher a voz que quer ser ouvida e não encontra espaço ou mecanismos.

Assim, as Representações Sociais construídas pelos trabalhadores migrantes nordestinos sobre Rio Verde, através das suas cartas de vida, demonstram suas conquistas, mas também ambiguidades e contradições. Foram narrativas ora dramáticas e com revelações de angústias, ora sobre paulatinos avanços sociais, econômicos ou educacionais. A sistematização e sintetização das narrativas possibilitaram elaborar um quadro síntese das Representações Sociais que serviu para compor uma leitura visual dessas categorias representadas.

As representações dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde são, sobretudo, uma demonstração da intensa mobilidade dos trabalhadores pelo Brasil. Fruto das desigualdades sociais e regionais históricas, deixam os trabalhadores sem lugar e os retiram do seio de suas famílias e de seus territórios de pertencimento. O reclamo pela ausência da família, o sentimento de saudade e de culpa se contrastam com a oportunidade de emprego ainda que na base da pirâmide social.

As dimensões sociais do grupo de trabalhadores migrantes nordestinos revelam aspectos gerais e particulares do processo de migração no Brasil. Assim, é coerente com a Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Embora o grupo social desenvolva representações coletivas, as narrativas mostram as percepções individualizadas que permitem que apareçam as diferenças, particularidades e singularidades do próprio grupo.

Diante disso, foram garimpadas as representações sociais mais significativas. Os elogios que os trabalhadores migrantes nordestinos tecem sobre a cidade e o município de Rio Verde, possui duas justificativas. A primeira é um comparativo entre as condições de vida que o migrante possuía na cidade natal e a atual. A segunda refere-se à internalização e naturalização do discurso dominante de pujança da cidade do agronegócio como sendo um discurso próprio do indivíduo. Entretanto, paira sobre sua vida o preconceito e o autoritarismo dos nativos em relação à sua pessoa e presença. Alguns migrantes temem fazer a crítica, outros não conseguem. Esse temor é a névoa autoritária que paira na cidade seja na voz do patrão, seja nos ditames políticos e que impele as críticas mais severas. Mesmo os elogios tecidos à cidade e ao município, não repelem o desejo de retornar à cidade de origem. Essa vontade de retorno oscila na ambiguidade entre economia e afeto a partir do território.

As representações revelam que o central na vida do migrante é o trabalho. É este o operador de vida que torna o sujeito submisso ao emprego. Contudo, conforme identificado nas cartas de vida, não é só a economia pujante que interessa ao migrante. Pelo contrário, o preconceito velado ou manifesto, bem como a falta de elementos culturais, geram desgosto, vontade de retornar e angústia. O drama da migração é o drama do emprego, mas migrar para uma cidade como Rio Verde não resolve as desigualdades social e regional conforme foi demonstrado nas cartas.

Quando se observa a escolarização, o lazer, a cultura e a moradia, percebe-se que mesmo melhorando de vida, o migrante se situa espacial e socialmente nos territórios segregados. Porém, qualquer indicativo de alguma melhora de vida, o que, em muitos casos, ocorre, faz com que o migrante desenvolva a representação deste território a partir das representações de quem domina este. O medo de expor a sua representação e perder o emprego, de ser ingrato com o que lhe sustenta e, também, a dificuldade em ler a totalidade do sistema migratório desvinculada do senso comum, conduz o migrante a reproduzir o discurso apologético do dominante sobre a cidade. Disso resultam representações sociais que apresentam as tensões e as ambiguidades refletivas do processo migratório no Brasil.

Ambiguidades também observadas nos sujeitos nativos para onde migrou-se. Não é incomum haver preconceito ao tratar o migrante como ladrão de lugar ou alguma referência pejorativa sobre a fala, a comida e, inclusive, elementos do corpo ou estéticos. Entretanto, é comum aos nativos, especialmente os donos das empresas, empregarem os migrantes com salários mais baixos ou na informalidade para serviços braçais de alta rotatividade. Isso mostra que em determinadas situações o migrante é bom e bem aceito para livrar os dominantes de determinadas atividades, em outras situações são repudiados, tornam-se objetos de preconceitos.

Ainda, em Rio Verde, como em outras cidades, em períodos eleitorais, ou mesmo mediante estratégias de algumas religiões, os migrantes são inseridos. Daí, a necessidade que tenham uma consciência das contradições e da totalidade em que estão situados. Assim, ainda que a metodologia de cartas de vida tenha sido um desafio, ela serviu para reforçar a necessidade da alfabetização e dos estudos. Sobretudo, de um estudo libertário que permita a reflexão sobre a totalidade. Entretanto, mais do que escrever, foi possível perceber que o trabalhador migrante nordestino gosta mesmo é de narrar sua vida de forma falada. Por isso, é importante

o migrante contar a sua história. Quando conta, sente-se valorizado como sujeito e, ao narrar, cria oportunidade para fazer um balanço crítico.

Para auxiliar na interpretação das histórias de vida e na confirmação das representações sociais desses migrantes, contou-se com o apoio das geofotografias para apresentar algumas das trajetórias de vida. Mesmo que a fotografia seja popularizada, o fato dela revelar e ocultar, ajudou a ler as trajetórias territoriais do grupo. Sendo assim, histórias e imagens foram fundamentais para esta pesquisa.

O conjunto das diversas imagens ajudam a compreender que, mesmo entre os migrantes, há diferenciação socioeconômica. Essa diferenciação pode ser vista pela idade, pelas condições de vida, pela escolarização, o que vai repercutir na capacidade de se empregar, nos ganhos e, assim, na organização da vida. Quanto melhor a escolarização, conforme se vê nas geofotografias, cria-se outra relação territorial: o uso dos parques, a capacidade de participar da cultura juvenil, como é vista nas roupas, nos passeios de bicicleta, inclusive na própria pose. Outro aspecto relevante nas imagens é a relação cultural ambígua com Rio Verde na medida em que se apresenta a cultura nordestina mesclada ao agronegócio, mas sem negar a própria cultura, performatizando em fotos que mostram não abandonar as raízes.

O processo de significação, inclusive na escolha das fotografias, é cortado pela visão de mundo, de valores e das ideologias. A geofotografia ora se apresenta como narcísica, em apresentar as conquistas materiais típicas da sociedade de consumo, ora se vale da memória ao registrar a casa da família que ficou no Nordeste. Ao mesmo tempo, existe sempre uma contraposição em apresentar elementos da vida anterior e da vida em Rio Verde para apresentar que a vida está melhor do que era.

Para encerrar esta carta meus queridos irmãos, como vocês podem perceber, quando lembro da nossa migração essas caracterizações clareiam a diferença que são vinculadas às oportunidades de acesso educacional. Nossos pais estavam certos em investir na nossa educação. Os governos estão errados com o abandono promovido durante décadas e, principalmente, agora com os retrocessos de investimentos. Mesmo assim, há algum tempo desnublei que isso era parte do modelo neoliberal de quando éramos pequenos e que, bem pior agora, faz parte do modelo ultraneoliberal de cunho fascista em que vivemos nos dias atuais.

Um grande beijo para vocês e até festa do reencontro dos migrantes em geral e da realização fecunda deste trabalho com os Trabalhadores Migrantes Nordestinos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ed. 4a. reimp. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDERSON, B. **Rejeição a migrantes é preconceito contra pobres, diz pesquisadora**. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1803994-rejeicao-a-migrantes-e-preconceito-contra-pobres-diz-pesquisadora.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- ANDRADE, J. B. **O homem que virou suco**. Embrafilme/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1979. 1 DVD (90 min.), son., color.
- ANDRADE, J. P. **Brasília, contradições de uma cidade nova**. Média- metragem/35 mm/cor /45 min/1967.
- ANTUNES, R. L. C. O neoliberalismo e a precarização estrutural do trabalho na fase da mundialização do capital. In: SILVA, A. da et al.. (Org.). **Direitos Humanos: essência do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007, p. 38-48.
- ARÁOZ, H. M.; PAZ, F. Extractivismo: metabolismo necroeconómico del capital y fagocitosis de las agro-culturas. Reflexiones y aprendizajes desde las re-existencias campesinas en el Valle del Conlara. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. et.al. (Org.). **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016. P. 141-175.
- ARROYO, M.G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2ed. 4a. reimpressão., 2018.
- BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BATARCE, A. P. A.; BATISTA, E. H. de A. O paradoxo entre mobilidade espacial, migração e os direitos humanos nas sociedades contemporâneas. **Revista Geoaraguaia**. Barra do Garças - MT. v.10, n.1, p.146-170. Jun-2020.
- BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BERNARDES, G. D. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho. Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Goiânia: **Revista UFG**. Ano XI, Nº 6, p.37-51, Jun-2009.
- BOMBARDI, L. M. **Questão dos agrotóxicos exige debate qualificado, escreve Larissa Bombardi**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaoeconomia/questao-dos-agrotoxicos-exige-debate-qualificado-escreve-larissa-bombardi/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação Perdígão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**.

2006. 220f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRANDER, P. et al. **COMPASS - Manual de educación en los derechos humanos con jóvenes. ed. revisada y actualizada**. Murcia, Consejo de Europa, Asociación EUROACCIÓN Murcia, Instituto de la Juventud, 2015.

BRITO, C. O. de; NASCIMENTO, C. R. R.; ROSA, E. M. **Conselho tutelar: rede de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco?**. Pensando famílias. [online]. 2018, vol.22, n.1, pp. 179-192.

CAGED. **Brasil fecha 2019 com 644 mil novos postos de trabalho**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/7356-brasil-fecha-2019-com-644-mil-novos-postos-de-trabalho>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CAIXETA, S. C. **Memória e identidade em narrativas de migrantes: A chave de casa de Tatiana Salem Levy e Azul-corvo de Adriana Lisboa**. 2014. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, vol. 1, n. 9, p. 6-23 fev., 2010.

CASTILHO, D. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-GO. **Élisée, Rev. Geo**. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun., 2012.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p.35-50.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

CERQUEIRA, Alessandra Tenório. **O guia de turismo em Pirenópolis (GO): a construção de uma identidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CHAUL, N. N. F. **Construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos. **Revista UFG**, Goiânia/GO, Ano XII nº 9, Dez., 2010.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

CHAVEIRO, E. F.; BORGES, R. M. R. A imagem fotográfica e o espaço geográfico contemporâneo: para atravessar os espelhos. **Entre-Lugar**, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 68-88, dez. 2014.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.2. p.287-308

CHAVEIRO, E. F. **Por uma abordagem geográfica do Cerrado**: a afirmação de um território, a negação do bioma – Cartas de luta. 316f. Tese (livre docência), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2019.

CHAVEIRO, Eguimar F.; CALAÇA, Manoel. REZENDE, Mônica Cristina da S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Goiânia: Ellos, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo, **Confins** [En ligne], 17 | 2013.

CLEMENTE, C. M.. **El arte contemporáneo para la comprensión crítica del Centro Comercial: dispositivos educativos para la ESO**. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid Facultad de Bellas Artes. Departamento de Didáctica de la Expresión Plástica. Madrid, 2016.

CORREIA, S. P. S. **A construção de Goiás: ensaio de desenvolvimento político e regional**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

COUTINHO, C. N. **Democracia e socialismo**: questões de princípio". In. *Contra a corrente - ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA NETO, O. **Rio Verde**: apontamentos para a sua história. Gráfica e Editora O Popular: Goiânia, 1988.

CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos**, v.38, n.3, p.493-525, jul./set. 2008.

DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização**. 1974. Dissertação de Mestrado - Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DE SOUSA SANTOS, B. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

DEUS, J. B. de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia (GO), v.24, n.1-2, p.81-91, 2004.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESTEVAM, L. No Cerrado das Tropas e Boiadas (Ensaio histórico-literário). In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.2.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 2.ed. Goiânia/GO: Editora da UCG, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Presidente Prudente, Ano 8, N.6 – Jan/Jun de 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking de Eficiência dos Municípios – Folha, 2018**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/remf/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FRANÇA, K. C. B. As experiências de regionalizações, políticas públicas e o papel do Estado brasileiro no século XXI. **RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise**, v.28, p.26-66, 2013.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, RJ e SP: 60ed, 2016.

GALEANO, E. **O perigo de brincar**. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2020/02/o-perigo-de-brincar.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GEPHI. **Aplicativo de redes**. Disponível em: <https://gephi.org/features/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GOMES, O. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.2. p.353-376.

GOMES, P. C. da C.. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás**. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, , Goiânia, 2016.

GONÇALVES, R. J. A. F.. Mineração e o metabolismo necroeconômico do capital em Brumadinho, Minas Gerais. **OTIM - Observatório do Trabalho István Mészáros**, Presidente Prudente / SP, p. 1 - 4, 31 jan. 2019.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MENDONÇA, M. R. Se o cascalho informa bem a peneira tira a dúvida: Geografia e pesquisa qualitativa nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. In: MARAFON, J. et al. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. 1^oed. Rio de Janeiro: Editora EDUERJ, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos: 2009**. Goiânia: SEPLAN, 2010.

GUARESCHI, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed., 3^a reimp. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 153-181.

GUIMARÃES, G. M. A. Rio Verde (GO) – Um Exponente do Agronegócio no Cerrado. Goiânia: Dossiê Cerrado. A urbanização do Cerrado, 2010. **Revista UFG** / Dezembro 2010 / Ano XII nº 9, p. 31-36.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. 2^a ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Você não quer mais respirar veneno: as falhas do Brasil na proteção de comunidades rurais expostas à dispersão de agrotóxicos**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/07/20/320417>. Acesso em: 19 de jan. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. **O Brasil indígena: língua falada**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em 21 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto Agropecuário do Brasil, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **IBGE - cidades @**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estudos do IMB: Migração em Goiás, entre 2005-2015**. Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. Goiânia: 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/migracao-em-goias-entre-2005-2015.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios goianos 2017. **Informe Técnico**. Ano IX, Número 08, dezembro de 2019. Disponível em:

<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2019/8-pib-municipios-goianos-2017-201912n.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro. Radar **IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017** [internet]. Brasília, DF: 2019 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34682. Acesso em: 18 abr. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. **Documento de política nº 14**. Anna Maria T.M. Peliano (coord). Brasília, mar./1993.

KHOKHAR, D. **Gehpi Cookbook**. Birmingham, UK: Packt Publishing, 2015.

LACERDA JUNIOR, B. O processo de modernização da agricultura no/do território De rio verde – go: mudanças na relação campo-cidade. In: **In: II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente. Caderno de comunicações livres, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2014 Abr-Jun; 23(2): 502-7.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; CORNETTA, V. K.; ARAÚJO, S. D. T. de. O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. **Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum.** 2010, 20(3), 798-808.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2ed., Brasília: Liberlivro Editora, 2012.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Educ, 1995.

MACEDO, F. C. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no centro-oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Soc. & Nat., Uberlândia**, 25 (1): 35-50, jan/abr., 2013

MARINUCCI, R. Migrantes no mercado de trabalho: precarização e discriminação, in: **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. UNB – Brasília: 2017.

MARTINELLI, M. **Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1a. ed. Editora Expressão Popular, 2008.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida Severina e outros poemas**. 1ed. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 19ª reimpressão, 2018.

MONDARDO, M. L. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócioterritoriais. **Revista Nera** – Ano 13, N.17 – Jul/Dez de 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. (Guareschi, P.A. trad.). 11ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NEVES, P,D,M, et.al. Intoxicação por agrotóxicos agrícolas no estado de Goiás de 2005-2015: Análise dos registros nos sistemas oficiais de informação. **Cien Saúde Coletiva**, Set., 2018.

NICOLI, s.; GENOVEZ, P. F.; SIQUEIRA, S. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013).

OLIVEIRA, A. U. de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Conflitos no Campo Brasil 2015**, Goiânia, p. 28-42, 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, M. de.; BONI, P. C. Dos álbuns às redes virtuais: a midiatização das fotografias de família, in: **Triade**: comunicação, cultura e mídia. Sorocaba, SP, v. 3, n. 5, p. 41-57, jun. 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. **The state of food insecurity in the world 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. FAO, IFAD and WFP: Rome, 2015.

PAULA, F. M. de A. **Jovens migrantes na metrópole de Goiânia**: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

PEIXINHO, D. M. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos**: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PELÁ, M. C. H. **Uma nova (des) ordem nas cidades**: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2016.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988.. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro..

PIDNER, F. S. **Geo Foto Grafia**: narrativas espaciais nas imagens de Sebastião Salgado. Salvador: EDUFBA, 2019.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 22(10):3281-3293, 2017.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n.1-3, p. 111-131, 2000.

PIZARRO, R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

POCHMANN, Marcio. **Comentários sobre a entrevista de Márcio Pochmann**. 2019. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2019/08/comentarios-sobre-entrevista-de-marcio.html> - Acesso em: 20 jan. 2019.

POR TRAS DO ALIMENTO. **Você bebe agrotóxicos?** Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. Disponível em: <http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 14(6):1983-1994, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/goias . Acesso em 23 ago. 2016.

RAMOS, D. O fenômeno da migração. **Revista Espaço**. Edição n.04, Rio Verde, Goiás: 2013.

REDE GLOBO. **Êxodo urbano.** Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-2788-2,00.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIO VERDE. Prefeitura Municipal. **A cidade: hino oficial do município de Rio Verde.** Disponível em: <http://www.rioverde.go.gov.br/i.php?si=aci&id=2>. Acesso em: 18 fev. 2019.

RODRIGUES, G. E. **Valparaíso de Goiás-GO: migração e dinâmica socioespacial - 1995/2010.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

RODRIGUES, U. B. **Migração internacional dos goianos: a desterritorialização globalizada do trabalho.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ROLNIK, S. **Pensamento, Corpo e Devir uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico.** comunicações. •Palestra proferida no concurso para o cargo de Professor Titular da PUC-SP, realizado em 23.6.1993.

ROSSETTO, T. Fotografia e literatura geográfica: linhas de uma investigação histórica. In.:STEINKE, V.; REIS JÚNIOR, D.; COSTA, E.. **Geografia & fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos.** Brasília, DF: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias: UnB, 2014, p. 107-155.

SALLES, W. **Central do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, 1998. Vídeo Filmes.

SANTANA, A. T. **“Artérias” do cerrado desigual: a rodovia BR-060 na dinâmica territorial de Goiás.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Pesquisadores defendem mudanças nas políticas de CT&I para explorar o potencial da biodiversidade do País. 2018. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/pesquisadores-defendem-mudancas-nas-politicas-de-cti-para-explorar-o-potencial-da-biodiversidade-do-pais/>. Acesso em 22 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC. **Arranjos Produtivos Locais, APLs, 2010.** Disponível em: <http://www.sectec.go.gov.br/portal/wp-content/uploads/2010/07/apls1.pdf> Acesso em: 04 abr. 2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS – SEGPLAN, **Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, 2006**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5100&id_not=1>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, S.; SILVA, J. G. da. et.al (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia, UFU: 1997, p. 135-165.

SILVA, D. S. da.; CHAVEIRO, E. F.; MARTINS, F. S. Narrativas de jovens urbanos da periferia de Goiânia (GO): desafios contemporâneos da escola pública. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais** ISSN 2238-3565 v.9, n.1, p.28-44 (2020) Número Especial - Rede de Pesquisa em Geografia, Turismo e Literatura (REDE ENTREMEIO).

SILVA, É. T. da. Organização socioterritorial e mobilidade residencial na RM do Rio de Janeiro. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 85-103, jan/jun 2010.

SILVA, F. C. A. da. O agronegócio e a produção territorial recente em Goiás (2000-2012). **Sociedade e Território** – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 145 - 163. Jul./Dez. de 2015.

SILVA, M. A. de M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol.39, p.11-46, jan-jun, 2011.

SILVA, M. C. da.; et al.. Mobilidade populacional e relações de trabalho no município de Rio Verde, Goiás, de 1970-2000. **VIII EREGEO – Encontro Regional de Geografia**. A geografia no mundo da diversidade. Cidade de Goiás. outubro de 2003.

SOARES, C. Z.; RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Assim, a metrópole é um estado social brasileiro. Traduzido por Carlos A de Mattos. **EURE (Santiago)**, abr. 2008, vol.34, no.101, p.137-141.

SOARES, F. U.; MARQUES, A. C. O. Componentes iconográficos na paisagem urbana da cidade de Rio Verde, Goiás, Brasil. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. Universidade Estadual de Goiás, V.7, N.4, p.170-198, Dez., 2018.

SOUZA, J. G. de; JORGE, W. J.; GEBARA, J. J. Migração e reforma agrária: desconstituição e constituição laboral de trabalhadores rurais. In.: **Travessia: revista do migrante**. Migração Laboral. Centro de Estudos Migratórios, ano XIV, n.41, set-dez, 2001

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14. ed., 3ª reimp. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 95-118.

STEINKE, V.; REIS JÚNIOR, D.; COSTA, E. **Geografia & fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília, DF: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias: UnB, 2014.

TALGA, D. **Pontal do Buriti. Brincando na chuva de veneno**. Diretora Dagmar Talga, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg>. Acesso em: 9 set. 2018.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano-tocantinense no contexto do território do Cerrado. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.1. p.231-270.

TEIXEIRA NETO, A. Ruralização e urbanização em Goiás. In: AIRES, Aidenor; BRITO, Elizabeth Cadeira; FREITAS, L. C. B. **Formação de Goiás contemporâneo: identidade histórico-geográfica e político-cultural**. Goiânia: Kelps, 2012.

TEIXEIRA, R. A.; BARREIRA, C. C. M. A. **Formosa: portal do Nordeste Goiano ou um polo regional no entorno de Brasília?**. Sociedade & Natureza, Uberlândia/MG, v.19, n.1, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-território**, Francisco Beltrão, vol.5, n.10, p. 92-122, agosto de 2010.

THOMAZ JUNIOR, A; BENTO, F.S. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Revista Pegada** – vol. 16, n.1. 2015.

TOMÁS, J. **A invisibilidade social, uma construção teórica**. Conference: A Crise da(s) Socialização(ões). Universidade do Minho, Portugal. April, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228333133_A_invisibilidade_social_uma_construcao_teorica. Acesso em: 08 mar. 2018.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALE, A. L. F. **Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

WORTHAM, Jenna. **“My selfie, myself”**. The New York Times, Oct. 19. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/10/20/sunday-review/my-selfie-myself.html>. Acesso em: 15 jan. 2010.

XAVIER, C.; PAIT, H. Memória e vivência: como as histórias da migração nordestina são contadas. **PERCURSOS**, v. 2, p. 61, 2016.

XAVIER, P. C. B. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde 1970/2012**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013.

APÉNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DA CARTA DE VIDA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS- REGIONAL JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARTA DE VIDA

Prezado(a) Amigo(a) Nordestino(a)

É com alegria que convido você a participar do Doutorado que desenvolvo sobre o tema: **“A Representação Social do Migrante Nordestino sobre a cidade de Rio Verde, Goiás”**.

Para contribuir com a pesquisa, peço a gentileza que escreva uma **Carta de Vida** para um parente ou amigo(a) morador do Nordeste contando sobre sua vida em Rio Verde.

Você pode utilizar o roteiro abaixo como auxílio para lembrar dos momentos bons ou difíceis vividos em Rio Verde e escrever as impressões boas ou ruins que tem sobre a cidade.

Sua carta e histórias serão publicadas na tese, mas seu nome e daqueles que citar serão mantidos em sigilo se assim desejar. O conteúdo da sua Carta de Vida será utilizado para discutir a representação social que você, migrante nordestino(a), tem sobre Rio Verde.

ROTEIRO: além das situações enumeradas abaixo, você pode acrescentar outros assuntos ou histórias de vida para contar sobre você, sua família e sua vida na cidade de Rio Verde.

1. Faça uma saudação ao parente ou amigo(a) escolhido contando de qual cidade e Estado do Nordeste você migrou e como veio parar em Rio Verde. Relembre quem lhe trouxe ou convidou e quanto tempo faz que vive aqui na cidade.
2. Escreva ao parente ou amigo(a) quais os motivos que lhe fizeram migrar do Nordeste.
3. Conte sobre algumas cidades que morou antes de chegar em Rio Verde.
4. Quais os tipos de serviço ou trabalho você já realizou e qual sua atividade hoje?
5. Como os rioverdenses te receberam e como foi a adaptação na cidade?
6. Cite quais as alegrias e as angústias de morar longe de onde nasceu?
7. Apresente com quem e qual o setor (bairro) em que reside em Rio Verde.
8. Como você vê a cidade de Rio Verde (economia, política, sociedade, cultura e infraestrutura)? Cite aspectos bons ou ruins para sua vida.
9. Explique para o destinatário(a) da sua carta quais os prós e contras do agronegócio?
10. Por fim, deixe sua mensagem de despedida de forma livre.

Para sua segurança e controle, esta pesquisa está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG Regional Jataí, sob o CAAE: 29105419.7.0000.8155.

Muito obrigado amigo(a) nordestino(a) pela sua colaboração. Em breve serão apresentados os resultados da sua participação. Caso tenha algum amigo ou parente que também queira contribuir fique à vontade para convidar.

Pesquisadores:

Prof. PhD. Eguimar Felício Chaveiro (UFG/IESA/Grupo Espaço, Sujeito e Existência)

Prof. Me. Fernando Uhlmann Soares., doutorando (UFG-Jataí, IFGoiano-campus Rio Verde)

E-mail: fernando.soares@ifgoiano.edu.br

Dúvidas ou informações: (64) 98125-2025

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS- REGIONAL JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1.6 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE NORDESTINO SOBRE A CIDADE DA AGRICULTURA CAPITALISTA DE RIO VERDE, GOIÁS”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável Fernando Uhlmann Soares e equipe sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito. Abaixo concordo ou discordo dos seguintes itens:

Você permite a divulgação do texto, imagem (fotografia) e opinião nos resultados publicados da pesquisa? () Permito () Não Permito .

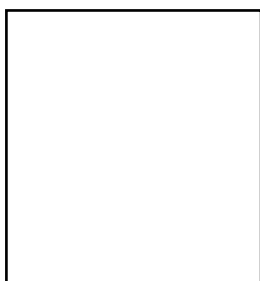
Você permite a identificação através de uso do seu nome nos resultados publicados da pesquisa? () Permito () Não Permito.

Rio Verde, _____ de _____ de 2020.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do pesquisador responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



Testemunha 1

Testemunha 2